

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MICHELE DA MOTA MENDES

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO POTENCIALIDADE PARA DISCUTIR A PROBLEMÁTICA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL

VITÓRIA (ES)
2024

MICHELE DA MOTA MENDES

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO POTENCIALIDADE PARA DISCUTIR A PROBLEMÁTICA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Margarete Farias de Moraes

VITÓRIA (ES)

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Mendes, Michele da Mota, 1983-
M538c A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO POTENCIALIDADE PARA DISCUTIR A PROBLEMÁTICA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL / Michele da Mota Mendes. - 2024.
238 f. : il.

Orientadora: Margarete Farias de Moraes.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Letramento informacional. 2. Proteção de dados. 3. Competência em informação. 4. Competência informacional. 5. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)]. 6. LGPDP. I. Moraes, Margarete Farias de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 02

MICHELE DA MOTA MENDES

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO POTENCIALIDADE PARA DISCUTIR A PROBLEMÁTICA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 1: Cultura, Mediação e Uso da informação

Aprovada em 25 de abril de 2024.

[assinatura digital]
Profa. Dra. Margarete Farias de Moraes
Orientadora

[assinatura digital]
Profa. Dra. Marta Leandro da Mata
PPGCI/UFES

[assinatura digital]
Profa. Dra. Adriana Carla Silva de Oliveira
UFRN

Documento assinado eletronicamente nos moldes do art. 10 da MP 2200/01 e Lei 14063/20
[Hash SHA256] 854059e5869c3b025befd7576d9a26c5d5d6560168d46a4f9817e19f82170e41

Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON) em 30/04/2024 às 10:17:07

Folha de aprovação defesa Michele_25042024

Data e Hora de Criação: 26/04/2024 às 18:24:26

Documentos que originaram esse envelope:
- Folha de aprovação - Michele.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)

Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 854059e5869c3b025befd7576d9a26c5d5d6560168d46a4f9817e19f82170e41
[SHA512]: 684b0c8a072bae1741ffe7287fd07cfbb58f69ebc55905050acdc4cea26dc3450b0edb312b710eb3c91447530e1a3678241a62ae52c76d3ca6b73bd9967ea5fe

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope

ASSINADO - Adriana Carla Silva de Oliveira (adrianacarla.a@gmail.com)
Data/Hora: 30/04/2024 - 10:17:07, IP: 187.33.230.114
[SHA256]: f9965a9211c8dea712bafd0f2dff56fc0d387a86ad7bda15efda45608089783d

ASSINADO - Margarete Farias De Moraes (margarete.moraes@ufes.br)
Data/Hora: 26/04/2024 - 18:24:46, IP: 201.17.120.251
[SHA256]: 9a19acfcf01371cbd109f14a10528f2abc336e01e90407e6876b70d5be88ed13

ASSINADO - Marta Leandro Da Mata (marta.mata@ufes.br)
Data/Hora: 27/04/2024 - 17:17:41, IP: 179.234.234.188, Geolocalização: [-20.289945, -40.288256]
[SHA256]: 6ea84c4d50832e0826ea8f654b71133ace10f708af5ae9f91fb96d4c89d89b7f

Marta Leandro da Mata

Histórico de eventos registrados neste envelope

30/04/2024 10:17:07 - Envelope finalizado por adrianacarla.a@gmail.com, IP 187.33.230.114
30/04/2024 10:17:07 - Assinatura realizada por adrianacarla.a@gmail.com, IP 187.33.230.114
30/04/2024 10:16:24 - Envelope visualizado por adrianacarla.a@gmail.com, IP 187.33.230.114
27/04/2024 17:17:41 - Assinatura realizada por marta.mata@ufes.br, IP 179.234.234.188
27/04/2024 17:17:32 - Envelope visualizado por marta.mata@ufes.br, IP 179.234.234.188
26/04/2024 18:24:46 - Assinatura realizada por margarete.moraes@ufes.br, IP 201.17.120.251
26/04/2024 18:24:44 - Envelope visualizado por margarete.moraes@ufes.br, IP 201.17.120.251
26/04/2024 18:24:39 - Envelope registrado na Blockchain por margarete.moraes@ufes.br, IP 201.17.120.251
26/04/2024 18:24:38 - Envelope encaminhado para assinaturas por margarete.moraes@ufes.br, IP 201.17.120.251
26/04/2024 18:24:26 - Envelope criado por margarete.moraes@ufes.br, IP 201.17.120.251

Documento em conformidade com o padrão de assinatura digital ICP-Brasil e validado de acordo com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Os registros de assinatura presentes nesse documento pertencem única e exclusivamente a esse envelope.
Documento final gerado e certificado por **Universidade Federal do Espírito Santo**

AGRADECIMENTOS

A jornada de um mestrado é repleta de desafios, aprendizados e, acima de tudo, gratidão. É com profundo sentimento de reconhecimento que dedico esta página a todos que, de alguma maneira, foram fundamentais para a concretização deste trabalho e realização deste sonho.

Inicialmente, expresso minha gratidão a Deus, que sustentou-me grandemente ao longo dessa caminhada, proporcionando-me força, sabedoria e resiliência para superar cada obstáculo.

Aos meus pais, manifesto meu agradecimento pelo suporte incondicional que possibilitou cada passo dado.

A João Pedro, meu especial agradecimento pela compreensão, companheirismo e apoio constante. Sua presença foi crucial nos momentos desafiadores, e acreditar nos meus sonhos fez toda a diferença.

À minha orientadora, professora Margarete, agradeço imensamente pela sabedoria, orientação impecável, paciência, compreensão e dedicação que me guiaram ao longo desta trajetória.

À professora Marta, agradeço pela significativa contribuição ao me introduzir à Competência em Informação.

À professora Adriana, minha gratidão por acompanhar-me desde a graduação, enriquecendo-me com seus conhecimentos e ensinamentos.

Aos demais membros da banca de qualificação, expresso minha profunda gratidão pela valiosa contribuição que fortaleceu a qualidade e consistência desta dissertação.

Aos professores que compuseram a banca de defesa, agradeço sinceramente pela disponibilidade e pelas contribuições que enriqueceram meu trabalho.

À Universidade Federal do Espírito Santo, agradeço pela oportunidade de realizar o mestrado, estendendo meus agradecimentos a todos os professores e funcionários que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação.

À Capes, meu agradecimento pela bolsa de estudos concedida, que viabilizou minha dedicação integral ao mestrado.

Aos amigos e familiares que não foram mencionados diretamente, expresso minha gratidão pelo apoio, incentivo e compreensão ao longo desta jornada desafiadora.

Agradeço também a todos que, de alguma forma, colaboraram para minha formação acadêmica e pessoal. Sem o suporte de cada um de vocês, este trabalho não teria sido possível.

Dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim e que me incentivaram a perseguir meus sonhos.

Que esta página sirva como um símbolo eterno da minha profunda gratidão.

“Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus.”

Santo Inácio de Loyola (1491-1556)

RESUMO

A informação tornou-se um ativo crucial na sociedade contemporânea, e os dados pessoais, em particular, assumem um papel central. No entanto, o uso indevido dessas informações representa um desafio crescente. O estudo destaca o aumento dos golpes, fraudes e manipulações relacionados ao uso indevido de dados pessoais no Brasil. A falta de conhecimento da população sobre medidas de proteção, agravam a situação. A Competência em Informação surge como uma ferramenta essencial para proteger os indivíduos contra práticas ilícitas e garantir a segurança e privacidade dos dados. A pesquisa visa identificar as relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, buscando investigar a conexão entre ambos na literatura nacional e internacional a fim de relacionar os elementos da Competência em Informação com os da Proteção de Dados Pessoais, para, por fim, apresentar as competências em informação necessárias para o pleno exercício do direito fundamental à proteção de dados pessoais. A pesquisa se baseia em uma análise da literatura, incluindo estudos científicos, leis e regulamentações sobre o tema. A análise evidencia a intrínseca relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. A pesquisa demonstra como a competência em informação pode aprimorar a capacidade dos indivíduos de proteger seus dados, constituindo-se como ferramenta essencial para a efetivação do direito à proteção de dados pessoais e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, ética e segura no tratamento de informações pessoais. O estudo oferece contribuições significativas para a Ciência da Informação, o Direito e a sociedade em geral ao preencher lacunas na literatura sobre a Competência em Informação, ao promover a integração da Competência em Informação com a área jurídica e ao apresentar soluções para os desafios relacionados à proteção de dados pessoais no Brasil.

Palavras-chave: Competência em Informação, Proteção de Dados Pessoais, Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD.

ABSTRACT

Information has become a crucial asset in contemporary society, and personal data, in particular, plays a central role. However, the misuse of this information represents a growing challenge. This study highlights the increase in scams, frauds, and manipulations related to the misuse of personal data in Brazil. The lack of public knowledge about protection measures aggravates the situation. Information Literacy emerges as an essential tool to protect individuals against illicit practices and ensure data security and privacy. The research aims to identify the relationships between Information Literacy and Personal Data Protection, seeking to investigate the connection between both concepts in the national and international literature. The goal is to relate the elements of Information Literacy to those of Personal Data Protection, and to present the information literacy skills necessary for the full exercise of the fundamental right to personal data protection. The research is based on a literature analysis, including scientific studies, laws, and regulations on the subject. The analysis highlights the intrinsic relationship between Information Literacy and Personal Data Protection. The research demonstrates how information literacy can enhance individuals' ability to protect their data, constituting itself as an essential tool for the realization of the right to personal data protection and contributing to the development of a more conscious, ethical, and secure society in the treatment of personal information. The study offers significant contributions to Information Science, Law, and society in general by filling gaps in the literature on Information Literacy, promoting the integration of Information Literacy with the legal field, and presenting solutions to the challenges related to personal data protection in Brazil.

***Keywords**: Information Literacy, Personal Data Protection, Fundamental Right to Personal Data Protection, General Personal Data Protection Law, LGPD.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Concepções da Competência em Informação

Figura 2 Dimensões da Competência em Informação

Figura 3 Modelo de referência conceitual de Competência Digital no *DigComp* 2.2

Figura 4 Mapa conceitual relacional: Competência em Informação como processo de ensino-aprendizagem e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 5 Mapa conceitual relacional: Competência em Informação como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 6 Mapa conceitual relacional: Concepção em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 7 Mapa conceitual relacional: Concepção em Conhecimento e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 8 Mapa conceitual relacional: Concepção em Inteligência e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 9 Mapa conceitual relacional: Dimensão Técnica da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 10 Mapa conceitual relacional: Dimensão Estética da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 11 Mapa conceitual relacional: Dimensão Ética da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

Figura 12 Mapa conceitual relacional: Dimensão Política da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Bases de Dados utilizadas de acordo com a área do conhecimento

Quadro 2 Estratégias de busca na Brapci

Quadro 3 Estratégias de busca na BDTD

Quadro 4 Estratégias de busca na *Scopus*

Quadro 5 Etapas da análise dos dados

Quadro 6 Artigos sobre Competência em Informação analisados

Quadro 7 Artigos sobre Competência Digital analisados

Quadro 8 Artigos sobre Proteção de Dados analisados

Quadro 9 Áreas da Ciência da Informação que apresentam estudos em Proteção de Dados

Quadro 10 Dissertações sobre Competência em Informação e Proteção de Dados analisadas

Quadro 11 Estudos sobre Proteção e Privacidade de Dados analisados

Quadro 12 Artigos internacionais sobre Competência Digital e Proteção de Dados analisados

Quadro 13 Abordagens dos estudos internacionais sobre Competência em Informação e Proteção de Dados

Quadro 14 Quadro das relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais

Quadro 15 Síntese das competências necessárias à Proteção de Dados Pessoais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quantitativo de periódicos sobre Competência em Informação e Competência Digital encontrados na Brapci

Tabela 2 Quantitativo de instituições vinculadas às pesquisas nacionais sobre Competência em Informação publicadas na Brapci

Tabela 3 Quantitativo de periódicos sobre Proteção de Dados encontrados na Brapci

Tabela 4 Quantitativo de instituições vinculadas às pesquisas nacionais sobre Proteção de Dados publicadas na Brapci

Tabela 5 Quantitativo de Programas de Pós-Graduação associados aos estudos sobre Proteção de Dados e Competência em Informação

Tabela 6 Quantitativo de instituições vinculadas às pesquisas sobre Proteção de Dados e Competência em Informação publicadas na BDTD

Tabela 7 Quantitativo de periódicos internacionais sobre Competência em Informação e Proteção de Dados encontrados na *Scopus*

Tabela 8 Quantitativo de instituições vinculadas às pesquisas sobre Proteção de Dados e Competência em Informação publicadas na *Scopus*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Métrica das categorias de abordagens dos estudos internacionais da *Scopus* sobre Competência em Informação e Proteção de Dados

Gráfico 2 Métrica de estudos sobre Competência em Informação e Competência Digital encontrados na Brapci

Gráfico 3 Métrica de regiões do país relacionadas às Instituições das publicações na Brapci sobre Competência em Informação e Competência Digital

Gráfico 4 Métrica de estudos sobre Proteção de Dados encontrados na Brapci

Gráfico 5 Métrica de regiões do país relacionadas às Instituições das publicações na Brapci sobre Proteção de Dados

Gráfico 6 Métrica de estudos sobre Proteção de Dados encontrados na BDTD

Gráfico 7 Métrica de regiões do país relacionadas às Instituições das publicações na BDTD sobre Proteção de Dados

Gráfico 8 Métrica de estudos sobre Competência em Informação e Proteção de Dados encontrados na *Scopus*

Gráfico 9 Métrica de regiões mundiais relacionadas às Instituições e aos países das publicações na *Scopus*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL	*Association of College and Research Libraries*
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal
CI	Ciência da Informação
DDK	*Data Detox Ki*t
DigComp	Quadro de Competências Digitais para Cidadãos da Europa
EC	Emenda Constitucional
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
IA	Inteligência Artificial
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MCI	Marco Civil da Internet
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia
TDIC's	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO....17

2 METODOLOGIA....22

2.1 TIPO DE PESQUISA....23

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO....25

2.3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA....25

2.3.1 Instrumentos de Coleta dos Dados....26

2.3.2 Procedimentos de Coleta dos Dados....28

2.3.2.1 Levantamento de Dados na Brapci....28

2.3.2.2 Levantamento de Dados na BDTD....29

2.3.2.3 Levantamento de Dados na Scopus....31

2.3.3 Técnicas de Análise dos Dados....33

3 REVISÃO DA LITERATURA....35

3.1 REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL....36

3.1.1 Revisão da literatura encontrada na Brapci....37

3.1.2 Revisão da literatura encontrada na BDTD....44

3.2 REVISÃO DA LITERATURA INTERNACIONAL....46

3.2.1 Revisão da literatura encontrada na Scopus....47

3.3 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA....59

3.3.1 Análise bibliométrica da literatura encontrada na Brapci....60

3.3.2 Análise bibliométrica da literatura encontrada na BDTD....66

3.3.3 Análise bibliométrica da literatura encontrada na Scopus....69

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO..... 73

4.1 CONCEITOS E ELEMENTOS DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO..... 73

4.1.1 Os vieses da Competência em Informação..... 75

4.1.2 As Concepções da Competência em Informação..... 78

4.1.3 As Dimensões da Competência em Informação..... 80

4.2 COMPETÊNCIA DIGITAL..... 85

4.3 *DIGCOMP* 2.2..... 90

5 O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 93

5.1 EVOLUÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE. 93

5.2 CONCEITO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 101

5.3 NORMATIVAS NACIONAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 103

5.3.1 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... 105

5.3.1.1 Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... 108

5.3.1.2 Conceitos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... 114

5.3.1.3 Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... 120

5.3.2 Emenda Constitucional nº 115/2022..... 128

6 CONEXÕES ENTRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 131

6.1 OS VIESES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM ELEMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 132

6.1.1 A Competência em Informação como área disciplinar e a Proteção de Dados Pessoais..... 133

6.1.2 A Competência em Informação como processo de ensino-aprendizagem e a

Proteção de Dados Pessoais.....134

6.1.2.1 Relação com os fundamentos da LGPD.....135

6.1.2.2 Relação com os conceitos da LGPD.....137

6.1.2.3 Relação com os princípios da LGPD..... 138

6.1.2.4 Resumo das relações observadas.....140

6.1.3 A Competência em Informação como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes e a Proteção de Dados Pessoais..... 142

6.1.3.1 Relação com os fundamentos da LGPD.....143

6.1.3.2 Relação com os conceitos da LGPD.....148

6.1.3.3 Relação com os princípios da LGPD..... 149

6.1.3.4 Resumo das relações observadas.....151

6.2 AS CONCEPÇÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM ELEMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS... 153

6.2.1 A concepção em informação e a Proteção de Dados Pessoais..... 154

6.2.1.1 Relação com os fundamentos da LGPD.....155

6.2.1.2 Relação com os conceitos da LGPD.....156

6.2.1.3 Relação com os princípios da LGPD..... 158

6.2.1.4 Resumo das relações observadas.....160

6.2.2 A concepção em conhecimento e a Proteção de Dados Pessoais..... 162

6.2.2.1 Relação com os fundamentos da LGPD.....163

6.2.2.2 Relação com os conceitos da LGPD.....166

6.2.2.3 Relação com os princípios da LGPD..... 166

6.2.2.4 Resumo das relações observadas.....167

6.2.3 A concepção em inteligência e a Proteção de Dados Pessoais..... 168

6.2.3.1 Relação com os fundamentos da LGPD..... 170

6.2.3.2 Relação com os conceitos da LGPD..... 173

6.2.3.3 Relação com os princípios da LGPD..... 174

6.2.3.4 Resumo das relações observadas..... 176

6.3 AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM ELEMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS... 178

6.3.1 A dimensão técnica da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais..... 178

6.3.1.1 Relação com os fundamentos da LGPD..... 179

6.3.1.2 Relação com os conceitos da LGPD..... 182

6.3.1.3 Relação com os princípios da LGPD..... 184

6.3.1.4 Resumo das relações observadas..... 185

6.3.2 A dimensão estética da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais..... 187

6.3.2.1 Relação com os fundamentos da LGPD..... 188

6.3.2.2 Relação com os conceitos da LGPD..... 191

6.3.2.3 Relação com os princípios da LGPD..... 191

6.3.2.4 Resumo das relações observadas..... 193

6.3.3 A dimensão ética da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais..... 195

6.3.3.1 Relação com os fundamentos da LGPD..... 196

6.3.3.2 Relação com os conceitos da LGPD..... 198

6.3.3.3 Relação com os princípios da LGPD..... 201

6.3.3.4 Resumo das relações observadas..... 202

6.3.4 A dimensão política da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais..... 204

6.3.4.1 Relação com os fundamentos da LGPD..... 205

6.3.4.2 Relação com os conceitos da LGPD..... 211

6.3.4.3 Relação com os princípios da LGPD..... 213

6.3.4.4 Resumo das relações observadas..... 215

6.4 QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 217

6.5 COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS NECESSÁRIAS PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... 217

7 CONCLUSÃO..... 223

REFERÊNCIAS..... 227

1 INTRODUÇÃO

Os dados e a informação sempre foram valorizados ao longo da história das sociedades, mas neste século, eles alcançaram um destaque ainda maior, tornando-se ativos mercadológicos, como destacou o matemático e cientista de dados inglês Clive Humby em 2006 ao referir-se aos dados como o novo petróleo. Os dados pessoais desempenham um papel crucial na contemporaneidade, impulsionando tanto avanços positivos quanto desafios e preocupações. Na era da informação em rede, essas informações são utilizadas de diversas formas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Entre as práticas lícitas, destacam-se a personalização de serviços e experiências do usuário, como recomendações de produtos, anúncios direcionados e sugestões personalizadas, campanhas educativas, alertas, entre outros. Além disso, a análise de mercado, pesquisa de consumidor e identificação de tendências auxiliam as empresas a compreenderem melhor seu público-alvo, direcionando a publicidade de maneira mais eficaz e segmentando audiências específicas com base em características demográficas e comportamentais, entre outras estratégias.

No entanto, também existem práticas ilícitas que envolvem o uso indevido de dados pessoais. O roubo de identidade é um exemplo, onde criminosos se passam por outra pessoa para realizar atividades fraudulentas. Outras práticas incluem ataques de *phishing* e engenharia social, onde usuários são enganados para divulgar informações confidenciais. Dados pessoais roubados são vendidos no mercado negro para diversos fins, como *spam*, fraude financeira e atividades criminosas. Além disso, há riscos de assédio e perseguição, tanto *online* quanto *offline*. Governos ou entidades mal-intencionadas também podem coletar dados pessoais para vigilância ilegal, violando a privacidade dos indivíduos.

No Brasil, assim como no restante do mundo, a problemática do uso indiscriminado de dados pessoais tem crescido acentuadamente, refletindo-se no aumento do número de golpes direcionados aos cidadãos. Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)[1], 70% dos golpes virtuais no Brasil estão vinculados à engenharia social, um conjunto de técnicas cujo objetivo é fazer com

[1] Disponível em: https://ufsm.br/r-601-8588.

que as pessoas confiem na mensagem e no remetente, induzindo-as a compartilhar, de alguma forma, seus dados pessoais.

Essa estratégia é amplamente utilizada, pois dispensa a necessidade de invadir os mecanismos de segurança para coletar as informações desejadas pelos criminosos. De acordo com um relatório da empresa russa *Kaspersky*, especializada em *softwares* de segurança cibernética, em 2020, um em cada cinco brasileiros foi vítima de ataque de *phishing*, uma técnica de engenharia social.

Naquele ano, o Brasil ocupou o primeiro lugar no *ranking* mundial de golpes dessa natureza. O relatório ainda revela que 20% dos brasileiros foram alvos em 2020, enquanto a média global para esse tipo de ataque foi de 13%. A empresa atribui esse cenário à dificuldade dos brasileiros em reconhecer as tentativas de golpes destinadas à obtenção de seus dados pessoais.[2]

Em um relatório de 2021, o Brasil manteve sua liderança. Segundo a empresa, o país foi o principal alvo de ataques, e os brasileiros foram os que mais tentaram seguir links de *phishing.* Em uma pesquisa autoral[3], constatou-se que, no mês de janeiro de 2021, foram veiculadas um total de 907 notícias na mídia sobre golpes envolvendo o uso indevido de dados pessoais.

No mesmo período no ano de 2022, foram veiculadas 1156 notícias, o que representa 249 notícias a mais do que em 2021. Em 2023 foram veiculadas 1246 notícias, 90 a mais do que em 2022 e 339 a mais do que em 2021. Ao comparar os anos de 2021, 2022 e 2023, é possível observar um crescimento na quantidade de notícias sobre golpes envolvendo o uso indevido de dados pessoais veiculadas nas diversas mídias no país. Esses resultados podem ser um forte indício do aumento do número de casos de crimes relacionados à prática de golpes com o intuito de obter dados pessoais.

Essas práticas ilícitas apresentam sérios riscos para a segurança e privacidade. Os dados evidenciam uma situação preocupante no que diz respeito à segurança dos dados pessoais, indicando a ocorrência de golpes e fraudes

---

[2] Disponível em: https://www.kaspersky.com.br/blog/brasileiros-maiores-alvos-phishing-mundo/17045/.

[3] Pesquisas realizadas no dia 24/01/2023, com auxílio da ferramenta de análise de dados *Knewin-news*, utilizando a seguinte estratégia de busca: "golpe virtual" OR "golpes virtuais" OR "golpe na internet" OR "golpes na internet" OR "golpe digital" OR "golpes digitais" OR "golpe na web" OR "golpes na web" OR "golpe e fraude" OR "golpes e fraudes", e utilizando os filtros de idioma para português e período de tempo do dia 01/01/2023 até o dia 24/01/2023, 01/01/2022 a 24/01/2022 e 01/01/2021 a 24/01/2021.

relacionados ao uso indevido dessas informações. Além disso, ressaltam a falta de preparo e conhecimento da população quanto à adoção de medidas preventivas e boas práticas para proteger seus dados pessoais. Destaca-se, ainda, a necessidade premente de leis e regulamentações que visem proteger os direitos individuais.

Contudo, é importante destacar que apenas leis e regulamentações não são suficientes. A conscientização dos cidadãos sobre esses riscos e a adoção de práticas de segurança, especialmente no ambiente digital, também são cruciais para garantir a proteção eficaz das informações pessoais.

Nesse cenário, a Competência em Informação desempenha um papel crucial. Educar e conscientizar a população sobre a proteção de dados pessoais é essencial, considerando o aumento constante de práticas criminosas relacionadas ao uso indevido dessas informações. A Competência em Informação, ao capacitar os indivíduos com conhecimentos, habilidades e atitudes, surge como a disciplina mais indicada para cumprir esse propósito.

Desta forma, essa pesquisa se **justifica** diante do atual cenário nacional, tornando-se imprescindível discutir a proteção de dados pessoais e as competências necessárias aos indivíduos visando não apenas a autoproteção, mas também o (re)conhecimento de seus direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A **problemática** decorre do atual cenário nacional relacionado às competências informacionais necessárias à fruição do direito fundamental à proteção de dados pessoais, além das questões, desafios e lacunas deixados pela Competência em Informação no que se refere à Proteção de Dados Pessoais. O **problema** subjacente a esta pesquisa surgiu dos questionamentos sobre a atenção da Competência em Informação em relação à Proteção de Dados Pessoais, evidenciando a escassez de estudos mais aprofundados que estabeleçam uma conexão entre a competência em informação e o direito fundamental à proteção de dados pessoais.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa é identificar as relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, observando a

Competência em Informação como potencialidade para discutir a problemática da proteção de dados no Brasil. Por sua vez, os **objetivos específicos** são:

1) Investigar as produções científicas que estabeleçam a conexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais no Brasil e no mundo;
2) Relacionar os elementos da Competência em Informação com os elementos da Proteção de Dados Pessoais; e
3) Apresentar as competências em informação necessárias para a plena fruição do direito à proteção de dados pessoais.

Na análise dos resultados, procurou-se evidenciar a intrínseca relação entre os elementos da Competência em Informação e os elementos da Proteção de Dados Pessoais. Destacou-se como a competência em informação pode aprimorar o desempenho dos indivíduos na preservação de seus dados e privacidade, constituindo-se como uma ferramenta essencial para a efetivação do direito fundamental à proteção de dados pessoais.

Adicionalmente, ressaltou-se que a integração dessas áreas tem o potencial de contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, ética e segura no que tange ao tratamento de informações pessoais.

O presente estudo apresenta um potencial significativo para contribuir com o campo científico da Ciência da Informação. Ao abordar de maneira inédita o tema na área, ele preenche lacunas existentes na literatura, podendo enriquecer o campo e fornecer um quadro mais abrangente para futuras pesquisas.

Além disso, oferece *insights* valiosos para a compreensão das relações entre a Ciência da Informação e o Direito, representadas pela Competência em Informação e Proteção de Dados Pessoais. Este estudo também pode contribuir para o campo do Direito promovendo a integração da Competência em Informação com a área jurídica, fomentando a criação de novas abordagens neste domínio.

Ademais, esta pesquisa tem o potencial de oferecer contribuições significativas em nível social, abordando questões práticas relacionadas à competência em informação e ao direito à proteção de dados pessoais. Ele pode apontar formas de superar desafios existentes e aprimorar processos sociais relacionados à informação e ao direito fundamental à proteção de dados pessoais.

Quanto à estrutura, além deste capítulo introdutório, a pesquisa está organizada da seguinte maneira:

O capítulo subsequente, dedicado à metodologia, oferece esclarecimentos acerca do tipo de pesquisa, métodos de coleta e análise de dados, detalhamento do procedimento e técnica empregados, além de apresentar as técnicas utilizadas na análise e a subdivisão dos resultados.

O terceiro capítulo, referente à revisão de literatura, oferece uma visão geral do atual estado de conhecimento sobre Proteção de Dados Pessoais no contexto da Competência em Informação. Além disso, destaca lacunas identificadas no conhecimento existente, apontando para a necessidade de futuros estudos que abordem essas questões ainda não exploradas.

O quarto capítulo aborda a Competência em Informação, sua origem, conceitos, terminologias adotadas, elementos constituintes, evolução histórica e sua adaptação na sociedade da informação em rede, que culmina na competência digital. A análise compreende os três vieses fundamentais da Competência em Informação, as dimensões propostas por Vitorino e Piantola, além das concepções delineadas por Dudziak. Adicionalmente, apresenta-se sucintamente o Quadro de Competências Digitais para Cidadãos da Europa (*DigComp 2.2*).

No quinto capítulo, discute-se a Proteção de Dados Pessoais, delineando sua evolução histórica desde o reconhecimento do direito à privacidade e à intimidade. São abordados o conceito essencial, algumas legislações correlatas, bem como os elementos fundamentais estabelecidos pela LGPD, expressos em seus fundamentos, conceitos e princípios. Além disso, apresenta-se brevemente a Emenda Constitucional (EC) nº 115/2022.

No sexto capítulo, são apresentados os resultados das análises realizadas, os quais evidenciam relações entre os elementos da competência em informação e os componentes da proteção de dados pessoais. Cada viés, concepção e dimensão da competência em informação foi minuciosamente analisado, estabelecendo conexões com os fundamentos, conceitos e princípios da proteção de dados pessoais conforme definidos pela LGPD.

No sétimo capítulo, é apresentada uma síntese das competências informacionais essenciais para que os cidadãos possam preservar a segurança de seus dados e exercer plenamente o direito à proteção de dados pessoais.

No último capítulo, são apresentadas as conclusões da pesquisa, resumindo os principais resultados e descobertas. Uma síntese geral do estudo é realizada, conectando os pontos-chave e proporcionando uma visão holística do trabalho de pesquisa. Adicionalmente, são propostas possíveis direções para pesquisas futuras, identificando áreas que ainda necessitam de investigação.

A pesquisa é complementada por um quadro relacional explicitado nos resultados, que esquematiza as interações entre os elementos da Competência em Informação e os elementos da Proteção de Dados Pessoais.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentados esclarecimentos acerca do tipo de pesquisa adotado, dos métodos de coleta e análise de dados, além de detalhes sobre o procedimento e a técnica empregados na condução desta pesquisa. Adicionalmente, é apresentada a subdivisão dos resultados obtidos.

A pesquisa visa abordar a lacuna existente na Ciência da Informação, que carece de estudos aprofundados estabelecendo uma conexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. A relevância desse problema é indiscutível, considerando a crescente necessidade de indivíduos capacitados para enfrentar os desafios decorrentes dos avanços das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC’s) e as diversas formas de utilização de informações e dados pessoais.

Não há nas ciências sociais uma área mais apropriada do que a Ciência da Informação e a Competência em Informação para abordar esse tema. Portanto, conduzimos uma investigação nas produções científicas nacionais e internacionais, buscando aquelas que estabelecessem uma conexão entre a Competência em

Informação e a Proteção de Dados Pessoais. No entanto, constatamos enorme lacuna na literatura nacional sobre o tema.

Isso nos motivou a iniciar discussões nesse contexto dentro da área da Ciência da Informação. Para identificar as relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, foi crucial analisar cada área isoladamente, buscando compreender seus principais elementos caracterizadores.

No âmbito da Competência em Informação, foram examinados os vieses, as concepções e as dimensões que a caracterizam. No domínio da Proteção de Dados Pessoais, foram analisados os fundamentos, os conceitos e os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Desse modo, esta pesquisa empreendeu a desafiadora e árdua missão de evidenciar as diversas relações existentes, mantendo o foco nos indivíduos, e apresentar de forma consolidada as competências em informação necessárias para a fruição do direito fundamental à proteção de dados pessoais na contemporaneidade.

Isso destaca como a Competência em Informação possui um potencial significativo para contribuir na discussão sobre a Proteção de Dados Pessoais no Brasil, ressaltando a importância de um maior engajamento por parte da área nesse cenário.

Assim, a pesquisa pode ser categorizada como exploratória, uma vez que “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127). Adicionalmente, classifica-se como pesquisa básica, uma vez que busca gerar novos conhecimentos fundamentais para o avanço da ciência, explorando verdades e interesses universais, mesmo que não haja uma aplicação prática imediata prevista (PRODANOV; FREITAS, 2013).

2.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa adota métodos não estatísticos para analisar dados não numéricos, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa qualitativa. Segundo

Brasileiro (2021, p. 83), “pesquisa qualitativa é aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estatísticas.”

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica pela sua capacidade de proporcionar uma compreensão mais aprofundada do problema de pesquisa, possibilitando a captura de nuances e detalhes do contexto social em estudo. Embora seja um processo mais demorado e exigente, revela-se especialmente útil ao explorar temas novos ou pouco investigados, como é o caso desta pesquisa.

Este estudo adota a abordagem qualitativa conhecida como Teoria Fundamentada nos Dados (*Grounded Theory*), desenvolvida por Glaser e Strauss na década de 1960. A *Grounded Theory* é um método de pesquisa qualitativa que busca construir teorias a partir de dados coletados empiricamente. O diferencial dessa abordagem em relação a outros métodos qualitativos reside na sua ênfase na análise dos dados, dispensando a necessidade de um referencial teórico predefinido. (CEPELLOS; TONELLI, 2020).

Assim, a abordagem indutiva adotada proporciona uma teoria que emerge dos dados coletados, sem ser imposta *a priori*. Os dados são categorizados e, posteriormente, relacionados entre si para a formação da teoria. A análise comparativa constante possibilita a constante comparação dos dados, identificando similaridades e diferenças, o que, por sua vez, facilita a construção da teoria. (CEPELLOS; TONELLI, 2020).

É importante destacar que não contamos com um referencial teórico específico predefinido. O processo consistiu na coleta isolada de dados, sua categorização como elementos da competência em informação e da proteção de dados pessoais, a análise comparativa e a identificação de similaridades. Essa abordagem permitiu a construção da teoria de que a competência em informação possui uma relação intrínseca com a proteção de dados pessoais.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como já enfatizado, durante nossas buscas, não encontramos estudos nacionais que tenham se dedicado à análise do relacionamento entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. No entanto, diversos estudos e autores forneceram conceitos e teorias que serviram como base para a construção desta teoria.

Na esfera da Competência em Informação nacional, as autoras Mata, Vitorino, Piantola e Dudziak estabeleceram os alicerces para a discussão sobre os vieses, as concepções e as dimensões dessa competência. Além delas, outros autores como Belluzzo, Savegnago e Pecegueiro também ofereceram contribuições significativas para o entendimento da Competência Digital.

Na área da Proteção de Dados Pessoais, os autores Doneda, Bioni, Martins, Mendes e Oliveira forneceram a base essencial para a discussão sobre os fundamentos, conceitos e princípios da LGPD.

Esse referencial teórico proporcionou teorias fundamentais para a pesquisa, contribuindo para a compreensão individual dos elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais. Essa abordagem possibilitou a análise e a subsequente comparação, culminando na criação da teoria que estabelece suas relações.

2.3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Nesta seção sobre métodos e técnicas de pesquisa, delineamos os instrumentos e procedimentos de coleta de dados que possibilitaram a compreensão do estado da arte do tema em questão. Além disso, as técnicas empregadas na análise dos dados foram fundamentais para a construção da teoria inicialmente proposta.

2.3.1 Instrumentos de Coleta dos Dados

Adotando uma abordagem qualitativa, esta pesquisa fundamenta-se na análise documental, utilizando diversos documentos como fonte de dados. Entre os documentos analisados, destacam-se livros, artigos, leis e regulamentos, todos disponíveis em formato digital.

Na investigação dos elementos da Competência em Informação, livros e artigos desempenharam um papel preponderante. Optou-se por documentos que, além do texto escrito, incorporaram imagens, como quadros e esquemas, relacionados ao tema, fornecendo informações pertinentes ao estudo.

Um exemplo é o esquema que aborda as concepções da competência em informação de Dudziak (2003), bem como o quadro das dimensões proposto por Vitorino e Piantola (2011), ambos enriquecendo a análise textual com uma ilustração visual. Por outro lado, na análise da Proteção de Dados Pessoais, a LGPD assumiu um papel central. Outras leis correlatas também foram consideradas nessa análise, além de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, todos disponíveis em formato digital.

Desta forma, esta pesquisa pode ser caracterizada como bibliográfica e documental, visto que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50). Já “a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes” (GIL, 2008, p. 51).

Para Brasileiro, “as pesquisas de revisão bibliográfica (ou revisão de literatura) são aquelas que se valem de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos etc., não se dedicando à coleta de dados in natura.” A autora explica ainda que “Para realizar essa pesquisa, o investigador pode optar pelas revisões de narrativas convencionais ou pelas revisões mais rigorosas.” (BRASILEIRO, 2021, p. 80).

Diante disto, optou-se por realizar uma revisão de narrativa convencional, classificada como determinação do estado da arte, que “procura mostrar através da literatura já publicada o que já se sabe sobre o tema, quais as lacunas e os principais entraves teóricos ou metodológicos, e estabelecer o estado atual de desenvolvimento da área em estudo.” (BRASILEIRO, 2021, p. 81).

2.3.2 Procedimentos de Coleta dos Dados

Na fase de coleta de dados, no contexto da Competência em Informação, optou-se por conduzir um levantamento bibliográfico na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Para abordar a Proteção de Dados, direcionou-se a pesquisa para a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Essas bases são reconhecidas como fontes científicas significativas no Brasil.

Realizou-se uma busca inicial abrangente utilizando os termos “competência em informação”, “competência digital”, “proteção de dados” e “privacidade de dados” na Brapci, com o objetivo de encontrar estudos sobre os temas e mapear as áreas da Ciência da Informação no Brasil que têm abordado questões relacionadas à proteção e privacidade de dados. Em seguida, aplicou-se filtros para refinar as pesquisas e garantir a qualidade dos resultados. Além disso, delimitou-se o período de pesquisa para os anos de 2018 a 2022, justificado pela promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Optou-se por realizar um levantamento bibliográfico internacional para obter um panorama de como o assunto tem sido tratado globalmente e para auxiliar no caso de escassez de estudos nacionais. Para isso, selecionamos a base de dados *Scopus*. Esta base é mundialmente reconhecida e abrange diversas áreas, entre elas, a Ciência da Informação e o Direito.

Ressalta-se que a base de dados Brapci, no âmbito da Ciência da Informação, já forneceu uma quantidade suficiente de produções científicas que abordam exclusivamente a Competência em Informação no Brasil. Da mesma forma, a base de dados BDTD, no âmbito do Direito, também se mostrou adequada na busca por estudos sobre proteção e privacidade de dados.

Portanto, optou-se por não realizar buscas pelos termos isoladamente, em língua portuguesa, na base de dados *Scopus,* destinada apenas às pesquisas internacionais. A intenção foi manter o estudo organizado, separando tanto as áreas do conhecimento quanto os idiomas. O quadro a seguir apresenta uma síntese das bases de dados utilizadas, de acordo com cada busca, idioma e área do conhecimento.

Quadro 1 – Bases de Dados utilizadas de acordo com a área do conhecimento

Áreas do conhecimento	Bases de Dados	Buscas relacionadas
Competência em Informação	Brapci	Buscas por termos em português (publicações nacionais)
	Scopus	Buscas por termos em inglês (publicações internacionais)
Proteção de Dados	BDTD	Buscas por termos em português (publicações nacionais)
	Scopus	Buscas por termos em inglês (publicações internacionais)

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Dessa forma, dedicou-se às bases de dados Brapci e BDTD para buscas em língua portuguesa pelos termos relacionados à Competência em Informação e Proteção de Dados Pessoais.

A base de dados *Scopus* foi destinada exclusivamente às buscas por publicações internacionais sobre os temas, utilizando os termos "*information literacy*", "*digital competence*", "*data literacy*", "*data protection*", "*data privacy*" e "*personal data*", tanto em conjunto quanto isoladamente.

2.3.2.1 Levantamento de Dados na Brapci

Para essa busca, optou-se em fazer uma pesquisa inicial mais ampla sem utilizar outros filtros além de aspas duplas (“”) para recuperar termos exatos, e delimitamos o período de 2018 a 2022. A pesquisa, conduzida em 27 de dezembro de 2022, utilizando o termo "competência em informação", gerou 261 resultados, sendo essa informação destacada para reforçar a amplitude e consolidação do termo. Após a exclusão das duplicatas e dos estudos com abordagens fora do escopo necessário, priorizando os mais relevantes, 5 estudos foram selecionados para análise mais aprofundada. Já a busca por "competência digital" resultou em 10 estudos, dentre os quais 9 foram selecionados para análise mais detalhada.

Quanto à busca pelos termos "proteção de dados" e "privacidade de dados" em todos os campos, foram encontradas 35 publicações sobre proteção de dados e 4 sobre privacidade de dados. Os 39 estudos foram sujeitos à exclusões a fim de eliminar duplicatas e itens descontextualizados, resultando em 20 artigos selecionados para posterior análise.

Em etapa subsequente, aprimorou-se as buscas ao delimitar-se os termos e campos de pesquisa, focalizando títulos, palavras-chave e resumos de publicações relevantes, no intervalo de 2018 a 2022. As buscas refinadas foram executadas em 15 de janeiro de 2023, empregando os termos “competência em informação”, “proteção de dados” e “privacidade de dados” em diferentes estratégias de busca. Embora as discussões sobre os termos sejam pertinentes, não é objetivo desta pesquisa aprofundar-se em terminologias, sendo escolhidas as anteriormente mencionadas devido aos seus usos consolidados.

Vale ressaltar que, embora privacidade de dados e proteção de dados sejam conceitos distintos, observou-se nas análises preliminares dos artigos que ainda são usados como sinônimos, justificando as buscas por ambos os termos.

A busca refinada pelos termos agrupados não resultou em nenhum estudo encontrado, indicando ausência de pesquisas que abordem a relação entre Competência em Informação e Proteção de Dados, na área da Ciência da Informação. O quadro a seguir apresenta um resumo das estratégias de busca realizadas na Brapci e os resultados obtidos para publicações nacionais sobre os temas.

Quadro 2 – Estratégias de busca na Brapci

Base: Brapci				
Assunto: competência em informação, proteção de dados e privacidade de dados				
Âmbito: Ciência da Informação, Brasil				
Filtros utilizados: relevância; 2018 a 2022				
Técnicas utilizadas: aspas duplas; operadores booleanos *AND* e *OR*				
Estratégias de busca	**Título**	**Palavras-chave**	**Resumo**	**Utilizados**
“competência em informação”	205	224	261	5
“proteção de dados”	22	2	35	0
“privacidade de dados”	3	0	4	0
“competência digital”	1	10	6	10
“competência em informação” *AND* (“proteção de dados” *OR* “privacidade de dados”)	0	0	0	0
“competência em informação” *AND* “proteção de dados”	0	0	0	0
“competência em informação” *AND* “privacidade de dados”	0	0	0	0
“competência digital” *AND* (“proteção de dados” *OR* “privacidade de dados”)	0	0	0	0
“competência digital” *AND* “proteção de dados”	0	0	0	0
“competência digital” *AND* “privacidade de dados”	0	0	0	0

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

As buscas revelam uma participação ainda incipiente, apesar de existente, da Ciência da Informação nas pesquisas relacionadas à Proteção de Dados Pessoais. Os estudos que conectam a Competência em Informação com a Proteção de Dados Pessoais são ainda mais raros.

O levantamento resultou em apenas um estudo aparentemente relevante para o escopo desta pesquisa, abordando a Proteção de Dados Pessoais em conjunto

com uma Competência Crítica, detalhes que serão explorados na revisão da literatura. As produções científicas identificadas foram analisadas com base em seus títulos, palavras-chave e resumos, buscando encontrar contribuições pertinentes a este estudo.

Os trabalhos recuperados desempenharam um papel auxiliar ao abordar questões relacionadas à definição, origem, trajetória histórica e elementos da Competência em Informação e da Competência Digital. Ademais, a análise desses estudos permitiu identificar quais áreas específicas da Ciência da Informação estão mais engajadas em discutir a Proteção de Dados Pessoais, evidenciando lacunas, como no caso da Competência em Informação.

2.3.2.2 Levantamento de Dados na BDTD

No contexto jurídico, a pesquisa foi conduzida na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As consultas foram realizadas em 15 de fevereiro de 2023, utilizando os termos "proteção de dados" e "privacidade de dados", inicialmente de forma isolada e posteriormente agrupados com "competência em informação".

Na BDTD, que não dispõe da opção de limitar a pesquisa por palavras-chave na busca avançada e não permite o uso do operador booleano OR, as buscas foram adaptadas para se adequar à plataforma. Apesar dessas limitações, acredita-se que não houve prejuízo aos resultados obtidos.

Assim, os termos foram pesquisados nos campos "título" e "resumo", utilizando aspas duplas, o operador booleano AND (representado pela opção "grupo de busca"), com a delimitação do período entre 2018 e 2022 e ordenação por relevância. O quadro a seguir resume as estratégias de busca e os resultados na BDTD.

Quadro 3 – Estratégias de busca na BDTD

Base: BDTD			
Assunto: proteção de dados e competência em informação			
Âmbito: Direito, Brasil			
Filtros utilizados: relevância; 2018 a 2022			
Técnicas utilizadas: aspas duplas; operador booleano *AND*			
Estratégias de busca	**Título**	**Resumo**	**Utilizados**
“proteção de dados”	114	326	9
“privacidade de dados”	9	48	0
“competência em informação”	111	219	0
“competência digital”	11	58	0
“competência digital” *AND* “proteção de dados”	0	2	0
“competência digital” *AND* “privacidade de dados”	0	0	0
“proteção de dados” *AND* “competência em informação”	0	0	0
“privacidade de dados” *AND* “competência em informação”	0	0	0

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

No contexto da Proteção de Dados, foram selecionados os 20 primeiros resultados retornados na página de busca com base na relevância das publicações. Foram excluídos os estudos fora de escopo, restando o quantitativo de 11 pesquisas a serem alvo de análise mais detalhada.

Desta forma, os resultados apontam para uma escassez de estudos também na área jurídica que resultem em efetivas discussões sobre a interconexão entre a Proteção de Dados e a Competência em Informação. Diante dessa lacuna, direcionamos nossa atenção para pesquisas internacionais, buscando aquelas que abordam essa correlação da forma esperada.

2.3.2.3 Levantamento de Dados na *Scopus*

Destaca-se que, inicialmente, foi realizada uma busca genérica pelos termos isolados, visando entender a consolidação desses termos na língua inglesa. Ressalta-se que as buscas cruciais para esta pesquisa são aquelas que agrupam os termos.

Além dos termos usuais, optamos por buscar os termos "*digital competence*" e "*data literacy*" por serem amplamente difundidos em outros países para designar a competência em informação voltada ao ambiente digital e competência relacionada à proteção de dados pessoais, como evidenciado, por exemplo, no *Digcomp* 2.2.

As consultas foram realizadas em 9 de abril de 2023. Enquanto, de forma isolada, encontrou-se uma quantidade considerável de publicações sobre os temas, uma busca mais refinada pelos termos em conjunto, utilizando aspas duplas para retornar os termos exatos e delimitando o lapso temporal para os anos entre 2018 e 2022, nos campos "título", "palavras-chave" e "resumo", revelou uma quantidade restrita de apenas 30 estudos que estabelecem efetivamente uma conexão entre a Competência em Informação ou mesmo a Competência Digital com a Proteção de Dados Pessoais.

Após a eliminação de estudos duplicados e com abordagens fora do escopo necessário, foram analisadas 20 publicações associando Competência em Informação ou a Competência Digital com a Proteção de Dados Pessoais. Os estudos recuperados têm grande potencial para contribuir teoricamente para esta pesquisa, como será detalhado no capítulo de revisão da literatura.

Quadro 4 – Estratégias de busca na *Scopus*

Base: *Scopus*				
Assunto: competência em informação e proteção de dados				
Âmbito: internacional				
Filtros utilizados: relevância; 2018 a 2022				
Técnicas utilizadas: aspas duplas; operadores booleanos *AND* e *OR*				
Estratégias de busca	**Título**	**Palavras-chave**	**Resumo**	**Utilizados**
"*information literacy*"	1341	2434	2668	0
"*information competence*"	21	42	88	0
"*data protection*"	1800	3750	6745	0
"*data privacy*"	772	19728	6222	0
"*information literacy*" *AND* "*data protection*"	0	3	0	3
"*information literacy*" *AND* "*data privacy*"	0	7	3	5
"*information literacy*" *AND* ("*data protection*" *OR* "*data privacy*")	0	8	3	7
"*digital competence*" *AND* "*data protection*"	0	1	4	4
"*digital competence*" *AND* "*data privacy*"	0	3	1	1
"*digital competence*" *AND* ("*data protection*" *OR* "*data privacy*")	0	3	5	1
"data literacy" AND "personal data"	2	5	12	6

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Ressalta-se que a busca pelos termos *"information literacy" AND ("data protection" OR "data privacy")* apresentou resultados precisos e relevantes. Já a estratégia de busca pelos termos "*data literacy*" *AND* "*personal data*" proporcionou os resultados mais significativos para esta pesquisa e que serviram como aporte

teórico na realização da correlação entre os elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais.

2.3.3 Técnicas de Análise dos Dados

Na fase de análise dos dados, foi adotada a técnica de análise documental proposta por Bardin. A autora define a análise documental como "uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original" (BARDIN, 2016, p.26).

Além disso, Bardin destaca que a análise documental, enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, tem como objetivo conferir uma forma conveniente e representar essa informação por meio de procedimentos de transformação (BARDIN, 2016).

Desta forma, a análise documental tem como propósito investigar e compreender o conteúdo de documentos textuais. Seus objetivos incluem a descrição e interpretação do conteúdo, a identificação de temas, categorias e conceitos presentes nos textos, a compreensão da visão de mundo transmitida nos documentos, e a análise dos significados implícitos no texto (BARDIN, 2016).

Nesse contexto, a pesquisa realizou uma análise de textos relacionados à Competência em Informação, buscando identificar elementos caracterizadores desse campo. O mesmo procedimento foi aplicado à Proteção de Dados Pessoais. A análise documental visou correlacionar esses elementos, permitindo identificar a relação entre eles e proporcionando uma nova e inédita compreensão da informação que surge.

Como desdobramento da análise, elaborou-se três categorias de competências informacionais, embasadas na análise realizada. A primeira categoria, denominada competências técnicas, refere-se aos aspectos objetivos relacionados à habilidade do indivíduo em lidar com a tecnologia e os dispositivos tecnológicos emergentes de maneira técnica. A segunda categoria, competências informacionais de privacidade, está vinculada à capacidade subjetiva do indivíduo para interpretar as informações e utilizá-las em sua esfera de vida privada. Por fim, a terceira

categoria, competências informacionais sociais, relaciona-se à habilidade subjetiva do indivíduo para interpretar as informações e empregá-las na esfera pública, ou seja, em sua vida social e comunitária.

Conforme Bardin, "o propósito da análise documental é a representação condensada da informação" (BARDIN, 2016, p.27). A autora esclarece que, “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. (BARDIN, 2016, p.74). Assim, seguimos uma série de etapas salientadas pela autora, as quais serão detalhadas a seguir:

Quadro 5 – Etapas da análise dos dados

Etapas de análise dos dados	
Pré-análise	Seleção do material documental pertinente à pesquisa foi realizada, eliminando duplicatas e conteúdo fora do escopo. Foram priorizados os documentos que abordavam a Competência em Informação, incluindo seus vieses, concepções e dimensões, assim como aqueles que versavam sobre a Proteção de Dados Pessoais, LGPD e seus fundamentos, conceitos e princípios.
	Leitura atenta e exaustiva do material foi conduzida com o propósito de identificar estudos que abordassem a relação entre Competência em Informação e Proteção de Dados Pessoais.
	Elaboração de um plano de análise inicial, visando identificar e compreender os principais elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais, com o intuito de estabelecer conexões posteriormente.
Exploração	Identificação das unidades de análise foi realizada, destacando os vieses, concepções e dimensões da Competência em Informação, além dos fundamentos, conceitos e princípios da LGPD como elementos fundamentais em ambas as áreas.
Tratamento	Organização e classificação do material em categorias temáticas emergentes, enfocando três elementos distintos de cada área investigada. As concepções, dimensões e vieses da Competência em Informação, e os fundamentos, conceitos e princípios da LGPD.
	Refinamento das categorias e subcategorias foi realizado, abrangendo a análise da maioria dos elementos, incluindo todos os fundamentos e princípios. No entanto, alguns poucos

	elementos foram excluídos da análise devido à falta de relevância, como determinados conceitos presentes na LGPD.
Análise	Interpretação do significado das categorias e subcategorias em relação à pesquisa seguiu uma ordem, padronizando a análise das relações.
	Identificação de relações entre quase todas as categorias e subcategorias da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais foi realizada. As exceções incluíram a categoria que define a Competência em Informação como área disciplinar e a concepção em conhecimento em relação aos princípios da LGPD.
Apresentação dos Resultados	Apresentação organizada e clara dos resultados da análise foi realizada, incluindo a criação de três novas categorias e um quadro relacional que ilustra as conexões entre os elementos analisados. O objetivo foi condensar as informações de maneira eficiente.

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Ao empregar esses métodos e técnicas foi possível ter uma visão abrangente do estado da arte da Competência em Informação relacionada à Proteção de Dados no Brasil, bem como das lacunas existentes em ambas as áreas do conhecimento, especialmente na Ciência da Informação, campo no qual este estudo se insere.

A partir disso, iniciou-se a pesquisa por elementos caracterizadores de cada área, a fim de estabelecer ou não possíveis relações entre eles. Para que, ao final, fossem criadas novas categorias e um quadro relacional apontando a efetiva interconexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção da pesquisa, alcançou-se uma compreensão abrangente do estado atual dos estudos científicos relacionados ao tema central desta pesquisa: a interação entre Competência em Informação e Proteção de Dados Pessoais. A partir dessa análise, identificou-se criteriosamente os estudos mais pertinentes e qualificados, os quais serviram como alicerce teórico para a construção da teoria proposta neste trabalho, além de ter sido possível compreender quais áreas da

Ciência da Informação estão dialogando com a Proteção de Dados Pessoais e os temas abordados.

Além disso, identificou-se lacunas no conhecimento atual, o que ressalta a relevância e originalidade desta pesquisa. Essa abordagem inovadora tem o potencial não apenas de contribuir significativamente para o avanço do conhecimento no campo da Ciência da Informação, mas também de fornecer *insights* valiosos para a área do Direito.

Diante das lacunas identificadas no cenário nacional, dedicou-se esforços à busca de suporte teórico também a nível internacional. Este capítulo apresenta síntese dos estudos nacionais e internacionais identificados, destacando de forma concisa os mais relevantes para os objetivos desta pesquisa. Além disso, apresenta breve análise bibliométrica como forma de enriquecer a pesquisa.

3.1 REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL

Na revisão da literatura nacional, analisou-se os estudos encontrados na Brapci que abordam a Competência em Informação em sua singularidade, com seus conceitos, origens, histórico e elementos caracterizadores. Estes estudos serviram como base para a construção dos referenciais teóricos sobre Competência em Informação e sobre Competência Digital, apresentados no capítulo 4 e subitem 4.2 desta pesquisa.

Além disso, os estudos encontrados na Brapci que abordam a Proteção de Dados Pessoais foram analisados com o objetivo de identificar estudos na área da Ciência da Informação que estabelecessem uma correlação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Além de identificar as áreas específicas da Ciência da Informação envolvidas e os temas abordados nos estudos selecionados.

Constatou-se que, dentre as publicações, apenas uma se destacou por abordar de maneira mais próxima o tema da Competência em Informação. No entanto, o estudo ainda se revelou limitado para os objetivos desta pesquisa. Os estudos recuperados na BDTD relacionados à Proteção de Dados Pessoais foram

analisados e serviram de base para a construção do capítulo 5 que trata do direito fundamental à proteção de dados pessoais.

Embora a busca tenha identificado duas dissertações na área da Ciência da Informação que abordavam a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, os objetivos desses estudos divergiam significativamente do propósito desta pesquisa, como será analisado em breve.

3.1.1 Revisão da literatura encontrada na Brapci

Conforme mencionado, a partir da pesquisa inicial na Brapci, utilizando o termo "competência em informação", selecionamos cinco artigos científicos que desempenharam um papel fundamental como suporte teórico na elaboração do capítulo 4 desta pesquisa.

O quadro subsequente apresenta uma síntese desses estudos, cujo conteúdo integral pode ser explorado ao longo de todo capítulo dedicado à Competência em Informação. Esses estudos foram essenciais para embasar a discussão acerca dos conceitos, origens, histórico e elementos associados à Competência em Informação.

Quadro 6 – Artigos sobre Competência em Informação analisados

Título	Autor	Ano
Contribuições dos estudos acerca da competência em informação para a ciência da informação: uma análise a partir da produção científica do enancib entre 2015 a 2019	MATA, Marta Leandro da	2021
Competência em informação e suas relações com a competência midiática e digital: uma nova lógica	ROSETTO, Marcia	2021
Dimensões da competência em informação: reflexões frente aos movimentos de infodemia e desinformação na pandemia da Covid-19	MATA, Marta Leandro da; GRIGOLETO, Maira Cristina; LOUSADA, Mariana	2020
Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da	BELLUZZO, Regina Célia Baptista	2019

Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		
Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea	BELLUZZO, Regina Célia Baptista	2018

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Nas pesquisas vinculadas ao termo "competência digital", foram encontradas dez publicações na área, dentre as quais nove foram empregadas como suporte teórico na elaboração do subcapítulo dedicado à Competência Digital. Uma síntese desses estudos é apresentada no quadro subsequente, e o conteúdo integral pode ser explorado ao longo do subcapítulo dedicado a esse tema.

Quadro 7 – Artigos sobre Competência Digital analisados

Título	Autor	Ano
A informação no contexto das redes sociais digitais: a competência em informação e digital como estratégia de combate à desinformação	WATARI, Angela Vicente Alonso; SANTOS, Gislene Munhoz dos; MARTINS, Régis; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	2022
Racismo e preconceito nas redes sociais digitais: pesquisa com estudantes do ensino médio	PAULO, Rodrigo Barbosa de; CASARIN, Helen de Castro Silva; CASTANHA, Rafael Gutierres; BASTOS, Glória Maria Lourenço	2022
Competência em informação e digital em bibliotecas universitárias espanholas: análise de suas práticas	SANTOS,Julia Schettino Jacob dos; MATA, Marta Leandro da	2021
A informação e o entorno digital: competências e habilidades do profissional da informação	PALETTA, Francisco Carlos; MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio	2020

O papel dos bibliotecários no desenvolvimento de habilidades e inclusão digitais em bibliotecas universitárias	FEIJÓ, Hilda Carolina; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini	2020
Competências digitais: o professor como gateway de novos pesquisadores	PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu; FURTADO,Cassia Cordeiro; MARINHO, Raimunda Ramos	2019
Desenvolvimento de competências digitais docentes	PERIN, Eloni dos Santos; FREITAS, Maria do Carmo	2019
Competências digitais e informacionais: estudo com acadêmicos dos mestrados profissionais de uma instituição federal de ensino superior	SAVEGNAGO, Cristiano Lanza; ALMEIDA, Alex Serrano; MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini	2019
Para onde vamos?	MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio	2019

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Com relação à busca pelos termos "proteção de dados" e "privacidade de dados" separadamente, na Brapci, o objetivo inicial era averiguar o que a Ciência da Informação tem produzido e quais áreas da CI estão dialogando sobre o tema da proteção e privacidade de dados. Posteriormente, pretendeu analisar se algum desses estudos se empenharam em fazer conexões entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Desta forma, foram analisados os vinte artigos que seguem:

Quadro 8 – Artigos sobre Proteção de Dados analisados

Título	Autor	Ano
Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectiva histórica	FERREIRA, Daniela Assis Alves; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MARQUES, Rodrigo Moreno	2022
Arquivos públicos: a proteção de dados diante do acesso à informação	ZANON, Sandra Buth	2022

As relações entre arquivologia e a lei geral de proteção de dados: uma análise dos cursos da enap sobre LGPD	SILVA, Eliezer Pires da; CARDOSO, Caio	2022
Ética em pesquisa em Ciência da Informação: princípios e procedimentos legais para submissão de projetos de pesquisa em comitês de ética institucionais	ROCHA, Eliane Cristina de Freitas	2022
Gestão da segurança da informação: análise de políticas de defesa cibernética e estratégias para a proteção de dados e informações da administração pública brasileira	LIMA, Paulo Ricardo Silva; FERREIRA, Leonardo Matheus Marques; PEIXOTO, Ana Lydia Vasco de Albuquerque	2022
A lei geral de proteção de dados e os desafios para a gestão nas organizações brasileiras na era do big data	LIMA, Paulo Ricardo Silva; PRESSER, Nadi Helena	2022
Lei geral de proteção à dados pessoais como elemento da agenda 2030: acesso à informação e desenvolvimento de competência crítica	ANGELO, Edna da Silva	2021
Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	SCHWAITZER, Lenora; NASCIMENTO, Natália; COSTA, Alexandre de Souza	2021
Termos de uso e políticas de privacidade das redes sociais on-line	FERREIRA, Daniela Assis Alves; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MARQUES, Rodrigo Moreno	2021
Relações dinâmicas entre memória e esquecimento: das ambivalências às antinomias no mundo digital	LIMA, Paulo Ricardo Silva; SOUZA, Edivanio Duarte de	2021
Discussões sobre política de privacidade de dados em um sistema de informação governamental	SHINTAKU, Milton; SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; COSTA, Lucas Rodrigues; MOURA, Rebeca dos Santos de; MACEDO, Diego José	2021
O compartilhamento de dados pessoais dos beneficiários do auxílio emergencial à luz da Lei Geral de Proteção de Dados	OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; ARAÚJO, Douglas da Silva	2020

Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados	ROCKEMBACH, Moisés	2020
Tratamento de dados pessoais em aplicativos públicos relacionados ao coronavírus no Ceará	MARTINS, Helena; FERREIRA, Katiele Gomes; CASTRO, Luciana Gouvêa Hage de; MACEDO JÚNIOR, Daniel Paiva de; LIMA, Elizandro dos Anjos Araújo	2020
Proteção de dados pessoais e os contornos da autodeterminação informativa	SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SILVA, Paulo Henrique Tavares da	2020
A adequação das bibliotecas à Lei Geral de Proteção de Dados	LEMOS, Amanda Nunes Lopes Espiñeira; PASSOS, Edilenice	2020
Proteção de dados pessoais e Covid-19: entre a inteligência epidemiológica no controle da pandemia e a vigilância digital	JORGE, Carlos Francisco Bitencourt; OLIVEIRA, Bruno Bastos de; MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz; LIMA, Marcelo Souto de; OTREC, Maria Alice Campagnoli	2020
Mediação da informação e a proteção da privacidade e de dados sensíveis por bibliotecários	Richele Grenge Vignolia VERONEZ JÚNIOR, Wilson; SILVA, Anahi Rocha; MONTEIRO, Silvana Drumond	2020
Acesso à informação e ao tratamento de dados pessoais pelo poder público	SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; BARRANCOS, Jacqueline Echeverría; MAIA, Manuela Eugênio	2019
A questão do direito à privacidade no facebook: um estudo à luz da ética da informação	FUGAZZA, Grace Quaresma; SALDANHA, Gustavo Silva	2018

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Da análise dos estudos, constatou-se que apenas um faz uma breve e superficial relação entre a Competência Crítica e a Proteção de Dados Pessoais, se

aproximando, de maneira tangencial, do escopo desta pesquisa, ficando ainda distante dos objetivos propostos.

A análise revelou que, de modo geral, os artigos encontrados e examinados no campo da Ciência da Informação abordaram temas relacionados à Ética da Informação, Filosofia da Informação, Gestão da Informação, Mediação da Informação, Memória, Gestão de Documentos, Estudos de Usuários e Comportamento Informacional, Segurança da Informação, Ciência da Computação, Psicologia e Competência Crítica, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 9 – Áreas da Ciência da Informação que apresentam estudos em Proteção de Dados

Áreas da Ciência da Informação	**Abordagem sobre Proteção de Dados**
Ética Informacional	Discute Direitos Humanos e Direito à Privacidade no âmbito da Constituição Federal.
Filosofia da Informação	Debate sobre a entrega consentida dos dados pessoais em oposição à privacidade.
Gestão da Informação	Analisa a Governança de Dados e formas de adequação à LGPD, principalmente em âmbito organizacional.
Mediação da Informação	Debate sobre a atuação do profissional da informação, em especial, o bibliotecário.
Memória	Discute sobre as relações e conflitos entre o Direito à Memória, o Direito à Informação e o Direito ao Esquecimento.
Gestão de Documentos	Analisa a atuação do profissional arquivista e adequações dos acervos perante a LGPD.
Estudos de Usuários e Comportamento Informacional	Estudos com usuários de arquivos e atenção à LGPD para a realização das pesquisas em arquivos.
Segurança da Informação	Debate sobre gestão da segurança da informação, tecnologias, ISO's, e sistemas e normas de segurança da informação.
Competência Crítica	Estudo sobre acesso à informação e a inclusão de informações sobre a LGPD em sites dos Ministérios do Poder Executivo brasileiro.

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

A última área sintetizada no quadro acima, referente à "Competência Crítica", revela um estudo que, embora aborde a Competência em Informação, não explora suficientemente a relação entre essa área e a Proteção de Dados Pessoais. O artigo sobre Competência Crítica, de Edna da Silva Angelo (2021), intitulado “Lei geral de proteção à dados pessoais como elemento da agenda 2030: acesso à informação e desenvolvimento de competência crítica”, teve como objetivo analisar as informações nos sites dos Ministérios do Poder Executivo brasileiro para verificar a presença de informações sobre a LGPD nesses ambientes virtuais.

A autora examinou os sites de dezesseis Ministérios brasileiros em busca de informações destinadas à orientação da população em geral sobre o tratamento de dados pessoais nesses locais. A conclusão foi que mais da metade dos sites analisados não apresentavam a completude necessária de informações sobre o assunto. Dessas páginas, três apresentavam apenas a Portaria de nomeação do encarregado de tratamento de dados pessoais, enquanto seis não continham qualquer tipo de informação.

Ressalta-se que, segundo a autora, "A pesquisa foi realizada com o olhar do cidadão em busca de dados.” (ANGELO, 2021, p. 9). No entanto, as competências individuais não foram amplamente relacionadas ou discutidas no estudo, possivelmente devido ao foco atribuído a outro aspecto do tema.

De todo modo, o estudo funcionou como uma base teórica para a elaboração de *insights* que conectam a Competência em Informação, vista como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, e sob a concepção do conhecimento, à Proteção de Dados Pessoais, fundamentada na liberdade de informação. Essas conexões são apresentadas no capítulo 6, nos subitens 6.1.3.1 e 6.2.2.1.

Os demais estudos serviram como aporte teórico para as construções dos capítulos 4 e 5, que tratam tanto da Competência em Informação, quanto da Proteção de Dados Pessoais.

3.1.2 Revisão da literatura encontrada na BDTD

Das teses e dissertações sobre proteção e privacidade de dados recuperadas na BDTD, embora duas tenham figurado na estratégia de busca pelos termos “competência digital” AND “proteção de dados”, não faziam diretamente a correlação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Breve síntese dos estudos encontra-se no quadro a seguir:

Quadro 10 – Dissertações sobre Competência em Informação e Proteção de Dados analisadas

Título	Autor	Ano
Competência digital de educadores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: estudo no Sistema Municipal de Ensino de Marília-SP	SANTOS, Gislene Munhoz dos	2022
Linguagem natural para apoio ao reconhecimento de usuários em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem	SOUZA, Samara Tomé Correa de	2021

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

A pesquisa conduzida por Santos (2022) no campo da Ciência da Informação avaliou abrangentemente a competência digital dos professores da rede municipal de Marília, incluindo diversos domínios dessa competência. Embora tenha abordado de forma sucinta a proteção de dados, identificou a necessidade de investimentos em formação para o uso eficiente das tecnologias digitais na educação, dada a heterogeneidade nos níveis de proficiência digital entre os professores. Segundo o estudo, que envolveu 1.348 professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, as maiores fragilidades estão relacionadas à análise de informação, criação de conteúdo digital e uso criativo de tecnologias.

No contexto da proteção de dados, observou que quase 50% dos professores não abordam proteção de dados e uso seguro da tecnologia em suas aulas. Conclui reforçando a importância da formação continuada dos professores para que utilizem as tecnologias digitais de forma crítica e criativa, empoderando os alunos para a cidadania na era digital.

O estudo de Souza (2021), desenvolvido no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação, sugeriu a criação de um *plugin* de reconhecimento de locutor integrado no *Moodle* para identificar o aluno e garantir a autenticidade das atividades realizadas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA).

A pesquisa se justificou devido à incerteza na identificação do usuário durante a realização das atividades online. O estudo de caso analisou o nível do que foi chamado de “competência digital em segurança” dos alunos de Tecnologia da Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina. E concluiu que existe a necessidade de trabalhar o nível de competência dos alunos em segurança.

Embora não tenham atendido integralmente às expectativas desta pesquisa, os trabalhos acadêmicos identificados na BDTD desempenharam um papel relevante na fundamentação da discussão. Adicionalmente, outros nove estudos serviram como suporte teórico na elaboração do capítulo 5, dedicado à Proteção de Dados Pessoais. O quadro subsequente apresenta uma síntese desses estudos, cujo conteúdo integral pode ser notado ao longo do capítulo dedicado ao tema.

Quadro 11 – Estudos sobre Proteção e Privacidade de Dados analisados

Título	Autor	Ano
Os reflexos da lei geral de proteção de dados nas relações de trabalho	LOUREIRO, Mariana Araujo Verri	2022
A proteção de dados pessoais: A LGPD e a disciplina jurídica do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais	QUEIROZ, Renata Capriolli Zocatelli	2021
Proteção de Dados e o estudo da LGPD	BURKART, Daniele Vincenzi Villares	2021
A importância da lei geral de proteção de dados pessoais em face do avanço tecnológico da sociedade – a proteção dos dados pessoais como direito fundamental	GUIMARÃES, Gabriel Stagni	2021
Os limites do consentimento na proteção de dados pessoais de consumo	HOMCI, Janaina Vieira	2021

Privacidade e proteção de dados: interpretação e alcance das hipóteses legais de tratamento dos dados pessoais na lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) – lei nº 13.709/2018	THOMAZ, Alan Campos Elias	2021
Para além da privacidade: proteção de dados pessoais e desafios à regulação	MECABÔ, Alex	2021
Lei geral de proteção de dados pessoais e seus impactos na garantia do direito fundamental à proteção de dados do trabalhador	RAMOS, Lara Castro Padilha	2020
Proteção de Dados na Cultura do Algoritmo	FLORÊNCIO, Juliana Abrusio	2019

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Apesar de alguns estudos jurídicos apresentarem, em certa medida, elementos relacionados à Competência em Informação, observa-se que a área jurídica demonstra ter conhecimento limitado acerca da Ciência da Informação, especialmente no que diz respeito à Competência em Informação.

Entretanto, esses estudos foram essenciais para embasar a discussão acerca dos conceitos, origens, histórico e elementos associados à proteção de dados pessoais. Além disso, essas obras forneceram *insights* valiosos que possibilitaram estabelecer uma conexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

3.2 REVISÃO DA LITERATURA INTERNACIONAL

Na revisão da literatura internacional, foram examinados estudos presentes na *Scopus* que exploram tanto a Competência em Informação quanto a Competência Digital em conjunto com a Proteção de Dados Pessoais. Essas pesquisas constituíram a fundamentação teórica para a proposta deste estudo, que argumenta que a Competência em Informação mantém relações intrínsecas com a

Proteção de Dados Pessoais, desempenhando um papel fundamental nas discussões sobre o tema.

O propósito da análise foi identificar o panorama internacional acerca da interconexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Verificou-se que, embora existam mais estudos sobre essa relação em comparação com o contexto brasileiro, ainda assim, a quantidade de pesquisas disponíveis foi surpreendentemente limitada. No entanto, esses estudos foram minuciosamente analisados e serviram como alicerces essenciais para a formulação da teoria proposta por esta pesquisa.

3.2.1 Revisão da literatura encontrada na *Scopus*

Conforme mencionado, a partir da pesquisa na *Scopus*, utilizando os termos "*information literacy*", "*information competence", "digital competence", "data literacy", "data protection", "data privacy"* e *"personal data"* em conjunto, selecionamos as vinte publicações mais relevantes para fornecer uma visão abrangente sobre o tema no mundo e contribuir para a construção da teoria desta pesquisa.

O quadro subsequente apresenta uma síntese desses estudos, cujo conteúdo também pode ser encontrado ao longo de todo capítulo 6, onde correlaciona-se os elementos da Competência em Informação com os da Proteção de Dados Pessoais.

Quadro 12 – Artigos internacionais sobre Competência Digital e Proteção de Dados analisados

Título	Autor	Estratégia de busca	Ano	País
Indicators to assess preservice teachers' digital competence in security: A systematic review	TORRES-HERNANDEZ, Norma; GALLEGO-ARRUFAT, Maria Jesus	*"digital competence" AND "data protection"*	2022	Espanha
Pre-service teachers' perceptions of social media data privacy policies	MARÍN, Victoria; CARPENTER, Jeffrey P.; TUR, Gemma	*"data literacy" AND "personal data"*	2022	Espanha
Conceptions and perspectives of data	GEBRE, Engida	*"data literacy" AND "personal data"*	2022	Canadá

literacy in secondary education				
Human-GDPR Interaction: Practical Experiences of Accessing Personal Data	BOWYER, Alex; HOLT, Jack; JEFFERIES, Josefina Go; WILSON, Rob; KIRK, David; SMEDDINCK, Jan David	*“information literacy” AND “data protection” / “information literacy” AND “data privacy” /* “*information literacy*” *AND* (“*data protection*” *OR* “*data privacy*”)	2022	Reino Unido
Managing Personal Data in the Age of Surveillance Capitalism: A Sociomaterial Reading of Mozilla’s Data Detox Kit	HANELL, Fredrik	*“information literacy” AND “data privacy” / “information literacy” AND (“data protection” OR “data privacy”) / “data literacy” AND “personal data”*	2022	Suécia
“Party like it’s December 31, 1983”: Supporting Data Literacy at CryptoParties	KANNENGIESSER, Sigrid	*“data literacy” AND “personal data”*	2022	Alemanha
eSurgery-digital transformation in surgery, surgical education and training: survey analysis of the status quo in Germany	Kröplin, Juliane; Huber, Tobias; Geis, Christian; Braun, Benedikt; Fritz, Tobias	*“digital competence” AND “data protection”*	2022	Alemanha
Finding, getting and understanding: the user journey for the GDPR’S right to access	PINS, Dominik; JAKOBIB, Timo; STEVENSC, Gunnar; ALIZADEHC, Fatemeh; KRÜGER, Jana	*“information literacy” AND “data protection” / “information literacy” AND “data privacy” /* “*information literacy*” *AND* (“*data protection*” *OR* “*data privacy*”)	2022	Alemanha
Development and validation of students'	TZAFILKOU, Katerina; PERIFANOU,	*“digital competence” AND “data protection”*	2022	Grécia

digital competence scale (SDiCoS)	Maria; ECONOMIDES, A. A.			
AI in My Life: AI, Ethics & Privacy Workshops for 15-16-Year-Olds	BENDECHACHE, Malika; TAL, Irina; WALL, P. J.; KEARNS, Anne; BRENNAN, Rob	"data literacy" AND "personal data"	2021	Irlanda
Deepening Understanding: Adding Privacy into a Library and Information Studies Course	RAY, Emily; FEINBERG, Daniel E.	*"information literacy" AND "data privacy" / "information literacy" AND ("data protection" OR "data privacy")*	2021	EUA
Student teachers' responsible use of ICT: Examining two samples in Spain and Norway	GUDMUNDSDÓTTIR, Gréta Björk; GASSÓ, Héctor Hernández; RUBIO, Juan Carlos Colomer; HATLEVIK, Ove Edvard	*"digital competence" AND "data privacy" / digital competence" AND ("data protection" OR "data privacy")*	2020	Espanha e Noruega
Authoring Data Stories in a Media Makerspace: Adolescents Developing Critical Data Literacies	STORNAIUOLO, Amy	"data literacy" AND "personal data"	2020	EUA
Advanced data literacy culture enabled through app assistance for competence creation	GIESE, Tim; ANDERL, Reiner; WENDE, Martin; BULUT, Serdar	*"data literacy" AND "personal data"*	2020	Alemanha
Cyber chronix, participatory research approach to develop and evaluate a storytelling game on personal data protection rights and privacy risks	DI GIOIA, Rosanna; CHAUDRON, Stéphane; GEMO, Monica; SÁNCHEZ, Ignacio	*"digital competence" AND "data protection" / "digital competence" AND "data privacy" / digital competence" AND ("data protection" OR "data privacy")*	2019	Itália

Privacy Literacy and the Everyday Use of Social Technologies	PINGO, Zablon; NARAYAN, Bhuva	*"information literacy" AND "data privacy" / "information literacy" AND ("data protection" OR "data privacy")*	2019	Austrália
'Personal data literacies': A critical literacies approach to enhancing understandings of personal digital data	PANGRAZIO, Luci; SELWYN, Neil	*"data literacy" AND "personal data"*	2019	Austrália
Doing data differently? Developing personal data tactics and strategies amongst young mobile media users	PANGRAZIO, Luci; SELWYN, Neil	*"data literacy" AND "personal data"*	2018	Austrália
"It's Not Like It's Life or Death or Whatever": Young People's Understandings of Social Media Data	PANGRAZIO, Luci; SELWYN, Neil	*"data literacy" AND "personal data"*	2018	Austrália
Affective, Behavioral, and Cognitive Aspects of Teen Perspectives on Personal Data in Social Media: A Model of Youth Data Literacy	CHI, Yu; JENG, Wei; ACKER, Amelia; BOWLER, Leanne	*"data literacy" AND "personal data"*	2018	EUA

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Na Espanha, Torres-Hernandez e Gallego-Arrufat (2022) realizaram estudos acerca da competência digital voltada para os futuros professores. O estudo analisou a preparação de professores em formação inicial na área denominada competência digital em segurança. O objetivo foi identificar indicadores para avaliar o nível de competência nesses professores e, assim, sugerir melhorias na formação deles.

Para isso, a pesquisa analisou 31 artigos publicados entre 2010 e 2021, principalmente no contexto europeu e os resultados apontaram para a necessidade de focar a formação dos professores em áreas como: proteção de dados e privacidade, busca e uso de imagens na internet com checagem de autoria, utilização de softwares livres e uso ético e responsável da tecnologia.

Marín *et al*. (2022) investigou 384 futuros professores matriculados em cursos de tecnologia educacional. Os resultados mostraram uma alta preocupação com riscos básicos de proteção de dados na internet, como *cookies* e transferências bancárias. Em contrapartida, evidenciaram a falta de conhecimento específico sobre proteção de dados de menores de idade no contexto educacional, incluindo saúde, histórico e ambiente familiar. O estudo recomenda que a formação de professores inclua conteúdos, práticas e discussões sobre regulamentos e proteção de dados de alunos, com uma abordagem crítica e responsável.

Em seu estudo, Gebre (2022) critica a visão tradicional que foca apenas em desenvolver habilidades técnicas para lidar com dados. Segundo a autora, essa abordagem ignora a relação dos indivíduos com dados no cotidiano e limita seu potencial em ambientes ricos em informação.

Após analisar conceitos de alfabetização em dados voltados para o ensino fundamental e médio, o estudo identificou quatro orientações: desenvolvimento de habilidades técnicas para trabalhar com dados, investigação para saber usar dados para questionar e compreender o mundo, consciência para entender o que acontece com seus próprios dados online, e engajamento cívico para participar de discussões e decisões públicas. Desta forma, o estudo propõe uma visão mais ampla que integra conceitos, habilidades e contextos para uma alfabetização em dados mais holística e adaptada à realidade.

O estudo conduzido por Bowyer *et al*. (2022) investigou as políticas e sistemas de acesso aos dados pessoais por parte das organizações. A pesquisa envolveu a participação de 10 usuários, cada um apresentando de 4 a 5 solicitações de acesso aos dados pessoais. O foco central da análise concentrou-se mais nas políticas e sistemas, e menos nos indivíduos.

Os resultados indicaram que o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia não atingiu plenamente suas metas devido à falta de conformidade das organizações. Diante disso, os pesquisadores propuseram a formulação de políticas e sistemas de acesso a dados mais eficazes, inclusivos e transparentes. Além disso, sugeriram uma maior divulgação dos direitos do GDPR para incentivar a responsabilização das organizações e motivá-las a aprimorar suas práticas no tratamento de dados pessoais.

O artigo de Hanell (2022) explora como o *Data Detox Kit* do buscador *Mozilla* pode ser uma ferramenta projetada para ajudar os usuários a gerenciar seus dados pessoais. A ferramenta promove a autonomia dos usuários ao fornecer mecanismos para gerenciar dados e permitir que os usuários tomem decisões mais conscientes sobre como seus dados são coletados e usados.

Ainda demonstra como os dados são coletados e armazenados por empresas de tecnologia, conscientizando os usuários sobre a informação digital. Além de oferecer uma solução para os problemas da coleta de dados em massa. Com isso, o estudo contribui para a compreensão das relações entre humanos e tecnologias no contexto do capitalismo da vigilância.

Na Alemanha, Kannengießer (2022) explora como as *Crypto Parties*, eventos que promovem a segurança digital e a privacidade online, podem ser utilizadas para apoiar a alfabetização em dados. O estudo se baseou na análise de 12 *Crypto Parties* realizadas em diferentes países. O autor examinou os materiais utilizados, as atividades realizadas e os resultados obtidos em cada evento e concluiu que esses eventos são capazes de conscientizar os participantes sobre a importância da privacidade online, ensinar habilidades básicas de segurança digital e promover a discussão sobre a importância da alfabetização em dados.

Kröplin *et al.* (2022) conduziram uma análise dos sistemas eletrônicos de saúde utilizados para aprimorar o atendimento ao paciente na Alemanha, com ênfase na influência da digitalização na cirurgia, especialmente na educação e treinamento cirúrgico. O estudo empregou um questionário contendo 16 questões, abrangendo temas como proteção de dados e ensino à distância, que emergiram como áreas de destaque nos resultados conforme percebido pelos participantes. Os resultados destacaram a necessidade de uma maior integração do ensino de competências digitais, sugerindo a implementação de currículos específicos que englobem esses conceitos de maneira mais abrangente.

O estudo conduzido por Pins *et al*. (2022) investigou a disponibilização de mecanismos de acesso e controle de dados pessoais por organizações, bem como a capacidade dos indivíduos em exercer seus direitos sob o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. A pesquisa analisou a jornada do usuário e o

nível de conscientização dos participantes em relação à localização, autenticação, solicitação, acesso, uso e avaliação de dados.

Os resultados indicaram deficiências na estrutura e orientação do processo de disponibilização de mecanismos de acesso e controle por parte das organizações. Os usuários, por sua vez, enfrentaram dificuldades em compreender o próprio direito ao acesso, que, de acordo com o GDPR, representa um dos principais mecanismos para que os consumidores controlem a coleta e o uso de dados pessoais.

Tzafilkou *et al*. (2022) apresentam o desenvolvimento e a validação da Escala de Competência Digital dos Estudantes (SDiCoS), um instrumento para avaliar a competência digital de estudantes em diferentes níveis de ensino. Trata-se de uma escala composta por 30 itens que avaliam cinco dimensões da competência digital: informação e alfabetização midiática, comunicação e colaboração, criação de conteúdo, segurança e bem estar digital (incluindo a proteção de dados pessoais), e resolução de problemas. Os autores concluíram que a SDiCoS apresentou bons índices de confiabilidade e validade, demonstrando ser um instrumento eficaz para avaliar a competência digital dos estudantes.

Bendechache e demais (2021) apresenta o projeto "*AI in My Life*" ("IA na Minha Vida"), uma iniciativa educacional que visa capacitar jovens carentes a compreender e lidar com os desafios e oportunidades apresentados pela era digital, focando na inteligência artificial (IA), privacidade de dados e carreiras em tecnologia.

O projeto reúne especialistas em privacidade, segurança cibernética e engajamento público de renomadas instituições irlandesas e internacionais, e oferece *workshops* para estudantes do ensino médio, com o objetivo de capacitá-los a avaliarem as implicações éticas e de privacidade da IA em suas vidas, ensiná-los a proteger sua privacidade digital e incentivá-los a considerarem carreiras em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Ray e Feinberg (2021) discutiram a crescente importância da privacidade de dados na sociedade e como essa questão pode ser abordada em um curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação na *University of North Florida*. O estudo demonstrou que é possível e importante integrar a temática da privacidade de dados em um curso de graduação. Isso contribui para a formação de profissionais mais conscientes e preparados para lidar com os desafios da era digital.

Gudmundsdóttir *et al*. (2020) discutiu sobre a importância da competência digital profissional na formação inicial e continuada de professores. O estudo analisa a percepção de futuros professores da Espanha e Noruega sobre três aspectos da utilização responsável das tecnologias de informação e comunicação no ensino: privacidade, combate ao cyberbullying e avaliação de conteúdo digital.

Os resultados indicam que, embora haja relação entre a compreensão desses conceitos, eles devem ser ensinados separadamente. O texto aponta ainda o desafio da comparação internacional devido a diferenças culturais e de idioma, e conclui destacando a relevância do estudo para políticas, práticas e programas de formação de professores.

Stornaiuolo (2020) investiga como jovens de uma escola pública urbana entendem, representam e utilizam dados. O estudo se baseia em uma pesquisa de design social que analisa a criação de "histórias de dados" por esses estudantes.

O objetivo foi compreender como a alfabetização crítica de dados se desenvolve na adolescência. Os alunos participantes criaram visualizações baseadas em dados pessoais coletados e selecionados por eles próprios. O trabalho destaca a importância de ver os jovens como criadores e arquitetos de dados e ressalta a necessidade de criar infraestrutura para práticas de dados culturalmente relevantes. Isso incluiria abordar os usos sociais, culturais, políticos e raciais dos dados.

A pesquisa de Giese e colaboradores (2020) discute a importância da "alfabetização de dados" na era digital, especialmente no que diz respeito à privacidade. Apesar da interação diária com dados, segundo o estudo, estudantes demonstram falta de conhecimento sobre como esses dados são coletados e usados para obter informações pessoais sensíveis.

Para resolver esse problema, o texto propõe o aplicativo para smartphones "*Data Mirror*" como ferramenta educacional para conscientizar e aumentar a transparência sobre coleta e processamento de dados. O aplicativo simula um *app* de notícias que coleta e analisa dados pessoais dos usuários de forma oculta. Essas informações anônimas são então usadas em sala de aula para demonstrar aos alunos como seus dados podem ser coletados e utilizados.

O estudo de Di Gioia *et al*. (2019) apresenta o desenvolvimento e avaliação de um jogo educativo chamado *Cyber Chronix*, que tem como objetivo ensinar sobre os riscos à privacidade e os direitos de proteção de dados de acordo com a Regulação Geral de Proteção de Dados da União Europeia.

O desenvolvimento do jogo levou em consideração a estrutura de competências digitais do *DigComp*, concentrando-se em habilidades para encontrar e utilizar dados e informações digitais, comunicação e colaboração digital, com ênfase em gerenciamento de identidade e reputação online, bem como segurança digital para proteger dispositivos, dados pessoais e privacidade.

O artigo descreve o processo de avaliação do jogo, realizado com estudantes de duas faixas etárias: 19 anos e entre 12 e 15 anos. Os resultados foram positivos, indicando que o jogo é capaz de entreter e educar sobre privacidade e proteção de dados.

O estudo de Pingo e Narayan (2019) explorou a relação entre a alfabetização em privacidade e o uso de tecnologias sociais no dia a dia, baseado em uma pesquisa qualitativa com 21 usuários de diferentes plataformas de mídia social. Os autores entrevistaram os participantes sobre seus conhecimentos e práticas em relação à privacidade online e constataram que a maioria dos participantes não possui um conhecimento profundo sobre os riscos à privacidade online e como se proteger. Apesar de não terem total conhecimento sobre como seus dados são coletados e usados, os participantes acreditam que as plataformas estão protegendo sua privacidade.

Na Austrália, o texto de Pangrazio e Selwyn (2019) discute a importância da "alfabetização de dados pessoais" no mundo atual. Segundo os autores, essa habilidade vai além do conceito tradicional de "alfabetização digital" e permite que as pessoas entendam e controlem seus dados.

A ideia central é que a alfabetização de dados pessoais deve ser crítica e levar em consideração o contexto social em que os dados são gerados e utilizados. O artigo propõe uma estrutura com cinco domínios para essa nova alfabetização: identificação, compreensão, reflexividade, usos e táticas de dados.

Os mesmos autores (2018) realizaram ainda outros dois estudos. O primeiro aborda a crescente preocupação com o uso de dados pessoais de jovens usuários

de dispositivos móveis. Com o aumento da interação com essas mídias, uma grande quantidade de informações é gerada e utilizada por anunciantes, desenvolvedores de conteúdo e terceiros para fins de perfil, previsão e posicionamento individual.

O objetivo foi investigar como os jovens podem desenvolver uma "consciência crítica" e práticas de "resistência" em relação ao uso de seus dados pessoais. O estudo, realizado com jovens de 13 a 17 anos, apesar dos resultados parcialmente bem-sucedidos, oferece *insights* valiosos sobre as questões técnicas, sociais e culturais que influenciam o engajamento dos jovens com seus dados.

O segundo estudo é uma espécie de complementação ao estudo anterior, abordando a importância dos dados pessoais gerados por jovens usuários de redes sociais e a necessidade de desenvolver "alfabetização crítica de dados" para lidar com essa questão.

Nos Estados Unidos, Chi *et al*. (2018) investigam a relação entre emoções, comportamentos e pensamentos de adolescentes em relação aos dados pessoais que geram nas redes sociais. O estudo entrevistou 22 adolescentes nos Estados Unidos. Os resultados sugerem que os adolescentes se sentem positivos em relação à sua habilidade de lidar com dados, mas inseguros ou negativos sobre questões de privacidade. Aqueles com sentimentos negativos em relação à privacidade tendem a se esforçar mais para proteger suas contas e perfis nas redes sociais. Com base nesses resultados, o estudo sugere que bibliotecários, educadores e desenvolvedores de *software* considerem esse modelo ao criar programas de educação sobre dados, serviços e aplicativos para adolescentes.

Com o objetivo de consolidar e aprimorar a visualização das abordagens nos estudos mencionados anteriormente, elaborou-se um quadro sintetizando essas abordagens, o qual é apresentado a seguir.

Quadro 13 – Abordagens dos estudos internacionais sobre Competência em Informação e Proteção de Dados

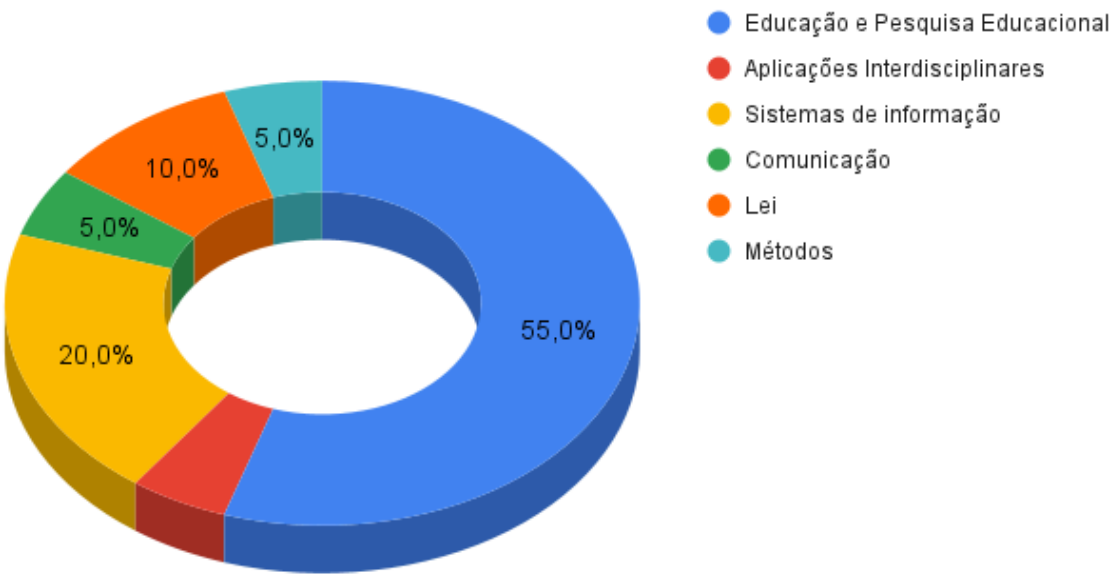
Estudos sobre Competência em Informação e Proteção de Dados	Abordagem
Indicators to assess preservice teachers' digital competence in security: A systematic review	Realizou pesquisa bibliográfica em busca de indicadores para avaliar o nível de competência digital em segurança de professores.
Pre-service teachers' perceptions of social media data privacy policies	Realizou entrevista com 384 futuros professores para avaliar o nível de competência digital em proteção de dados.
Conceptions and perspectives of data literacy in secondary education	Realizou pesquisa conceitual sobre alfabetização em dados e critica a visão tradicional que foca apenas em desenvolver habilidades técnicas, propondo uma visão mais holística.
Human-GDPR Interaction: Practical Experiences of Accessing Personal Data	Realizou estudo de caso sobre a conformidade das empresas ao GDPR.
Managing Personal Data in the Age of Surveillance Capitalism: A Sociomaterial Reading of Mozilla's Data Detox Kit	Realizou estudo de caso sobre um sistema de gerenciamento de dados pessoais.
"Party like it's December 31, 1983": Supporting Data Literacy at CryptoParties	Realizou estudo de caso sobre evento da área de proteção de dados como potencialidade para a alfabetização em dados.
eSurgery-digital transformation in surgery, surgical education and training: survey analysis of the status quo in Germany	Aplicou questionário visando compreender o nível de conhecimento de profissionais para uso de sistemas eletrônicos na área da saúde.
Finding, getting and understanding: the user journey for the GDPR'S right to access	Realizou estudo de caso sobre a conformidade das empresas e o entendimento dos usuários ao GDPR.
Development and validation of students' digital competence scale (SDiCoS)	Apresentou método de avaliação da competência digital geral de estudantes.
AI in My Life: AI, Ethics & Privacy Workshops for 15-16-Year-Olds	Apresentou projeto de capacitação voltada à proteção de dados pessoais e uso de IA, para estudantes do ensino médio.
Deepening Understanding: Adding Privacy into a Library and Information Studies Course	Discutiu a importância de incluir a proteção de dados nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Student teachers' responsible use of ICT: Examining two samples in Spain and Norway	Realizou pesquisa com futuros professores para avaliar o nível de competência digital em proteção de dados.
Authoring Data Stories in a Media Makerspace: Adolescents Developing Critical Data Literacies	Realizou estudo de caso com jovens de escola pública para avaliar a alfabetização crítica de dados.
Advanced data literacy culture enabled through app assistance for competence creation	Propôs uso de aplicativo em sala de aula como ferramenta educacional para conscientizar alunos sobre uso de dados pessoais.
Cyber Chronix, participatory research approach to develop and evaluate a storytelling game on personal data protection rights and privacy risks	Apresentou jogo educativo voltado à proteção de dados pessoais, para estudantes.
Privacy Literacy and the Everyday Use of Social Technologies	Aplicou questionário visando compreender o nível de conhecimento de usuários comuns acerca do uso de seus dados em plataformas digitais.
'Personal data literacies': A critical literacies approach to enhancing understandings of personal digital data	Propõe uma alfabetização de dados pessoais crítica e holística.
Doing data differently? Developing personal data tactics and strategies amongst young mobile media users	Realizou estudo de caso com jovens usuários de dispositivos móveis, para avaliar a competência digital.
"It's Not Like It's Life or Death or Whatever": Young People's Understandings of Social Media Data	Complementou estudo realizado anteriormente com jovens usuários de redes sociais e enfatizou a necessidade de desenvolver alfabetização crítica de dados.
Affective, Behavioral, and Cognitive Aspects of Teen Perspectives on Personal Data in Social Media: A Model of Youth Data Literacy	Realizou estudo de caso com jovens para avaliar questões psicológicas e comportamentais em relação aos dados pessoais que geram nas redes sociais.

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Com base nessas abordagens e utilizando o sistema de categorização da base de dados *Scopus*, considerando as devidas proporções, correções e modificações específicas, foi elaborado um gráfico para representar as métricas das abordagens adotadas nos estudos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Métrica das categorias de abordagens dos estudos internacionais



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Dessa forma, fica evidente que a maioria dos estudos trata de temas relacionados à educação e pesquisa educacional, seguidos por sistemas de informação e leis. Isso destaca a carência de pesquisas mais aprofundadas que estabeleçam uma correlação fundamental entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, mesmo em contextos internacionais.

3.3 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Neste subcapítulo, apresenta-se uma análise bibliométrica dos estudos recuperados nas buscas, abrangendo as áreas da Competência em Informação, Competência Digital e da Proteção de Dados Pessoais, nas bases de dados nacionais e internacional.

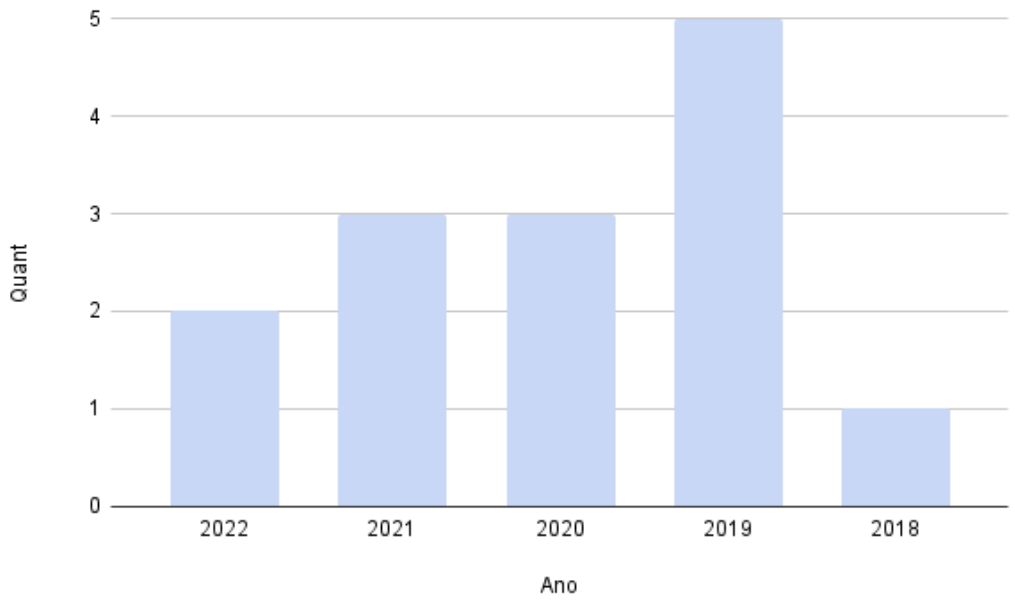
Inicia-se analisando as produções recuperadas na Brapci sobre Competência em Informação e Competência Digital em conjunto. Em seguida, são examinadas as produções relacionadas à Proteção de Dados Pessoais recuperadas na Brapci. Na

sequência, são analisadas as produções recuperadas na BDTD relacionadas à Competência em Informação e à Proteção de Dados. Por fim, são analisadas as produções encontradas na Scopus que relacionam a Competência em Informação à Proteção de Dados.

3.3.1 Análise bibliométrica da literatura encontrada na Brapci

Iniciando pela análise das 5 produções que abordam a Competência em Informação somadas às 9 que tratam da Competência Digital, recuperadas na Brapci, identificou-se que 2019 foi o ano com maior produção sobre o tema, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Métrica de estudos sobre Competência em Informação e Competência Digital encontrados na Brapci



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

No que diz respeito aos periódicos responsáveis pelas publicações, dentre as 14 pesquisas, 3 foram veiculadas na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, conforme demonstrado na tabela.

Tabela 1 – Quantitativo de periódicos sobre Competência em Informação e Competência Digital encontrados na Brapci

Periódico	Quant
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	3
Informação & Informação	1
Informação em Pauta	1
Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	1
Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação,	1
Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação	1
Ágora: Arquivologia Em Debate	1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Revista Folha de Rosto	1
Revista Conhecimento em Ação	1
Liinc em Revista	1
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

As instituições desempenham um papel crucial no estímulo à pesquisa. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e a Universidade Federal do Espírito Santo destacam-se como as principais instituições a fomentar pesquisas em Competência em Informação e Competência Digital, como indicado na tabela a seguir.

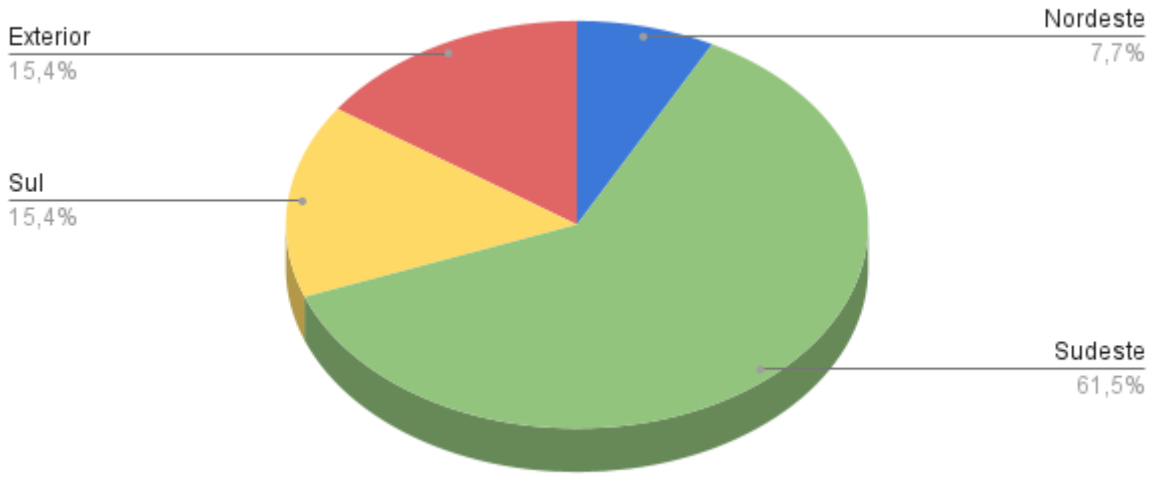
Tabela 2 – Quantitativo de instituições vinculadas às pesquisas publicadas na Brapci

Instituição	Quant
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	3
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	3
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	2
Universidad Carlos III de Madrid	2
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1
Universidade de São Paulo (USP)	1
Universidade Aberta de Portugal	1
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Quando se trata de Competência em Informação e Competência Digital, a região Sudeste se destaca como a principal produtora de estudos científicos no campo da Ciência da Informação, como ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Métrica de regiões do país relacionadas às Instituições das publicações

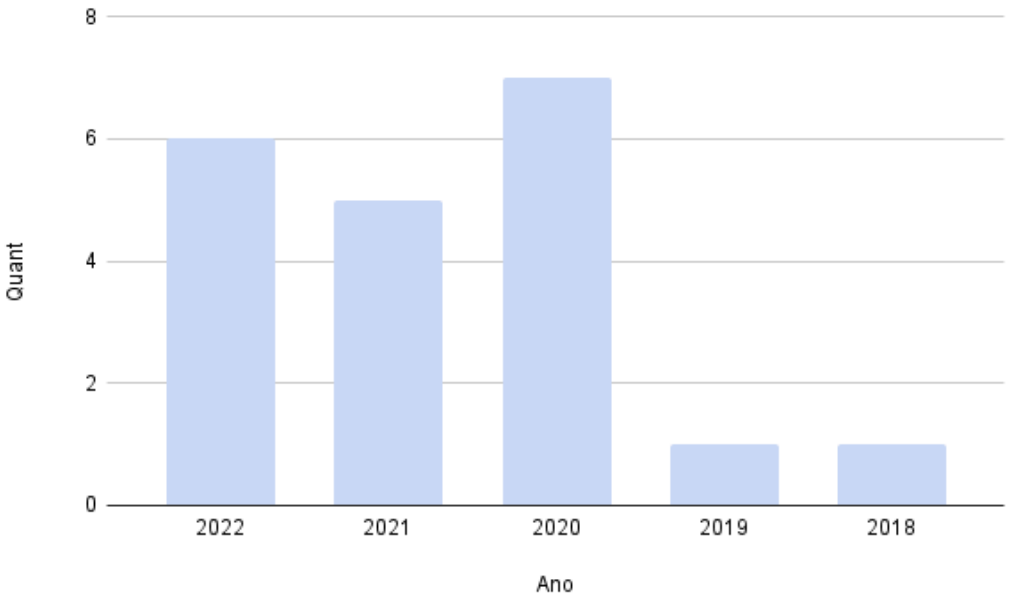


(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Entre os autores que têm contribuído significativamente para a discussão sobre o tema, destacam-se Mata, com três publicações, Belluzzo, com duas, e Moreiro-González, também com dois estudos.

No tocante às produções sobre Proteção de Dados identificadas na Brapci, dos 20 estudos analisados, sete foram publicados em 2020, destacando-se como o ano de maior produção de pesquisas relacionadas ao tema, conforme demonstrado no gráfico.

Gráfico 4 – Métricas de estudos sobre Proteção de Dados encontrados na Brapci



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

No que concerne aos periódicos responsáveis pelas publicações, das 20 pesquisas, as revistas que mais contribuíram sobre o tema foram a "Liinc em Revista", "Informação & Informação" e "P2P e Inovação", conforme demonstrado na tabela.

Tabela 3 – Quantitativo de periódicos sobre Proteção de Dados encontrados na Brapci

Periódico	Quant
Liinc em Revista	3
Informação & Informação	3
P2P e inovação	3
Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação	2
Acervo: Revista do Arquivo Nacional	2
AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento	1
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Logeion: Filosofia da Informação	1
Em Questão	1
Cadernos de Informação Jurídica	1
PBCIB: Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Os 20 estudos analisados contaram com o apoio de 23 instituições de ensino superior. Dentre aquelas que mais fomentam pesquisas na área, destacam-se a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Pernambuco e o Centro Universitário de João Pessoa, conforme indicado na tabela a seguir.

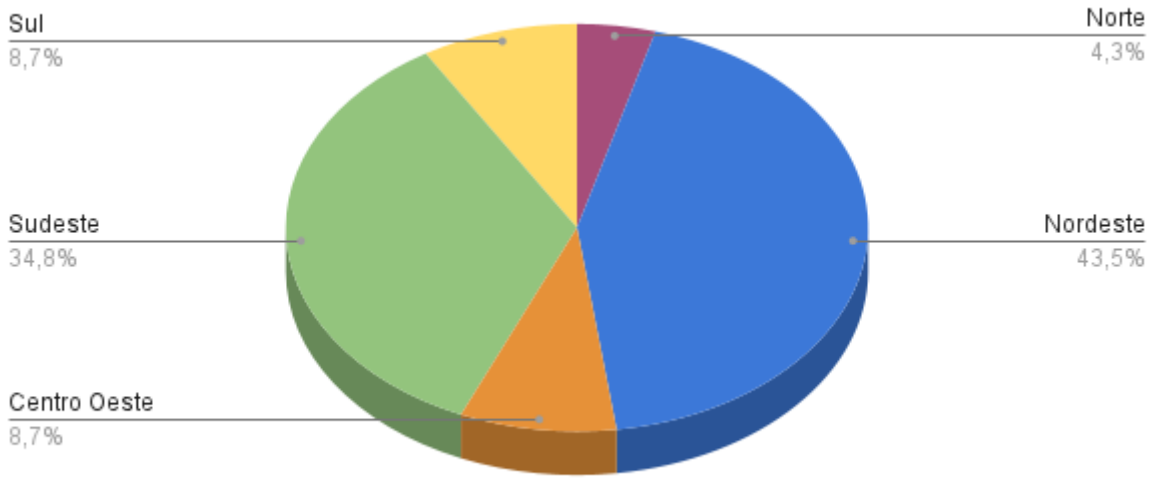
Tabela 4 – Quantitativo de instituições vinculadas às pesquisas publicadas na Brapci

Instituição	Quant
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)	2
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	2
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1
Universidade de São Paulo (USP)	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Universidade Potiguar (UnP)	1
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)	1
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1
Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC)	1
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)	1
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1
Universidade de Brasília (UnB)	1
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1
Universidade de Marília (Unimar)	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Quando se trata de Proteção de Dados Pessoais, a região Nordeste se destaca como a principal produtora de estudos científicos no campo da Ciência da Informação, como ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Métrica de regiões do país relacionadas às Instituições das publicações



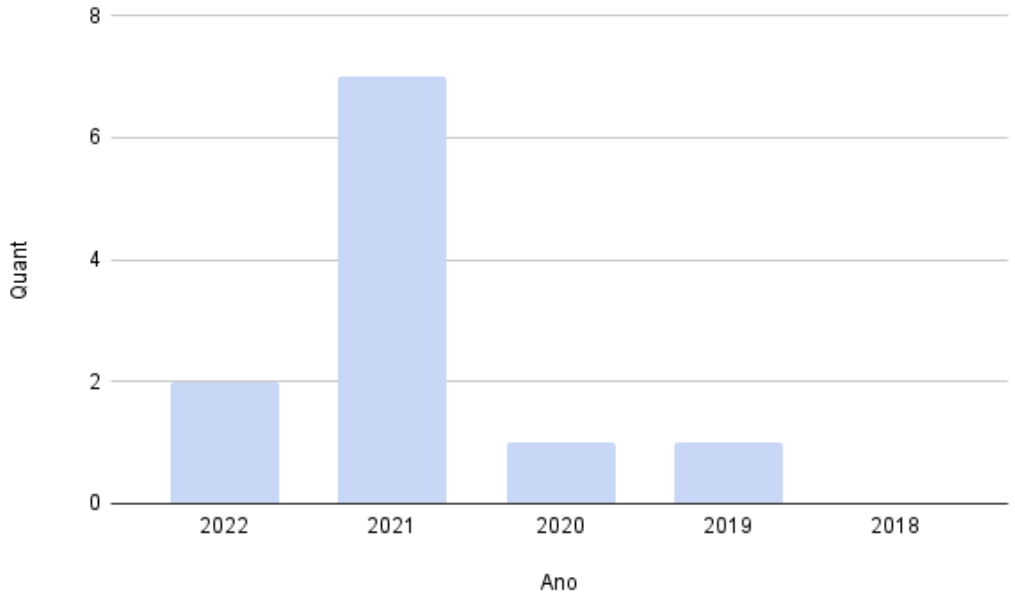
(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Dentre os autores que têm oferecido contribuições significativas para a discussão sobre o tema, destacam-se Lima, com três publicações, e Ferreira, com duas.

3.3.2 Análise bibliométrica da literatura encontrada na BDTD

Ao analisar as 11 dissertações e teses sobre Proteção de Dados selecionadas na busca na BDTD, verificou-se que 2021 foi o ano com maior produção sobre o tema, totalizando 7 estudos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Gráfico 6 – Métrica de estudos sobre Proteção de Dados encontrados na BDTD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

No que concerne aos Programas de Pós-Graduação associados aos estudos, a maioria deles, sem dúvida, pertence à área das Ciências Jurídicas. No entanto, observa-se também a participação de outros programas, como o Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ambos da Universidade Estadual Paulista, conforme destacado na tabela.

Tabela 5 – Quantitativo de Programas de Pós-Graduação associados aos estudos

Periódico	Quant
Programa de Pós-Graduação em Direito	8
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	1
Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia	1
Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Quanto às instituições de ensino superior envolvidas nos estudos, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho sobressaem-se como as principais instituições abordando a Proteção de Dados Pessoais em Teses e Dissertações, conforme evidenciado na tabela a seguir.

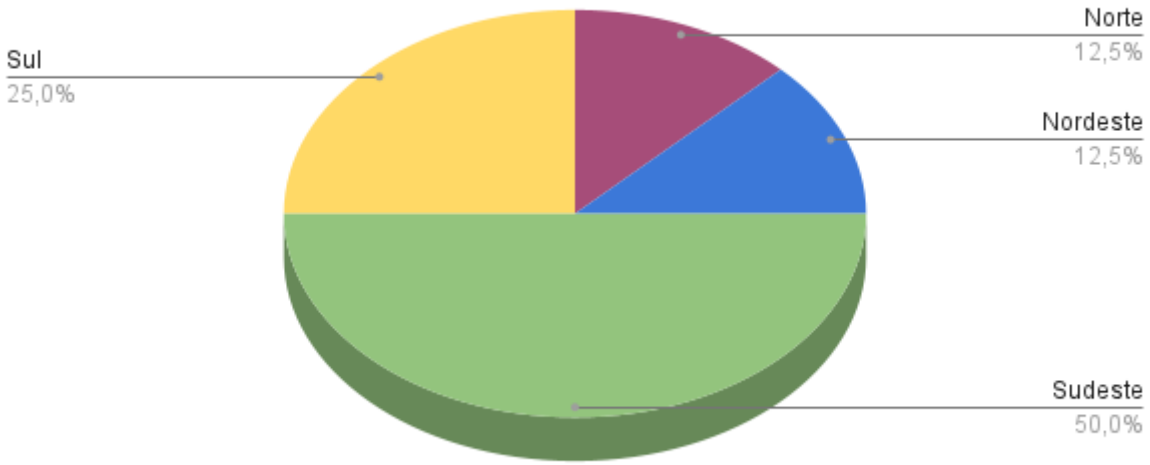
Tabela 6 – Quantitativo de Instituições vinculadas às pesquisas publicadas na BDTD

Instituição	Quant
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	3
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
Fundação Getulio Vargas (FGV)	1
Universidade de São Paulo (USP)	1
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1
Universidade de Fortaleza (Unifor)	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Dessa forma, fica evidente que a região que tem liderado as discussões sobre Proteção de Dados Pessoais no país é o Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo, com sete dos onze estudos, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Métrica de regiões do país relacionadas às Instituições das publicações



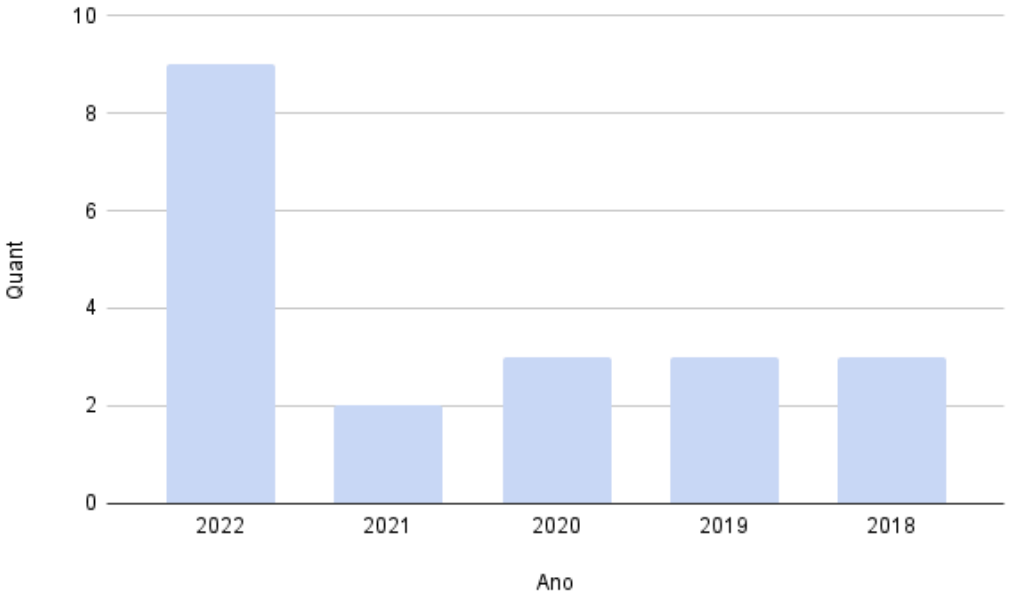
(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Ressalta-se novamente que, durante a pesquisa, a região Centro-Oeste não apresentou contribuições para os estudos na área.

3.3.3 Análise bibliométrica da literatura encontrada na *Scopus*

Com a análise das 20 produções selecionadas na *Scopus*, que abordam a Competência em Informação ou a Competência Digital aliadas à Proteção de Dados Pessoais, identificou-se que 2022 foi o ano com maior produção sobre o tema, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Gráfico 8 – Métrica de estudos encontrados na *Scopus*



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Por se tratarem de estudos originados em diversos países, os periódicos apresentam uma ampla variedade de nacionalidades, como evidenciado na tabela subsequente.

Tabela 7 – Quantitativo de periódicos encontrados na *Scopus*

Periódico	Quant
British Journal of Educational Technology	2
Education and Information Technologies	1
Behaviour & Information Technology	1
International Journal of Educational Technology in Higher Education	1
WebSci '21 Companion	1
Computers & Education	1
Journal of the Learning Sciences	1
New Media & Society	1
Social Media + Society	1

Big Data & Society	1
Communications in Computer and Information Science	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

As universidades de Melbourne, na Austrália, destacaram-se na promoção de pesquisas que estabelecem correlações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, como indicado na tabela a seguir.

Tabela 8 – Quantitativo de Instituições vinculadas às pesquisas

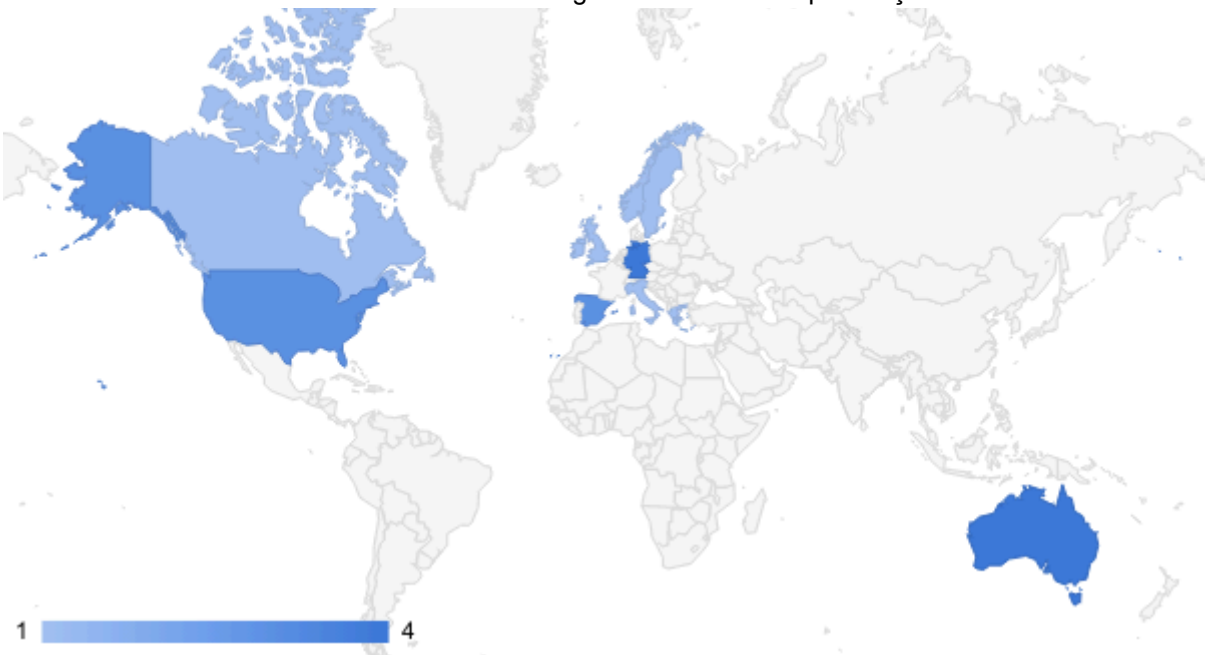
Instituição	Quant
Deakin University, Melbourne	3
Monash University, Melbourne	3
University of Granada, Granada	1
Simon Fraser University, British Columbia	1
University of Applied Science Bonn-Rhein-Sieg, Sankt Augustin	1
University of Siegen, Siegen	1
University of Macedonia, Thessaloníki	1
Dublin City University, Dublin	1
University of Oslo, Oslo	1
University of Valencia, Spain	1
University of Pennsylvania	1
Technische Universität Darmstadt, Darmstadt	1
University of Pittsburgh, Pittsburgh	1
University of Texas at Austin, Austin	1
University of Bremen, Bremen	1
Newcastle University, Newcastle upon Tyne	1
Northumbria University	1
University of Oldenburg	1

Linnaeus University, Växjö	1

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Assim, os países com maior número de estudos entre os selecionados foram Alemanha e Austrália, ambos com 4 estudos, seguidos pelos Estados Unidos e Espanha, cada um com 3 estudos, como mostrado no mapa gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Métrica das regiões mundiais das publicações



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

No cenário brasileiro, não dispomos de estudos aprofundados que estabeleçam de forma efetiva a relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Entre os autores estrangeiros que têm desempenhado um papel significativo na discussão deste tema, destacam-se Pangrazio e Selwyn, com 3 estudos.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Neste capítulo, explora-se a Competência em Informação, compreendendo sua origem, conceitos, terminologias adotadas, elementos, evolução histórica e sua adaptação na sociedade da informação em rede, que dá origem à competência digital.

A seção aborda os três vieses da Competência em Informação, as dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011), e as concepções da Competência em Informação propostas por Dudziak (2003). Examina-se o conceito de Competência Digital, bem como a sua relação com a Proteção de Dados Pessoais no Quadro de Competências Digitais para Cidadãos da Europa (*DigComp* 2.2, 2022).

4.1 CONCEITOS E ELEMENTOS DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A Competência em Informação foi introduzida na literatura em 1974, nos Estados Unidos, sob o termo "*information literacy*," por meio de um relatório elaborado pelo bibliotecário Paul Zurkowski, intitulado "*The Information Service Environment: Relationships and Priorities*". Nele,

> Zurkowski antevia um cenário de mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à *information literacy*. Sugeria que os recursos informacionais deveriam ser aplicados às situações de trabalho, na resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação. (DUDZIAK, 2003, p.24).

O conceito de information literacy evoluiu ao longo dos anos, abrangendo uma ampla variedade de habilidades e conhecimentos, incluindo aqueles relacionados à emancipação política e à cidadania, conforme destacado por Dudziak: “Todos os homens são iguais, mas aqueles que votam munidos de informação estão em posição de tomar decisões mais inteligentes que aqueles cidadãos que não estão bem informados.” (DUDZIAK *apud* OWENS, 2003, p.24).

A década de 1970 se destacou pela crescente preocupação com a explosão de informações em todo o mundo e pelo reconhecimento da informação como um ativo essencial para as sociedades. Esse contexto exigiu o desenvolvimento de

novas habilidades e conhecimentos que permitissem o uso eficiente e eficaz das informações. (DUDZIAK, 2003).

Nos anos 1980, a atenção voltou-se para o surgimento das novas tecnologias de informação, que transformaram os sistemas de informação e colocaram o computador no centro das atenções. Nessa época, a *information literacy* estava relacionada à capacitação em tecnologia da informação, tanto no ambiente profissional como nas instituições de ensino.

Segundo Dudziak, “Admitia-se a necessidade dessa capacitação, porém não havia ainda programas educacionais estruturados.” O que fez com que os bibliotecários começassem a perceber as conexões entre as bibliotecas e os sistemas de ensino, e entre a *information literacy* e o aprendizado ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003, p.25).

Segundo a autora, Patricia Senn Breivik desempenhou um papel fundamental ao promover a aproximação entre bibliotecários, professores e educadores em geral. A visão de Breivik, uma bibliotecária norte-americana, destacava a information literacy como um conjunto integrado de habilidades, incluindo estratégias de pesquisa e avaliação, conhecimento de ferramentas e recursos, e uma base de atitudes. (DUDZIAK, 2003, p.25).

Inicialmente, no Brasil, devido à falta de uma expressão em português que correspondesse a "information literacy," foram adotadas diferentes expressões como "alfabetização informacional," "letramento informacional," "literacia informacional," "fluência informacional" e "competência em informação." (DUDZIAK, 2003).

Todavia, para Dudziak,

> A utilização da expressão competência em informação parece ser a mais adequada em função de sua definição voltar-se a um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor direcionados à informação e seu vasto universo. (DUDZIAK, 2003, p.24).

Em 2008, Hatschbach e Olinto promoveram uma discussão abrangente sobre questões terminológicas e a evolução do conceito de Competência em Informação desde sua concepção inicial em 1974, conforme definido pela *American Library Association* (ALA)[4]. (DUDZIAK, 2003). Para a associação, “Para ser competente em

[4] Disponível em: https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential

informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias.” (ALA, 1989).

De acordo com Mata, a Competência em Informação começou a ser discutida no Brasil nos anos 2000. Desde então, alguns movimentos foram feitos visando sua consolidação, como a Declaração de Maceió (2011), o Manifesto de Florianópolis (2013) e a Carta de Marília (2014), bem como os Seminários de Competência em Informação[5] e o Fórum de Competência em Informação[6]. (MATA, 2021).

Segundo a autora,

> A competência em informação refere-se a processos informacionais, requerendo destrezas para o domínio de atividades instrumentais em diversos âmbitos, ambientes e formatos, bem como de compreensão dos conteúdos informativos visando à construção do pensamento crítico e de conhecimentos para posterior uso em seus contextos pessoais, sociais, sanitários, econômicos e políticos. (MATA, 2020, p. 3).

Mata também esclarece que a Competência em Informação pode ser abordada por meio de três perspectivas conceituais: como uma área disciplinar; como um processo de ensino-aprendizagem; e como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao cenário da informação (MATA, 2021).

Neste estudo, consideramos esses três prismas como elementos significativos para a caracterização da Competência em Informação, especialmente no contexto da Proteção de Dados Pessoais. Dessa maneira, detalharemos esses elementos de forma mais abrangente em um subcapítulo específico a seguir.

4.1.1 Os vieses da Competência em Informação

Conforme mencionado anteriormente, a Competência em Informação pode ser abordada por meio de três perspectivas: como uma área disciplinar, como um processo de ensino-aprendizagem e como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes.

---

[5] Disponível em: http://bit.ly/3ZztDLz
[6] Disponível em: http://bit.ly/3WemX2q

Como **área disciplinar**, a Competência em Informação é manifestada por meio de revistas científicas especializadas, bem como pela presença de profissionais dedicados ao tema e grupos de pesquisa reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (MATA, 2021).

Como um **processo de ensino-aprendizagem**, a competência em informação envolve a disponibilização de disciplinas, cursos e atividades oferecidas por bibliotecas e instituições educacionais, promovendo a aquisição de habilidades informacionais pelos usuários. (MATA, 2021).

A Associação de Bibliotecas Universitárias e de Pesquisa (*Association of College and Research Libraries* - ACRL) desenvolveu um referencial para Competência em Informação no ensino superior, composto por um conjunto de conceitos centrais interconectados, oferecendo opções flexíveis para a integração da Competência em Informação nos currículos de cursos universitários. (ACRL , 2015).

O objetivo era promover uma reforma educacional que abordasse as transformações no ambiente informacional, atendendo às demandas dos estudantes do século XXI e estimulando a pesquisa em Competência em Informação. (ACRL, 2015). Além disso, buscava fomentar a colaboração entre bibliotecários, professores e outros profissionais, oferecendo um guia para o desenvolvimento de programas de Competência em Informação. (ACRL , 2015).

A competência em informação, quando vista como um **conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes**, está intimamente ligada aos processos informacionais, envolvendo a identificação das necessidades das pessoas, a busca, o acesso, a avaliação das informações e das fontes de informação, bem como o uso e o compartilhamento das informações. (MATA, 2021).

Para Belluzzo, o aumento exponencial de informações disponíveis impactou não apenas as instituições ligadas a dados, informação e conhecimento, mas também os profissionais que nelas trabalham e os cidadãos em geral. Isso impõe a necessidade de incorporar novos conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à busca, acesso, avaliação, seleção, recuperação, uso e reuso de informações para construir conhecimento e aplicá-lo em um contexto social específico. (BELLUZZO, 2018).

Desta forma, a Competência em Informação seria uma resposta necessária à sobrecarga de informações na sociedade moderna, destacando a necessidade de habilidades específicas para lidar efetivamente com a vasta quantidade de dados disponíveis. (BELLUZZO, 2018).

Os vieses que consideram a Competência em Informação como um processo de ensino-aprendizagem e como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes são os aspectos de maior relevância para esta pesquisa. Não identificamos, no momento da pesquisa, uma conexão relevante entre os elementos da proteção de dados pessoais e a Competência em Informação enquanto área disciplinar.

Como processo de ensino-aprendizagem, a competência em informação oferece uma plataforma valiosa para incorporar e enfatizar os princípios e práticas relacionados à proteção de dados. Integrar tópicos de proteção de dados nos programas educacionais contribui para a formação de indivíduos conscientes, éticos e capacitados na gestão responsável dos dados pessoais, especialmente no contexto da sociedade da informação em rede.

Como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, a competência em informação é relevante para esta pesquisa, pois visa explorar as capacidades dos indivíduos em adquirir conhecimentos e habilidades que os auxiliem na compreensão do uso de seus dados e na percepção de seus direitos e garantias legalmente estabelecidos. Isso é fundamental para empoderar os indivíduos na proteção de seus dados pessoais e na defesa de sua privacidade na era da informação em rede.

Além dos vieses, Dudziak (2003) destaca outros elementos que denomina como os três níveis de concepção da competência em informação: a concepção em informação, a concepção em conhecimento e a concepção em inteligência.

Estes componentes da competência em informação são considerados relevantes para a compreensão de elementos relacionados à proteção de dados pessoais. Assim, analisaremos cada concepção de forma mais detalhada em um subcapítulo específico a seguir.

4.1.2 As Concepções da Competência em Informação

Conforme mencionado, no que diz respeito ao conceito e à evolução conceitual da Competência em Informação, Dudziak (2003) destaca três níveis diferentes de concepção: a concepção em informação, a concepção em conhecimento e a concepção em inteligência.

A **concepção em informação** está associada ao uso de tecnologias de informação e comunicação, concentrando-se nas habilidades de utilização de ferramentas e suportes tecnológicos. Segundo a autora,

> A *information literacy* com ênfase na tecnologia da informação prioriza a abordagem do ponto de vista dos sistemas, com o aprendizado de mecanismos de busca e uso de informações em ambientes eletrônicos. Limitado ao simples aprendizado de habilidades e conhecimentos instrumentais, praticamente mecânicos, tem como foco o acesso à informação. (DUDZIAK, 2003, p. 30).

Para Leite, essa concepção está centrada na tecnologia. Nesse contexto, a ênfase principal recai sobre o acesso à informação, dando importância ao conhecimento de mecanismos relacionados à recuperação, busca e utilização de informações em suportes eletrônicos. (LEITE, 2016).

Em outras palavras, essa abordagem valoriza a capacidade de lidar eficientemente com informações digitais, utilizando ferramentas tecnológicas para recuperar e buscar dados, bem como compreendendo como utilizar essas informações quando estão disponíveis em formatos eletrônicos. Essa perspectiva destaca a integração da tecnologia no processo de lidar com a informação. (LEITE, 2016).

A **concepção em conhecimento** está relacionada à busca, utilização e interpretação da informação para a construção do conhecimento, envolvendo a criação de modelos mentais. Essa abordagem concentra-se nos indivíduos e em seus processos cognitivos. Para Dudziak (2003, p. 30),

> Muitos autores relacionam a competência em informação aos processos de busca da informação para construção de conhecimento. Envolvendo uso, interpretação e busca de significados, dentro da perspectiva da sociedade do conhecimento, procura-se a construção de modelos mentais, não apenas respostas às perguntas. O foco está no indivíduo, em seus processos de compreensão da informação e seu uso em situações particulares.

Conforme Leite, essa concepção destaca os processos cognitivos. Nessa perspectiva, o foco principal está no indivíduo e na maneira como ele compreende e utiliza a informação em seu contexto específico. Isso envolve não apenas a capacidade de responder mecanicamente a perguntas, mas também a interpretação da informação e a busca por significados. (LEITE, 2016).

A ênfase na produção de modelos mentais destaca a importância de não apenas absorver a informação de maneira passiva, mas também de construir ativamente representações mentais que ajudam na compreensão e aplicação dessa informação. Desta forma, a concepção cognitiva destaca a centralidade dos processos mentais individuais na compreensão e uso da informação. (LEITE, 2016).

A **concepção em inteligência** diz respeito ao aprendizado ao longo da vida, associado à aquisição contínua de habilidades e conhecimentos. Nesse caso, o foco está no indivíduo e em sua relação social.

> Entender a *information literacy* nesse nível é considerar a dimensão social e ecológica do aprendiz, percebendo-o não mais como usuário, nem tampouco como indivíduo, antes como sujeito, que é o indivíduo enquanto ator social, cidadão (Tourraine apud Castells), inserindo-o perfeitamente na chamada sociedade de aprendizado. É incorporar as concepções anteriormente descritas [...]. Isto pressupõe mais que a apropriação tecnológica ou a mudança nos processos cognitivos. Presume a incorporação de um estado permanente de mudança, a própria essência do aprendizado como fenômeno social. (DUDZIAK, 2003, p. 30).

Leite explica que a concepção da inteligência tem ênfase no aprendizado contínuo. Além de habilidades e conhecimentos, essa concepção envolve a noção de valores. Isso significa que, ao considerar a inteligência e o aprendizado, é essencial levar em conta não apenas as habilidades técnicas e o conhecimento, mas também os valores, especialmente no contexto das interações sociais e das situações específicas em que o aprendizado ocorre. (LEITE, 2016).

Além disso, leva-se em consideração as mudanças individuais e sociais decorrentes desse processo de aprendizado contínuo. Há uma compreensão de que a inteligência não é estática, mas sim dinâmica, evoluindo ao longo do tempo em resposta a experiências e interações. Todos os sujeitos são considerados aprendizes, ressaltando a ideia de que o aprendizado é um processo contínuo e que todos estão em constante desenvolvimento intelectual. (LEITE, 2016).

Para ilustrar as diferentes concepções da competência em informação, Dudziak apresenta uma figura que ajuda a visualizar as distinções entre essas concepções.

Figura 1 - Concepções da Competência em Informação.



(**Fonte**: Dudziak, 2003).

Além dos vieses e das concepções da Competência em Informação, Vitorino e Piantola introduzem novos elementos à discussão: as dimensões da Competência em Informação. Dada a relevância dessas dimensões na abordagem da Competência em Informação em relação à Proteção de Dados Pessoais, examinaremos esse componente mais detalhadamente em um subcapítulo específico a seguir.

4.1.3 As Dimensões da Competência em Informação

Como mencionado anteriormente, foram identificadas quatro dimensões, conforme investigado por Vitorino e Piantola (2011): dimensões técnica, estética, ética e política.

A **dimensão técnica** está relacionada às habilidades de encontrar, avaliar e usar a informação. Segundo as autoras,

> Nesta dimensão, o termo técnica pode ser definido como uma habilidade ou forma requerida para a realização de determinada ação ou para a execução de um ofício [...] A ideia de técnica refere-se, portanto, a uma atividade eminentemente prática, de caráter objetivo, que se revela na própria ação cotidiana. (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102).

Essa dimensão compreende as competências essenciais no processo de busca de informações para resolver problemas e/ou atender às necessidades informacionais. A dimensão técnica está intrinsecamente ligada às outras dimensões e se destaca pela sensibilidade, percepção, harmonia nas interações e consideração pelo coletivo. (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

Essa dimensão vai além das habilidades técnicas, destacando também a importância de qualidades interpessoais, como sensibilidade e consideração pelos outros, no contexto da busca e utilização de informações. Isso acontece porque as dimensões não são isoladas, pelo contrário, são interligadas e se complementam.

Vitorino e De Lucca destacam que as habilidades técnicas são comparáveis a "ferramentas", essenciais para facilitar a localização, avaliação e utilização das informações. No entanto, ressaltam a importância do pensamento crítico como elemento fundamental para filtrar as informações. (VITORINO; DE LUCCA *apud* Eisenberg, 2020).

Embora sejam habilidades técnicas, é fundamental compreender que elas requerem interpretação crítica. A interpretação crítica desempenha um papel essencial como um elemento de filtragem de informações.

Isso significa que, enquanto as habilidades técnicas são importantes para lidar com dados e informações, é igualmente crucial possuir a capacidade de analisar criticamente essas informações, possibilitando a tomada de decisões informadas e uma compreensão mais abrangente do contexto.

A **dimensão estética** “refere-se à capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação” (MATA, 2021, p. 237). Para Vitorino e Piantola, “A experiência estética está presente em todos os aspectos da vida humana, constituindo-se como fator fundamental na construção da subjetividade e determinante do próprio caráter do homem.” (VITORINO; PIANTOLA (2011, p. 103).

Segundo as autoras, “a estética liga-se diretamente à política e à ética na busca da harmonia e da boa convivência em sociedade e no contexto coletivo, pois se constitui num movimento em direção à ordenação sensível do todo social.” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 103).

A dimensão estética reflete em diversos aspectos da vida humana, sendo considerada um fator importante na construção da subjetividade e determinante para o caráter do ser humano. Ela está diretamente relacionada à política e à ética, desempenhando um papel fundamental na busca pela harmonia e boa convivência na sociedade e no contexto coletivo. A estética, nesse contexto, é vista como um movimento em direção à ordenação sensível do todo social.

Para Vitorino e De Lucca, “a competência em informação revela elementos importantes nos sujeitos, tais como: a sensibilidade, a criatividade e curiosidade. Esses elementos estão presentes na Dimensão Estética.” (VITORINO; DE LUCCA, 2020, p.128).

Para as autoras, como todas as dimensões da Competência em Informação estão interligadas entre si, afirmam que a dimensão estética abrange o equilíbrio essencial entre o domínio das habilidades técnicas para utilizar recursos informacionais, a ética na utilização das informações, a compreensão política e social da informação, juntamente com a sensibilidade, criatividade e solidariedade ao empregar as informações e gerar novos conhecimentos. (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

Ao revelar elementos importantes nos indivíduos, como sensibilidade, criatividade e curiosidade, a dimensão estética sugere que a capacidade de lidar com informações não se restringe apenas ao aspecto técnico, mas também incorpora aspectos emocionais, enriquecendo a compreensão e a interação do indivíduo com o mundo ao seu redor.

A **dimensão ética** está relacionada ao uso responsável da informação. As autoras esclarecem que “a ética não se refere apenas ao bem ou mal do indivíduo, mas também à sua relação com o bem e os objetivos da coletividade. A ética, portanto, existe sempre em função de ações capazes de propiciar o bem viver dentro do contexto social.” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 105).

Essa dimensão da Competência em Informação envolve a ação humana baseada em princípios que orientam a conduta dos indivíduos. Ela está presente na vida das pessoas, independentemente do ambiente ou contexto em que vivem.

Para Vitorino e De Lucca,

> A competência em informação e sua dimensão ética, na configuração atual da sociedade, são uma necessidade à vida acadêmica, profissional e pessoal dos indivíduos. A quantidade de dados gerados, manipulados, armazenados e distribuídos pelas tecnologias trazem à tona problemáticas que exigem o uso adequado desses dados para que se convertam em informação. Essas problemáticas referem-se a questões de plágio, de direito autoral, de liberdade de expressão, de acesso livre ao conhecimento, de censura, dentre outras. Não saber lidar com a informação pode trazer implicações legais para os indivíduos, além de causar outro fenômeno chamado desinformação. (VITORINO; DE LUCCA, 2020, p. 150).

A dimensão ética permeia as outras dimensões da Competência em Informação - técnica, estética e política. Isso sugere que, ao lidar com informações, os indivíduos devem considerar não apenas aspectos técnicos, estéticos e políticos, mas também agir de maneira ética, seguindo princípios que orientem suas ações para uma conduta adequada e responsável. A ética, assim, é vista como um guia fundamental para as relações sociais.

A **dimensão política** refere-se aos direitos e deveres dos indivíduos como cidadãos integrantes de uma sociedade. Nesse contexto, a política é vista como algo que compreende o ser humano como um ser social.

Essa dimensão destaca a ideia de que os seres humanos participam de um ambiente social, no qual constroem relações entre si. Desta forma, a política é entendida como um processo dinâmico de interações que ocorre nesse ambiente social. (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

A dimensão política da Competência em Informação destaca a interconexão entre a política e a natureza social do ser humano, enfatizando que a participação em interações dinâmicas é uma parte essencial da experiência política dentro da sociedade. (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

Conforme Vitorino e Piantola,

> Esta dimensão tem mostrado, nos mundos antigo e contemporâneo, importância significativa à competência informacional. O recente desenvolvimento das sociedades

> democráticas, aliado ao crescimento acelerado da oferta de produtos informacionais, tem levado os governos de diversos países a empreender esforços no sentido de incentivar programas voltados à competência informacional de seus cidadãos, visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania. (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106).

As autoras elaboraram um quadro a fim de sintetizar as características das dimensões da Competência em Informação.

Figura 2 - Dimensões da Competência em Informação.

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
Meio de ação no contexto da informação. Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos. Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.	Criatividade sensível. Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação. Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.	Uso responsável da informação. Visa à realização do bem comum. Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.	Exercício da cidadania. Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social. Capacidade de ver além da superfície do discurso. Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.

(**Fonte**: Vitorino; Piantola, 2011).

Acredita-se que, com o avanço da tecnologia e da informação, essas dimensões ocorram, principalmente, em ambientes virtuais. A inclusão social e digital ganhou destaque, especialmente no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação.

No período de 2001 a 2005, Lecardelli e Prado (2006) conduziram um estudo pioneiro com o objetivo de compreender o estado da arte da Competência em Informação no Brasil. Eles constataram que a maioria da produção científica no país estava relacionada à tecnologia da informação, ou seja, focada em questões tecnológicas relacionadas ao acesso e disponibilização de informações.

Questões relacionadas ao ambiente digital e as competências necessárias e adaptadas a essa nova realidade suscitam discussões e dúvidas, inclusive, sobre o termo mais apropriado a ser utilizado.

No Brasil, percebe-se a utilização de termos como “alfabetização midiática informacional” (UNESCO, 2016), “competência em informação e midiática” (BELLUZZO, 2018), “competência digital” (FEIJÓ, 2020), “competência em informação e digital” (SANTOS, 2021), e “competência midiática e digital” (ROSETTO, 2021).

Não existe ainda um consenso sobre a terminologia adequada a ser utilizada para nos referirmos à Competência em Informação voltada para o ambiente digital, e essa pesquisa não busca deliberar sobre terminologias. Portanto, utilizaremos o termo "Competência Digital" quando for necessário referenciar especificamente a Competência em Informação no ambiente virtual. De qualquer forma, o foco desta pesquisa é a Competência em Informação de maneira geral, em todas as suas formas.

4.2 COMPETÊNCIA DIGITAL

Como visto anteriormente, a Competência Digital pode ser considerada uma extensão da Competência em Informação mais específica para o contexto da era digital e da tecnologia da informação. Ela se concentra nas habilidades e conhecimentos necessários para localizar, avaliar, organizar, usar e comunicar informações em ambientes digitais. A competência digital é uma parte essencial da Ciência da Informação e da educação em competência em informação, pois lida com os desafios e oportunidades específicos apresentados pelo uso da tecnologia digital.

Para Belluzzo, “Em face da mudança do físico para o virtual e da importância crescente das interações baseadas no digital, é necessário refletir sobre quais as competências que importam desenvolver na sociedade contemporânea.” (BELLUZZO, 2005, p. 43).

Nos últimos tempos, especialmente na última década, o mundo tem passado por uma transformação digital significativa. Segundo Belluzzo, “atualmente, pode-se

dizer que a sociedade gira e é caracterizada em torno da Era Digital." (BELLUZZO, 2019, p.5).

Isso significa que os recursos tecnológicos estão mais próximos e presentes em nossas vidas, e estamos nos tornando cada vez mais conectados. Utilizamos recursos digitais para dar e receber aulas, pagar contas por meio de aplicativos bancários em nossos *smartphones*, fazer compras em plataformas online, pesquisar em bases de dados e bibliotecas virtuais, socializar por meio de redes sociais digitais e até mesmo utilizamos tecnologia digital em nossas roupas. Para Watari, "os indivíduos estão conectados à tecnologia, seja no celular, no tablet ou em qualquer outro objeto tecnológico." (WATARI, 2022, p.7).

Paulo (2022) destaca que o surgimento da internet e das mídias digitais revolucionou a sociedade, oferecendo um amplo acesso à informação e alterando fundamentalmente nossas relações interpessoais e nossa interação com o ambiente que nos cerca.

Moreiro-González acredita que "Compreender a transformação digital é entender o futuro. A virtualidade mudou as tarefas a serem executadas, os centros nos quais elas são realizadas, a organização e os métodos de trabalho." (MOREIRO-GONZÁLEZ, 2019, p. 7).

Devido a essa transformação proporcionada pela Era Digital, que provavelmente foi acentuada pela situação de pandemia que vivenciamos recentemente, é de suma importância que saibamos como gerenciar a abundância de ativos informacionais que nos chegam, principalmente através da internet. Dominar essa habilidade implica uma forma de competência em informação adaptada ao ambiente digital, que pode ser entendida como

> Um conjunto de competências que empodera os cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, usar, criar e compartilhar informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos, usando várias ferramentas, com senso crítico e de forma ética e efetiva, para que participem e engajem-se em atividades pessoais, profissionais e sociais. (UNESCO, 2016, p.29).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), esse conjunto de competências aplicadas no

ambiente digital capacita os cidadãos a “encontrar, gerenciar, criar e disseminar informação e conhecimento” utilizando ferramentas tecnológicas de forma eficiente.

O aprendizado dessas competências “ajuda a minimizar os riscos relacionados à confiabilidade da informação, à privacidade, à segurança, aos assuntos éticos e à possibilidade de abuso por parte de algum indivíduo ou entidade pública ou privada.” E complementa ainda que “é importante que os cidadãos compreendam as formas pelas quais a informação e o conteúdo midiático podem ser acessados, como esses conteúdos são originados, como são criados, financiados, protegidos, avaliados e compartilhados.” (UNESCO, 2016, p.26).

Savegnago afirma que “a competência digital está relacionada à capacidade de utilização de aparelhos como desktop, notebook, tablet, web e as demais tecnologias que constituem as TDIC.” Portanto, nas palavras do autor, os indivíduos que conseguem usar a tecnologia de maneira eficaz, eficiente e ética em suas atividades pessoais ou profissionais são considerados competentes digitalmente. (SAVEGNAGO, 2019, p.23).

Neste sentido, Feijó explica que “por competência digital, entende-se o conjunto de conhecimentos que permite que uma pessoa seja fluente nos processos que envolvem a criação e o uso de ferramentas e produtos digitais, dentre eles a informação.” (FEIJÓ, 2020, p. 641).

Segundo Paletta,

> Na sociedade moderna, a informação tem papel estratégico para a definição de estratégias de competitividade global, situação que exige propostas de formação profissional que atendam às demandas do mercado de trabalho no entorno digital. (PALETTA, 2020, p. 328).

Para Pecegueiro, “competência digital é um conjunto de conhecimentos, aptidões, e atitudes para usar as tecnologias digitais e por consequência, participar ativamente da cultura digital.” (PECEGUEIRO, 2017, p. 1956).

Watari (2002) cita ainda o conceito de competência digital contida no “Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos (DigComp)”, que “ inclui: competência em informação e em dados comunicação e colaboração, criação de conteúdo digital, resolução de problemas e segurança.” E detalha que em uma das áreas abordadas pelo documento, denominada “Literacia da informação e de

dados", figuram habilidades e capacidades para analisar e avaliar dados, informações e conteúdos em ambientes digitais.

A autora menciona ainda a versão do documento destinada à educadores, o "Quadro Europeu de Competência Digital para Educadores (DigCompEdu)", que pretende orientar educadores para que adquiram o domínio da competência em informação voltada para o ambiente digital, a fim de que sejam capazes de ensiná-lo aos estudantes.

Paulo enfatiza que "o conceito de competência digital, até recentemente estava ligado ao domínio de ferramentas e instrumentos tecnológicos, no entanto, atualmente inclui diversos aspectos relacionados ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC." (PAULO, 2022, p.7).

O mesmo lembra Savegnago, ao mencionar "o entendimento da segurança da informação, a privacidade de dados na Internet e o uso ético da informação advinda da web" que, segundo ele, são aspectos essenciais na competência em informação voltada para o ambiente digital. (SAVEGNAGO, 2019, p.26).

Isso evidencia a importância da competência em informação no ambiente digital para uma ampla gama de agentes e setores da sociedade. Além disso, percebe-se que não se trata apenas de dominar ferramentas tecnológicas, mas também de desenvolver um pensamento crítico e reflexivo em relação a essas tecnologias e ao contexto em que são aplicadas, especialmente no contexto de avanços tecnológicos e do uso de dados e informações pessoais em práticas que podem comprometer o direito à proteção de dados pessoais.

No entanto, no Brasil, ainda há pouca discussão sobre a interseção entre a competência em informação e a proteção de dados pessoais, apesar de ser um tema emergente e cada vez mais relevante na era da transformação digital, onde a privacidade é uma preocupação constante.

Ao realizar uma pesquisa usando termos que combinem a competência em informação, a competência digital e a proteção de dados, é notável que a quantidade de estudos retornados é quase inexistente. Esse é um resultado, de certa forma, inesperado, uma vez que, à primeira vista, a competência em informação e a competência digital podem ser perfeitamente relacionadas à proteção de dados.

A competência digital, assim como a proteção de dados, são essenciais em um mundo cada vez mais digitalizado, que valoriza os dados pessoais e onde o acesso à informação ocorre principalmente por meio de dispositivos e plataformas eletrônicas. Ela desempenha um papel crucial na promoção de uma interação segura e eficaz com informações em ambientes online, ao mesmo tempo em que capacita os indivíduos a utilizar a tecnologia de forma responsável, ética e segura.

A competência digital e a proteção de dados estão intimamente relacionadas, uma vez que a competência digital proporciona aos indivíduos a capacidade de protegerem seus dados pessoais na era digital. A competência digital promove a conscientização sobre a importância da privacidade e da proteção de dados pessoais. Pessoas digitalmente competentes estão mais cientes dos riscos de violações de privacidade e da necessidade de proteger informações pessoais.

Além disso, na prática, indivíduos com competência digital são capazes de ajustar as configurações de privacidade em dispositivos, aplicativos e plataformas online. Isso inclui controlar quem pode acessar suas informações e como elas são compartilhadas.

Pessoas com competência digital são mais propensas a reconhecer ameaças cibernéticas, como *phishing* e *malware*, que podem ser usadas para furtar dados pessoais. Isso ajuda a evitar ataques de engenharia social. Também são mais propensas a adotar comportamentos éticos na internet, o que inclui respeitar a privacidade de outras pessoas e evitar a divulgação indevida de informações pessoais. A competência digital permite ainda que as pessoas avaliem e usem ferramentas de segurança, como antivírus, *firewalls* e demais serviços para proteger seus dados pessoais.

A competência digital desempenha um papel fundamental na proteção de dados pessoais. Ela capacita os indivíduos a navegar no ambiente digital de forma mais segura, reconhecer riscos, adotar medidas preventivas e reparadoras, e garantir que suas informações pessoais sejam tratadas com responsabilidade.

A proteção de dados é uma parte crítica da segurança cibernética e da privacidade online, e a competência digital é um componente-chave na capacitação das pessoas para proteger suas informações, bem como para entender seus direitos

em relação à proteção de dados e a tomar medidas para garantir que esses direitos sejam respeitados.

No Brasil, carecemos de diretrizes que orientem os cidadãos quanto à competência digital, ao contrário do que ocorre em outros países. Na Europa, um exemplo notável é o Quadro de Competências Digitais para Cidadãos (*The Digital Competence Framework for Citizens - DigComp 2.2*), que desempenha o papel de um guia de competência digital, dedicado a ensinar as melhores práticas para compreensão e uso eficaz de informações no ambiente web.

4.3 *DIGCOMP 2.2*

O propósito deste capítulo é fornecer uma breve apresentação do Quadro de Competências Digitais para Cidadãos (*The Digital Competence Framework for Citizens - DigComp 2.2*), uma iniciativa da União Europeia voltada para o estímulo da competência digital. Desenvolvido pela Comissão Europeia, o *DigComp 2.2* integra-se à Agenda Digital para a Europa e já está em sua sexta versão desde o seu lançamento, em 2012.

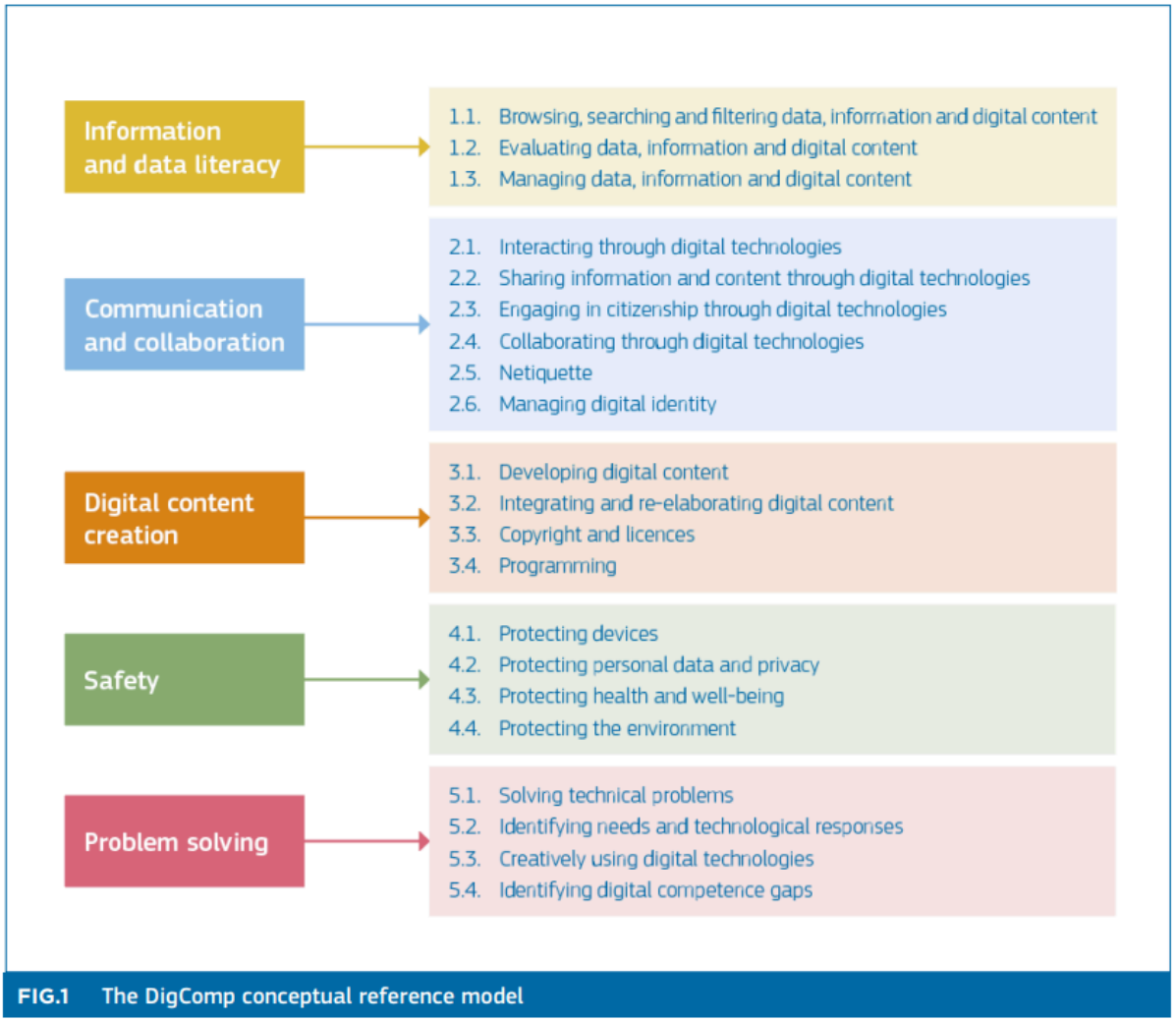
Ele foi concebido para fornecer uma estrutura comum que descreve as competências digitais essenciais que as pessoas necessitam desenvolver para uma participação plena na sociedade digital. O *DigComp 2.2* foi projetado com flexibilidade, sendo aplicável a diversas faixas etárias, contextos educacionais e níveis de habilidade.

No guia, a competência digital envolve o "uso confiante, crítico e responsável, bem como o envolvimento com tecnologias digitais para aprendizado, trabalho e participação na sociedade. É definida como uma combinação de conhecimento, habilidades e atitudes." (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, p.3, 2022).

O Quadro Europeu de Competências Digitais é categorizado em cinco áreas-chave de competências digitais: informação e dados, comunicação e colaboração, criação de conteúdo digital, segurança e resolução de problemas. Essa estrutura oferece uma base para a avaliação e desenvolvimento das competências digitais individuais, visando promover a inclusão e capacitação digital.

Cada uma dessas áreas é subdividida em níveis de competência, abrangendo desde o básico até o avançado, proporcionando uma estrutura completa para a avaliação e desenvolvimento das competências digitais das pessoas.

Figura 3 - Modelo de referência conceitual de Competência Digital do *DigComp 2.2*



(**Fonte:** Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022).

A área 4 do *DigComp 2.2* intitulada "*Safety*" é especialmente relevante para esta pesquisa, pois aborda a segurança digital e a proteção de dados pessoais e privacidade. Ela engloba competências relacionadas à proteção da identidade online, dados pessoais e compreensão dos princípios fundamentais de segurança digital de maneira geral.

São competências informacionais que buscam proteger dados pessoais e privacidade em ambientes digitais. Isso envolve compreender como usar e compartilhar informações pessoalmente identificáveis, garantindo simultaneamente a autodefesa e a proteção de terceiros contra possíveis danos. Além disso, é crucial entender que os serviços digitais empregam uma Política de Privacidade para informar como os dados pessoais são utilizados. (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, p.37, 2022).

Esta área envolve a conscientização sobre a importância de manter informações pessoais seguras na internet. Isso inclui compreender práticas seguras ao criar contas online, gerenciar senhas e evitar a divulgação excessiva de informações pessoais.

Além disso, abrange a compreensão das configurações de privacidade em plataformas digitais, a escolha de quem pode acessar informações pessoais e a consciência sobre os riscos associados à divulgação inadequada de dados. A área também engloba a compreensão de ameaças digitais comuns, como vírus, *malware* e *phishing*, e a adoção de práticas seguras ao navegar na internet, baixar arquivos e interagir com conteúdo online.

A área de segurança digital no *DigComp 2.2* visa equipar os indivíduos com as competências necessárias para proteger sua identidade e dados pessoais, além de promover um comportamento ético e seguro online. Essas competências são essenciais em um ambiente digital onde as ameaças cibernéticas podem representar riscos significativos para a segurança e privacidade das pessoas.

O *DigComp 2.2* não é apenas destinado a indivíduos, mas também pode ser utilizado por educadores, empregadores e formuladores de políticas para orientar o desenvolvimento de programas de educação digital, treinamento e políticas públicas. É uma ferramenta importante para promover a competência digital na Europa e além.

Aliás, destinado aos educadores, há o *DigCompEdu*, uma extensão do *DigComp* focada explicitamente no contexto educacional. O *DigCompEdu* adapta os princípios e competências do *DigComp* para o ambiente de ensino e aprendizagem, auxiliando educadores e instituições educacionais a incorporar competências digitais de forma efetiva no currículo e na prática pedagógica.

Apesar da ausência de um manual de competências digitais no Brasil, essa iniciativa poderia e deveria ser adotada, especialmente considerando a posição do país em rankings de golpes relacionados ao uso indevido de dados pessoais.

5 O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O objetivo deste capítulo é fornecer uma contextualização histórica sobre o direito à proteção de dados pessoais, traçando sua evolução desde o direito à privacidade e à intimidade. Além disso, busca-se delimitar o conceito de proteção de dados conforme apontado por estudiosos e operadores do Direito Brasileiro.

A Emenda Constitucional nº 115/2022 será apresentada de forma sucinta, enquanto a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais será abordada de maneira mais aprofundada, sendo esta a principal legislação brasileira atualmente relacionada à proteção de dados pessoais. Os fundamentos, conceitos e princípios da LGPD serão discutidos em detalhes, uma vez que são considerados seus elementos fundamentais.

5.1 EVOLUÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE

A proteção de dados não é um conceito recente, embora tenha passado por notável evolução ao longo dos últimos anos, impulsionada principalmente pelos avanços tecnológicos e pela crescente preocupação com a privacidade e a segurança das informações dos cidadãos.

Desde tempos remotos, a proteção das informações pessoais tem sido uma preocupação em diversas culturas e sociedades. Contudo, com o advento da era digital e a expansão da internet, os desafios relacionados à segurança e privacidade dos dados se tornaram mais complexos e urgentes.

Antes do surgimento dos computadores e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC’s), os dados e informações pessoais eram gerenciados manualmente em suportes físicos, como papel, por exemplo. Esse

cenário limitava a quantidade de dados em circulação, mas não diminuía a importância da proteção desses ativos.

No final do século XIX, a sociedade testemunhou o crescimento da imprensa e da fotografia, o que resultou na exposição da vida privada das pessoas a um público cada vez mais amplo. Com o surgimento de novos equipamentos e técnicas, a captura e divulgação de imagens das pessoas sem consentimento tornaram-se possíveis, gerando uma preocupante perda de controle sobre a esfera privada. (FERREIRA, 2021).

Esses avanços tecnológicos trouxeram desafios éticos e legais, uma vez que o direito à privacidade e à intimidade passou a ser ameaçado pela facilidade com que imagens pessoais podiam ser disseminadas sem o devido consentimento das pessoas envolvidas.

Em 1890, Louis Dembitz Brandeis e seu amigo e sócio Samuel Dennis Warren, ambos advogados norte-americanos, escreveram o notável artigo intitulado "*The Right to Privacy*" (O Direito à Privacidade) em resposta à feroz invasão da privacidade em práticas jornalísticas da época, com o uso das recém concebidas máquinas fotográficas. (BRANDEIS; WARREN, 1890).

Nele, os autores discorrem sobre alguns direitos relacionados ao direito à privacidade, como o direito à vida privada, o direito à liberdade, o direito à propriedade, o direito à proteção do bem-estar e da paz de espírito, e o direito à proteção contra exposições, entre outros.

Brandeis e Warren argumentam que o direito à privacidade é essencial para proteger a dignidade, a autonomia e a liberdade dos indivíduos. Eles descreveram a privacidade como o "direito de estar só", ou o “direito de ser deixado em paz”, enfatizando que os indivíduos devem ter o poder de controlar quais informações sobre suas vidas privadas são levadas à público.

Ademais, os autores enfatizam que a privacidade não é apenas uma questão de evitar escândalos, mas sim uma necessidade fundamental para o bem-estar social e psicológico das pessoas. Eles argumentam que, sem proteção à privacidade, as pessoas se tornam mais suscetíveis a danos psicológicos e emocionais causados pela exposição excessiva e não consensual de suas vidas privadas. Segundo eles,

> *The press is overstepping in every direction the obvious bounds of propriety and of decency. Gossip is no longer the resource of the idle and of the vicious, but has become a trade, which is pursued with industry as well as effrontery. To satisfy a prurient taste the details of sexual relations are spread broadcast in the columns of the daily papers. To occupy the indolent, column upon column is filled with idle gossip, which can only be procured by intrusion upon the domestic circle. The intensity and complexity of life, attendant upon advancing civilization, have rendered necessary some retreat from the world, and man, under the refining influence of culture, has become more sensitive to publicity, so that solitude and privacy have become more essential to the individual; but modern enterprise and invention have, through invasions upon his privacy, subjected him to mental pain and distress, far greater than could be inflicted by mere bodily injury.* (BRANDEIS; WARREN, 1890, p.196).

O escrito propôs a criação de uma nova área do direito, chamada de "direito à privacidade", que forneceria proteção legal contra a invasão não autorizada da vida privada. O artigo é reconhecido até os dias atuais por sua contribuição e impacto significativos na evolução do direito à privacidade, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países. Segundo Doneda,

> Um dos tópicos mais importantes e que garantem o interesse até hoje no artigo de Warren e Brandeis de 1890 é a constatação do vínculo da tutela da privacidade ao progresso tecnológico. Esse progresso torna possíveis novas formas de veiculação e obtenção de informações sobre as pessoas, sendo o vetor principal que proporcionou a demanda pela elaboração de um direito à privacidade, que veio a se consolidar em diversos ordenamentos jurídicos desde então. (DONEDA, 2020, p.25).

No Brasil, o direito à privacidade é um direito constitucionalmente reconhecido e estabelecido no rol dos Direitos e Garantias Fundamentais. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) em seu artigo 5º, inciso X, estabelece que “[...] são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas [...]”. (BRASIL, 1988).

A maneira como foi redigido o inciso despertou dúvidas sobre a diferenciação entre intimidade e vida privada, levando a questionamentos sobre as distinções entre esses dois elementos. Apesar dessa separação, ambos estão intrinsecamente relacionados no âmbito dos direitos individuais.

Em 1960, William Lloyd Prosser, professor norte-americano, escreveu o artigo intitulado “*Privacy*”, no qual propôs uma distinção entre o direito à privacidade e o direito à intimidade. Para ele, o direito à privacidade tem um conceito mais amplo,

enquanto que o direito à intimidade abarca um aspecto mais restrito e sensível da vida pessoal. A intimidade abrange informações altamente pessoais, como sentimentos, crenças religiosas, relacionamentos familiares e segredos pessoais, que estão no cerne da individualidade de uma pessoa. (PROSSER, 1960).

Portanto, o direito à privacidade pode ser considerado um direito abrangente, que se refere ao controle que um indivíduo tem sobre suas informações pessoais e sua vida privada. Direito esse que abrange uma série de aspectos, incluindo a capacidade de controlar o acesso a informações pessoais, a liberdade de estar livre de intromissões não autorizadas em sua vida privada e a confidencialidade das comunicações privadas, como estabelecido no artigo 5º, incisos X, XI e XII da CRFB/88.

Já o direito à intimidade refere-se especificamente à proteção da vida íntima e pessoal de um indivíduo, abrangendo aspectos como suas relações familiares, sua sexualidade, suas crenças religiosas, filosóficas e políticas, seu estado de saúde, e seus sentimentos e emoções. Protegendo tais aspectos da vida de uma pessoa contra intromissões e divulgações não autorizadas.

Percebe-se que, enquanto o direito à privacidade engloba uma gama mais ampla de proteções relacionadas à informação pessoal e vida privada, o direito à intimidade é mais específico, protegendo aspectos mais sensíveis e íntimos da vida de um indivíduo.

Também o Direito Alemão faz essa distinção, e acrescenta ainda uma outra categoria, a do sigilo. Segundo a “Teoria dos círculos concêntricos da esfera da vida privada”, do jurista alemão Heinrich Hubmann, cunhada no ano de 1950, existem três círculos concêntricos na esfera da vida privada dos indivíduos, o da esfera privada, o da esfera íntima e o da esfera do segredo.

> Na primeira, a esfera privada, estão contidas as outras duas esferas. Nela se encontram aspectos da vida da pessoa excluídos do conhecimento de terceiros. Aproxima-se, de certa forma, da noção de privacidade ou *privacy*. A esfera íntima é a segunda, intermediária às outras duas, contendo os valores do âmbito da intimidade, com acesso restrito a determinados indivíduos com os quais a pessoa se relaciona de forma mais intensa. Por fim, a menor e mais interna esfera, a do segredo, referindo-se ao sigilo. Desse modo, quanto mais interna for a esfera, mais intensiva deve ser a proteção jurídica da mesma. (HIRATA, 2017, s/p.).

Hirata acrescenta que, embora tais distinções sejam feitas, existe “a impossibilidade de se determinar cientificamente as fronteiras que dividem as fatispécies nas três esferas”. (HIRATA, 2017, s/p.).

Não obstante, o conceito de direito à privacidade evoluiu e se expandiu para incluir não apenas a proteção contra importunações fotográficas, mas também a proteção da privacidade em ambientes digitais, na era da tecnologia da informação.

Doneda (2006, p.4) afirma que “essa doutrina do direito à privacidade, cujo início podemos considerar como sendo o famoso artigo de Brandeis e Warren, The right to privacy, tem uma clara linha evolutiva.” Para o autor, mesmo que o famoso artigo continue a ser valorizado e frequentemente citado, é fundamental compreender que o contexto da época em que foi escrito era diferente, e o conceito de privacidade atualmente engloba uma complexidade muito maior do que apenas o isolamento, a tranquilidade e o direito de ser deixado só.

Embora o referido artigo tenha sido pioneiro e relevante para o entendimento inicial da privacidade, o avanço tecnológico e as mudanças sociais transformaram profundamente a percepção e as questões relacionadas à privacidade. De acordo com o autor, “Este novo quadro é desenhado basicamente por novas dinâmicas associadas à informação, que a torna potencialmente mais importante. A informação pessoal - à qual nos referimos como sendo a informação que se refere diretamente a uma pessoa - assume pressupostos diversos.” (DONEDA, 2006, p.7).

Nesse cenário em constante evolução, é essencial que as abordagens sobre privacidade sejam atualizadas para refletir a complexidade das questões contemporâneas relacionadas à proteção dos dados pessoais e da intimidade dos indivíduos. Compreender e abordar a privacidade de forma mais abrangente e contextualizada é crucial para garantir a proteção adequada dos direitos individuais em um mundo cada vez mais “conectado”.

Sendo assim, para Doneda (2006, p.9), “a tecnologia, em conjunto com algumas mudanças no tecido social, vai definir diretamente o atual contexto no qual a informação pessoal e a privacidade se relacionam.” Ainda para o autor,

> A privacidade nas últimas décadas reuniu uma série de interesses ao redor de si, o que modificou substancialmente o seu perfil. Assim, chegamos ao ponto de verificar [...] que o direito à privacidade não mais se estrutura em torno do eixo “pessoa-informação-segredo” [...]

> mas sim no eixo “pessoa-informação-circulação-controle.” (DONEDA, 2006, p.14).

Significa dizer que a proteção da privacidade na sociedade da informação vai além da simples preservação do isolamento e da tranquilidade. Ela envolve a garantia de meios necessários para consolidar todos os elementos da esfera da vida privada dos indivíduos. Isso implica em respeitar a capacidade de cada indivíduo de controlar suas informações pessoais.

Para Mendes (2008, p.17), o direito à privacidade evoluiu “[...] para se adaptar às novas transformações sociais ocasionadas pela revolução da tecnologia da informação que possibilitou a coleta e o processamento dos dados pessoais dos cidadãos de forma pioneira.” Ainda para a autora, “[...] o direito à privacidade transformou-se para ensejar o nascimento da disciplina de proteção de dados pessoais, à medida que surgiram novos desafios ao ordenamento jurídico a partir do tratamento informatizado dos dados.”

A autora compreende que o direito à proteção de dados é uma evolução natural do direito à privacidade, considerando as circunstâncias de constante inovação tecnológica na sociedade contemporânea. À medida que a tecnologia avança e o mundo se torna cada vez mais digital, o tratamento e a circulação de dados pessoais se intensificam, criando novos desafios para a preservação da privacidade e da segurança dos indivíduos. Nesse contexto, o direito à proteção de dados emerge como uma extensão e uma adaptação do direito à privacidade.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Doneda afirma que “a temática da privacidade passou a se estruturar em torno da informação e, especificamente, dos dados pessoais”, compreendendo o direito à proteção de dados pessoais como herdeiro do direito à privacidade, ao passo que

> [...] entre os novos prismas para visualizar a questão, mantém-se uma constante referência objetiva a uma disciplina para os dados pessoais, que manteve o nexo de continuidade com a disciplina da privacidade, da qual é uma espécie de herdeira, atualizando-a e impondo características próprias. Mediante a proteção de dados pessoais, garantias a princípio relacionadas com a privacidade passam a ser vistas em uma ótica mais abrangente, pela qual outros interesses devem ser considerados, abrangendo as diversas formas de controle tornadas possíveis com o tratamento de dados pessoais. (DONEDA, 2020, p.164).

De igual modo, Xavier e Camargo (2021, p.34) elucidam que “é possível compreender que o direito à proteção de dados pessoais trata-se de um desdobramento do direito à privacidade, servindo propósitos novos em um cenário de evolução tecnológica e social no qual os dados pessoais estão presentes na maioria das ações cotidianas.” Os autores citam ainda a distinção entre direito à privacidade e direito à proteção de dados, cunhada por Stefano Rodotà. Segundo Rodotà, o direito à privacidade pode ser compreendido como um direito negativo e estático, visto que busca tutelar um direito do indivíduo de evitar intromissões em sua vida privada. Enquanto o direito à proteção de dados pode ser entendido como um direito dinâmico, dependendo de uma postura ativa do indivíduo para controle de seus dados pessoais. (XAVIER; CAMARGO, 2021).

De certa forma, o direito à privacidade se refere à esfera pessoal e à autonomia individual para manter aspectos da vida em segredo, enquanto o direito à proteção de dados se concentra no controle e na segurança dos dados pessoais que são tratados por organizações.

Já Ferreira considera que a privacidade,

> [...] é um direito que cabe a todas as pessoas, que permite impedir a interferência de outros na sua vida privada e intimidade, de modo que cada pessoa possa controlar seus próprios dados pessoais e o que deve ser conhecido, dificultando intervenções impróprias de terceiros. (FERREIRA, 2022, p.159).

Ferreira compreende o direito à privacidade como um direito que concede a cada indivíduo o poder de impedir o acesso a suas informações pessoais, percebendo, assim, o direito à privacidade e o direito à proteção de dados como um único e fundamental direito.

Nessa perspectiva, a privacidade é vista como um conceito abrangente que engloba o controle sobre o acesso às informações pessoais. A percepção de ambos os direitos como um só contribui para uma abordagem mais holística e abrangente da proteção dos direitos individuais em um contexto de constante avanço tecnológico.

Outra abordagem acerca dos direitos fundamentais originários consiste em observar que o direito à proteção de dados não se vincula exclusivamente ao direito

à privacidade, mas também a diversos outros "*mother-rights*", tais como o direito à liberdade, à dignidade e à não discriminação. (LINS, 2022).

Para Lins,

> Embora o direito à proteção de dados tenha surgido de forma estreitamente vinculada ao direito à privacidade, a evolução tecnológica erigiu a importância dos dados pessoais ao patamar de bens jurídicos que demandam regulamentação própria e específica. A proteção de dados não tutela apenas a privacidade, mas também outros aspectos, como a não discriminação e a liberdade pessoal. (LINS, 2022, s/p.).

Diante desse contexto, o autor sustenta que o direito à proteção de dados detém uma natureza de direito fundamental autônomo, fundamentando-se não apenas no direito à privacidade, mas também nos direitos à liberdade e à não discriminação.

O que parece ter elucidado tais discussões, foi o fato do legislador constituinte brasileiro ter editado, recentemente, uma emenda à Constituição, passando a prever explícita e exclusivamente o direito à proteção de dados no capítulo destinado aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

A Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022 (EC 115/22) alterou a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. Desta forma, o artigo 5º adquiriu mais um inciso, o LXXIX, que estabelece que “é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais”. (BRASIL, 1988).

Segundo Martins (2022, p. 647), “Ninguém na comunidade jurídica brasileira negava que a proteção de dados pessoais configurava direito fundamental.” Para o autor, a emenda teve caráter unicamente didático, pois “tornou expresso o que já se extraía implicitamente do direito fundamental à intimidade, vida privada, honra e imagem, já estabelecido no inciso X do art. 5º.”

Em todo o caso, o legislador constituinte demonstrou assertividade ao acrescentar tal previsão na legislação pátria, e enfim, a proteção de dados pode ser entendida como um direito fundamental autônomo, previsto constitucionalmente como cláusula pétrea de aplicabilidade imediata e que possibilita ao cidadão maior controle acerca do tratamento de seus dados e informações pessoais.

Com o avanço da tecnologia e a digitalização da sociedade, a quantidade e complexidade dos dados cresceram exponencialmente, tornando a proteção de dados e informações pessoais uma questão ainda mais crucial. Atualmente, a dimensão dos dados e a sua disseminação em ambientes digitais demandam medidas robustas de segurança e privacidade para garantir que as informações dos indivíduos estejam devidamente protegidas contra ameaças e usos indevidos. Assim, mesmo na Era Digital, a necessidade de proteção dos dados persiste e torna-se ainda mais urgente.

5.2 CONCEITO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A proteção de dados e informações pessoais é uma preocupação importante em um mundo cada vez mais digitalizado, onde a coleta, o processamento e o armazenamento de dados ocorrem de forma constante e em grande escala no ambiente digital.

Empresas, governos, organizações e outras entidades coletam informações pessoais para diversos fins, como prestação de serviços, análise de dados, publicidade direcionada, monitoramentos sociais, entre outros.

Para Doneda e Monteiro,

> A utilização sempre mais ampla de dados pessoais para as mais variadas atividades - identificação, classificação, autorização e tantas outras - torna tais dados elementos essenciais para que a pessoa possa se mover com autonomia e liberdade nos corredores do que hoje costumamos denominar de Sociedade da Informação. (DONEDA; MONTEIRO, 2015, p.150).

A sociedade da informação em rede é um conceito criado pelo sociólogo espanhol Manuel Castells em sua obra "A Sociedade em Rede" (*The Rise of the Network Society*), publicada em 1996. Nesse livro, Castells analisa as transformações sociais, econômicas e culturais que ocorrem em meio à revolução das TDIC’s.

Para Castells, a sociedade da informação em rede é caracterizada pela interconexão global de redes de comunicação e informação, especialmente a internet. Essas redes permeiam todas as esferas da vida, moldando as estruturas

sociais, os relacionamentos e as atividades econômicas. (DONEDA; MONTEIRO 2015).

Essa concepção de sociedade da informação em rede de Castells enfatiza o papel transformador das TDIC's na sociedade contemporânea. Ela é considerada uma das teorias mais influentes no estudo das mudanças sociais relacionadas à era digital e tem sido amplamente discutida no meio acadêmico.

Na era da informação em rede, embora fisicamente intangível, surgiu a necessidade de estabelecer meios para identificar indivíduos nesse ambiente. Essa identificação foi viabilizada por meio dos dados pessoais. Esses dados podem ser vistos como uma projeção da identidade e personalidade do titular. Uma vez que os dados pessoais constituem elementos da personalidade e o direito à personalidade é um direito já protegido pelo sistema jurídico do país, compreende-se a importância de salvaguardar também esses elementos, a fim de garantir a preservação dos direitos individuais. "Por isso, os dados que influem na projeção de uma pessoa e na sua esfera relacional adéquam-se conceitualmente como um novo direito da personalidade." (BIONI, 2020, p.117).

A sociedade da informação em rede oferece muitas oportunidades e benefícios, mas também apresenta desafios significativos em relação à proteção de dados pessoais. A regulamentação, a transparência e a conscientização são fundamentais para equilibrar o uso efetivo da tecnologia com a proteção da privacidade e segurança das informações dos indivíduos.

Para Sarlet,

> A proteção dos dados pessoais alcançou uma dimensão sem precedentes no âmbito da assim chamada sociedade tecnológica, notadamente a partir da introdução do uso da tecnologia da informática e da ampla digitalização que já assumiu um caráter onipresente e afeta todas as esferas da vida social, econômica, política, cultural contemporânea no Mundo. (SARLET, 2020, p. 40).

A proteção de dados pessoais pode ser compreendida como um conjunto de medidas, políticas e regulamentos adotados para salvaguardar a privacidade e a segurança das informações pessoais dos indivíduos.

O desafio reside na busca por soluções jurídicas adequadas, que sejam adaptáveis às rápidas mudanças tecnológicas e às novas formas de interação social. A necessidade de proteger os direitos individuais em um contexto em constante

evolução exige que as ordens jurídicas sejam proativas na criação e implementação de normas atualizadas e eficazes.

5.3 NORMATIVAS NACIONAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A proteção de dados pessoais no Brasil é um tema que cuja importância cresce cada vez mais, com diversas normativas se dedicando a garantir os direitos dos indivíduos em relação ao tratamento de suas informações. A principal lei nesse sentido é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, mas outras legislações também abordam o tema, complementando a LGPD e oferecendo uma proteção mais abrangente.

Queiroz reitera que “o Brasil já possuía, antes da LGPD, legislação voltada para a proteção de dados, porém de forma pulverizada em leis e decretos esparsos.” (QUEIROZ, 2021, p.47). O Marco Civil da Internet (MCI), Lei nº 12.965/2014, é um exemplo nesse contexto. Estabelecendo princípios e diretrizes para o uso da internet no Brasil, inclusive no que tange à proteção de dados pessoais, o MCI foi sancionado antes da LGPD, porém já contemplava disposições relacionadas à salvaguarda de dados pessoais no cenário online.

O MCI reconhece a relevância da proteção da privacidade e da liberdade de expressão na internet, delineando princípios específicos para a coleta e o tratamento de dados pessoais nesse ambiente dinâmico. O inciso IX do artigo 7º, por exemplo, garante o direito à informação sobre a coleta, o armazenamento, o tratamento e a utilização de seus dados pessoais por empresas que operam na internet ao estabelecer que

> O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:
> IX - consentimento expresso sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais. (BRASIL, 2014).

Embora não seja exclusivamente focado na proteção de dados pessoais, o MCI inclui dispositivos relacionados à privacidade e à proteção de dados. Ele reforça a importância da liberdade de expressão, da privacidade do usuário e da neutralidade da rede, todos elementos essenciais para a segurança online.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, desempenha um papel relevante na proteção de dados pessoais, mesmo não sendo uma legislação exclusiva sobre o tema. Para Estaiano e Nascimento, “A LAI tem como principal diretriz a observância da publicidade como preceito geral.” (ESTAIANO; NASCIMENTO, 2022, s/p.).

Diferentemente das leis mencionadas anteriormente, a LAI, embora não se concentre especificamente na proteção de dados pessoais, proporciona uma abordagem distinta para a defesa do direito à proteção desses dados. Podendo ser empregada como uma ferramenta, por exemplo, para solicitar informações públicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais pelos órgãos públicos.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/1990, constitui outro exemplo relevante. Além de salvaguardar os consumidores contra práticas abusivas, também desempenha um papel na proteção de dados pessoais, especialmente no contexto da defesa dos consumidores contra práticas abusivas por parte das empresas.

A legislação assegura aos consumidores direitos fundamentais, incluindo o direito à informação, à privacidade e à proteção contra o uso indevido de seus dados pessoais. O artigo 43 estabelece uma série de regras, proibindo a coleta e o tratamento de dados pessoais sem o consentimento do consumidor e incluindo os direitos de acesso e solicitação de correção dos dados pessoais quando determina que

> O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.
>
> § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
>
> § 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas. (BRASIL, 1990).

No âmbito da proteção de dados pessoais, a atuação do CDC visa coibir práticas abusivas, incluindo o uso indevido de informações pessoais por parte das empresas. Isso implica que os consumidores têm o direito de ver suas informações

tratadas de maneira adequada e protegidas contra abusos perpetrados por empresas.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, assegura o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem. A proteção de dados pessoais emerge como um desdobramento desse direito, sendo a Constituição a base para a legislação infraconstitucional sobre o tema.

A proteção de dados pessoais, para além da legislação infraconstitucional, conquistou recentemente o status de direito fundamental humano por meio da Emenda Constitucional nº 115/2022. A Constituição Federal passou por uma emenda que consagrou a proteção de dados pessoais como um direito fundamental. Essa modificação enfatiza a relevância desse direito, consolidando-o como um princípio central e inalienável na legislação brasileira, destacando sua relevância na sociedade contemporânea.

O cenário jurídico da proteção de dados pessoais no Brasil é complexo e em constante evolução, com várias leis que se complementam para assegurar os direitos individuais. Contudo, a LGPD destaca-se como a legislação principal sobre o assunto na atualidade, razão pela qual nos concentramos nela para extrair os elementos da Proteção de Dados Pessoais que serão analisados em suas relações com os elementos da Competência em Informação.

5.3.1 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Os dados e informações pessoais constituem-se aspectos íntimos da vida dos indivíduos, representando elementos essenciais de sua privacidade. No entanto, nas últimas décadas, com o avanço tecnológico, tem sido evidente uma preocupante tendência de exposição crescente desses dados.

O sucessivo uso de tecnologias digitais, redes sociais, dispositivos conectados à internet e serviços online têm resultado em uma ampla coleta e compartilhamento de informações pessoais, muitas vezes sem o pleno consentimento ou conhecimento dos titulares desses dados. Essa exposição

aumentada pode levar a riscos de violação de privacidade e outras ameaças à segurança informacional dos indivíduos.

Dessa forma, a necessidade de regulamentações que resguardem a privacidade das pessoas tornou-se uma prioridade na sociedade contemporânea. Essas leis visam mitigar os riscos decorrentes da exposição indevida de dados e assegurar o controle e a transparência no tratamento das informações pessoais.

Em muitos países[7] existem leis e regulamentos específicos de proteção de dados que estabelecem regras para a coleta e o tratamento de informações pessoais. Essas leis geralmente impõem obrigações às organizações que coletam e processam dados, incluindo a obtenção de consentimento dos titulares dos dados, a notificação de violações de dados e a garantia de direitos dos indivíduos sobre seus dados.

Do ponto de vista histórico, a estabilidade na salvaguarda da liberdade e da vida privada, antecedendo a era das tecnologias da informação, remonta à Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Este documento, de notável importância para a consolidação dos direitos fundamentais, serve como inspiração para todos os regimes de proteção de dados pessoais, destacando a privacidade individual e familiar como um direito universal essencial para o desenvolvimento humano, tanto individualmente quanto em comunidade. (TAMER, 2021).

Em seguida, a Europa, de acordo com suas raízes históricas, emerge como o epicentro jurídico da matéria ao longo das décadas subsequentes. Atualmente, junto aos Estados Unidos, forma o que pode ser identificado como o núcleo central de literatura e previsões jurídicas sobre o tema. (TAMER, 2021).

Um exemplo significativo de regulação de proteção de dados é o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (RGPD, ou GDPR na sigla em inglês), que entrou em vigor em maio de 2018. O RGPD estabelece normas para a proteção de dados pessoais de cidadãos da União Europeia e tem influenciado outras jurisdições em todo o mundo a criarem suas leis de proteção de dados.

---

[7] Lei Argentina: https://observatoriolegislativocele.com/pt/dados-pessoais/ Lei Chilena: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=141599 Lei Peruana: https://observatoriolegislativocele.com/ley-29733/.

O Brasil, também influenciado pelo RGPD, criou a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Ela regula o tratamento de dados pessoais no país, tendo como objetivo proteger os direitos fundamentais de privacidade e liberdade dos indivíduos, estabelecendo regras para o uso, a coleta, o armazenamento, o compartilhamento e o tratamento de dados pessoais por empresas, órgãos públicos e outras entidades.

Com o avanço da tecnologia e da internet, a coleta e o tratamento de dados pessoais tornaram-se comuns e abrangentes em diversas atividades. A LGPD foi criada para garantir que as informações pessoais dos cidadãos sejam tratadas de maneira adequada e segura, protegendo a privacidade e evitando abusos no uso desses dados. Além disso, o Brasil alinhou sua legislação de proteção de dados com os padrões internacionais, permitindo maior cooperação entre países em questões relacionadas à proteção de dados pessoais.

Outra motivação importante para a criação da LGPD é a necessidade de empoderamento dos titulares, assegurando uma série de direitos, como o acesso aos dados, a correção de informações incorretas, a exclusão de dados desnecessários e a revogação do consentimento. Isso proporciona maior controle aos cidadãos sobre seus dados e informações pessoais.

A LGPD busca resguardar a privacidade e a segurança dos cidadãos brasileiros tal qual a CRFB/88. Em seu artigo 1º, a Lei especifica sua finalidade, estabelecendo que:

> Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (BRASIL, 2018).

Segundo Tamer, o artigo 1º desempenha eficazmente sua função e introduz a LGPD, indicando claramente qual é seu principal objeto de regulamentação: o tratamento de dados pessoais. (TAMER, 2021).

O autor alerta ainda para o fato de que todas as formas de tratamentos de dados pessoais são reguladas e não apenas aquelas feitas nos meios físicos. Neste ponto, a Emenda Constitucional 115/22 está diretamente relacionada ao artigo 1º da

LGPD, ao passo que enfatiza que os meios digitais também estão amparados pela proteção de dados.

Ao alinhar-se com a EC, a Lei reforça a importância de estender a proteção de dados ao ambiente digital, reconhecendo sua relevância na sociedade contemporânea. Dessa forma, a legislação fortalece a salvaguarda da privacidade dos indivíduos na era da tecnologia da informação e comunicação.

Destarte, na LGPD, a proteção de dados, além de um direito constitucionalmente garantido, refere-se também a um conjunto de medidas e ações adotadas para garantir a segurança, a privacidade e a integridade dos dados pessoais dos indivíduos. O objetivo central da proteção de dados é assegurar que as informações pessoais sejam tratadas de forma justa, transparente e segura por entidades que coletam, processam e armazenam esses dados. (BRASIL, 2018).

A Lei busca introduzir uma cultura de proteção de dados pessoais no Brasil, promovendo a privacidade e a segurança das informações dos cidadãos e criando um ambiente mais confiável e ético para o tratamento de dados pessoais por parte de empresas, organizações, entidades e órgãos públicos.

Para Faleiros Júnior e Patz,

> Mais do que se aprofundar em detalhamentos técnicos, a LGPD traz ao ordenamento conjecturas de natureza principiológica, eis que é composta por fundamentos (art. 2º), conceitos (art. 5º) e princípios (art.6º) que embasam os demais temas tratados de forma sistematizada em seu vasto repertório de regras. (FALEIROS JÚNIOR; PATZ, 2021, p.221).

Assim, para além de seu papel na definição de normas legais, na tipificação de comportamentos indevidos e na previsão de sanções, a LGPD também incorpora em sua base conceitos e princípios fundamentais essenciais para uma compreensão abrangente e eficaz da lei e de sua proteção.

5.3.1.1 Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

A LGPD traz consigo uma série de fundamentos, conceitos e princípios que orientam sua implementação. Para Marinoni os fundamentos são a base sobre a

qual a lei se constrói, composta por elementos essenciais e inegociáveis que sustentam todo o sistema jurídico. (MARINONI, 2023).

Neste sentido, concorda Comparato, ao afirmar que o termo fundamento "designa o que serve de base ao ser, ao conhecer, ou ao decidir. Fundamento é, pois, a causa ou razão de algo *ratio essenci, ratio cognoscendi, ratio decidendi*." (COMPARATO, 2013, p.41).

Os fundamentos são relativamente estáticos e duradouros, mudando apenas em circunstâncias excepcionais. Possuem abrangência geral, aplicando-se a todos os ramos do direito e vão além do âmbito legal, permeando a sociedade como um todo. A dignidade da pessoa humana é um exemplo de fundamento. (MARINONI, 2023).

Desta forma, os fundamentos nas leis se referem às bases, valores ou razões que justificam a criação de uma determinada legislação. São os argumentos e motivos que sustentam a existência e a necessidade de uma lei específica.

Nos incisos do artigo 2º, a LGPD indica os sete fundamentos basilares para a proteção de dados pessoais no país:

> Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:
> I - o respeito à privacidade;
> II - a autodeterminação informativa;
> III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
> IV - à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
> V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
> VI - a livre-iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
> VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais. (BRASIL, 2018).

O primeiro fundamento é referente ao **respeito à privacidade**, que possui respaldo no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal de 1988 e que indica que as entidades que tratam dados pessoais devem fazê-lo de forma a preservar a privacidade e a intimidade das pessoas a quem os dados se referem.

Esse fundamento visa proteger a autonomia, a dignidade e a liberdade dos indivíduos, assegurando que eles tenham controle sobre suas informações pessoais e que essas informações não sejam utilizadas de maneira indevida ou prejudicial.

Mihich enfatiza que o direito à privacidade representa a capacidade da pessoa natural de exercer controle sobre a divulgação de informações a seu respeito, operando de maneira negativa ao excluir terceiros do conhecimento de determinados fatos. (MIHICH, 2021).

Assim, o paradigma da privacidade é caracterizado pela exclusão, indicando que o âmbito privado pertence exclusivamente ao titular dos dados, reservando a ele a prerrogativa de decidir com quem compartilhar essas informações. (MIHICH, 2021).

Nesse sentido, Queiroz explica que

> Somados à proteção da privacidade e o direito à proteção dos dados pessoais, ressaltam-se, aqui, as duas perspectivas com relação à proteção dos dados pessoais. A primeira diz respeito à liberdade negativa, que consiste na simples garantia do direito de recusa ou proibição do titular; a segunda, sem prejuízo da primeira, menciona que a proteção se estenderia para garantir o controle dos dados dos titulares, mesmo já possuindo domínio de terceiros. (QUEIROZ, 2021, p.44).

O inciso II refere-se à **autodeterminação informativa**, que pode ser compreendida como o poder que têm os titulares dos dados, de controlar as informações pessoais que são coletadas sobre eles e como essas informações serão utilizadas. Em outras palavras, os indivíduos têm o direito de tomar decisões informadas e exercer o controle sobre seus próprios dados pessoais.

Daí a importância das organizações em informar claramente aos titulares quais informações estão sendo coletadas, para quais finalidades, como serão usadas e se serão compartilhadas com terceiros. Além disso, os titulares devem dar seu consentimento de maneira livre, específica, informada e inequívoca para que suas informações possam ser tratadas.

Bioni explica que

> Historicamente, a proteção dos dados pessoais tem sido compreendida como o direito do indivíduo autodeterminar as suas informações pessoais – autodeterminação informacional. Recorre-se, por isso, à técnica legislativa de erigir o consentimento do titular dos dados pessoais como seu pilar normativo. Por meio do consentimento, o cidadão emitiria autorizações sobre o fluxo de seus dados pessoais, controlando-os. (BIONI, 2016, p.2).

A autodeterminação informativa tem a capacidade de empoderar os indivíduos, viabilizando que eles tenham conhecimento sobre como seus dados são

usados e dando-lhes a capacidade de tomar decisões sobre o compartilhamento e o tratamento dessas informações.

Assim, a legislação restitui aos indivíduos a verdadeira titularidade de seus dados, partindo do pressuposto de que essas informações pertencem exclusivamente aos seus titulares, mesmo que organizações possuam consentimento para sua mera utilização. (MENDES, 2020).

O fundamento da **liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião** encontra respaldo também na previsão do artigo 5º, inciso IV da CF/88. Por se tratarem de direitos distintos, porém interligados, seu exercício deve encontrar equilíbrio entre si e junto ao direito à proteção de dados e demais direitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, Queiroz acerta ao trazer à luz um julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o qual enfatizou a importância de

> encontrar equilíbrio entre a vida privada e a liberdade de expressão que, sem serem absolutos, são dois direitos fundamentais [...] da maior importância em uma sociedade democrática. O Tribunal recorda que o exercício de cada direito fundamental tem de ser feito com respeito e salvaguarda aos demais direitos fundamentais. (QUEIROZ *apud* CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2021, p.44).

Com isso, a autora acredita que “ao citar expressamente o fundamento à liberdade de expressão, a LGPD demonstra sua intenção de garantir o equilíbrio da proteção à vida privada e da liberdade de expressão.” (QUEIROZ, 2021, p.45).

O inciso IV trata da **inviolabilidade da intimidade, honra e imagem**, que também encontra-se apoiado no artigo 5º, inciso X da CF/88, e refere-se ao direito fundamental de cada indivíduo de preservar sua vida privada. Esse conceito está profundamente ligado à proteção da esfera pessoal e subjetiva de uma pessoa contra intromissões ou divulgações não autorizadas por terceiros.

Para Queiroz, “é o poder conferido ao indivíduo de se opor à divulgação da sua vida privada, excluindo da informação alheia os fatos e dos dados pertinentes a si próprio.” (QUEIROZ, 2021, p.45).

Ressalta-se que a intimidade refere-se à esfera mais íntima da vida de uma pessoa, envolvendo, por exemplo, informações relacionadas às condições física e

de saúde do indivíduo, o que a Lei vai enquadrar como dados pessoais sensíveis, como será mostrado mais adiante.

O fundamento do **desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação** reconhece que a proteção de dados pessoais não deve ser uma barreira para o progresso econômico e tecnológico. Em um ambiente cada vez mais digital, o uso responsável e ético dos dados pessoais é crucial tanto para a privacidade quanto para o desenvolvimento econômico e de novas tecnologias.

Queiroz lembra que os dados pessoais, na atualidade, têm muito valor de mercado, sendo considerados a nova *commodity*, e muitas empresas lucram com seu uso. Mas isso não representa, necessariamente, uma atividade prejudicial, pelo contrário, esse tipo de empresas é capaz de alavancar a economia de países inteiros. (QUEIROZ, 2021, p.46).

Assim, a LGPD busca incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, desde que essas atividades estejam alinhadas com os princípios de proteção de dados pessoais e respeitem os direitos dos titulares dos dados. Ou seja, a Lei indica que é possível criar um ambiente onde a inovação e a tecnologia possam prosperar, desde que a privacidade e os direitos dos indivíduos sejam devidamente protegidos.

O inciso VI aborda a **livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor**. Dentro desse conjunto, a defesa do consumidor é o aspecto de maior relevância nesta pesquisa. Isto porque ela refere-se à proteção dos direitos e interesses dos indivíduos.

Esse fundamento visa garantir que os produtos e serviços oferecidos no mercado atendam a padrões de proteção de dados pessoais. Além disso, busca equilibrar a relação entre consumidores e fornecedores, assegurando que os consumidores tenham acesso a informações claras, direito à escolha e mecanismos de reparação em caso de atividades maliciosas.

Segundo Homci, “a tecnologia, a digitação (automação) e a informação representam uma ruptura e implicam mudanças significativas em todos os aspectos da vida. Nas relações de consumo, essa revolução tornou possível a existência de novos produtos e serviços.” (HOMCI, 2021, p.117).

A LGPD reconhece que, mesmo em uma relação de consumo, os dados pessoais pertencem aos indivíduos e que seu tratamento deve ser conduzido de

maneira transparente e respeitosa. Isso significa que os consumidores têm o direito de compreender como suas informações podem ser utilizadas, fornecer consentimento para o tratamento e, quando necessário, requerer acesso, atualização, retificação ou exclusão desses dados.

A livre iniciativa refere-se à liberdade dos indivíduos de empreender, criar, desenvolver e gerir seus próprios negócios. Para fins desta pesquisa, entende-se que esse conceito promove não apenas a autonomia econômica, como também informacional.

O último fundamento é concernente aos **direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania por parte das pessoas naturais**. Esse fundamento, assim como alguns outros, conta com diversos direitos distintos porém interligados.

Os direitos humanos têm o máximo valor no ordenamento jurídico brasileiro, e a sua prevalência, conforme estabelece a CF/88, rege toda a República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988).

Neste sentido, o Brasil segue a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Segundo a Declaração, os direitos humanos envolvem direitos individuais, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e sociais. São direitos à vida, à liberdade, à segurança, a não discriminação, entre outros. (ONU, 1948).

O livre desenvolvimento da personalidade, no contexto da proteção de dados pessoais, está relacionado ao exercício de diversos direitos, entre eles, de acesso à informação, de participação em comunidade, e de não discriminação. Direitos que viabilizam a livre formação da personalidade dos indivíduos.

A dignidade é um conceito fundamental em diversas áreas, como filosofia, direito e política. Ela se refere ao valor intrínseco e inalienável de cada ser humano, que o torna merecedor de respeito e consideração, independentemente de suas características ou circunstâncias. (FRIAS; LOPES, 2015)

Para Florêncio, “a dignidade é definidora do núcleo essencial dos direitos fundamentais” (FLORÊNCIO *apud* GUERRA FILHO, 2019, p.150). Desta forma, é um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no artigo

1º da Constituição Federal de 1988. Isso significa que ela é um valor essencial que deve nortear todas as leis e ações do Estado brasileiro.

A cidadania compreende um conjunto de direitos e obrigações que os indivíduos possuem em relação à sociedade em que vivem. No contexto da LGPD, esse fundamento ressalta a importância de garantir que as pessoas tenham a capacidade de exercer seus direitos de participação e controle sobre o tratamento de seus dados pessoais.

5.3.1.2 Conceitos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

O artigo 5º da LGPD apresenta dezenove conceitos, dentre os quais, destacamos nove: os conceitos de dado pessoal, dado pessoal sensível, dado anonimizado, banco de dados, titular, tratamento, consentimento, eliminação e uso compartilhado de dados.

Segundo a legislação, **dado pessoal** é “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável”. (BRASIL, 2018). De acordo com o que estabelece a LGPD, um dado pessoal é definido como qualquer informação que esteja vinculada a uma pessoa natural que esteja identificada ou que possa ser identificada.

Para Pinheiro, dado pessoal é

> Toda informação relacionada a uma pessoa identificada ou identificável, não se limitando, portanto, a nome, sobrenome, apelido, idade, endereço residencial ou eletrônico, podendo incluir dados de localização, placas de automóvel, perfis de compras, número do Internet Protocol (IP), dados acadêmicos, histórico de compras, entre outros. Sempre relacionados a pessoa natural viva. (PINHEIRO, 2020, s/p.).

Isso significa que qualquer dado, seja ele uma informação específica ou um conjunto de informações, que possa estar relacionado a uma pessoa e possa ser usado para identificá-la de alguma forma é considerado um dado pessoal.

Para Mendes, “pode-se dizer que são os fatos, comunicações e ações que se referem a circunstâncias pessoais e materiais de um indivíduo identificado ou identificável.” (MENDES, 2014, s/p.).

Tamer esclarece que

> Dado e informação são conceitos diferentes. A informação é o resultado racional extraído do dado. Se com base nesse raciocínio e da verificação contextual, pode-se chegar a alguém determinado ou indeterminado, fala-se em dado pessoal. Esse alguém pode ser identificado de forma direta, imediata, precisa, determinada ou exata (pessoa identificada). Esse alguém também pode ser identificado de forma indireta, mediata, imprecisa ou inexata (pessoa identificável). Pelos objetivos da LGPD, o raciocínio é de cautela, de modo que, existindo uma mínima possibilidade, ainda que contextual e de esforço racional, de identificar uma pessoa natural, o dado deve ser considerado como pessoal. Do contrário, não. (TAMER, 2021, p.46).

Com isso, a inclusão do termo "identificável" reflete a importância de considerar não apenas os dados que já identificam claramente uma pessoa, mas também aqueles que, quando combinados ou utilizados com outras informações, possam levar à identificação de alguém.

Já o **dado pessoal sensível**, segundo a Lei, é

> dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. (BRASIL, 2018).

É um tipo específico de dado pessoal que envolve informações mais delicadas e íntimas sobre uma pessoa. A razão para classificar esses tipos de dados como sensíveis é que eles podem revelar informações muito pessoais e potencialmente sensíveis sobre uma pessoa, o que poderia levar a riscos de discriminação, estigmatização ou violação de sua privacidade.

Para Oliveira e Araújo, os dados pessoais sensíveis

> são espécies de dados que podem ensejar a discriminação do seu titular, sobretudo por guardarem relação, por exemplo, com a opção sexual, opiniões políticas, informações genéticas, convicções religiosas, filosóficas ou morais, o que faz aumentar ainda mais a responsabilidade de quem os gerenciam. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2020, p.11).

Os dados sensíveis adquirem essa característica devido ao fato de que o seu tratamento revela um potencial de risco significativamente maior. Em alguns casos, esses dados adentram até mesmo a esfera mais íntima da vida do indivíduo. Essa natureza especial justifica a necessidade de um regime regulatório mais cauteloso e protetivo. (TAMER, 2021).

O **dado anonimizado** é “dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de

seu tratamento". (BRASIL, 2018). O conceito de anonimização deriva do adjetivo "anônimo", indicando a capacidade de um indivíduo não ser identificado dentro de um grupo. Segundo Pinho, "a anonimização pode ser entendida como "um processo de eliminação ou modificação da informação pessoal existente numa base de dados, com o objetivo de dificultar ou impedir a identificação unívoca dos indivíduos." (PINHO, 2017, p.29).

Sendo assim, o dado se torna anonimizado quando não pode ser vinculado a uma pessoa específica, diante do uso de métodos técnicos durante o seu processamento. Isso significa que, por meio da aplicação de técnicas adequadas, as informações pessoais são transformadas de tal maneira que não seja mais possível identificar a pessoa a quem esses dados pertencem. O processo de anonimização visa proteger a privacidade dos indivíduos, tornando impossível ou extremamente improvável que eles possam ser identificados a partir dos dados tratados.

O conceito de **banco de dados** pode ser compreendido como "conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico". (BRASIL, 2018). Em sua forma mais simples, um banco de dados é uma coleção de informações inter-relacionadas. Por exemplo, quando uma pessoa faz uma lista de compras em um pedaço de papel, está criando um pequeno banco de dados analógico. Porém, na Ciência da Computação, o termo "banco de dados" refere-se a uma coleção de informações armazenadas como dados em um sistema de computador.[8]

Desta forma, um banco de dados é uma coleção organizada de informações que podem ser relacionadas a pessoas. Essa estrutura facilita o gerenciamento, a busca e a análise dessas informações.

O **titular** dos dados é a "pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento". (BRASIL, 2018). O titular dos dados é a pessoa sobre a qual as informações estão relacionadas e que possui o direito de ter controle sobre esses dados. Essa pessoa é a detentora dos direitos sobre suas informações pessoais e tem o poder de determinar como esses dados serão utilizados, desde dar consentimento para coleta e processamento até solicitar correções ou exclusões. O

[8] Disponível em: https://azure.microsoft.com/pt-br/resources/cloud-computing-dictionary/what-are-databases.

reconhecimento do titular dos dados como figura central é fundamental nas leis de Proteção de Dados.

O **tratamento de dados** pode ser compreendido como

> toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. (BRASIL, 2018).

O tratamento de dados engloba todas as etapas e atividades relacionadas ao manuseio e uso de informações pessoais, desde a sua coleta até o seu descarte. Isso pode envolver ações como reunir informações, processá-las para análise, armazená-las com segurança, compartilhá-las com terceiros autorizados e eliminar ou destruir quando necessário. (PINHEIRO, 2020, s/p.).

O **consentimento** é parte fundamental da Lei, e é considerado como a "manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada". (BRASIL, 2018). O conceito de consentimento gira em torno da permissão concedida pelo titular dos dados de maneira consciente, indicando a sua concordância para que suas informações pessoais sejam tratadas conforme uma finalidade claramente definida.

Esse processo enfatiza a importância do controle do titular sobre seus próprios dados e garante que a coleta e o uso das informações sejam realizados de maneira transparente e de acordo com sua vontade. O consentimento é um princípio central nas regulamentações de proteção de dados, assegurando que os indivíduos tenham o poder de decidir como suas informações pessoais serão utilizadas e que essa utilização seja limitada ao que foi explicitamente autorizado.

Para Pinheiro, "A linha mestra para o tratamento de dados pessoais é o consentimento pelo titular, que deve ser aplicado aos tratamentos de dados informados e estar vinculado às finalidades apresentadas." (PINHEIRO, 2020, s/p.).

Thomaz analisa que consentimento livre está relacionado à vontade verdadeira e externada do titular em consentir sobre o tratamento de seus dados. Enquanto que consentimento informado "implica em o titular ter recebido informações claras e completas sobre como seus dados pessoais serão tratados, de

modo que a decisão sobre fornecer ou não o consentimento seja de fato uma decisão consciente.” (THOMAZ, 2021, p.46). Já o consentimento inequívoco significa que “deverá ser fornecido por escrito ou por qualquer outra ação que demonstre a vontade do titular.” (THOMAZ, 2021, p.47).

A **eliminação dos dados** refere-se a “exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado”. (BRASIL, 2018). Quando se fala em eliminação de dados, fala-se em apagar completamente as informações que foram armazenadas em um sistema. Isso pode envolver a exclusão das informações de um banco de dados ou a aplicação de processos técnicos para garantir que esses dados não possam ser recuperados ou acessados de maneira alguma. A intenção é permitir que o titular dos dados exerça seu direito de ter suas informações pessoais removidas de sistemas quando não forem mais necessárias ou quando revogar seu consentimento.

A eliminação de dados também está relacionada ao conceito amplamente debatido do direito ao esquecimento, que se refere à possibilidade de remover certas informações pessoais da esfera pública, especialmente online, dificultando ou até mesmo impossibilitando sua localização por meio de buscas convencionais. De acordo com Mendes, Moraes e Silva, "Na atual era da informação em rede, cujo slogan é “a internet não esquece”, o direito ao esquecimento vem ganhando espaço nas discussões sobre direitos dos usuários da web." (MENDES; MORAES; SILVA, p. 150, 2023).

Um caso conhecido no Brasil é o envolvendo a apresentadora Xuxa Meneghel e um filme em que ela atuou, o qual ainda está disponível em buscas no servidor da Google. Em 2014, Xuxa invocou o direito ao esquecimento e entrou com uma ação judicial contra a Google Brasil, solicitando a remoção de links para vídeos relacionados ao filme. No entanto, em julgamento, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello negou o pedido da apresentadora, mantendo a decisão de permitir que a Google mantivesse disponíveis fotos e vídeos relacionados a ela.[9]

[9] Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/direito-ao-esquecimento-xuxa-x-google-julgamento-no-stf/142265662.

É importante notar que o direito ao esquecimento não é um direito absoluto. Neste contexto, os tribunais brasileiros analisarão cada caso concreto para determinar se a solicitação de eliminação de dados é procedente.

E por fim, o **uso compartilhado** dos dados é

> comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados. (BRASIL, 2018).

O uso compartilhado de dados ocorre quando informações pessoais são transmitidas, compartilhadas ou processadas de maneira conjunta, seja entre órgãos governamentais, entidades públicas ou organizações privadas. Isso pode acontecer quando há necessidade de cumprir obrigações legais ou de realizar atividades que envolvam a colaboração entre diferentes partes.

Um exemplo de compartilhamento de dados pessoais entre entidades governamentais pode ser observado no âmbito do Governo Digital do Brasil. Através do que é conhecido como "conta gov", os cidadãos brasileiros podem acessar uma variedade de serviços governamentais utilizando um único *login*. Isso inclui serviços relacionados ao título de eleitor, carteira de habilitação, carteira de trabalho, serviços bancários e de assistência social, entre outros.

No setor privado, um exemplo de compartilhamento de dados pessoais pode ser visto na área de serviços de saúde, onde farmácias e outros parceiros comerciais, como planos de saúde, frequentemente compartilham informações. De acordo com essas organizações, essa prática auxilia os profissionais de saúde a discutirem diagnósticos de pacientes e, consequentemente, melhora a qualidade dos serviços de saúde e do suporte oferecido aos pacientes.[10]

[10] Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-divulga-nota-tecnica-sobre-tratamento-de-dados-pessoais-no-setor-farmaceutico.

5.3.1.3 Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Embora possam ser confundidos, fundamentos e princípios são conceitos interligados, mas distintos no âmbito jurídico. Enquanto os fundamentos servem como base sólida para a construção das leis, os princípios são diretrizes norteadoras que orientam a interpretação e aplicação da lei, buscando alcançar seus objetivos e valores fundamentais. (MARINONI, 2023).

Para Marinoni, os princípios possuem maior dinamismo, adaptando-se às mudanças sociais e às necessidades específicas de cada caso. Além disso, são mais específicos que os fundamentos, focando em áreas particulares do direito, e servem como ferramentas para a aplicação da lei de forma justa e coerente. (MARINONI, 2023).

No que diz respeito aos princípios fundamentais da proteção de dados pessoais, o artigo 6º da LGPD enumera dez deles: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilidade e prestação de contas. Além do princípio implícito da boa-fé.

Conforme Ramos,

> A boa-fé é o princípio norteador da LGPD, considerada essencial para que haja equilíbrio entre as partes da relação que envolve o tratamento de dados, uma vez que, em tal procedimento, fica difícil prever os riscos da atividade de tratamento de dados, ainda que haja transparência acerca do procedimento utilizado. (RAMOS, 2020, p.43).

Para o autor, portanto, “A boa fé retrata os interesses sociais, tendo por base a dignidade da pessoa humana. É conceituada, portanto, como diretriz geral que vislumbra a sinceridade e honra nas condutas dos sujeitos durante suas relações jurídicas.” (RAMOS *apud* DELGADO 2020, p.43).

Para Loureiro, “os princípios são considerados o centro da Lei Geral de Proteção de Dados, haja vista que informam e orientam a aplicação e interpretação da própria lei, que é o alicerce para as boas práticas no tratamento de dados pessoais.” (LOUREIRO, 2022, p.28).

O primeiro princípio, o da **finalidade**, refere-se à "realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem

possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades" (BRASIL, 2018). Isso significa que as organizações só podem coletar, manter, usar, compartilhar ou processar dados pessoais se tiverem uma finalidade clara e específica para fazê-lo, e essa finalidade deve ser informada ao titular dos dados no momento da coleta.

Em outras palavras, as organizações não podem tratar dados pessoais sem uma razão válida e específica. A finalidade do tratamento deve ser compatível com a expectativa do titular dos dados e as atividades da organização, não devendo ser alterada de maneira incompatível com o propósito original.

Se a organização desejar usar os dados para outra finalidade além daquela inicialmente informada, será necessário obter um novo consentimento do titular dos dados. Isso destaca a importância do princípio da finalidade na garantia da transparência e do controle por parte do titular dos dados sobre como suas informações serão utilizadas.

Para Loureiro, “o princípio da finalidade é um limitador e exige a coleta de dados para intuitos específicos e legítimos, devendo estar claro o que será feito com os dados e o tempo que ficará armazenado.” (LOUREIRO, 2022, p.31). Esse princípio é fundamental para evitar a coleta excessiva ou desnecessária de informações pessoais, garantindo que os dados sejam utilizados exclusivamente para os propósitos para os quais foram inicialmente coletados. Além disso, essa restrição ajuda a proteger a privacidade do titular dos dados e a manter a integridade e a confiabilidade do processo de tratamento de informações pessoais.

O princípio da **adequação** diz respeito à "compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento" (BRASIL, 2018). Conforme Loureiro, o princípio da adequação

> é aquele que exige a compatibilidade do tratamento dos dados com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento. Nota-se que deve haver coerência entre a coleta do dado e a finalidade apontada. Assim, os dados pessoais devem ser adequados e estritamente relacionados aos efeitos necessários para os quais são tratados. (LOUREIRO, 2022, p.31).

Em estreita relação com o princípio da finalidade, o da adequação visa prevenir práticas abusivas, desproporcionais ou não previstas no manejo de dados pessoais.Segundo Queiroz, “de extrema importância se faz a aplicabilidade de tal

princípio, pois, de nada adianta ter a finalidade esclarecida ao titular e, na prática, atuar-se de modo diverso ao anteriormente informado.” (QUEIROZ, 2021, p.50).

Esse princípio demanda que as organizações processem as informações de maneira apropriada, respeitando as finalidades comunicadas ao titular. Assim, busca-se evitar qualquer desvio no uso dos dados que possa comprometer a privacidade e os direitos do indivíduo.

O princípio da **necessidade** está associado à "limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados" (BRASIL, 2018).

Para Loureiro,

> o princípio da necessidade limita a coleta e tratamento ao mínimo necessário dos dados para a realização de suas finalidades, ou seja, está associado à intensidade e quantidade das informações coletadas. Assim, deve-se ter a estrita coleta possível para atingir a finalidade. (LOUREIRO, 2022, p.32).

Este princípio também guarda relação com os anteriores, estabelecendo que as organizações só devem coletar os dados pessoais que são verdadeiramente indispensáveis para atingir a finalidade específica para a qual os dados estão sendo tratados e foram autorizados.

Em outras palavras, este princípio busca assegurar que a coleta e o processamento de dados sejam proporcionais e restritos ao necessário, evitando a obtenção de informações excessivas ou irrelevantes para os propósitos definidos.

Esse princípio também está associado à minimização de dados, que consiste na redução da quantidade de dados pessoais coletados e processados ao mínimo indispensável para atingir a finalidade específica. Essas medidas visam garantir a proporcionalidade e a pertinência no tratamento de dados, evitando a coleta e o processamento de informações além do necessário.

O princípio do **livre acesso** diz respeito à “garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais”. (BRASIL, 2018). Isso implica que os titulares têm o direito de acessar informações detalhadas sobre quais e como seus dados

estão sendo tratados, proporcionando-lhes controle sobre suas informações pessoais.

As organizações responsáveis pela coleta e processamento de dados pessoais devem fornecer aos titulares informações claras e abrangentes sobre o tratamento de seus dados. Segundo Loureiro, esse princípio

> permite que o titular do dado acompanhe o fluxo informacional do dado, tendo o direito de descarte em casos de dados incorretos, desatualizados, fora de contexto ou de caráter ilícito, garantindo-lhe a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais de quem os detenha. (LOUREIRO, 2022, p.33).

Com isso, os titulares dos dados têm o direito de livre acesso, requisitando informações sobre os dados pessoais que estão sendo coletados, a finalidade desse tratamento, os métodos de armazenamento e a duração, se os dados são compartilhados com terceiros, além de poderem solicitar uma cópia de seus dados pessoais para verificar a precisão das informações coletadas. Podem, ainda, solicitar a atualização, correção ou até mesmo a exclusão de seus dados dos bancos de dados da organização.

O princípio da **qualidade dos dados** relaciona-se com a “garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento”. (BRASIL, 2018).

Esse princípio ressalta a importância de garantir que os dados pessoais estejam precisos, corretos e atualizados no banco de dados da organização. Para Loureiro, o objetivo desse princípio é impedir injustiças. (LOUREIRO, 2022).

Conforme Queiroz, “o processamento dos dados forma o perfil da personalidade da pessoa, e qualquer imprecisão ou falta de atualização podem gerar desconforto ao titular.” (QUEIROZ, 2021, p.51). A exatidão refere-se à precisão e veracidade dos dados pessoais. Os dados devem refletir com precisão a realidade da pessoa a quem pertencem. Ela é crucial para garantir que as decisões e análises baseadas nesses dados sejam confiáveis e que o titular dos dados não seja prejudicado por informações imprecisas.

A clareza envolve a apresentação clara e compreensível dos dados. As informações devem ser transparentes para os titulares dos dados a fim de ajudá-los

a entender como suas informações estão sendo usadas. Os dados coletados devem ser pertinentes à finalidade para a qual foram obtidos e que a coleta excessiva e desnecessária de informações deve ser evitada.

A atualização permite que os dados sejam mantidos atualizados ao longo do tempo, especialmente se houver mudanças nas informações pessoais dos titulares. Isso assegura que as organizações possuam informações precisas e relevantes, evitando decisões baseadas em dados desatualizados.

O princípio da **transparência** é a “garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial”. (BRASIL, 2018). Esse princípio é de suma importância, uma vez que exige que as organizações que tratam dados pessoais atuem de maneira transparente, fornecendo informações de forma clara e acessível sobre o tratamento desses dados.

O princípio da transparência está intrinsecamente relacionado a outros princípios, ao estabelecer que as organizações devem oferecer aos titulares informações detalhadas sobre como seus dados pessoais são coletados, usados, compartilhados e processados.

Além disso, a transparência abrange a explicação dos propósitos do tratamento de dados, os tipos de dados coletados, as bases legais para o tratamento, os períodos de retenção dos dados, e quaisquer outras informações relevantes. Informações sobre compartilhamento também devem ser claras. Loureiro explica que esse princípio

> impossibilita o compartilhamento dos dados pessoais com terceiros de forma oculta, sendo necessário sempre informar e obter o consentimento do titular dos dados pessoais sobre o compartilhamento dos dados antes mesmo da obtenção do consentimento, durante o tratamento e até mesmo após o encerramento do tratamento dos dados pessoais. (LOUREIRO, 2022, p.34).

Ainda, a transparência está conectada ao direito dos titulares de exercerem seus direitos de atualização, retificação, exclusão e oposição. As organizações têm a responsabilidade de informar aos titulares como podem exercer esses direitos,

fornecendo orientações claras sobre como entrar em contato para realizar essas solicitações.

O princípio da **segurança** preconiza a “utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão”. (BRASIL, 2018).

Esse princípio destaca a importância de as organizações adotarem medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. (BRASIL, 2018).

Ele reconhece a necessidade de prevenir incidentes de segurança que possam comprometer a privacidade dos titulares de dados, bem como a importância de garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade dos dados pessoais, que são princípios da Segurança da Informação. (MENDES, 2020).

Queiroz enfatiza que “toda essa preocupação se dá por conta do elevado risco dos direitos dos titulares, em especial quando da formação de grandes bancos de dados, caso ocorram invasões ou situações de destruição, perda ou alteração [...]”. (QUEIROZ, 2021, p.52).

O princípio da segurança é fundamental para proteger os dados pessoais contra riscos potenciais, como ataques cibernéticos, vazamentos de dados e outros incidentes de segurança.

O princípio da **prevenção** consiste na "adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais" (BRASIL, 2018). Este princípio destaca a importância da antecipação e adoção de medidas proativas para evitar a ocorrência de danos decorrentes do tratamento inadequado dessas informações.

Conforme Loureiro,

> Com base neste princípio, os agentes de tratamentos de dados devem tomar todas as cautelas possíveis para evitar danos, motivo pelo qual o papel de quem realiza o tratamento de dados pessoais deve se dar de forma preventiva com o escopo de assegurar que os dados pessoais não sejam violados nem que gerem eventuais danos aos seus titulares. (LOUREIRO, 2022, p.35).

Essa prevenção pode ser alcançada por meio de diversas medidas de segurança, como técnicas de criptografia, controle de acessos, monitoramento e implementação de políticas eficazes de gestão de informações. Esse princípio enfatiza a necessidade de uma abordagem preventiva, na qual as organizações devem identificar potenciais riscos à privacidade e segurança dos dados desde o início do processo de tratamento. Isso implica a implementação de práticas e políticas que visam mitigar ameaças antes que possam resultar em danos aos titulares dos dados.

Essas medidas podem incluir a implementação de tecnologias de segurança, treinamento de pessoal, auditorias regulares, avaliação de impacto à privacidade e outras estratégias que contribuam para a prevenção de violações e incidentes de segurança.

O princípio da prevenção está alinhado com a abordagem moderna de proteção de dados, que reconhece a importância de evitar problemas antes que ocorram, o que se conhece por *Privacy by Design*[11], em vez de apenas remediar as consequências. Essa abordagem sugere que as organizações devem considerar a privacidade como um componente essencial em seus produtos e serviços, em vez de um acessório ou uma adição tardia.

Ao incorporar esse princípio, as organizações demonstram um compromisso com a segurança e a privacidade desde o estágio inicial do tratamento de dados, promovendo uma cultura de responsabilidade e conformidade com as regulamentações de proteção de dados pessoais.

O princípio da **não discriminação** aborda a "impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos" (BRASIL, 2018). Este princípio determina que o tratamento de dados pessoais deve ser conduzido de maneira a evitar discriminação injusta ou arbitrária em relação aos titulares dos dados.

O objetivo é assegurar que as decisões automatizadas ou o tratamento de dados pessoais não sejam utilizados para discriminar os titulares com base em

[11] O conceito foi desenvolvido por Ann Cavoukian, na década de 1990.

características como raça, gênero, orientação sexual, origem étnica, opção política, religião, entre outras.

Discriminação, nesse contexto, refere-se a tratamento injusto, desigual ou prejudicial. Visto que existe discriminação lícita, como esclarece Queiroz, ao afirmar que “a discriminação, estando de acordo com as bases legais de tratamento para fins de atendimento do titular, é permitida, por exemplo: informações de um passageiro sobre restrição alimentar, por questões religiosas ou de saúde.” (QUEIROZ, 2021, p.54).

As organizações que coletam e processam dados pessoais devem assegurar que seus procedimentos e algoritmos não perpetuem preconceitos ou desigualdades existentes na sociedade.

E por fim, o princípio da **responsabilidade e prestação de contas** está relacionado com a “demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas”. (BRASIL, 2018).

Esse princípio estabelece que as organizações devem assumir a responsabilidade por suas práticas de proteção de dados e demonstrar a capacidade de prestar contas pelo cumprimento das normas e regulamentos de privacidade. Este princípio é central na proteção de dados pessoais. Ele envolve a obrigação de adotar medidas eficazes para garantir a conformidade com as normas de proteção de dados.

Isso não apenas inclui a implementação de práticas sólidas de segurança e privacidade, mas também a capacidade de prestar contas, demonstrando por meio de registros e evidências tangíveis, que essas medidas são eficazes. A responsabilidade e a prestação de contas mediante titulares dos dados e autoridades reguladoras, promove a transparência e confiança nas operações relacionadas ao tratamento de dados pessoais. Ao aderir a esse princípio, as organizações assumem um compromisso explícito de gerenciar os dados com integridade e em conformidade com as normas estabelecidas.

Loureiro enfatiza que “a partir deste princípio, a figura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ganha destaque, haja vista que é o órgão da

administração pública federal responsável por fiscalizar o cumprimento à LGPD.” (LOUREIRO, 2022, p.36).

Assim, torna-se evidente que todos os princípios delineados na LGPD estão interconectados entre si e também estão interligados aos fundamentos da própria Lei. Na prática, não é aconselhável analisar os princípios e fundamentos de forma isolada, pois estão intrinsecamente interligados para contribuir na grande área da Proteção de Dados Pessoais.

A proteção de dados pessoais é um direito fundamental do indivíduo, garantindo que ele tenha plena consciência de como, por quê, para qual finalidade, onde e por quanto tempo seus dados pessoais são utilizados. Além disso, é essencial que o indivíduo saiba por quem e com quem essas informações são compartilhadas.

No entanto, para que uma pessoa esteja apta a compreender, analisar, avaliar, controlar e tomar decisões informadas sobre o uso de seus dados pessoais, bem como reconhecer quando seus direitos de proteção de dados estão sendo violados, é necessário que ela possua determinados conhecimentos, habilidades e atitudes.

A Competência em Informação promove a educação e conscientização das pessoas sobre seus direitos e responsabilidades em relação à proteção de suas informações pessoais. Ter a capacidade de tomar decisões informadas e exercer controle sobre o uso de seus próprios dados é um componente fundamental para garantir a privacidade e a segurança dos indivíduos em um ambiente cada vez mais informacional e digital.

5.3.2 Emenda Constitucional nº 115/2022

Na era da informação em rede, onde a tecnologia permeia todos os aspectos de nossas vidas, a proteção de dados emergiu como uma preocupação fundamental para indivíduos, empresas e governos em todo o mundo.

No Brasil, essa preocupação ganhou destaque com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em setembro de 2020. Este marco legislativo

significativo marcou um passo importante na jornada do país para assegurar que a privacidade e a autodeterminação informacional dos cidadãos sejam respeitadas em um cenário de crescente digitalização.

A LGPD não foi a única a fortalecer a segurança em relação à proteção de dados pessoais dos indivíduos. Antes mesmo de sua promulgação, os cidadãos brasileiros já contavam com garantias de proteção de dados pessoais por meio de leis esparsas, como a Lei de Acesso à Informação, o Marco Civil da Internet, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil Brasileiro e, especialmente, a Constituição Federal.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, oferece uma série de direitos fundamentais aos cidadãos, incluindo explicitamente o direito à privacidade e à intimidade, conforme mencionado no inciso X. Especialistas na área entendiam que o direito à proteção de dados pessoais poderia ser inferido implicitamente na Constituição, considerando o direito à privacidade e à intimidade. No entanto, foi com a Emenda Constitucional nº 115 de 2022 que algumas divergências foram resolvidas e o direito à proteção de dados pessoais tornou-se explicitamente reconhecido na Constituição.

A Emenda Constitucional nº 115, promulgada em 10 de fevereiro de 2022, introduziu uma mudança significativa na Constituição Federal do Brasil ao incorporar a proteção de dados pessoais como um direito e garantia fundamental explícita. Essa mudança foi realizada por meio da adição do inciso LXXIX ao artigo 5º, o qual estabelece o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Essa alteração não apenas elevou a Proteção de Dados Pessoais ao status de um direito fundamental claramente definido, mas também destacou a importância social desse tema, reconhecendo a sua relevância no contexto da sociedade contemporânea.

Na era digital, na qual informações são cada vez mais armazenadas e processadas online, a proteção de dados pessoais emergiu como uma questão de extrema importância. A emenda constitucional reconhece essa realidade e tem como objetivo assegurar que os dados pessoais dos cidadãos sejam devidamente protegidos, refletindo a crescente relevância da proteção de dados na sociedade conectada.

A Ciência da Informação possui riqueza de estudos aprofundados sobre a digitalização na sociedade da informação, definida por Castells como uma sociedade caracterizada pela revolução tecnológica causada pela informação e comunicação digitais. (CASTELLS, 2018).

A relevância da Emenda Constitucional nº 115 para o campo do Direito é evidente, uma vez que pode ter implicações na interpretação e aplicação de diversas leis, além de influenciar os entendimentos relacionados ao direito constitucional, direito digital, direito administrativo e outros campos jurídicos.

Contudo, para a Ciência da Informação, a EC 115/2022 assume uma importância particular. Ela traz implicações significativas nos processos informacionais relacionados à governança de dados, ética da informação e competência digital, entre outros. Essas mudanças desafiam os usuários da informação a manterem-se atualizados e a aprimorarem seus conhecimentos para se adaptarem às novas tecnologias e às crescentes necessidades infocomunicacionais.

A emenda constitucional exerce um impacto significativo na forma como a Ciência da Informação aborda e compreende a proteção de dados na era digital, destacando-se especialmente no campo da subárea da competência digital. Em nossa análise, essa subárea se configura como uma das mais promissoras dentro da Ciência da Informação no que diz respeito à proteção de dados pessoais.

Isso se deve ao fato de que a competência digital tem como um de seus principais objetivos promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à identificação, localização, avaliação e uso efetivo da informação no ambiente digital, o que se revela de extrema relevância no contexto da proteção de dados pessoais.

Quanto à identificação, a competência digital pode auxiliar as pessoas a compreenderem o que constitui dados pessoais no ambiente virtual e a importância de protegê-los. No âmbito da avaliação, essa competência permite que os indivíduos avaliem a segurança dos sistemas que utilizam para armazenar ou compartilhar seus dados pessoais. E, no que diz respeito ao uso, a competência digital pode orientar as pessoas sobre como fazer uso responsável de seus dados pessoais,

assegurando que estejam cientes dos riscos envolvidos e das melhores práticas ao compartilhar suas informações em meio digital.

Nesse sentido, a competência digital tem como um de seus objetivos educar e conscientizar os indivíduos sobre seus direitos infocomunicacionais e como podem exercê-los, englobando o conhecimento das leis e demais dispositivos que regulam a proteção de dados pessoais no Brasil, como a EC nº 115/2022. Considerando esses objetivos, é natural que a Ciência da Informação e a Competência Digital se preocupem com a proteção de dados pessoais e todas as suas áreas correlatas.

6 CONEXÕES ENTRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Neste capítulo, a relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais será minuciosamente examinada, analisando a conexão entre cada componente dessas áreas do conhecimento. Serão destacadas as relações que foram identificadas, tanto de maneira implícita quanto explícita, bem como aquelas que apresentam potencial para se desenvolver.

É relevante ressaltar a escassez de um arcabouço teórico consolidado no Brasil, capaz de fornecer apoio substancial para extrair elementos bem definidos que vinculem a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

Diante dessa lacuna, considerou-se essencial para os propósitos desta pesquisa explorar os vieses, as concepções e as dimensões da Competência em Informação, bem como os fundamentos, conceitos e princípios da Proteção de Dados Pessoais, como delineados pela LGPD.

Importante frisar que contribuições de estudos internacionais desempenharam um papel crucial na fundamentação das ideias apresentadas neste capítulo. Serão indicados os contextos nos quais identificaram-se relações e qual é a natureza delas. Igualmente, será esclarecido quando não se encontrar vínculos possíveis.

Entendeu-se que a Lei, ao referir-se a alguns fundamentos, conceitos e princípios, levou em consideração diferentes atores, não apenas o cidadão comum, mas também empresas, governos, organizações e demais entidades que lidam com

dados pessoais. A LGPD estabelece esses fundamentos, conceitos e princípios como guias para orientar organizações no tratamento de dados pessoais, incentivando a adoção de medidas protetivas. No entanto, ao estabelecer-se uma analogia, torna-se claro que os próprios titulares dos dados desempenham papel ativo e passivo em relação à proteção de dados pessoais, assumindo a posição de sujeitos detentores de direitos e deveres.

Essa deve ser a proposta da Competência em Informação: proporcionar conhecimento às pessoas comuns, titulares de dados, com o propósito de protegerem-se e salvaguardar seus dados e dados alheios, em diversas situações, seja em relações de consumo, ambiente profissional, acadêmico, nas redes sociais ou na esfera privada.

Esta pesquisa concentrou-se em analisar todos os elementos propostos sob a perspectiva do cidadão comum, que é o principal foco deste estudo. Iniciará examinando os vieses da Competência em Informação e suas conexões com os fundamentos, conceitos e princípios da LGPD. Em seguida, abordará as relações entre as concepções e as dimensões da Competência em Informação com esses elementos da Proteção de Dados Pessoais estabelecidos na LGPD.

Ressalta-se que este estudo não buscou exaurir todas as relações entre os elementos apresentados, evitando uma pesquisa excessivamente extensa e potencialmente repetitiva. No entanto, foram empreendidos esforços significativos para abranger a maior parte possível dessas relações. O objetivo é inaugurar uma discussão ainda pouco explorada no Brasil, servindo como estímulo para análises futuras mais abrangentes e aprofundadas.

6.1 OS VIESES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM ELEMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Dada a escassez de pesquisas que abordam a interconexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, a proposta é estabelecer essas relações por meio da análise aprofundada de elementos provenientes de ambas as áreas do conhecimento.

Como visto, a Competência em Informação pode ser compreendida por meio de três vieses: o que concebe a Competência em Informação como área disciplinar; o que a compreende como um processo de ensino-aprendizagem; e o que a considera um conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes.

Iniciaremos a análise com o viés que concebe a Competência em Informação como uma área disciplinar e sua conexão (ou não) com a Proteção de Dados Pessoais. Posteriormente abordaremos os vieses que consideram a Competência em Informação como um processo de ensino-aprendizagem e como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, explorando suas interações com os fundamentos, conceitos e princípios da LGPD.

6.1.1 A Competência em Informação como área disciplinar e a Proteção de Dados Pessoais

Na perspectiva desta pesquisa, o viés que trata a Competência em Informação como uma área disciplinar pode ser o único componente que não se conecta diretamente com a Proteção de Dados Pessoais. Considerando a natureza disciplinar, a única conexão possível pode se limitar ao fato de que ambas são consideradas áreas disciplinares recentes. Poderíamos examinar possíveis relações no que diz respeito à historicidade, cultura e se ambas as áreas têm estruturas bem definidas, entre outras considerações.

Objetivamente, não encontramos relações entre as áreas, e optamos por não considerar esse elemento e evitar análises adicionais, a fim de não sobrecarregar esta pesquisa com discussões que não estão alinhadas aos seus objetivos. Entretanto, os outros componentes da Competência em Informação apresentam um potencial significativo para estabelecerem relações intrínsecas e altamente relevantes, sendo alvos de análises mais aprofundadas.

6.1.2 A Competência em Informação como processo de ensino-aprendizagem e a Proteção de Dados Pessoais

Entendemos que a Competência em Informação pode oferecer programas institucionais e plataformas valiosas para o ensino de temas relacionados à proteção de dados, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes e capacitados na gestão de suas informações pessoais. O processo de ensino-aprendizagem é a via pela qual as instituições têm a oportunidade de disponibilizar cursos, disciplinas e outras atividades, visando promover a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos usuários.

Portanto, segundo esse viés, a Competência em Informação visa capacitar os usuários a se tornarem críticos fornecedores e consumidores de dados e informações, preparando-os para enfrentar os desafios da sociedade da informação. Essa abordagem ampla da Competência em Informação é relevante em diversos contextos, desde a educação formal até a vida profissional e pessoal.

Os objetivos da Competência em Informação, quando concebidos como um processo de ensino-aprendizagem, mantêm uma relação intrínseca com praticamente todos os elementos da Proteção de Dados Pessoais. Isso ocorre porque o propósito fundamental da Competência em Informação é fomentar o conhecimento e capacitar os usuários no contexto da informação, incluindo a proteção de dados pessoais.

Até mesmo em outros países, como nos Estados Unidos, observa-se a necessidade de incorporar o tema da proteção de dados nos currículos dos cursos superiores. Segundo estudos, até recentemente, não havia uma abordagem específica sobre proteção de dados nos cursos de graduação na área da Ciência da Informação.

A partir de 2020, na Universidade do Norte da Flórida, iniciaram-se discussões para incluir ensinamentos sobre a proteção de dados no curso de Biblioteconomia. Desde então, questões relacionadas à privacidade têm sido incorporadas ao currículo do ensino superior. (RAY; FEINBERG, 2021).

É crucial integrar a temática da proteção de dados em cursos de graduação na área da Ciência da Informação, especialmente no âmbito da Competência em

Informação. Essa integração contribui significativamente para a formação de pessoas mais conscientes e preparadas para enfrentar os desafios da era digital. Dessa forma, selecionamos alguns dos elementos que consideramos mais relevantes para estabelecer relações, começando pelos fundamentos estabelecidos na LGPD.

6.1.2.1 Relação com os fundamentos da LGPD

A Competência em Informação, enquanto processo de ensino-aprendizagem, pode estabelecer conexões com a Proteção de Dados Pessoais, concentrando-se especialmente nos fundamentos delineados na LGPD. Optamos por destacar relações com três deles: o fundamento do **respeito à privacidade**, o fundamento da **autodeterminação informativa** e o fundamento da **defesa do consumidor**.

O **respeito à privacidade**, como destacado anteriormente, fundamenta-se principalmente no controle que as pessoas têm sobre seus dados e informações pessoais. Essa capacidade de exercer controle é fundamental, e a Competência em Informação desempenha um papel essencial nesse empoderamento.

Primordialmente, o processo de ensino-aprendizagem da Competência em Informação pode abranger a conscientização sobre a importância da Proteção de Dados Pessoais e do respeito à privacidade. A partir disso, é viável capacitar os indivíduos na proteção de dados pessoais. Os programas de Competência em Informação frequentemente buscam desenvolver habilidades específicas, incluindo a avaliação crítica de fontes, discernimento na escolha de informações e habilidades técnicas para buscar e utilizar dados. Essas habilidades podem ser ajustadas para incluir a proteção de dados pessoais, abrangendo a capacidade de compreender como os dados são manipulados, por exemplo.

A Competência em Informação, como um processo de ensino-aprendizagem, contribui para a conscientização, habilidades práticas e atitudes éticas que são fundamentais para a proteção de dados pessoais e o respeito à privacidade.

A **autodeterminação informativa**, está relacionada ao controle que os indivíduos têm sobre suas próprias informações pessoais, e só pode ser efetivada

quando os titulares dos dados pessoais têm conhecimento do poder que possuem, em termos de controle, decisão e exigência de seus direitos.

A Competência em Informação empodera os indivíduos, viabilizando formas de capacitação e permitindo que assumam um papel ativo no controle e na gestão de suas informações pessoais. Indivíduos competentes em informação são capacitados a discernir sobre práticas de coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento de dados pessoais. A partir disso, têm a capacidade de decidir sobre o uso de seus próprios dados.

Ray e Feinberg (2021) evidenciaram que a inclusão da Proteção de Dados Pessoais no currículo do curso de Biblioteconomia da Universidade do Norte da Flórida ocorreu devido à persistência dos alunos. Esses estudantes buscavam constantemente informações claras sobre como seus próprios dados, enviados aos sistemas da universidade, eram utilizados.

Quando os alunos adentravam a biblioteca da universidade, por exemplo, eram solicitados a digitalizar suas carteiras de estudante, fornecendo à biblioteca dados estatísticos sobre o curso, nível acadêmico e outras informações de identificação.

Além disso, todos os alunos, tanto presenciais quanto online, eram obrigados a realizar autenticação ao acessar computadores, bancos de dados, leitura de e-books, entre outras atividades, o que gerou reclamações quanto à quantidade de dados necessários para frequentar a instituição.

Essas discussões informais refletiam um anseio pela autodeterminação informativa e impulsionaram mudanças no processo de ensino da instituição. Nesse contexto, a Competência em Informação emerge como uma ferramenta fundamental na capacitação de futuros profissionais da informação, os quais, por sua vez, serão agentes capacitadores na população em geral.

Com relação ao fundamento relacionado à **defesa do consumidor**, este possui uma relação intrínseca com a Competência em Informação como processo de ensino-aprendizagem, pois a Competência em Informação capacita os titulares de dados pessoais a compreenderem que participam de relações de consumo, nas quais suas informações são coletadas, armazenadas, utilizadas e, muitas vezes, compartilhadas por empresas.

Nesse contexto, a Competência em Informação instrui os indivíduos a compreenderem suas necessidades informacionais, incluindo aquelas relativas ao acesso a dados pessoais em posse de terceiros, contribuindo assim para a defesa dos direitos do consumidor no âmbito da privacidade e proteção de dados pessoais.

Além disso, ela os habilita a compreender de que forma esse tratamento deve ser conduzido e quais são seus direitos informacionais, fortalecendo assim a posição do indivíduo na proteção de seus dados pessoais em contextos de consumo. Consumidores informados têm o potencial de influenciar práticas empresariais, favorecendo empresas que adotam políticas de privacidade robustas e responsáveis.

Consumidores competentes em informação compreendem seus direitos e como as empresas devem tratá-los em termos de dados pessoais. Assim, promovem a transparência empresarial, exigindo que as empresas forneçam informações claras sobre suas práticas de privacidade. Isso contribui para uma relação mais transparente e justa entre empresas e consumidores.

6.1.2.2 Relação com os conceitos da LGPD

Todos os conceitos abordados pela LGPD estão relacionados à Competência em Informação, uma vez que, por meio dela como um processo de ensino-aprendizagem, os usuários podem adquirir conhecimento sobre o significado de dados pessoais, dados pessoais sensíveis, dados pessoais anonimizados, tratamento de dados, além de compreenderem o que é consentimento e como exercê-lo, por exemplo.

A compreensão e aplicação desses, entre outros conceitos, são essenciais para assegurar a proteção dos dados pessoais. Nesse contexto, a Competência em Informação assume um papel protagonista ao promover esses conhecimentos.

A integração desses conceitos em programas de Competência em Informação ajuda a formar indivíduos conscientes e responsáveis em relação à Proteção de Dados Pessoais.

6.1.2.3 Relação com os princípios da LGPD

Em relação aos princípios estabelecidos pela LGPD, reiteramos a identificação de relações relevantes entre todos os princípios e a Competência em Informação. Contudo, optamos por destacar relações com três deles: o princípio da finalidade, o princípio do livre acesso e o princípio da segurança.

O **princípio da finalidade** estabelece uma relação significativa com a Competência em Informação. Isso ocorre porque a Competência em Informação pode fortalecer a capacidade dos indivíduos de compreenderem, avaliarem e interagirem de maneira mais eficaz no contexto do tratamento de dados pessoais. Essa abordagem educacional contribui para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis no que diz respeito à proteção de sua privacidade e dados pessoais.

A Competência em Informação pode capacitar as pessoas a entenderem por que as organizações coletam e processam dados pessoais e como essas finalidades devem ser alinhadas com as expectativas dos titulares dos dados.

Isso inclui a capacidade de analisar as políticas de privacidade e entender se as finalidades declaradas são razoáveis e esperadas. Bem como identificar quando uma organização está alterando as finalidades de maneira incompatível com o propósito original e a entender as implicações disso. E ainda, a avaliar se as finalidades do tratamento estão alinhadas com as atividades legítimas da organização.

Retomando o exemplo abordado no estudo de Ray e Feinberg (2021), os alunos do curso de Biblioteconomia procuraram informações sobre a finalidade do uso de dados pessoais pela biblioteca. Questionavam se a finalidade era congruente com os serviços oferecidos e se os dados coletados estavam verdadeiramente alinhados com o propósito original.

O **princípio do livre acesso** está intrinsecamente relacionado à Competência em Informação, uma vez que esta pode promover a conscientização sobre a importância de os titulares terem acesso a todas as informações pessoais que uma organização possui sobre eles, para que possam exercer efetivamente seu direito de livre acesso.

A Competência em Informação capacita os indivíduos a entenderem o valor do acesso livre e facilitado às informações que as organizações detêm sobre eles. Isso contribui para empoderar os titulares de dados, permitindo que exerçam seu direito de obter informações claras e detalhadas sobre o tratamento de seus dados pessoais.

A promoção da conscientização de um direito garantido constitucionalmente talvez seja um dos papéis mais relevantes da Competência em Informação enquanto processo de ensino-aprendizagem.

Ao capacitar indivíduos a compreenderem e exercerem seus direitos, a Competência em Informação desempenha um papel de extrema relevância na construção de uma sociedade informada, consciente e capaz de participar ativamente na proteção de seus próprios dados pessoais.

Também de extrema relevância é a relação entre a Competência em Informação e o **princípio da segurança**. A Competência em Informação desempenha um papel crucial na capacitação dos indivíduos para entenderem, avaliarem e adotarem práticas seguras no manuseio de informações, especialmente no contexto digital.

A Competência em Informação educa os indivíduos sobre os riscos potenciais de segurança, incluindo ataques cibernéticos, *phishing*, *malware* e outros incidentes. Além disso, capacita os usuários a usar tecnologia de forma segura, incluindo práticas de segurança digital, como senhas fortes, autenticação de dois fatores e atualizações regulares de software.

Desenvolve habilidades para identificar sinais de possíveis ameaças online, como *phishing*, e fornece orientação sobre como evitar cair em golpes. Ela capacita os indivíduos a adotarem práticas seguras, reconhecerem ameaças potenciais e contribuírem para um ambiente digital mais seguro.

Nesse contexto, destaca-se o estudo de Marín *et al*. (2022), que investigou 384 futuros professores matriculados em cursos de tecnologia educacional. Os resultados evidenciaram uma carência de conhecimento específico, especialmente no que diz respeito à proteção de dados de menores de idade no contexto educacional, abrangendo áreas como saúde, histórico e ambiente familiar.

Dessa maneira, a Competência em Informação capacita não apenas para a adoção de práticas seguras ao lidar com os próprios dados pessoais, mas também com os dados de terceiros, sendo essencial em áreas profissionais específicas, como a educação.

Essas associações sugerem que o processo de ensino-aprendizagem na Competência em Informação pode ser uma base valiosa para a formação de indivíduos conscientes e habilidosos no que diz respeito à Proteção de Dados Pessoais.

Ao integrar tais conceitos nos currículos educacionais, nas políticas das empresas, e em atividades abertas ao público em geral, podemos fortalecer a compreensão dos usuários sobre a importância da privacidade e da segurança da informação na sociedade contemporânea.

6.1.2.4 Resumo das relações observadas

Observamos que a Competência em Informação, quando vista como uma área disciplinar, não revelou uma conexão significativa com a Proteção de Dados Pessoais. Ambas são reconhecidas como áreas do conhecimento, o que as coloca fora do escopo das análises realizadas nesta pesquisa.

Identificamos uma ampla diversidade de relações entre a Competência em Informação, enquanto processo de ensino-aprendizagem, e a Proteção de Dados Pessoais. Dada a riqueza de possibilidades identificadas, escolhemos abordar as relações com os fundamentos do respeito à privacidade, da autodeterminação informativa e da defesa do consumidor, assim como com os princípios da finalidade, do livre acesso e da segurança.

No que diz respeito aos conceitos, constatamos que todos estão interligados com a Competência em Informação, uma vez que esta possibilita adquirir conhecimento sobre eles.

Assim, para sintetizar e aprimorar a visualização dessas relações, desenvolvemos um mapa conceitual que será apresentado ao final de cada subtópico, respectivamente.

Figura 4: Mapa conceitual relacional: Competência em Informação como processo de ensino-aprendizagem e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Em síntese, a Competência em Informação, enquanto processo de ensino-aprendizagem, na prática, pode estabelecer uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte forma:

1) Oferecendo programas institucionais para o ensino de temas relacionados à proteção de dados;
2) Disponibilizando cursos, disciplinas e outras atividades, visando promover a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos usuários;
3) Promovendo a conscientização sobre o uso e o valor da informação. Essa conscientização é fundamental para a compreensão da importância de proteger os dados pessoais;
4) Educando sobre a importância do consentimento informado ao coletar e usar dados pessoais, enfatizando o direito do indivíduo de fornecer ou retirar seu consentimento;
5) Instruindo sobre os direitos dos indivíduos em relação aos seus dados pessoais, capacitando-os a exercer a autodeterminação informacional e a entender seu papel como titulares dessas informações; e

6) Ensinando conceitos relacionados ao ciclo de vida da informação, que pode incluir a compreensão de conceitos basilares na proteção de dados, como consentimento, anonimização e tratamento adequado dos dados pessoais.

Assim, a Competência em Informação pode ser instrumental na viabilização de programas institucionais que proporcionem cursos e atividades direcionadas à aquisição de conhecimentos e habilidades pertinentes à Proteção de Dados Pessoais.

Além disso, destaca a importância de conscientizar os usuários sobre o valor da informação e a necessidade de salvaguardar os dados pessoais. Ao capacitar as pessoas, a Competência em Informação permite que elas exerçam a autodeterminação informacional e compreendam seu papel como titulares dessas informações.

6.1.3 A Competência em Informação como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes e a Proteção de Dados Pessoais

Observamos que um dos aspectos considera a Competência em Informação como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Essa característica está vinculada aos processos informacionais, englobando a identificação das necessidades informacionais das pessoas, a busca, o acesso, a avaliação das informações e fontes de informação, bem como o uso e compartilhamento das informações.

De certa forma, pode-se compreender que esse conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes pode ser adquirido por meio do viés discutido anteriormente, ou seja, do processo de ensino-aprendizagem. É possível que um seja viabilizador do outro, por isso estão interligados.

Ao investigar esse viés, é possível identificar ainda mais conexões com os elementos ressaltados pela LGPD relacionados à Proteção de Dados Pessoais. Com o objetivo de ampliar a cobertura e considerar mais elementos, optamos por explorar as relações que ainda não foram abordadas, fornecendo exemplos práticos.

6.1.3.1 Relação com os fundamentos da LGPD

A Competência em Informação, enquanto um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, pode estabelecer conexões com praticamente todos os fundamentos da Proteção de Dados Pessoais delineados na LGPD. Entretanto, optamos por destacar relações com três novos fundamentos: o fundamento da **liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião**, o fundamento do **desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação**, e o fundamento dos **direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais**.

A Competência em Informação refere-se ao conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que capacitam os indivíduos a buscar, avaliar e utilizar informações de forma eficaz e crítica. Nessa perspectiva, a Competência em Informação não apenas capacita os indivíduos a interagirem com informações, mas também fortalece aspectos fundamentais da liberdade individual, como expressão, informação, comunicação e opinião.

Como visto anteriormente, este o fundamento da liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião representa diferentes vertentes de liberdades e todas se relacionam profundamente entre si. Vamos analisar cada uma delas em suas relações com a Competência em Informação.

No que tange à **liberdade de expressão**, a Competência em Informação tem o potencial de promover a liberdade de expressão ao capacitar os indivíduos a participarem ativamente de discussões, compartilharem suas opiniões de forma fundamentada e contribuírem para um diálogo público mais enriquecedor.

Isto é possível com habilidades de buscar informações de maneira eficiente, acessando uma variedade de perspectivas e fontes, o que por si só já é capaz de promover certa diversidade de opiniões e informações.

No que se refere à **liberdade de informação**, a Competência em Informação conscientiza sobre o reconhecimento da importância de garantir o acesso público a informações relevantes e necessárias para uma sociedade bem-informada.

Além disso, a Competência em Informação proporciona a habilidade crucial de identificar e combater a desinformação. Essa habilidade contribui

significativamente para a promoção da liberdade de informação, assegurando que o público não tenha apenas acesso a informações, mas também que estas sejam precisas e confiáveis.

No que diz respeito à **liberdade de comunicação**, ao capacitar os indivíduos para serem participantes ativos na sociedade, a Competência em Informação fortalece a capacidade das pessoas de comunicarem-se efetivamente e contribuírem para a formação de uma opinião pública informada.

Isto é possível porque a Competência em Informação, ao instruir sobre a utilização de informações de maneira responsável e ética, possibilita que os indivíduos contribuam para um ambiente de comunicação saudável, onde a disseminação de informações é realizada de forma construtiva.

E, por fim, a **liberdade de opinião** é viabilizada pela Competência em Informação, uma vez que esta visa desenvolver habilidades nos indivíduos para buscar e explorar diversas fontes de informação, ampliando seu acesso a uma variedade de perspectivas. Isso promove a pluralidade de opiniões e contribui para uma sociedade mais aberta e democrática.

Passando para o segundo fundamento, percebemos que o mesmo desmembramento observado com o fundamento anterior, ocorre também aqui, tratando-se de três vertentes: econômica, tecnológica e de inovação.

No que se refere ao **desenvolvimento econômico**, a Competência em Informação fomenta a criatividade ao encorajar a busca por diversas fontes de inspiração, a análise crítica de informações e a aplicação criativa dessas ideias. Essa mentalidade é essencial para o progresso econômico de qualquer indivíduo.

Além disso, a Competência em Informação proporciona tomadas de decisão melhor informadas, que são essenciais para o desenvolvimento econômico, permitindo escolhas embasadas em dados sólidos. Indivíduos bem-informados podem identificar e aproveitar oportunidades de maneira mais eficaz.

A habilidade de avaliar informações sobre tendências de mercado, por exemplo, permite uma compreensão mais profunda do ambiente econômico. Essa consciência é essencial para empreendedores que buscam se destacar.

Ao desenvolver habilidades empreendedoras, a Competência em Informação capacita os indivíduos a iniciar e conduzir negócios. Isso contribui diretamente para o desenvolvimento econômico em níveis pessoal, local e global.

Por outro lado, o **desenvolvimento tecnológico** pode ser alcançado com habilidades de se manter atualizado e avaliar novas tecnologias, o que ainda contribui para a adaptação contínua às mudanças tecnológicas.

Um dos mais importantes preceitos da Competência em Informação é o aprendizado ao longo da vida. Este preceito considera que a aprendizagem pode ocorrer em uma variedade de contextos, incluindo ambientes de trabalho, comunidades, interações sociais e atividades pessoais.

Os indivíduos são incentivados a serem autodirigidos em seu aprendizado, assumindo a responsabilidade por identificar suas necessidades informacionais e buscar oportunidades de aprendizado de forma independente. A aprendizagem ao longo da vida reconhece a necessidade de adaptação contínua diante das mudanças nas circunstâncias sociais, econômicas e tecnológicas. Os indivíduos precisam se atualizar e adquirir novas competências para se manterem relevantes. A incorporação de tecnologia é frequentemente parte integrante da aprendizagem ao longo da vida, facilitando o acesso a informações em qualquer momento e lugar.

No que diz respeito à **inovação**, a última parte do fundamento analisado, embora percebamos inter-relações com as outras duas partes que acabamos de analisar, destacamos uma situação de extrema relevância para esta pesquisa: o incentivo ao conhecimento de novas regulamentações específicas e novos usos para os dados pessoais, proporcionado pela Competência em Informação.

A Competência em Informação capacita os indivíduos a monitorar e compreender as mudanças nas regulamentações relacionadas à proteção de dados pessoais. Isso inclui estar ciente de novas leis, como a LGPD, e de novos direitos e garantias fundamentais, como o recente direito à proteção de dados pessoais, incluído na CF/88 pela EC 115/22, e entender como essas regulamentações afetam a coleta, processamento e armazenamento de informações pessoais, ou seja, o tratamento de dados pessoais em geral.

A Competência em Informação incentiva a busca constante por informações sobre práticas de tratamento de dados pessoais. Isso envolve entender e avaliar

como as organizações estão (ou não) adaptando suas estratégias para cumprir as regulamentações emergentes e garantir a privacidade, segurança e acesso permitido aos dados pessoais.

A Competência em Informação permite que os indivíduos compreendam as regulamentações existentes e a entenderem novos usos para dados pessoais. Essa capacidade de se manter informado e adaptar-se a um ambiente regulatório em evolução é fundamental em um mundo cada vez mais centrado em dados.

O terceiro fundamento, que trata dos **direitos humanos, do livre desenvolvimento da personalidade, da dignidade e do exercício da cidadania pelas pessoas naturais**, também nos instiga a desmembrar seus constructos para uma análise mais aprofundada sobre sua relação com a competência em informação.

A começar pelos **direitos humanos**, a Competência em Informação promove a conscientização dos indivíduos sobre seus direitos, não apenas aqueles clássicos relacionados à privacidade, liberdade de expressão, acesso à informação, bem como a outros novos direitos fundamentais relacionados à proteção de dados pessoais.

Indivíduos competentes em informação estão melhor equipados para identificar e responder a violações de direitos humanos. Eles podem buscar informações relevantes, conscientizar outros sobre questões críticas e se envolver em atividades de defesa de seus direitos.

Ao capacitar os indivíduos com habilidades informacionais, a Competência em Informação os empodera para participar ativamente da luta pelos direitos humanos, contribuindo para a conscientização e mudanças positivas na sociedade.

A Competência em Informação é uma ferramenta essencial para fortalecer a defesa e promoção dos direitos humanos, capacitando os indivíduos a compreender, questionar e agir em prol de uma sociedade mais justa e equitativa.

No que se refere ao **livre desenvolvimento da personalidade**, a Competência em Informação é um facilitador essencial para sua efetivação. Ao capacitar os indivíduos a interagirem de maneira crítica e informada com o mundo de informações que os cercam, essa competência contribui para a construção de personalidades autênticas, autônomas e em constante evolução.

Além disso, ao adquirir habilidades informacionais, os indivíduos tornam-se mais autônomos em sua busca por conhecimento e desenvolvimento pessoal. Essa autonomia é essencial para o livre desenvolvimento da personalidade, permitindo escolhas e trajetórias de vida alinhadas com as aspirações individuais.

E para os nativos digitais, a Competência em Informação inclui habilidades digitais que permitem o uso eficaz de ambientes virtuais. Isso é crucial para o desenvolvimento da personalidade em uma era digital, onde a interação com informações online desempenha um papel significativo.

Pode-se presumir que os nativos digitais possuem mais conhecimento e facilidade em questões relacionadas ao uso de tecnologia e informação. Contudo, essa teoria não parece se confirmar. Estudos, como o de Giese *et al*. (2020), evidenciam que, apesar da interação diária com dados, crianças e adolescentes apresentam falta de conhecimento, por exemplo, sobre como esses dados são coletados e utilizados para obter informações pessoais sensíveis. Essa lacuna de conhecimento e capacitação impacta negativamente no livre desenvolvimento da personalidade desses jovens, podendo resultar, inclusive, em discriminação contra esses indivíduos.

Quanto à **dignidade**, um elemento de extrema importância e de explicação intrincada, vimos que refere-se ao valor intrínseco, inalienável e igual de todos os seres humanos. É um conceito que envolve respeito, consideração e reconhecimento da singularidade e do valor fundamental de cada pessoa, independentemente de características individuais, como origem étnica, gênero, religião, orientação sexual, condição econômica, entre outros.

Como anteriormente destacado, a Competência em Informação fomenta o respeito à privacidade, capacitando os indivíduos a entenderem maneiras de salvaguardar suas informações pessoais. Além disso, ela propaga a conscientização acerca dos direitos individuais, abrangendo o direito à informação, à liberdade de expressão e à participação na sociedade. Indivíduos competentes em informação são mais capazes de identificar e defender-se contra práticas exploratórias.

Ademais, proporciona acesso a informações essenciais para a vida cotidiana, como informações de saúde, educação e direitos legais. Além de viabilizar o livre desenvolvimento da personalidade.

Todas essas práticas contribuem para que o indivíduo viva uma vida digna. Assim, a Competência em Informação, em todas as suas facetas, desempenha um papel vital na promoção da dignidade humana.

Por fim, no que se refere ao **exercício da cidadania**, remete a um conceito que denota a pertença e participação de um indivíduo em uma comunidade política, com direitos e responsabilidades. Ser cidadão implica uma conexão legal e social a um determinado país ou comunidade, e esse status traz consigo uma série de direitos civis, políticos e sociais.

Assim como na viabilização da dignidade, podemos perceber a Competência em Informação, em inúmeras interações, agindo em prol do exercício da cidadania. Vamos nos apegar a uma situação em específico, a da capacidade cívica.

A Competência em Informação encoraja a participação ativa em processos democráticos, como eleições e consultas públicas. Indivíduos informados podem contribuir de maneira mais significativa para o desenvolvimento de políticas públicas e a tomada de decisões coletivas.

Indivíduos competentes em informação podem se envolver em ativismo cívico de maneira eficaz. Eles podem utilizar informações para conscientizar sobre questões importantes, mobilizar e influenciar positivamente uma comunidade.

A Competência em Informação é um alicerce essencial para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática, fortalecendo a participação ativa, a compreensão informada e o compromisso cívico, contribuindo para uma sociedade mais justa e participativa.

6.1.3.2 Relação com os conceitos da LGPD

No que se refere aos conceitos da LGPD, observamos a relação entre todos eles e a Competência em Informação enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Isso ocorre porque a Competência em Informação abrange um escopo muito amplo, permeando e abordando todos os conceitos. Por exemplo, ela contribui para o conhecimento dos propósitos para os quais os dados são coletados, habilita os indivíduos a compreenderem as implicações do consentimento

para o tratamento de dados pessoais e motiva os titulares a tomarem atitudes para exercerem seus direitos, como solicitar acesso, correção ou exclusão de seus dados pessoais.

Compreendemos que esse viés da Competência em Informação está intrinsecamente ligado ao viés analisado anteriormente. Afinal, não podemos abordar a aquisição de conhecimentos, habilidades ou atitudes sem considerar um processo de ensino-aprendizagem que viabilize esse desenvolvimento.

Além disso, para que os indivíduos adquiram conhecimento sobre os propósitos para os quais os dados estão sendo coletados, é essencial que compreendam o conceito de dados pessoais. Da mesma forma, para agirem e exercerem seus direitos, é necessário que, previamente, estejam cientes de quais são esses direitos e compreendam o significado de cada um deles.

Dessa forma, entendemos que todos os conceitos abordados pela LGPD estão intrinsecamente relacionados à Competência em Informação enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Motivo pelo qual prosseguiremos com a análise da interação entre a Competência em Informação e os princípios da LGPD.

6.1.3.3 Relação com os princípios da LGPD

É importante ressaltar que, embora reconheçamos conexões com todos os princípios, optamos por destacar três deles que ainda não foram objeto de análise. Essa escolha visa enriquecer a discussão com a maior variedade de perspectivas possível.

Em relação aos princípios estabelecidos pela LGPD e suas conexões com a Competência em Informação enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, escolhemos analisar as relações com três deles: o princípio da **qualidade dos dados**, o princípio da **transparência** e o princípio da **não discriminação**.

Quanto ao **princípio da qualidade dos dados**, sua aplicação não é exclusiva de empresas, governos e organizações. O cidadão comum também desempenha um

papel fundamental ao zelar pela qualidade dos dados, sobretudo no que diz respeito às suas informações pessoais.

Isso implica que o titular deve se empenhar em assegurar que seus dados pessoais, nas mãos de terceiros, estejam precisos, corretos e atualizados. Essa prática é crucial para o próprio titular, uma vez que a manutenção da qualidade dos dados evita consequências prejudiciais, como decisões desfavoráveis em processos como solicitações de crédito, por exemplo, que poderiam ser baseadas em informações imprecisas.

Naturalmente, para que o titular possa revisar e corrigir seus dados, é essencial que ele previamente compreenda a finalidade do uso dessas informações e saiba como acessá-las. A Competência em Informação capacita os indivíduos a compreenderem a finalidade do tratamento de dados, possibilitando-lhes assegurar que as informações coletadas e utilizadas estejam em conformidade com os propósitos para os quais foram originalmente destinadas. A Competência em Informação também proporciona conhecimentos que capacitam o indivíduo a avaliar a qualidade dos dados, englobando a verificação da precisão e correção das informações utilizadas.

Quanto ao **princípio da transparência**, observamos sua relação com o princípio anteriormente abordado. A transparência possibilita que o titular compreenda a finalidade do tratamento de seus dados, proporcionando acesso para exercer seus direitos, incluindo correção, oposição e exclusão de suas informações.

A transparência engloba a capacidade de compreender como e quais dados são coletados, utilizados e compartilhados. A Competência em Informação habilita os indivíduos a entenderem esses processos informacionais e possibilita a aquisição de conhecimentos sobre a finalidade destinada a dados pessoais, respondendo a perguntas como por que, para que, por quanto tempo e com quem são compartilhados. Além disso, promove habilidades de acesso, permitindo atitudes como correção, oposição e solicitação de exclusão por parte do titular.

No que diz respeito ao **princípio da não discriminação**, abordamos discriminações associadas a características como raça, gênero, orientação sexual, origem étnica, orientação política, religião, entre outras. Isso se refere a um tratamento injusto, desigual ou prejudicial baseado em características pessoais.

A Competência em Informação desenvolve habilidades críticas para a avaliação de informações. Indivíduos competentes têm uma propensão maior para considerar as implicações éticas do tratamento de dados, podendo identificar e questionar decisões automatizadas ou algoritmos que possam contribuir para discriminação injusta. São capazes, por exemplo, de reconhecer a necessidade, ou a falta dela, em determinados casos, como no exemplo prático da necessidade de anexar fotos a currículos.

A Competência em Informação abrange a conscientização sobre vieses e preconceitos presentes em dados e algoritmos, capacitando os indivíduos a compreenderem como determinadas formas de tratamento de dados podem influenciar na discriminação.

6.1.3.4 Resumo das relações observadas

Identificamos uma extensa variedade de relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Dada a abundância de possibilidades identificadas, optamos por abordar as relações com os fundamentos da liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, do desenvolvimento econômico e tecnológico e inovação, e dos direitos humanos, que envolvem o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Além disso, analisamos as relações com os princípios da qualidade dos dados, da transparência e da não discriminação. Uma vez mais, no que se refere aos conceitos, observamos que todos estão intrinsecamente conectados à competência em informação. A sintetização das relações encontradas podem ser conferidas no mapa conceitual a seguir.

Figura 5: Mapa conceitual relacional: Competência em Informação como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes e Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

A Competência em Informação, enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, na prática, estabelece uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte maneira:

1) Promovendo a busca por conhecimento sobre conceitos relacionados à identificação de necessidades de informação como termos específicos em proteção de dados, como dados pessoais, dados pessoais sensíveis, consentimento, entre outros, destacando a importância de identificar e proteger informações;
2) Desenvolvendo habilidades para avaliar criticamente fontes de informação, essa habilidade pode ser transferida para a avaliação crítica das políticas de privacidade e práticas relacionadas à proteção de dados;
3) Enfatizando a compreensão dos processos envolvidos no tratamento de dados, desde a coleta até a exclusão, promovendo uma visão crítica sobre como as informações são gerenciadas;
4) Capacitando os indivíduos a identificar e lidar com notícias falsas e desinformação;

5) Ensinando a aplicação de práticas seguras na busca, uso e compartilhamento de informações, incorporando medidas de segurança e privacidade para proteger informações pessoais e profissionais; e
6) Incentivando a busca por conhecimento sobre princípios éticos e legais na busca, avaliação e uso de informações, que se estendem para garantir o tratamento ético e legal dos dados pessoais, alinhando-se a regulamentações específicas.

Essas associações sugerem que a Competência em Informação, quando compreendida como um conjunto abrangente de conhecimentos, habilidades e atitudes, pode formar uma base sólida para a conscientização na proteção de dados pessoais. Isso é crucial em um contexto em que a segurança e a privacidade da informação desempenham um papel cada vez mais vital na sociedade.

6.2 AS CONCEPÇÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM ELEMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Observamos que a Competência em Informação pode ser compreendida por meio de três concepções distintas, entretanto, interligadas entre si e complementares: a concepção em informação, a concepção em conhecimento e a concepção em inteligência.

Neste subcapítulo, cada concepção será analisada individualmente e de maneira minuciosa em sua relação com os elementos da Proteção de Dados Pessoais. Começaremos nossa análise acerca da concepção em informação, para, em seguida, explorar as concepções em conhecimento e em inteligência. Buscaremos identificar suas interações com os fundamentos, conceitos e princípios estabelecidos pela Lei.

6.2.1 A concepção em informação e a Proteção de Dados Pessoais

A Competência em Informação, quando vista sob a perspectiva da concepção em informação, envolve o domínio de tecnologias e habilidades na utilização de ferramentas e suportes tecnológicos. Isso estabelece relações intrínsecas com a Proteção de Dados Pessoais, especialmente no contexto virtual e eletrônico.

A Competência em Informação desempenha um papel essencial na proteção de dados pessoais no ambiente virtual, capacitando os usuários a adotar práticas seguras e reconhecer potenciais ameaças à segurança da informação.

Ao estabelecer uma relação entre a competência em informação e as habilidades no uso de ferramentas e suportes tecnológicos, nosso foco direciona-se mais para os aspectos práticos do que para a capacidade cognitiva interpretativa do indivíduo.

Percebemos que a concepção em informação pode integrar-se à proteção de dados pessoais, especialmente no âmbito das **medidas de segurança da informação** que os utilizadores dessas tecnologias podem e devem adotar. Nesse contexto, nossa análise se concentrará nas medidas de segurança da informação relacionadas aos dispositivos tecnológicos.

Indivíduos competentes em informação são mais propensos a compreender os perigos potenciais e a adotar medidas práticas para proteger seus dados pessoais contra ameaças cibernéticas.

Eles têm mais conhecimentos sobre *cookies* e práticas de rastreamento online. Assim, a Competência em Informação inclui a capacidade de identificar ameaças de *phishing* e outros esquemas de fraude online, por exemplo.

Ressaltamos que notamos uma abordagem prática da concepção em informação, o que nos direcionou a explorar menos as relações com os fundamentos e mais com os conceitos e princípios da Proteção de Dados Pessoais estabelecidos na LGPD.

6.2.1.1 Relação com os fundamentos da LGPD

Em relação aos fundamentos da LGPD, notamos que todos estão entrelaçados com a Competência em Informação. Contudo, devido à natureza prática e instrumental da concepção em informação, identificamos mais relações com os princípios da Proteção de Dados Pessoais.

Por esse motivo, optamos por não abordar detalhadamente as relações com os fundamentos da LGPD, a fim de evitar redundâncias e manter o foco em diálogos pertinentes e inovadores, sempre que possível.

Destacamos brevemente a relevante conexão que observamos entre o fundamento do **respeito à privacidade**, o fundamento da **autodeterminação informativa** e o fundamento da **inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem**.

Essa relação se evidencia pela necessidade do usuário de estar ciente de seus direitos e poder de controle, possibilitando assim a adoção de medidas de segurança para protegê-los. Indivíduos competentes em informação compreendem como suas ações online podem impactar a privacidade e são capazes de tomar decisões informadas para proteger suas informações.

Além disso, usuários competentes em informação têm o conhecimento necessário para controlar suas informações online, decidindo quais dados desejam compartilhar e para quais finalidades. E ainda, podem proteger suas informações pessoais contra acessos não autorizados e compreender os riscos associados à exposição online. A consciência e a prática de medidas preventivas são fundamentais para manter a segurança digital.

Essas relações destacam como as habilidades tecnológicas e o conhecimento relacionado à Competência em Informação são fundamentais para a proteção da privacidade e para a promoção da autodeterminação informativa e da inviolabilidade da intimidade, honra e imagem no ambiente digital.

6.2.1.2 Relação com os conceitos da LGPD

Reiteramos que todos os conceitos delineados pela LGPD estão intrinsecamente ligados à Competência em Informação. Isso se deve ao fato de que, ao analisarmos a Competência em Informação sob a perspectiva da concepção da informação, percebemos a necessidade do indivíduo ter conhecimento sobre os diversos conceitos relacionados à Proteção de Dados Pessoais, possibilitando, assim, a adoção de medidas eficazes de segurança da informação.

Contudo, ao explorar os conceitos no contexto das concepções da Competência em Informação, salientamos elementos específicos da Proteção de Dados Pessoais que mantêm uma relação relevante com a concepção em informação.

Desta maneira, seguindo a abordagem de selecionar três elementos, julgamos relevante discorrer sobre os conceitos de **consentimento**, **eliminação** e **uso compartilhado de dados**.

No que tange ao conceito de **consentimento**, a Competência em Informação, na perspectiva da concepção em informação, capacita os usuários de tecnologias da informação e comunicação a compreenderem esse conceito e suas implicações, envolvendo a conscientização sobre a importância do consentimento no contexto da proteção de dados.

Indivíduos competentes compreendem como e quando seu consentimento é solicitado ao usar tecnologias e aplicativos, por exemplo. Além disso, possuem habilidades para gerenciar e configurar as opções de consentimento online.

Podem, inclusive, ajustar as configurações de privacidade e escolher quais dados compartilhar ou até mesmo retirar o consentimento. O nos conduz ao próximo conceito: **eliminação**.

Quando o usuário revoga seu consentimento, ele tem o direito de solicitar a exclusão de seus dados pessoais do banco de dados onde estão armazenados. Isso envolve a capacidade de revogar permissões dadas anteriormente, demonstrando controle contínuo sobre o uso de seus dados pessoais. Esse processo também está relacionado ao próximo conceito: o **uso compartilhado de dados**.

O compartilhamento de dados ocorre quando informações pessoais são transmitidas, compartilhadas ou processadas em conjunto, seja entre órgãos governamentais, entidades públicas ou organizações privadas.

Embora em algumas situações isso seja necessário, em outras, como nos compartilhamentos entre farmácias, hospitais e planos de saúde, surgem discussões sobre a pertinência desse compartilhamento.

Para os defensores do compartilhamento de dados pessoais entre farmácias, hospitais e planos de saúde, essa prática é considerada essencial. Ela possibilita a comunicação entre profissionais de saúde sobre diagnósticos de pacientes e fornece ao governo dados mais abrangentes para desenvolver programas eficazes de controle de epidemias ou promoção da saúde.

Para os opositores ao compartilhamento de dados, essa prática pode resultar no aumento dos custos dos planos de saúde para certos indivíduos, favorecendo tratamentos desiguais entre os usuários de planos de saúde.

A Agência Nacional de Saúde (ANS) já reconheceu a possibilidade de compartilhamento de dados para evitar prejuízos aos usuários de planos de saúde, uma visão que foi incorporada à LGPD.[12]

A aquisição desses conhecimentos é facilitada pela Competência em Informação. Indivíduos competentes nesse aspecto são mais aptos a identificar práticas manipuladoras relacionadas ao consentimento e ao compartilhamento de dados, além de poderem solicitar ajustes e até a exclusão de suas informações dos bancos de dados das organizações.

A Competência em Informação, na concepção da informação associada às tecnologias e habilidades na utilização de ferramentas e suportes tecnológicos, capacita os usuários a adquirirem conhecimentos fundamentais para a eficácia dessa utilização.

---

[12] Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/555820-compartilhamento-de-dados-de-pacientes-por-planos-de-saude-divide-opinioes/

6.2.1.3 Relação com os princípios da LGPD

Ao analisar os princípios da LGPD, percebemos que há mais conexões com a Competência em Informação, especialmente sob a perspectiva da concepção em informação, notando-se uma relação mais evidente com os princípios da **segurança**, da **prevenção**, e da **responsabilidade e prestação de contas**.

Ao analisarmos o **princípio da segurança**, fica claro que a Competência em Informação, na perspectiva da concepção da informação, pode capacitar o usuário a adotar medidas de segurança eficazes para proteger seus dados.

A adoção de *softwares* antivírus e *antimalwares*, juntamente com o uso de *firewalls* nos dispositivos eletrônicos, aliados à utilização de uma rede privada virtual (VPN), representam práticas de segurança que indivíduos competentes em informação empregam para exercer controle sobre seus dados pessoais no ambiente online.

Outra medida de segurança inclui a criação de senhas robustas, evitando escolhas óbvias e facilmente adivinháveis, e a prática de alterá-las periodicamente.

Além disso, a ativação da autenticação de dois fatores representa uma camada extra de segurança, exigindo um segundo método de verificação além da senha.

No estudo de Hanell (2022), foi explorada uma ferramenta destinada a auxiliar os usuários no gerenciamento de seus dados pessoais, o *Data Detox Kit* (DDK), desenvolvido pela Fundação Mozilla, com versão disponível em português.

Essa ferramenta representa uma medida adicional que os usuários digitais podem adotar para garantir a segurança de seus dados. O DDK identifica e discute duas abordagens de segurança de dados: uma reativa, focada na remoção de dados já coletados, e outra proativa, centrada na prevenção da coleta de dados. O uso dessa ferramenta é uma forma de aprendizado autônomo para a implementação de medidas de segurança na proteção de dados pessoais.

Ao adotar essas práticas, o usuário fortalece significativamente a segurança dos seus dados online, reduzindo os riscos de exposição a ameaças cibernéticas. Pessoas competentes em informação são capazes de avaliar e selecionar ferramentas de segurança adequadas para proteger seus dados.

No que se refere ao **princípio da prevenção**, este guarda uma relação intrínseca com o princípio anteriormente analisado, uma vez que busca antecipar medidas de segurança para evitar danos aos titulares dos dados.

A competência em informação desempenha um papel crucial ao promover conhecimentos relacionados ao uso de ferramentas e suportes tecnológicos que podem prevenir incidentes com dados pessoais. Por exemplo, ela capacita o titular dos dados a certificar-se da segurança da conexão em uma página URL antes de inserir informações pessoais, além de incentivar a prática de manter cópias de segurança (*backups*) regulares dos dados importantes.

Tais medidas, entre outras, são fundamentais para proteger contra perdas de dados decorrentes de falhas de *hardware*, vírus ou outros incidentes. Inclusive a ferramenta da Fundação Mozilla mencionada anteriormente adota uma abordagem proativa em relação à segurança dos dados, desempenhando um papel crucial na prevenção da coleta de dados pessoais.

Desta forma, a Competência em Informação capacita os usuários a adotarem medidas ativas de prevenção de maneira consciente, considerando os diferentes contextos online nos quais seus dados podem estar expostos em virtude do tratamento de dados.

O **princípio da responsabilidade e prestação de contas** está interligado à Competência em Informação, uma vez que esta capacita o usuário com conhecimento sobre seus poderes e direitos, incluindo a prerrogativa de demandar esclarecimentos sobre o tratamento de seus dados pela organização.

Trata-se de um direito ativo que confere ao indivíduo a possibilidade de questionar e buscar transparência no processo de gestão de seus dados por parte das organizações. No estudo de Pingo e Narayan (2019), realizado com 21 participantes usuários de diferentes plataformas de mídia social digital, buscou-se obter informações sobre o conhecimento desses usuários em relação às práticas de coleta de dados por parte das empresas e às estratégias de autogerenciamento de dados pessoais.

O estudo revelou que, embora os usuários realizem a gestão básica de seus dados, como a minimização de informações, bloqueio de outros usuários e remoção de amizades, eles demonstram resiliência e, ao mesmo tempo, vulnerabilidade.

Os participantes, ao ignorarem os termos de serviço, compartilham suas informações pessoais com serviços online em troca de benefícios como facilidade de *networking*, manutenção de contatos, gerenciamento da imagem pessoal e entretenimento.

O estudo destacou que a maioria dos participantes possui conhecimento limitado sobre os riscos online e medidas de proteção. Embora não compreendam completamente como seus dados são coletados e utilizados, acreditam que as plataformas estão protegendo sua privacidade, sem buscar transparência, prestação de contas ou responsabilização por parte dessas organizações.

Dessa forma, os autores enfatizam a importância do papel desempenhado pela Competência em Informação, proporcionando uma compreensão informada sobre o tema, especialmente em um contexto de rápida evolução das mídias sociais digitais.

6.2.1.4 Resumo das relações observadas

Devido à natureza prática e instrumental da concepção em informação, estabelecemos conexões concisas com os fundamentos do respeito à privacidade, da autodeterminação informativa, e da inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

No entanto, notamos relações mais intrínsecas com os conceitos de consentimento, eliminação e uso compartilhado de dados. Também analisamos relevantes relações com os princípios da segurança, da prevenção, e da responsabilidade e prestação de contas, como ilustra o mapa conceitual abaixo.

Figura 6: Mapa conceitual relacional: Concepção em informação e Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

A Competência em Informação, como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, pode estabelecer uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte forma:

1) Conscientizando sobre os riscos de segurança associados ao uso de tecnologias e ferramentas online;
2) Facilitando a compreensão sobre o conceito e implicações do consentimento online;
3) Capacitando os usuários a utilizar ferramentas e suportes tecnológicos para proteger seus dados e sua privacidade online;
4) Instruindo na identificação de ameaças a proteção dos dados online e no reconhecimento de práticas enganosas; e
5) Treinando para a verificação da autenticidade de fontes online, reduzindo o risco de compartilhar dados pessoais com fontes não confiáveis.

A Competência em Informação desempenha um papel essencial na proteção de dados pessoais no ambiente virtual, capacitando os usuários a tomar decisões

informadas, adotar práticas seguras e reconhecer potenciais ameaças à segurança da informação.

6.2.2 A concepção em conhecimento e a Proteção de Dados Pessoais

A Competência em Informação, quando analisada sob a perspectiva da concepção em conhecimento, envolve a utilização da informação na construção do conhecimento. Enquanto a concepção em informação é instrumental e concentra-se em ferramentas e suportes tecnológicos, a concepção em conhecimento está centrada no indivíduo e em seus processos de interpretação da informação para construir conhecimento aplicável a situações próprias, específicas e individuais.

A Competência em Informação, na concepção do conhecimento, refere-se à capacidade de uma pessoa buscar, avaliar, interpretar e utilizar informações de maneira eficaz e crítica. Essa competência não se limita apenas à habilidade técnica de localizar informações ou saber utilizar *softwares*, mas envolve uma compreensão mais profunda de como utilizar essas informações de maneira significativa em diferentes contextos particulares.

Nesse contexto, o estudo de Gebre (2022) é relevante, pois questiona a visão convencional da Competência em Informação, que concentra-se exclusivamente no desenvolvimento de habilidades técnicas para manipular dados, desconsiderando os diversos aspectos que envolvem a relação dos indivíduos com as informações e os dados.

Conforme apontado pelo autor, a Competência em Informação tem sido proposta como uma competência fundamental para o êxito individual em uma sociedade fundamentada em dados. No entanto, a falta de um entendimento consensual sobre sua definição e métodos de desenvolvimento é evidente. A abordagem pedagógica centrada na competência individual não abrange adequadamente a complexa interação dos indivíduos com os dados em suas vidas diárias, restringindo suas capacidades em ambientes repletos de informações.

Portanto, o autor sugeriu quatro diretrizes para a Competência em Informação: aprimoramento da competência, investigação de dados, consciência dos

dados pessoais e participação cívica. Além disso, propôs uma concepção mais abrangente da Competência em Informação que incorpora conceitos, habilidades e contextos.

Na concepção em conhecimento, observamos a íntima relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Isso ocorre porque a Competência em Informação, nessa perspectiva, transcende os conhecimentos em ferramentas e suportes tecnológicos. Ela abrange a capacidade cognitiva interpretativa do indivíduo e como ele a utiliza para resguardar seus dados.

Conforme o habitual, começaremos a explorar a relação entre a Competência em Informação, na concepção em conhecimento, com os fundamentos, seguidos pela relação com os conceitos e, por último, com os princípios da LGPD.

Destacamos que identificamos mais vínculos entre a Competência em Informação e os fundamentos da LGPD. No que diz respeito aos conceitos e aos princípios, é inegável que todos guardam alguma relação com a Competência em Informação. Contudo, escolhemos não nos estender nessa discussão, priorizando abordagens mais relevantes.

6.2.2.1 Relação com os fundamentos da LGPD

Na análise dos fundamentos da LGPD, destacamos conexões entre a Competência em Informação, sob a concepção do conhecimento, e três fundamentos específicos: o **fundamento da autodeterminação informativa**, o **fundamento da liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião** e o fundamento dos **direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais**.

Quanto ao princípio da **autodeterminação informativa**, a Competência em Informação habilita os indivíduos a compreenderem o contexto de utilização de seus dados pessoais. Eles não são meros receptores de informações, mas participantes ativos na compreensão do modo como seus dados estão sendo utilizados.

Indivíduos competentes em informação têm a capacidade de tomar decisões conscientes sobre o uso de suas informações, avaliando os impactos e considerando questões pessoais relacionadas ao tratamento de seus dados.

Ao buscar, avaliar e adquirir informações, torna-se viável construir um conhecimento sólido que servirá como fundamentação para a implementação pessoal de medidas proativas na proteção de dados pessoais. A Competência em Informação não se limita apenas ao acesso isolado de informações, mas abrange também a habilidade de interpretar e compreender seu contexto. Pessoas competentes em informação são capazes de avaliar e compreender o ambiente em que suas informações são utilizadas, permitindo-lhes decidir se isso está alinhado com a proteção de seus dados.

No âmbito da **liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião**, a Competência em Informação, na perspectiva da construção do conhecimento, não apenas visa desenvolver habilidades para acessar e avaliar informações, ou atitudes na busca pela efetivação de direitos informacionais. Ela também se destina a promover o conhecimento sobre as liberdades e os direitos associados ao uso de dados e informações pessoais.

Sem dúvida, a Competência em Informação engloba a avaliação criteriosa da credibilidade das fontes de informações. Indivíduos competentes buscam interpretar informações provenientes de fontes confiáveis, contribuindo para a construção de conhecimento fundamentado e usufruindo da liberdade de informação.

Ao buscar e interpretar informações, as pessoas desenvolvem uma maior conscientização sobre a importância da liberdade de informação. Elas reconhecem a relevância de ter acesso a uma variedade de fontes e perspectivas para formar opiniões informadas.

Além disso, ao interpretar informações de forma crítica, as pessoas desenvolvem uma base sólida para a formação de suas opiniões. Essa formação de opinião é fundamentada em conhecimento, evidências e compreensão contextual, contribuindo para uma expressão pessoal mais informada.

A Competência em Informação possibilita a construção do conhecimento seguindo parâmetros de proteção de dados, com o objetivo de promover nos

indivíduos a capacidade de resguardar seus próprios dados no exercício de suas liberdades e direitos individuais.

No que se refere ao fundamento dos **direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais**, notamos uma relação intrínseca entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

A Competência em Informação é crucial para que os indivíduos adquiram informações e construam conhecimentos, especialmente sobre seus próprios direitos humanos. Entre esses direitos, destaca-se o direito à proteção de dados pessoais, considerado um dos principais e mais importantes direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal Brasileira, conforme abordado nesta pesquisa.

Pessoas competentes em informação são capazes de identificar possíveis violações de direitos, entre eles, o de proteção de dados pessoais, desempenhando um papel fundamental na disseminação de conhecimentos sobre o novo direito constitucional à proteção de dados pessoais, inserido na Constituição Federal de 1988.

Ela não apenas desenvolve a conscientização sobre o valor dos dados pessoais, mas também destaca sua relevância para os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania.

Indivíduos competentes em informação compreendem que as informações pessoais possuem um valor intrínseco e devem ser protegidas para preservar os direitos individuais de cada pessoa. A Competência em Informação promove a conscientização sobre os direitos e deveres como cidadãos, incluindo o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Indivíduos competentes compreendem que a proteção de dados é uma questão de cidadania e participação ativa na sociedade. Eles estão mais aptos a exercer sua cidadania no ambiente digital, entendendo seus direitos em relação à privacidade e participando ativamente na defesa desses direitos.

Ao considerar diferentes perspectivas, culturas e contextos, a Competência em Informação promove uma abordagem ética na interpretação e uso da informação, evitando práticas que possam desrespeitar a dignidade individual.

A interpretação de informações para a construção do conhecimento está intrinsecamente ligada ao exercício da cidadania responsável. Pessoas competentes em informação estão mais propensas a participar ativamente na sociedade, envolver-se em processos democráticos, tomar decisões informadas e contribuir para o bem comum.

6.2.2.2 Relação com os conceitos da LGPD

Reafirmamos que todos os conceitos delineados pela LGPD estão intrinsecamente ligados à Competência em Informação. Isso decorre do entendimento de que, ao examinarmos a Competência em Informação sob a perspectiva da concepção do conhecimento, é fundamental compreender cada conceito mencionado na LGPD para qualquer construção de conhecimento.

Em outras palavras, não é possível construir conhecimento sem as informações básicas necessárias, que começam pela análise e compreensão de conceitos.

Nesse contexto, avançaremos para a próxima análise entre a Competência em Informação, na concepção do conhecimento, e os princípios estabelecidos na LGPD para a Proteção de Dados Pessoais.

6.2.2.3 Relação com os princípios da LGPD

No que diz respeito aos princípios delineados pela LGPD, não identificamos de imediato relações diretas e significativas entre esses princípios e a Competência em Informação sob a perspectiva da concepção em conhecimento.

Embora reconheçamos que tais relações possam existir, optamos por não nos aprofundar excessivamente nessa análise para evitar distorção perceptiva, julgamento pouco acurado, e interpretação ilógica destas relações.

Vale ressaltar que este estudo não tem a pretensão de esgotar todas as possíveis relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados

Pessoais, mas sim de apresentar uma introdução a esses potenciais relacionamentos, buscando inspirar pesquisas mais aprofundadas no futuro.

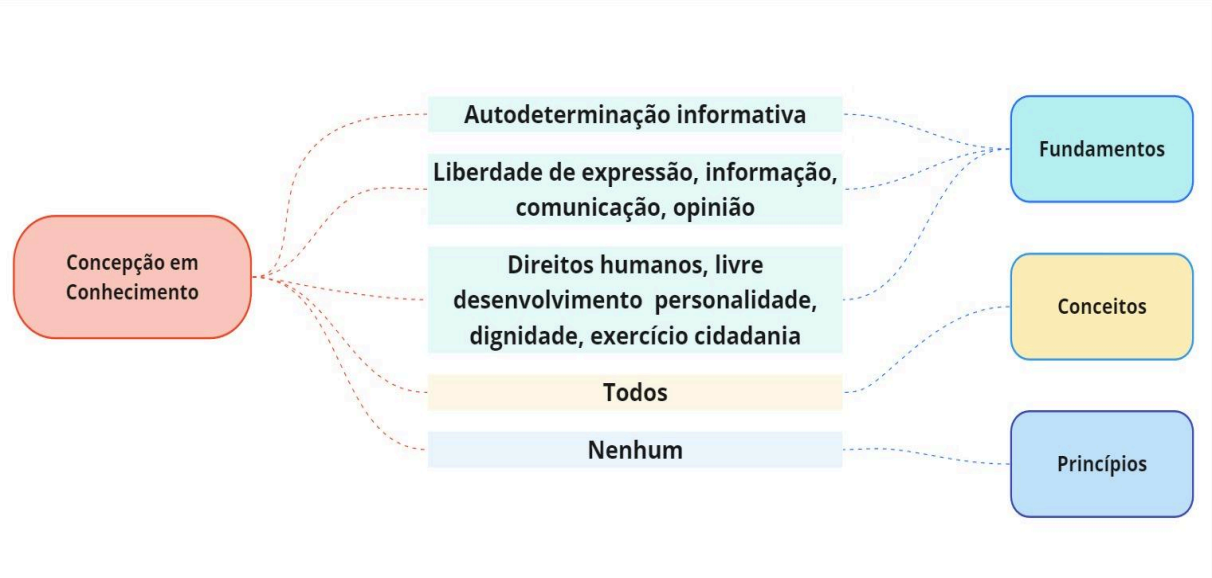
6.2.2.4 Resumo das relações observadas

No contexto deste subcapítulo, salientamos algumas interconexões entre a Competência em Informação, abordada sob a perspectiva da concepção em conhecimento, e os fundamentos e conceitos relativos à Proteção de Dados Pessoais, conforme delineados pela LGPD.

Devido à natureza singular da concepção em conhecimento, estabelecemos conexões concisas com os conceitos da Proteção de Dados Pessoais, e não percebemos relações relevantes com os princípios.

No entanto, notamos relações mais intrínsecas com os fundamentos da autodeterminação informativa, da liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, e dos direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais, como demonstrado no mapa conceitual a seguir.

Figura 7: Mapa conceitual relacional: Concepção em Conhecimento e Fundamentos e Conceitos da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Em síntese, a Competência em Informação, abordada sob a perspectiva da concepção em conhecimento, na prática, pode estabelecer uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte forma:

1) Contribuindo para a construção de conhecimento fundamentado em respeito aos direitos humanos e à proteção de dados pessoais;
2) Promovendo o conhecimento sobre as responsabilidades associadas ao manuseio de dados e informações pessoais de terceiros;
3) Enfatizando sobre a posição ativa do indivíduo como sujeito de direitos e deveres relacionados à proteção de dados; e
4) Proporcionando uma consciência aprofundada das implicações sociais e éticas do tratamento de dados pessoais.

A Competência em Informação destaca-se pela sua capacidade de contribuir para a construção de conhecimento fundamentado e ético, promovendo a compreensão das responsabilidades relacionadas à manipulação de dados pessoais de terceiros, e ressaltando a posição ativa do indivíduo como sujeito de direitos e deveres no contexto da proteção de dados.

6.2.3 A concepção em inteligência e a Proteção de Dados Pessoais

A Competência em Informação, ao ser avaliada sob a perspectiva da concepção em inteligência, está intrinsecamente vinculada ao aprendizado ao longo da vida, destacando a importância do aprendizado contínuo. Além disso, essa competência está interligada à relação entre o indivíduo e a sociedade, transcendendo a individualidade ao considerar também a interação com os demais membros da comunidade.

Ao contrário da concepção em informação, que se concentra nas ferramentas e na relação do sujeito com elas, e da concepção em conhecimento, que se concentra no sujeito individualizado, a concepção em inteligência direciona seu foco para a vida social do indivíduo, isto é, em suas interações com a coletividade.

Assim, a Competência em Informação, quando analisada sob a perspectiva da concepção em inteligência, diz respeito à habilidade de uma pessoa se relacionar com outras, participando ativamente de movimentos sociais. Isso a posiciona como um aprendiz contínuo, capacitado para acompanhar as transformações que a sociedade vivencia ao longo do tempo.

Na concepção em inteligência, destacamos a estreita relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Nessa perspectiva, a Competência em Informação não apenas ultrapassa os conhecimentos em ferramentas tecnológicas e saberes individuais, mas os integra aos conhecimentos coletivos e sociais adquiridos ao longo da vida, reforçando assim a importância dessa competência no contexto da Proteção de Dados Pessoais.

O aprendizado contínuo destaca a importância de se manter atualizado sobre questões relacionadas à proteção de dados em um ambiente informacional em constante evolução. É fundamental destacar que a evolução da sociedade, especialmente no contexto da Proteção de Dados Pessoais, demanda dos indivíduos um nível equivalente de desenvolvimento, alcançado por meio da Competência em Informação.

Assim, torna-se evidente a relevância das conexões entre a Proteção de Dados Pessoais e a Competência em Informação quando analisada na perspectiva da concepção em inteligência. Como de praxe, iniciaremos nossa exploração da relação entre a Competência em Informação e a LGPD abordando os fundamentos, seguidos pela análise dos conceitos e, por fim, dos princípios estabelecidos pela Lei.

Por transcender a esfera individual e abranger as interações dos indivíduos dentro da comunidade, neste momento recorreremos a analogias para estabelecer conexões entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Ressaltamos que identificamos uma variedade de conexões entre a Competência em Informação e os fundamentos, assim como os princípios estabelecidos pela LGPD. No que tange aos conceitos, é inegável que todos mantêm alguma relação com a competência em informação. Contudo, optamos por não prolongar essa discussão, priorizando abordagens mais relevantes.

6.2.3.1 Relação com os fundamentos da LGPD

No exame dos fundamentos da LGPD, salientamos interações entre a Competência em Informação, na perspectiva da concepção em inteligência, e três fundamentos específicos: o fundamento do **respeito à privacidade**, o fundamento da **inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem**, e o fundamento dos **direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais**.

Embora percebamos relações entre todos os fundamentos da LGPD e a concepção em inteligência, concentramos nossa análise em alguns fundamentos para abordar essas interações de forma mais específica. Entendemos a necessidade de reiterar relações com esses fundamentos, dada sua importância tanto para a Competência em Informação quanto para a Proteção de Dados Pessoais.

No entanto, uma vez que já examinamos minuciosamente esses fundamentos ao relacioná-los à Competência em Informação como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, nossas definições serão mais concisas neste momento.

No contexto do fundamento do **respeito à privacidade**, a Competência em Informação, quando guiada pelo aprendizado contínuo e focada no indivíduo e em suas interações sociais, desempenha um papel crucial na promoção do respeito à privacidade.

Ao longo da vida, as pessoas desenvolvem a habilidade de compreender e gerenciar suas informações pessoais, adaptando-se às mudanças tecnológicas e sociais. Essa competência implica em adquirir conhecimentos contínuos sobre, por exemplo, práticas de segurança digital, conscientização sobre as implicações do compartilhamento de dados e a capacidade de tomar decisões informadas para proteger a privacidade.

Além disso, ao considerar as relações sociais, a Competência em Informação incentiva o respeito pela privacidade dos outros, promovendo uma cultura de cuidado e ética no manuseio de informações pessoais.

A Competência em Informação permite aprendizados sequenciais orientados pelos padrões de proteção de dados pessoais. Esses aprendizados visam capacitar

os indivíduos não só a salvaguardar suas próprias informações, mas também a proteger os dados de outros membros da comunidade.

Em outras palavras, o respeito à privacidade não se limita à habilidade de um indivíduo em proteger-se, resguardar seus dados e exigir responsabilidade de terceiros nesses cuidados. Envolve, igualmente, a capacidade desse indivíduo de se posicionar como membro de uma coletividade, reconhecendo-se sujeito de deveres para com as informações pessoais de outros.

Nesse contexto, o estudo previamente mencionado de Marín *et al*. (2022) identificou a falta de preparo de profissionais da educação na Espanha, destacando sua dificuldade ao lidar com dados pessoais de terceiros.

Gudmundsdóttir et al. (2020) abordou a relevância da competência digital profissional no desenvolvimento contínuo dos professores. Com o aumento do uso de tecnologias digitais e da oferta de recursos online para ensino e aprendizagem, a responsabilidade no uso da tecnologia emerge como um componente essencial da competência digital profissional.

Ao explorar especificamente a percepção em relação às questões de privacidade, o estudo concluiu que programas e cursos de formação inicial e continuada de professores devem incorporar esse componente, assegurando que os futuros professores estejam devidamente capacitados para utilizar tecnologias digitais de maneira responsável, tanto no ensino aos alunos quanto em suas próprias atividades acadêmicas.

Indivíduos competentes em informação reconhecem a responsabilidade vinculada à privacidade alheia. Utilizando seu conhecimento de maneira consciente, contribuem para um ambiente informacional que fomenta o respeito e a consideração pelos demais.

No que diz respeito ao fundamento da **inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem**, observamos uma relação semelhante. A preservação desse fundamento pode e deve ser considerada durante o processo de aprendizagem, incentivando sempre práticas informacionais éticas.

Ao enfatizar o aprendizado ao longo da vida e a aquisição contínua de conhecimentos, habilidades e atitudes, essa abordagem da Competência em

Informação capacita os indivíduos a compreenderem a importância de preservar sua intimidade e a integridade de sua honra e imagem.

Essa aprendizagem contínua também os torna conscientes das implicações éticas e legais associadas à divulgação de informações pessoais. Ao considerar a relação social, a Competência em Informação promove o respeito pela proteção de dados pessoais alheios, contribuindo para uma cultura em que a intimidade, a honra e a imagem são respeitadas, valorizadas e protegidas.

Num mundo cada vez mais digital, onde o acesso a uma vasta gama de informações pessoais é facilitado, especialmente por meio de redes sociais, é imperativo ter cautela e responsabilidade com o que é divulgado, compartilhado e disseminado.

Indivíduos competentes em informação conseguem identificar quando certas informações podem comprometer não apenas a sua própria privacidade, intimidade, honra e imagem, mas também a de terceiros, agindo com responsabilidade.

A Competência em Informação, relacionada ao fundamento dos **direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade, à dignidade e ao exercício da cidadania pelas pessoas naturais**, desempenha um papel crucial na formação de cidadãos informados e responsáveis.

Ela capacita indivíduos a compreender e defender seus direitos, especialmente no contexto digital, que não só representa o presente, mas também molda o futuro das interações sociais humanas. A Competência em Informação proporciona uma consciência aprofundada das implicações sociais e éticas do tratamento de dados pessoais. Indivíduos competentes ponderam sobre as consequências de suas ações relacionadas ao uso de dados pessoais, com especial atenção ao respeito aos direitos humanos.

A aquisição contínua de habilidades e conhecimentos facilita a conscientização sobre os princípios fundamentais dos direitos humanos, incentivando uma participação ativa na defesa desses direitos.

Sem a Competência em Informação baseada no aprendizado contínuo, seria inviável, por exemplo, ter conhecimento acerca de novos direitos que emergem com a evolução da sociedade, como o direito à proteção de dados pessoais,

recentemente incorporado aos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Ao respeitar os direitos humanos, as pessoas competentes promovem um ambiente onde a divulgação, disseminação e compartilhamento de informações é ética e alinhada aos fundamentos da proteção de dados.

Adquirindo conhecimentos constantes sobre esses assuntos e interagindo de forma consciente e crítica com o ambiente informacional em constante mudança, as pessoas podem defender seus direitos, contribuir para um ambiente de respeito mútuo e participar ativamente na promoção de uma sociedade justa e igualitária.

É uma posição na qual o indivíduo não está apenas no lado passivo da relação, mas também no lado ativo, sendo sujeito de direitos e deveres relacionados à Proteção de Dados Pessoais.

6.2.3.2 Relação com os conceitos da LGPD

Reafirmamos que todos os conceitos delineados pela LGPD estão intrinsecamente ligados à Competência em Informação. Isso se deve à compreensão de que, ao analisarmos a Competência em Informação sob a perspectiva da concepção em inteligência, o aprendizado ao longo da vida é essencial para compreender novos conceitos que emergem com a evolução da sociedade da informação.

Há três décadas, termos como dado anonimizado, tratamento de dados pessoais, consentimento e uso compartilhado de dados pessoais eram praticamente desconhecidos. Esses conceitos emergiram em resposta ao aumento do valor atribuído aos dados pessoais nos últimos anos.

Portanto, se um indivíduo não continua acompanhando as transformações sociais e jurídicas da sociedade, aprendendo com essas mudanças e as questões relacionadas a elas, essa pessoa efetivamente fica estagnada no tempo, perdendo a oportunidade de conhecer seus novos direitos e de lutar por eles.

Assim, compreendemos que a Competência em Informação e a busca contínua pelo aprendizado ao longo da vida são fundamentais para garantir a efetiva proteção de dados pessoais.

6.2.3.3 Relação com os princípios da LGPD

Em relação aos princípios estabelecidos pela LGPD, notamos analogias significativas com a Competência em Informação. Dentre esses princípios, destacamos três: o princípio da **segurança**, o princípio da **não discriminação**, e o princípio da **responsabilidade e prestação de contas**.

O **princípio da segurança**, inicialmente associado à adoção de medidas de proteção pelos titulares dos dados pessoais, também implica que os indivíduos assegurem o uso seguro de dados pessoais de terceiros.

Isso envolve, por exemplo, a avaliação e o reconhecimento de situações como *fake news*, evitando assim sua disseminação, além de evitar a divulgação inadequada de informações pessoais mesmo que verídicas de terceiros.

A Competência em Informação requer um aprendizado contínuo sobre as melhores práticas em segurança de dados pessoais, permitindo que os indivíduos se mantenham atualizados em relação às ameaças e soluções.

Em uma era em que as redes sociais são onipresentes, e qualquer pessoa pode registrar imagens de outras, sejam conhecidas ou desconhecidas, para imediata publicação em larga escala na internet, a Competência em Informação desempenha um papel crucial ao incentivar o aprendizado contínuo e o uso responsável da tecnologia. Isso contribui para minimizar os riscos associados à segurança dos dados pessoais próprios e de terceiros.

A Proteção de Dados Pessoais demanda uma constante adaptação às evoluções tecnológicas, e a Competência em Informação pode e deve fomentar uma responsabilidade social na garantia de segurança desses dados, reconhecendo sua importância para a sociedade como um todo.

O **princípio da não discriminação** busca garantir que informações pessoais não sejam empregadas para fomentar a discriminação e disseminar preconceitos

contra qualquer pessoa. Em especial, no ambiente virtual, onde a aplicação efetiva do Direito e da justiça enfrenta desafios, é crucial evitar que indivíduos ajam de maneira discriminatória.

A Competência em Informação e a prática de aprendizado contínuo capacitam os indivíduos a se adaptarem às mudanças na sociedade. Expressões, gírias e termos pejorativos mas que antigamente eram empregadas sem pleno entendimento e sem intenção discriminatória, agora podem ser percebidas como altamente prejudiciais, podendo, inclusive, configurar crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

A Competência em Informação promove o aprendizado contínuo e a conscientização sobre a identificação de possíveis vieses discriminatórios nas informações pessoais compartilhadas, para que não perpetuem preconceitos ou desigualdades existentes na sociedade.

A aquisição de conhecimentos sobre a ética na manipulação de dados e a conscientização sobre as consequências da discriminação baseada em características pessoais são aspectos-chave da Competência em Informação, que contribuem para promover o respeito e a não discriminação.

No que se refere ao princípio da **responsabilidade e prestação de contas**, podemos compreender que a Competência em Informação promove nos indivíduos a conscientização contínua sobre as práticas de proteção de dados pessoais. Isso inclui compreender os riscos associados ao compartilhamento de informações pessoais e as implicações éticas envolvidas.

A conscientização leva a uma maior responsabilidade individual na gestão e proteção dos próprios dados e de terceiros. A ética na utilização de dados pessoais é uma responsabilidade fundamental, exigindo responsabilidade pelos impactos éticos das ações que envolvem informações pessoais, em especial, as mais sensíveis.

A Competência em Informação capacita os indivíduos a tomarem decisões informadas. No contexto da Proteção de Dados Pessoais, isso significa que as pessoas têm a capacidade de fazer escolhas conscientes sobre quais informações compartilhar, com quem e em que circunstâncias. Indivíduos competentes em informação reconhecem que são responsáveis por suas ações no que diz respeito ao uso e proteção de seus próprios dados e de terceiros.

Essas associações sugerem que, ao desenvolver competências em informação em um contexto de aprendizado ao longo da vida, os indivíduos estão mais bem preparados não apenas para proteger seus próprios dados, mas também para contribuir para uma cultura de respeito, ética e responsabilidade no uso de informações em sociedade.

6.2.3.4 Resumo das relações observadas

Neste subcapítulo, destacamos algumas inter-relações entre a Competência em Informação, analisada sob a ótica da perspectiva da inteligência, e os fundamentos, conceitos e princípios pertinentes à Proteção de Dados Pessoais, conforme delineados pela LGPD.

Observamos conexões significativas entre a Competência em Informação e todos os componentes da Proteção de Dados Pessoais. No que concerne aos fundamentos, destacam-se relações de extrema relevância com a Competência em Informação e os fundamentos do respeito à privacidade, da inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, e dos direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

No que diz respeito aos conceitos, restou evidente que todos estão relacionados com a Competência em Informação, sendo este o motivo pelo qual optamos por uma análise mais sucinta.

Quanto aos princípios da Proteção de Dados Pessoais, é notável a existência de várias conexões, ainda que analogamente, com a Competência em Informação, em especial, com os princípios escolhidos: o princípio da segurança, o princípio da não discriminação, e o princípio da responsabilidade e prestação de contas, como pode ser observado no mapa conceitual a seguir.

Figura 8: Mapa conceitual relacional: Concepção em Inteligência e Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Em síntese, a Competência em Informação, abordada sob a perspectiva da concepção em inteligência, na prática, pode estabelecer uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte forma:

1) Capacitando os indivíduos a serem conscientes dos dados que compartilham;
2) Incluindo uma compreensão ética do uso da informação;
3) Promovendo a habilidade de identificar viés e discriminação nas informações;
4) Preparando os indivíduos para se envolverem ativamente no processo de obtenção, avaliação e uso de informações; e
5) Enfatizando o aprendizado contínuo ao longo da vida para se manter atualizado sobre as práticas de proteção de dados.

A Competência em Informação, sob a ótica da concepção em inteligência, promove a conscientização, ética e responsabilidade na proteção de dados pessoais. Esses conhecimentos, que devem ser adquiridos ao longo da vida, colaboram para uma cultura informacional que respeita não apenas os direitos individuais como também os coletivos.

6.3 AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM ELEMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Revisitando nossa metodologia, devido à escassez de pesquisas que conectem a Competência em Informação à Proteção de Dados Pessoais, buscamos os principais elementos em ambas as áreas para estabelecer essas conexões.

Iniciamos nossa análise pelo primeiro componente da Competência em Informação, examinando seus vieses e relacionando-os aos elementos da Proteção de Dados Pessoais. Em seguida, dedicamo-nos à avaliação do segundo elemento, que abrange as concepções da Competência em Informação.

Agora, direcionamos nossa atenção para o terceiro e último elemento da Competência em Informação: suas dimensões. Vimos que a Competência em Informação pode ser compreendida por meio de quatro dimensões: técnica, estética, ética e política.

Faremos uma análise detalhada das quatro dimensões em busca de possíveis conexões com os elementos da Proteção de Dados Pessoais, conforme estabelecidos pela LGPD. Iniciaremos esta investigação averiguando a relação, ou a ausência dela, entre a dimensão técnica da Competência em Informação e os fundamentos, conceitos e princípios da Proteção de Dados Pessoais.

6.3.1 A dimensão técnica da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais

A dimensão técnica da Competência em Informação está intrinsecamente ligada às habilidades instrumentais do usuário ao buscar informações, principalmente em suportes digitais. Envolve práticas concretas de localizar, avaliar e utilizar informações, capacitando ações eficazes no dia a dia.

Esta dimensão, sem dúvida, estabelece relações significativas com a proteção de dados pessoais, uma vez que é por meio dela que os usuários adquirem

habilidades para buscar informações e analisar as melhores estratégias de proteção de seus dados.

Um exemplo prático disso é a capacidade de avaliar os conhecidos termos de uso e políticas de privacidade presentes em praticamente todas as redes sociais contemporâneas.

Em outras palavras, torna-se imperativo que os indivíduos demonstrem Competência em Informação, dominando novas tecnologias e possuindo habilidades técnicas que os capacitam a compreender o funcionamento de uma rede social digital, por exemplo, e adotar medidas técnicas para protegerem seus dados.

Identificamos várias interações entre esse componente da Competência em Informação e os elementos relacionados à Proteção de Dados Pessoais, que abordaremos detalhadamente a seguir.

Além disso, reiteramos a interconexão entre a dimensão técnica da Competência em Informação e o elemento da concepção em informação, e o viés relacionado aos conhecimentos, habilidades e atitudes, estendendo-se pelos elementos da Proteção de Dados Pessoais.

Nesta subseção, exploraremos exemplos práticos adicionais e apresentaremos casos populares conhecidos para exemplificar as conexões entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

Como procedimento padrão, começaremos a análise das relações entre a Competência em Informação, representada por suas dimensões, com os fundamentos, seguidos pelos conceitos e, por fim, pelos princípios da Proteção de Dados Pessoais, conforme estabelecidos na LGPD.

6.3.1.1 Relação com os fundamentos da LGPD

Ao refletirmos sobre as competências técnicas que capacitam os indivíduos a dominar as novas tecnologias de comunicação e informação, destacamos a importância dessa dimensão técnica em relação a alguns fundamentos da LGPD: o **respeito à privacidade**, a **autodeterminação informativa**, e o **desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação**.

Dado que cada um desses fundamentos mencionados já foi objeto de uma análise individual mais detalhada anteriormente, focalizaremos nossa atenção somente em exemplos práticos das interconexões entre eles e a dimensão técnica da Competência em Informação.

Quanto ao fundamento do **respeito à privacidade**, este guarda relação com a Competência em Informação, pois esta capacita os indivíduos a estarem cientes de como as informações são coletadas, seja por meio de *websites*, aplicativos, redes sociais ou outros meios. Isso engloba a compreensão de quais dados estão sendo solicitados e por qual motivo.

Desta forma, indivíduos competentes em informação têm a habilidade de avaliar as políticas de privacidade de serviços online, por exemplo. Isso significa entender como as informações serão usadas, armazenadas e compartilhadas, e como adotar medidas de proteção da privacidade como uso de ferramentas de segurança, como antivírus, por exemplo, e navegadores seguros, VPNs e outras ferramentas que ajudam a proteger a privacidade.

Portanto, a Competência em Informação, quando orientada para habilidades práticas e técnicas, capacita os indivíduos a agirem de maneira proativa na proteção de sua privacidade. Eles não apenas compreendem os princípios de privacidade, mas também têm as ferramentas e o conhecimento técnicos necessários para implementar medidas práticas que promovam o respeito à privacidade, em especial, em um ambiente digital.

No que se refere à **autodeterminação informativa**, a Competência em Informação capacita os indivíduos a compreenderem as práticas relacionadas à coleta, uso e compartilhamento de informações. Isso inclui o reconhecimento de que eles têm o direito e a capacidade de tomar decisões informadas sobre como suas informações pessoais são tratadas.

Na prática, a Competência em Informação possibilita, por exemplo, que os usuários entendam e ajustem as configurações em plataformas digitais. Isso inclui escolher quais dados podem ser utilizados, quem pode acessar suas informações, determinar níveis de visibilidade e configurar permissões de compartilhamento.

O estudo de Pingo e Narayan (2019) documentou essas práticas entre os participantes examinados. Além de a maioria dos participantes adotar medidas de

gerenciamento de seus dados, como a minimização de dados, bloqueio de outros usuários, remoção de amizades e recusa de solicitações de amizade, eles também segmentavam informações em plataformas específicas por meio da seleção de público e gerenciavam as fronteiras entre suas vidas social e profissional de forma deliberada, como evidenciado pela escolha consciente de se conectar com colegas usando determinadas plataformas como LinkedIn e Twitter, e usar o Facebook para fins sociais, por exemplo.

Dessa forma, a pesquisa evidenciou que os participantes divulgavam e ocultavam seletivamente informações para indivíduos específicos, exercendo controle sobre qual público teria acesso a determinadas informações e monitorando seus próprios dados, apagando-os quando necessário. Alguns participantes restringiam suas informações pessoais em dispositivos e aplicativos online, demonstrando consciência dos riscos e exercendo a autodeterminação informativa.

A Competência em Informação capacita os usuários a fazerem escolhas conscientes sobre o compartilhamento de informações, principalmente na internet. Isso ressalta a relevância da Competência em Informação, especialmente na dimensão técnica, para a autodeterminação informativa, na qual os indivíduos exercem o controle sobre a divulgação de seus dados.

O fundamento do **desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação** está conectado à Competência em Informação, uma vez que esta possibilita que os indivíduos se mantenham atualizados, tomem decisões informadas e, consequentemente, obtenham benefícios específicos dessas escolhas.

A Competência em Informação capacita os indivíduos a utilizar eficientemente os recursos informacionais disponíveis, englobando a habilidade de identificar, acessar e aplicar informações pertinentes para tomar decisões informadas e aprimorar seu contexto de vida privada.

A competência em encontrar, avaliar e utilizar informações de forma prática impulsiona a pesquisa e o desenvolvimento em diversas áreas. Isso abrange a busca por novos conhecimentos, técnicas e soluções que podem culminar em resoluções de problemas e mudanças significativas na vida, como, por exemplo, investir no próprio empreendedorismo.

Indivíduos competentes em informação são capazes de inovar em seus negócios, identificando oportunidades, compreendendo as demandas do mercado e implementando novas estratégias.

Recentemente, a população global enfrentou uma pandemia que impactou significativamente o mundo. Com a implementação de medidas de isolamento social, diversas empresas encerraram suas atividades, resultando em muitos funcionários desempregados.

Diante desse cenário, surgiram novas estratégias para garantir lucros ou até mesmo a sobrevivência. Um exemplo notável foi o empreendedorismo voltado para a produção de máscaras faciais protetoras. Desde modelos de tecido até aqueles fabricados por impressoras 3D, muitos brasileiros conseguiram superar esse período desafiador graças à sua habilidade de inovação e à competência em buscar oportunidades e utilizar a tecnologia a seu favor.

Pessoas competentes em informação são mais propensas a adotar e se adaptar a novas tecnologias, visto que a Competência em Informação capacita a adaptação rápida a mudanças tecnológicas.

Indivíduos que estão cientes das últimas tendências e tecnologias têm mais probabilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e pessoal ao aplicar essas inovações em suas atividades.

6.3.1.2 Relação com os conceitos da LGPD

Ressaltamos que todos os conceitos definidos pela LGPD estão intimamente entrelaçados à Competência em Informação. Isso decorre do fato de que, ao examinarmos a dimensão técnica da Competência em Informação, torna-se evidente a importância de o indivíduo possuir conhecimento sobre os diversos conceitos relacionados à Proteção de Dados Pessoais, viabilizando, desse modo, a adoção de medidas eficazes de proteção da informação.

Assim como realizamos na análise da concepção em informação, que também abrange características práticas e instrumentais, optamos por selecionar

três distintos conceitos que consideramos pertinentes: **dado pessoal, dado pessoal sensível** e **dado anonimizado**.

Certamente, para que um indivíduo adquira habilidades na proteção de seus dados, é necessário, antes de tudo, compreender claramente o que são esses dados, quais informações podem ou não ser consideradas dados pessoais, bem como compreender a distinção entre eles e os dados pessoais sensíveis.

A Competência em Informação, assim como a própria LGPD, contribui para a identificação precisa desses conceitos, possibilitando que os indivíduos reconheçam quando estão lidando com informações que podem ser consideradas dados pessoais.

Além disso, a Competência em Informação contribui para a avaliação adequada da sensibilidade dos dados, especialmente quando se trata de informações sensíveis que requerem uma proteção adicional.

Ao compreender esses conceitos, os indivíduos podem implementar medidas de proteção para resguardar seus dados. Esses conhecimentos e habilidades são possibilitados pela Competência em Informação.

Técnicas como a anonimização dos dados, por exemplo, representam medidas de segurança conhecidas e adotadas por indivíduos competentes em informação.

Além de compreenderem o conceito de dado anonimizado, possuem conhecimento sobre medidas simples que podem ser implementadas para protegerem a si mesmos e suas informações pessoais, como a preferência por navegadores que priorizem a privacidade, o uso de VPN, a utilização de janelas de navegação privada e a instalação de bloqueadores de anúncios, entre outras práticas.

Assim, fica evidente como a Competência em Informação desempenha um papel crucial na conscientização dos indivíduos sobre questões relacionadas a medidas técnicas para a proteção de dados pessoais.

6.3.1.3 Relação com os princípios da LGPD

Quanto aos princípios definidos pela LGPD, ao empregar analogias, observamos conexões substanciais com a dimensão técnica da Competência em Informação. Destacamos três princípios, sendo que dois deles ainda não foram abordados nesta discussão: o **princípio da adequação**, o **princípio da necessidade** e o **princípio da segurança**.

O **princípio da adequação** está vinculado à busca por evitar o uso abusivo, desproporcional ou não previsto dos dados pessoais. Em essência, a Competência em Informação pode contribuir para a compreensão de que os dados pessoais devem ser utilizados de maneira proporcional à finalidade para a qual foram coletados, ou seja, devem ser empregados de forma adequada para os fins a que se destinam.

Isso não apenas promove a conscientização sobre o uso ético e responsável das informações, mas também fortalece a compreensão da necessidade de alinhamento entre a coleta de dados e os propósitos legítimos.

Em seguida, ela facilita a análise crítica da real necessidade de coletar dados pessoais, prevenindo a obtenção de informações que não sejam estritamente relevantes para a finalidade pretendida.

Essas conexões entre a Competência em Informação e o princípio da adequação resultarão nas práticas adotadas na relação entre ela e o **princípio da necessidade**. Este último está vinculado à minimização na coleta de dados, ou seja, à obtenção somente daquelas informações que são verdadeiramente indispensáveis e restritas ao necessário. Isso implica evitar a coleta de dados excessivos ou irrelevantes.

A Competência em Informação busca alcançar a minimização na coleta de dados, orientando os indivíduos a adotarem medidas técnicas que possibilitem essa redução.

Isso inclui, por exemplo, configurar as preferências de *cookies* no navegador, utilizar pseudônimos e fornecer apenas as informações estritamente necessárias ao criar contas online, revisar e ajustar regularmente as permissões concedidas a

aplicativos em dispositivos móveis, e desativar permissões desnecessárias, entre outras práticas.

O **princípio da segurança** mantém uma conexão substancial com a dimensão técnica da Competência em Informação, visto que, assim como na concepção em informação, a Competência em Informação tem o potencial de capacitar o usuário a adotar medidas de segurança para preservar a confidencialidade das informações pessoais e prevenir ataques ou vazamentos. Exemplos incluem evitar o compartilhamento excessivo de informações no ambiente digital, assegurar-se de que a conexão com o URL seja segura e evitar o uso de redes Wi-Fi públicas, entre outras práticas.

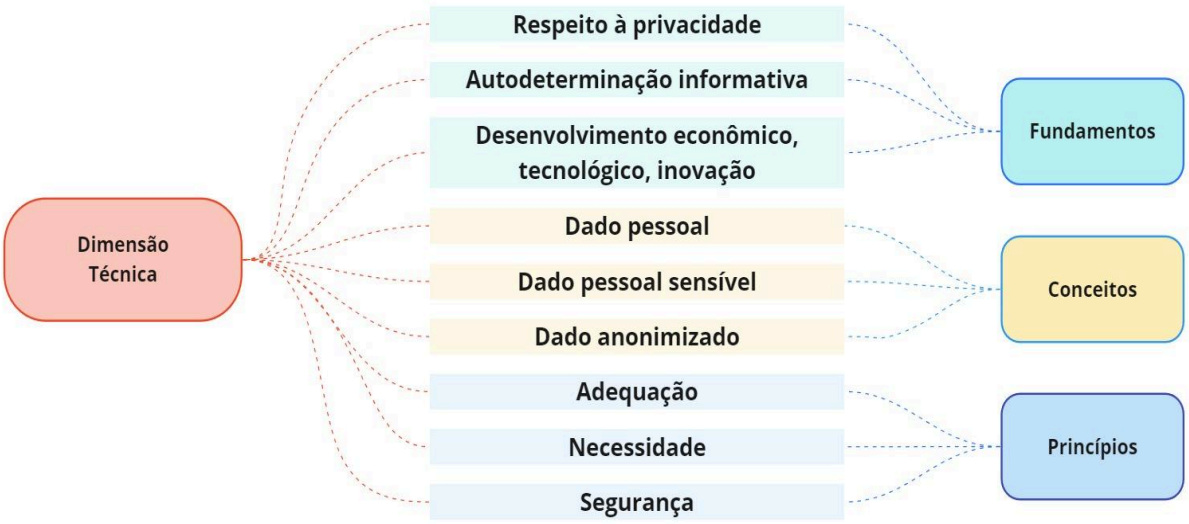
6.3.1.4 Resumo das relações observadas

Neste subcapítulo, destacamos interconexões entre a dimensão técnica da Competência em Informação e os elementos relacionados à Proteção de Dados Pessoais. Observamos semelhanças nas relações da dimensão técnica, inclusive comparando-as com a Competência em Informação vista sob a concepção em informação.

Estabelecemos conexões entre a dimensão técnica da Competência em Informação e os fundamentos do respeito à privacidade, da autodeterminação informativa e do desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação. Além disso, identificamos relações com os conceitos de dado pessoal, dado pessoal sensível e dado anonimizado.

Analogamente, notamos conexões relevantes com princípios que até então não havíamos explorado, tais como o princípio da adequação e o princípio da necessidade, e ainda o princípio da segurança, como é possível observar no mapa conceitual abaixo.

Figura 9: Mapa conceitual relacional: Dimensão Técnica da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Em síntese, a dimensão técnica da Competência em Informação, na prática, pode estabelecer uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte forma:

1) Capacitando os indivíduos a avaliar criticamente as políticas de privacidade e segurança ao interagir com serviços online;
2) Instruindo os indivíduos a entenderem os riscos de segurança associados ao compartilhamento de dados pessoais online e a adotarem medidas práticas para minimizar esses riscos;
3) Habilitando os indivíduos a conscientemente controlarem as informações compartilhadas durante pesquisas online, minimizando a exposição desnecessária de dados pessoais;
4) Ensinando os indivíduos a fazerem escolhas conscientes sobre quais informações compartilhar, com quem e em que contexto, contribuindo para a proteção de sua privacidade; e

5) Preparando os indivíduos para se manterem atualizados sobre as últimas ameaças à segurança e as melhores práticas para proteger dados pessoais, garantindo uma postura proativa em relação à segurança.

A Competência em Informação está intrinsecamente ligada à Proteção de Dados Pessoais, capacitando os indivíduos a compreenderem o uso de dados pessoais, avaliarem a necessidade desse uso e adotarem medidas práticas de segurança para protegerem suas informações pessoais.

6.3.2 A dimensão estética da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais

A dimensão estética da Competência em Informação está relacionada à forma como a informação se apresenta e como cada indivíduo tem sua própria maneira de perceber e dar significado a ela com base em seu *background*, conhecimento prévio e contexto pessoal.

A Competência em Informação, na perspectiva da dimensão estética, reconhece que a forma como a informação é apresentada pode influenciar a compreensão e a interpretação dos indivíduos.

Ela reconhece, ainda, que cada pessoa possui uma experiência única ao lidar com informações. Isso inclui a forma como interpretam, relacionam, ordenam e ressignificam as informações com base em suas próprias perspectivas, valores e contextos.

A habilidade de configurar e ressignificar informações indica que as pessoas têm o poder de adaptar e reinterpretar as informações de acordo com suas necessidades e objetivos.

Esta dimensão, sem dúvida, estabelece relações significativas com a Proteção de Dados Pessoais, uma vez que é por meio dela que os indivíduos podem adquirir a capacidade de compreender o contexto das informações, podendo aplicá-las para a proteção de seus dados.

Isso se refere à compreensão da importância de proteger dados pessoais, entendendo como funciona o sistema de valoração dessas informações na atualidade, por que elas têm tanta importância, como ocorre o tratamento dos dados pessoais e que medidas podem ser tomadas para a proteção desse ativo.

Em outras palavras, os indivíduos competentes em informação possuem a habilidade de avaliar a informação e o contexto no qual ela está inserida sob diversos aspectos.

Levando em consideração sua própria vivência e o ambiente que os cerca, eles são capacitados a tomar atitudes mais informadas sobre o uso ou não de determinada informação e adotar medidas de proteção de seus dados.

Observamos algumas interações entre essa faceta da Competência em Informação e os fundamentos e princípios da Proteção de Dados Pessoais. Quanto aos conceitos, é indiscutível que todos guardam alguma relação com a Competência em Informação. No entanto, optamos por não estender demasiadamente essa discussão, priorizando abordagens mais relevantes.

Identificamos ainda uma interconexão significativa entre a dimensão estética da Competência em Informação e o elemento da concepção em conhecimento, além do viés que envolve conhecimentos, habilidades e atitudes, estendendo-se pelos elementos da Proteção de Dados Pessoais.

6.3.2.1 Relação com os fundamentos da LGPD

Ao refletirmos sobre a dimensão estética da Competência em Informação, percebemos semelhanças com o elemento da concepção em conhecimento, uma vez que ambos se relacionam à capacidade interpretativa dos indivíduos.

Dessa forma, devido às análises apresentarem similaridades, optamos por não prolongar demasiadamente a discussão sobre a relação da dimensão estética da Competência em Informação com os fundamentos da LGPD.

Compreendemos que todos os fundamentos têm alguma relação com a dimensão estética da Competência em Informação. No entanto, optamos por discorrer brevemente sobre as relações de três deles: os fundamentos do **respeito à**

privacidade, da **autodeterminação informativa** e da **liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião**.

Quanto ao **respeito à privacidade**, observamos mais uma vez a Competência em Informação, em sua dimensão estética, auxiliando os indivíduos a interpretarem informações de maneira crítica e a identificarem práticas suspeitas que podem representar riscos para a proteção de seus dados.

Em outras palavras, ao capacitar as pessoas a interpretarem as informações que recebem, a Competência em Informação as empodera, permitindo que controlem a narrativa em torno de suas próprias informações. Elas podem decidir o que desejam compartilhar e como desejam ser percebidas.

Um exemplo dessa situação são os termos de uso e de privacidade que os titulares devem autorizar para que seus dados sejam utilizados, especialmente em serviços online, como aplicativos, por exemplo.

Indivíduos competentes em informação são capacitados a identificar quando esses termos estão extrapolando, solicitando acesso excessivo a dados e informações pessoais de maneira desnecessária. Ao reconhecerem isso, eles podem adotar medidas para se proteger e salvaguardar seus dados.

Recentemente, presenciamos uma situação em que uma nova rede social, desenvolvida pelo mesmo criador do Facebook, requeria uma quantidade discutível de dados pessoais e informações sensíveis. Isso levou muitas pessoas a considerarem tal solicitação como excessiva e desnecessária.[13]

A plataforma Threads, uma extensão do Instagram, surgiu solicitando um volume significativamente maior de informações em comparação com sua predecessora. Essas informações incluíam dados financeiros, informações sobre saúde e condicionamento físico, orientação religiosa, histórico de compras no dispositivo, entre outras informações confidenciais.

Essa prática causou polêmica e levantou diversas desconfianças, resultando na investigação da rede social. Além disso, muitos usuários optaram por não se cadastrar ou excluir seus perfis posteriormente, motivados não apenas pela

---

[13] Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2023/07/threads-privacidade-gera-polemica-e-investigacao-veja-como-proteger-dados-edapps.ghtml

repercussão negativa, mas também por seus conhecimentos e habilidades de avaliar os riscos à privacidade.

Quanto à **autodeterminação informativa**, a dimensão estética da Competência em Informação capacita os indivíduos a exercerem controle sobre o tratamento de seus dados. Esse controle é resultado da capacidade de analisar, avaliar, interpretar e ressignificar as informações, promovida pela Competência em Informação.

Isso implica que os indivíduos têm o poder de adaptar e reinterpretar as informações de acordo com suas necessidades e objetivos pessoais. A autodeterminação informativa está vinculada ao controle que as pessoas exercem sobre suas próprias informações pessoais.

Citando novamente o caso da rede social Threads, muitos usuários utilizaram seu poder de controle e optaram por não compartilhar dados de forma excessiva e desnecessária, exercendo sua autodeterminação informativa.

A Competência em Informação capacita os indivíduos a assumirem esse controle, decidindo como desejam utilizar e disponibilizar suas informações, promovendo seus direitos e garantindo a proteção de seus dados e informações.

Quanto à **liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião**, já destacamos que a Competência em Informação capacita não apenas nas habilidades de acessar informações, mas também de interpretar os dados disponíveis com base no conhecimento prévio e contexto individual de cada pessoa.

Assim, cada indivíduo possui a liberdade de articular suas próprias perspectivas e compartilhar informações de maneira ética e segura. Além disso, aqueles que possuem Competência em Informação são capacitados a tomar decisões informadas ao interpretar informações de maneira crítica e discernir entre diferentes perspectivas.

Essa conexão foi previamente explorada ao analisarmos a Competência em Informação sob a perspectiva da concepção em conhecimento. Notamos que essa mesma relação se mantém, reafirmando-se da mesma forma que anteriormente.

Dessa maneira, a dimensão estética da Competência em Informação está intrinsecamente relacionada à Proteção de Dados Pessoais, capacitando os

indivíduos a promoverem a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

6.3.2.2 Relação com os conceitos da LGPD

Entendendo que todos os conceitos definidos pela LGPD estão intrinsecamente relacionados à Competência em Informação, evitaremos estender demasiadamente essa discussão para evitar redundâncias na pesquisa.

Reconhecemos que a Competência em Informação capacita os indivíduos a entender como as informações se apresentam e interpretá-las com base em conhecimentos específicos. Dessa forma, ela pode contribuir para uma interpretação mais aprofundada dos conceitos apresentados na LGPD.

Nesse contexto, avançaremos para a próxima análise, explorando a relação entre a dimensão estética da Competência em Informação e os princípios estabelecidos na LGPD para a Proteção de Dados Pessoais.

6.3.2.3 Relação com os princípios da LGPD

No que diz respeito aos princípios delineados pela LGPD, como a dimensão estética da Competência em Informação está relacionada à forma como as informações são apresentadas, percebemos relações com os princípios do **livre acesso**, da **qualidade dos dados** e da **transparência**.

No que diz respeito ao **livre acesso**, a dimensão estética da Competência em Informação capacita os indivíduos não apenas a acessarem livremente suas informações em posse de terceiros, como organizações, empresas ou plataformas online, mas também a compreenderem como essas informações estão sendo tratadas.

Na esfera da Proteção de Dados Pessoais, isso implica que os titulares têm a capacidade de compreender como seus dados são utilizados. Em outras palavras, indivíduos competentes em informação, na perspectiva dessa dimensão, possuem habilidades não apenas para acessar seus dados, mas também para entender como

esses dados estão sendo empregados e se há algum risco à proteção de suas informações.

Ao analisar a forma como uma determinada informação é apresentada, esses indivíduos conseguem identificar se há algum prejuízo que possa infringir seus direitos à proteção de dados pessoais.

Como já mencionado, um exemplo prático dessa situação está relacionado à apresentação de termos de uso e políticas de privacidade em aplicativos digitais. Frequentemente, esses serviços apresentam ao público documentos extensos, complexos e de difícil compreensão.

No entanto, um usuário competente em informação pode identificar, por exemplo, se há uma coleta excessiva de dados que ultrapassa o necessário para o funcionamento básico da plataforma.

No que diz respeito à **qualidade dos dados**, a Competência em Informação se relaciona com a Proteção de Dados Pessoais ao capacitar os indivíduos a compreenderem quais dos seus dados estão sendo utilizados e se estão claros, precisos e atualizados.

Munidos dessas informações, os titulares podem tomar decisões informadas, como optar pela correção ou exclusão de seus dados, por exemplo.

Em outras palavras, indivíduos competentes em informação têm a capacidade de acessar suas informações e interpretá-las com base em um conhecimento prévio sobre seus direitos, o que lhes permite tomar decisões visando à proteção de seus dados.

Além disso, muitas vezes são capazes de ressignificar a forma como esses dados são apresentados, adaptando-os às suas necessidades e exigências.

Quando abordamos a **transparência**, a dimensão estética da Competência em Informação se relaciona com a Proteção de Dados Pessoais ao capacitar os indivíduos a terem acesso a informações que demonstrem de maneira eficaz a finalidade para a qual seus dados estão sendo tratados, auxiliando-as na tomada de decisões embasadas em uma interpretação precisa das informações disponíveis.

Desta forma, auxilia os indivíduos a tomar decisões informadas. Quando as informações são apresentadas de maneira clara, os usuários estão mais aptos a

entender as implicações de fornecer seus dados e podem tomar decisões alinhadas com seus valores e preferências.

Observamos que, da mesma forma que os princípios do livre acesso, da qualidade dos dados e da transparência se inter-relacionam entre si, o mesmo ocorre com a participação da Competência em Informação. Em outras palavras, a Competência em Informação, em sua dimensão estética, também transpassa a relação entre os princípios da Proteção de Dados Pessoais.

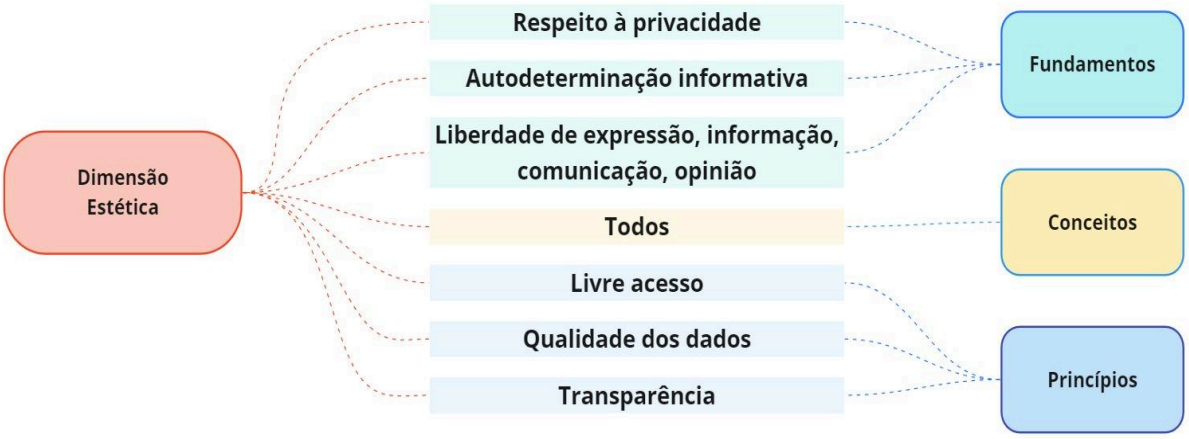
6.3.2.4 Resumo das relações observadas

No âmbito deste subcapítulo, destacamos diversas interconexões entre a dimensão estética da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Analisamos similitudes nas relações desta dimensão, inclusive contrastando-as com a Competência em Informação abordada sob a concepção em conhecimento.

Identificamos vínculos entre a dimensão estética da Competência em Informação e os fundamentos do respeito à privacidade, da autodeterminação informativa, e da liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião estabelecidos na LGPD.

No que concerne aos conceitos, ficou evidente que todos estão interligados à Competência em Informação, justificando nossa análise mais sucinta. No tocante aos princípios, notamos relações entre a Competência em Informação e os princípios do livre acesso, da qualidade dos dados e da transparência, que são demonstrados no mapa conceitual a seguir.

Figura 10: Mapa conceitual relacional: Dimensão Estética da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Resumidamente, a dimensão estética da Competência em Informação, quando aplicada, desenvolve uma conexão intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, materializando-se da seguinte maneira:

1) Enfatizando a importância da apresentação clara e compreensível das informações para que os indivíduos possam interpretá-las de maneira eficaz;
2) Capacitando os indivíduos a compreender e avaliar os termos e condições associados às informações e a exercerem seu direito de acessar seus dados e compreender como eles são utilizados;
3) Habilitando os indivíduos a configurar e ressignificar informações, colocando-os no controle sobre o uso de seus dados, com o poder de adaptar e reinterpretar as informações de maneira a atender às suas próprias necessidades e objetivos;
4) Conscientizando as pessoas sobre o poder de influenciar em como suas informações são tratadas; e
5) Promovendo a capacidade de tomar decisões informadas com base na interpretação pessoal das informações.

Portanto, a Competência em Informação, na perspectiva da dimensão estética, não apenas capacita os indivíduos a acessarem suas informações, mas também lhes permite compreender como esses dados estão sendo empregados, identificando assim potenciais riscos à proteção de dados pessoais e prejuízos aos seus direitos.

6.3.3 A dimensão ética da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais

A dimensão ética da Competência em Informação está intrinsecamente ligada ao uso responsável da informação. Isso significa que não apenas reconhece a importância da informação no âmbito individual das pessoas, mas também, e sobretudo, dentro do contexto social, visando o bem comum.

Ao contrário da dimensão técnica, que se concentra nas ferramentas e na relação do indivíduo com elas, e da dimensão estética, que se volta para o sujeito individualizado, a dimensão ética destaca a relevância não apenas de adquirir habilidades técnicas na busca e avaliação de informações ou habilidades subjetivas de interpretar as informações conforme o contexto pessoal, mas também de agir de maneira ética ao lidar com essas informações, preocupando-se com o contexto social amplo no qual os indivíduos estão inseridos.

Refere-se à habilidade e responsabilidade dos indivíduos em lidar com informações de maneira ética e moralmente adequada. Isso envolve a compreensão dos princípios éticos relacionados ao acesso, uso, avaliação e compartilhamento de informações.

Esses princípios éticos estão associados ao respeito à privacidade, ao tratamento justo das informações, à transparência na comunicação, à conscientização sobre os impactos sociais causados pelas informações e à promoção do bem comum, entre outros.

Assim, torna-se evidente a existência de relações significativas entre essa dimensão da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, uma

vez que ambas compartilham preocupações éticas, especialmente relacionadas à informação.

Identificamos diversas interações entre este componente da Competência em Informação e os elementos relacionados à Proteção de Dados Pessoais, os quais detalharemos a seguir.

Além disso, observamos uma interconexão entre a dimensão ética da Competência em Informação e o elemento da concepção em inteligência, além dos conhecimentos, habilidades e atitudes, que se estende aos elementos da Proteção de Dados Pessoais.

Como é habitual, vamos começar nossa análise sobre a relação entre a Competência em Informação e a LGPD abordando os fundamentos, seguidos pela análise dos conceitos e, por último, dos princípios estabelecidos pela Lei.

6.3.3.1 Relação com os fundamentos da LGPD

Ao ponderarmos sobre a dimensão ética da Competência em Informação, notamos afinidades com o elemento da concepção em inteligência, pois ambos dizem respeito à relação entre o indivíduo e a sociedade. Eles transcendem a individualidade ao considerar, de maneira ética, a interação com os demais membros da comunidade.

Entendemos que todos os fundamentos mantêm alguma relação com a dimensão ética da Competência em Informação. Contudo, escolhemos abordar de maneira concisa as relações de três deles: os fundamentos do **respeito à privacidade**, da **liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião**, e da **inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem**.

No que se refere ao **respeito à privacidade**, a Competência em Informação capacita os indivíduos não apenas a identificarem quando seu direito à privacidade é violado, mas também a reconhecerem quando inadvertidamente infringem os direitos alheios.

Em outras palavras, quando os indivíduos são competentes em informação, eles reconhecem a sensibilidade das informações pessoais e entendem que a

divulgação e o uso dessas informações devem ser feitos com respeito e consideração pela privacidade alheia.

Um exemplo dessa situação ocorre quando pessoas compartilham informações pessoais de terceiros, principalmente em redes sociais ou grupos de comunicação online. Indivíduos competentes em informação são capacitados a reconhecer quando estão agindo de forma negligente em relação às informações de outras pessoas.

O estudo realizado por Kröplin *et al*. (2022) investigou a competência em informação relacionada à proteção de dados pessoais entre profissionais da área da saúde, especialmente aqueles que utilizam sistemas eletrônicos de prontuários.

Esses profissionais, embora sejam pessoas comuns, têm acesso a uma grande quantidade de dados pessoais sensíveis dos pacientes, exigindo assim um cuidado ainda maior ao lidar com essas informações.

O estudo concluiu que há uma preocupante necessidade de capacitação em competências digitais para esses profissionais, de forma que a privacidade e intimidade dos pacientes sejam eficazmente resguardadas.

No que diz respeito à **liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião**, a Competência em Informação capacita os indivíduos a praticarem a empatia e a encontrarem um equilíbrio entre o exercício de seus próprios direitos e o respeito aos direitos alheios.

Indivíduos competentes em informação contribuem para uma sociedade mais informada, onde a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião são valores fundamentais.

Entretanto, a Competência em Informação também visa promover a consciência dos limites éticos no uso da informação. Isso significa evitar a disseminação de desinformação ou uso indevido de dados que possam prejudicar as liberdades de outros.

O direito à liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião não deve violar o direito à privacidade ou à proteção de dados pessoais, assim como não pode infringir o direito à inviolabilidade da intimidade, honra e imagem.

Assim, no tocante à **inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem**, a dimensão ética da Competência em Informação capacita os indivíduos a agirem de maneira a respeitar a esfera íntima e privada do próximo.

Indivíduos competentes em informação reconhecem a importância de respeitar a intimidade, a honra e a imagem das pessoas. Isso implica evitar a disseminação de informações que possam violar a privacidade ou afetar negativamente a reputação de alguém.

A Competência em Informação desempenha um papel crucial na promoção de uma cultura mais abrangente de respeito à intimidade, honra e imagem. Isso contribui para a criação de um ambiente no qual as pessoas são tratadas com dignidade, e seus direitos individuais são preservados.

Ao fomentar o uso responsável da informação, a Competência em Informação desempenha um papel fundamental na construção e sustentação de relações sociais saudáveis, pautadas no respeito mútuo e na preservação da dignidade de cada indivíduo.

Atualmente, deparamo-nos frequentemente com situações em que pessoas capturam imagens, seja em vídeo ou fotografias, de outras pessoas desconhecidas e as expõem, principalmente em redes sociais, participando do que comumente é chamado de "Trends".

Essas práticas são preocupantes e destacam a importância da Competência em Informação na formação de indivíduos mais conscientes e na proteção dos direitos relacionados à Proteção de Dados Pessoais.

6.3.3.2 Relação com os conceitos da LGPD

Ao examinarmos os conceitos delineados pela LGPD em busca de relações com a dimensão ética da Competência em Informação, notamos conexões abrangentes entre todos eles. Isso se deve ao fato de que, para que um indivíduo aja com ética, é imperativo que ele tenha acesso ao conhecimento associado aos significados dos conceitos relacionados às práticas que está envolvido.

Em outras palavras, os indivíduos necessitam, antes de tudo, compreender os significados dos conceitos relacionados à Proteção de Dados Pessoais para, posteriormente, agirem de maneira ética diante desses ativos.

Embora tenhamos identificado diversas conexões, optamos por destacar brevemente três conceitos que consideramos relevantes para a discussão sobre a interação da dimensão ética da Competência em Informação com a Proteção de Dados Pessoais: **dado pessoal sensível**, **consentimento** e **uso compartilhado de dados**.

Quanto ao conceito de dado pessoal sensível, é crucial que todos os indivíduos compreendam a sua definição e importância. Nesse contexto, a Competência em Informação desempenha um papel fundamental ao proporcionar o acesso e a aquisição desse conhecimento.

Além disso, orienta os indivíduos a agirem com ética e responsabilidade não apenas em relação aos seus próprios dados, mas também em relação aos dados dos demais membros da sociedade.

Dados pessoais sensíveis são de suma importância e devem receber a máxima proteção possível. Isso se deve ao fato de que esses dados abordam questões extremamente íntimas das pessoas, incluindo informações cuja divulgação ou uso inadequado pode ocasionar danos significativos aos indivíduos.

Num mundo cada vez mais digital, aberto e sem tantos limites, a probabilidade de alguém divulgar informações sensíveis de outra pessoa é considerável, resultando em desconforto, constrangimento e, em alguns casos, consequências mais graves.

Não é difícil recordar situações em que pessoas compartilharam notícias contendo detalhes sensíveis sobre a orientação sexual de terceiros, por exemplo, provocando abalos emocionais e danos muitas vezes irreparáveis.

Assim, a dimensão ética da Competência em Informação não apenas conscientiza os indivíduos sobre os limites éticos no manuseio da informação, mas também os capacita a evitar o uso indevido de dados pessoais sensíveis.

Isso é alcançado por meio da adoção de práticas que evitem a divulgação não autorizada ou o acesso inadequado a informações que possam comprometer a intimidade dos indivíduos.

No que tange ao conceito de **consentimento**, a Competência em Informação desempenha um papel crucial ao promover conhecimento sobre esse elemento fundamental na Proteção de Dados Pessoais.

Tudo gira em torno do consentimento, e compreender isso significa compreender a importância dos direitos dos titulares e a necessidade de conduzir práticas informacionais adequadas e em conformidade com esses direitos.

A Competência em Informação abrange a consciência dos limites éticos no uso e compartilhamento de dados pessoais. Isso inclui o entendimento de que o consentimento é um elemento fundamental na Proteção de Dados Pessoais.

Indivíduos competentes em informação não apenas compreendem a importância do seu próprio consentimento, mas também evitam práticas invasivas, reconhecendo a importância do consentimento de outros. Isso significa evitar o uso de informações de terceiros de maneiras que ultrapassem os limites desse consentimento.

Quando abordamos o **uso compartilhado de dados pessoais**, notamos a contribuição essencial da dimensão ética da Competência em Informação para conscientizar e capacitar os indivíduos a reconhecerem a importância de respeitar os direitos e a privacidade dos outros.

A Competência em Informação ressalta a importância da informação no contexto social, buscando equilibrar o compartilhamento, considerando sua relevância para beneficiar a sociedade, ao mesmo tempo em que evita impactos negativos nos indivíduos, levando em consideração tanto o âmbito social quanto o individual.

Em outras palavras, indivíduos competentes em informação têm a habilidade de avaliar se determinada informação é realmente necessária de ser compartilhada, ponderando se trará benefícios para a sociedade ou se estará invadindo a intimidade e privacidade alheia.

A dimensão ética da Competência em Informação capacita indivíduos a protegerem e respeitarem não apenas seus próprios dados, mas também os de todos os membros da comunidade em que vivem.

6.3.3.3 Relação com os princípios da LGPD

No que diz respeito aos princípios definidos pela LGPD, ao empregar analogias, percebemos conexões substanciais com a dimensão ética da Competência em Informação, assim como discorremos durante a análise da relação com a concepção em inteligência da Competência em Informação.

Dado que já exploramos detalhadamente essas relações anteriormente e a análise atual se assemelha à anterior, iremos nos concentrar em uma breve abordagem dessas relações com os princípios da **segurança**, da **não discriminação** e da **responsabilidade e prestação de contas**.

O princípio da **segurança**, como anteriormente destacado, abrange tanto a adoção de medidas de proteção pelos próprios titulares dos dados pessoais quanto práticas que os indivíduos devem adotar para garantir o uso seguro de dados pessoais de terceiros.

A Competência em Informação, nesse contexto, não apenas capacita os indivíduos a protegerem seus próprios dados, mantendo-os seguros, mas também os habilita a reconhecerem quando seus dados estão sendo utilizados de maneira antiética e desrespeitosa.

Além disso, os capacita a agir de acordo com as melhores práticas éticas ao lidar com dados de outras pessoas, especialmente aqueles mais íntimos e privados.

O princípio da **não discriminação**, que visa evitar o uso de informações pessoais para alimentar discriminação e preconceitos, destaca a importância da Competência em Informação.

Esta competência promove a conscientização sobre a busca pelo bem comum, direcionando o uso ético de dados pessoais e prevenindo discriminações injustas.

Indivíduos competentes em informação desempenham um papel crucial na prevenção da disseminação de discriminação em determinadas informações. Eles questionam e avaliam criticamente se essas informações devem realmente ser divulgadas ou se há maneiras de utilizá-las que evitem tratamentos discriminatórios.

A falta de Competência em Informação, especialmente na sua dimensão ética, torna os indivíduos suscetíveis a falhas graves e ações legais rigorosas.

No contexto do princípio da **responsabilidade e prestação de contas**, a Competência em Informação desempenha um papel crucial ao promover a conscientização dos indivíduos não apenas sobre as melhores práticas para proteger seus dados e os dados de terceiros, mas também ao alertá-los sobre os riscos de responsabilização caso tais práticas não sejam seguidas.

A dimensão ética da Competência em Informação concentra-se no uso responsável da informação, destacando aos indivíduos que suas ações no ambiente informacional, assim como em qualquer outro contexto, têm consequências.

No caso de impactos éticos dessas ações na vida privada de outros indivíduos, medidas de responsabilização podem e devem ser acionadas. Isso implica assumir a responsabilidade pelas ações relacionadas ao tratamento de dados e prestar contas à sociedade.

A dimensão ética da Competência em Informação mantém uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, contribuindo para o estabelecimento de uma cultura mais abrangente de preservação desses dados. Nesse contexto, a proteção das informações é valorizada, e todos compreendem seu papel na preservação da segurança dos dados pessoais.

6.3.3.4 Resumo das relações observadas

Neste subcapítulo, destacamos interconexões significativas entre a dimensão ética da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, abordando os fundamentos, conceitos e princípios delineados na LGPD.

Observamos relações de grande importância com os fundamentos do respeito à privacidade, da liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, e da inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

Quanto aos conceitos, enfatizamos a relevância das conexões com três deles: dado pessoal sensível, consentimento e uso compartilhado de dados.

Ao explorar os princípios, analisamos as relações com os princípios da segurança, da não discriminação e da responsabilidade e prestação de contas. Essas conexões ecoam as observadas durante a análise das relações da concepção

em inteligência da Competência em Informação com esses princípios da LGPD, como pode-se observar no mapa conceitual abaixo.

Figura 11: Mapa conceitual relacional: Dimensão Ética da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Resumindo, a Competência em Informação, examinada através da ótica da dimensão ética, na prática, pode desenvolver uma relação intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte maneira:

1) Conscientizando os indivíduos a considerar não apenas seus interesses individuais, mas também como suas ações impactam a sociedade como um todo;
2) Capacitando os indivíduos a utilizar a informação de maneira responsável e ética, considerando os impactos de seu uso nas outras pessoas e na sociedade em geral;
3) Instruindo os indivíduos a reconhecerem a sensibilidade das informações pessoais e entenderem que a divulgação e o uso dessas informações devem ser feitos com respeito e consideração pela privacidade alheia;

4) Contribuindo para o estabelecimento e manutenção de relações sociais saudáveis, baseadas no respeito mútuo e na preservação da dignidade de cada indivíduo; e
5) Contribuindo para criar uma cultura mais ampla de responsabilidade, promovendo a consciência de que o uso e compartilhamento de dados pessoais demandam responsabilidade e prestação de contas.

Em síntese, a Competência em Informação, quando exercida de forma ética, desempenha um papel crucial na proteção e no respeito aos dados pessoais, promovendo o uso equitativo das informações sem causar impactos negativos ou injustos na vida das pessoas. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável, que busca assegurar tanto a segurança individual quanto o bem comum.

6.3.4 A dimensão política da Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais

Chegamos à última análise dos elementos da Competência em Informação: a sua dimensão política. Essa dimensão está ligada às habilidades que a Competência em Informação proporciona aos indivíduos, capacitando-os a exercer plenamente a sua cidadania. Isso é viabilizado por meio do conhecimento aprofundado de seus direitos e deveres enquanto membros ativos de uma sociedade.

A dimensão política da Competência em Informação fomenta a participação informada dos indivíduos nos processos políticos, nas decisões e nas transformações que afetam a coletividade, resultando em um engajamento ativo na sociedade. Essa dimensão é de extrema importância, pois capacita os indivíduos a ir além da superfície dos discursos, promovendo uma análise crítica das informações apresentadas. Eles são incentivados a questionar e identificar vieses, além de avaliar a credibilidade das informações que recebem.

Na dimensão política da Competência em Informação, ela aprimora a capacidade dos indivíduos de compreenderem o ambiente político, englobando estruturas governamentais, sistemas políticos e processos eleitorais. Além disso,

capacita-os a entender as políticas públicas, avaliando seus impactos e implicações na sociedade, e a tomar decisões éticas no contexto político, considerando os valores democráticos e os direitos humanos. Essa dimensão abrange diversos setores, incluindo saúde, educação e segurança, entre outras políticas públicas. Optamos por uma análise literal da vertente política e identificamos várias relações com a Proteção de Dados Pessoais.

É por meio da Competência em Informação que os indivíduos podem adquirir conhecimentos acerca de seus direitos e deveres, incluindo aqueles relacionados à proteção de seus próprios dados e dos dados de terceiros. Adicionalmente, podem compreender a utilidade e os possíveis impactos do uso de seus dados na esfera política.

Apresentamos anteriormente a Emenda Constitucional nº 115/22, que inseriu o direito à proteção de dados pessoais no rol dos direitos humanos fundamentais da Constituição Federal de 1988. No entanto, temos dúvidas sobre a porcentagem da população brasileira que possui esse conhecimento. Independentemente do nível de falta de informação ou conhecimento, a Competência em Informação pode desempenhar um papel fundamental na disseminação e compreensão desse direito.

6.3.4.1 Relação com os fundamentos da LGPD

Ao contemplarmos as interações entre a dimensão política da Competência em Informação e os fundamentos da Proteção de Dados Pessoais estabelecidos pela LGPD, observamos que, naturalmente, todos os fundamentos guardam alguma relação com a Competência em Informação.

No entanto, mantendo nossa abordagem padrão, elegemos três deles para análise mais aprofundada: **autodeterminação informativa**, **liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião**, e **direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais**.

No contexto da **autodeterminação informativa**, a dimensão política da Competência em Informação estabelece conexões cruciais com a Proteção de

Dados Pessoais, permitindo ao indivíduo o controle sobre suas informações. Isso se concretiza através de orientações e aprendizados que abordam a relevância dos dados pessoais na era atual, esclarecendo como essas informações são empregadas, especialmente no contexto político.

Pessoas competentes em informação conseguem identificar cenários nos quais suas informações podem ser exploradas para manipular e influenciar decisões políticas, por exemplo. É notável que o emprego de dados pessoais com esse propósito é uma preocupação crescente em todo o mundo, especialmente com o avanço da tecnologia e o aumento da coleta de dados pessoais.

Presenciamos diversos casos em que dados pessoais foram originalmente coletados para uma finalidade específica, mas, na realidade, foram empregados para propósitos distintos, como a criação de perfis de eleitores, direcionamento microsegmentado de campanhas políticas e até mesmo disseminação de desinformação. Um exemplo notório é o incidente envolvendo a rede social Facebook e a empresa de marketing político Cambridge Analytica, durante a campanha presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos em 2018.[14]

Os dados pessoais têm a capacidade de identificar padrões de perfis que podem ser direcionados conforme a intenção desejada. Com base nesses perfis, indivíduos podem ser expostos a notícias falsas ou conteúdo persuasivo que apela às emoções, buscando influenciar decisões políticas com base em sentimentos, indo além das informações racionais.

Para enfrentar essas preocupações, diversos países estão implementando regulamentações de proteção de dados pessoais, com o objetivo de restringir a coleta indiscriminada de informações pessoais e prevenir práticas de manipulação de dados. Contudo, é um desafio contínuo acompanhar o ritmo das evoluções tecnológicas e suas implicações éticas.

Embora seja um desafio também para a Ciência da Informação, a Competência em Informação demonstra estar mais atualizada do que muitas outras disciplinas, mesmo que, no que se refere à Proteção de Dados Pessoais, ainda haja um caminho a percorrer para atingir o nível desejado e necessário.

---

[14] Disponível em: https://ip.rec.br/blog/caso-facebook-cambridge-analytica-e-a-protecao-de-dados-pessoais-no-brasil/

A Competência em Informação possui mecanismos que fortalecem o empoderamento dos indivíduos no que diz respeito à sua autodeterminação informativa. Isso significa que ela permite que as pessoas adquiram conhecimentos e compreendam como, por que e para que seus dados são utilizados. Desse modo, podem tomar decisões conscientes sobre o compartilhamento de suas informações, especialmente online e, sobretudo, durante períodos eleitorais.

No que tange à **liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião**, a dimensão política da Competência em Informação desempenha um papel crucial na promoção da Proteção de Dados Pessoais. Isso ocorre ao desenvolver nos indivíduos a consciência acerca de seus direitos e deveres, especialmente no contexto da informação política.

A Competência em Informação capacita os cidadãos a buscar, acessar e compreender informações relevantes no âmbito político. Esse conhecimento é essencial para o exercício da liberdade de expressão, pois as pessoas necessitam estar bem informadas para expressar opiniões embasadas.

Além disso, engloba habilidades críticas que possibilitam aos indivíduos discernir entre informações confiáveis e falsas. Esse comportamento contribui para evitar a propagação de desinformação, especialmente em momentos de transição política.

No Brasil, também enfrentamos momentos políticos nos quais observamos uma significativa propagação de notícias falsas e desinformação. Essa situação torna-se mais evidente em períodos de eleições presidenciais, por exemplo.

A Competência em Informação estimula a responsabilidade no uso da informação, encorajando a disseminação de opiniões de maneira ética e ponderada, prevenindo a propagação de informações prejudiciais ou enganosas. A dimensão política da Competência em Informação tem o potencial de conscientizar sobre os papéis das tecnologias digitais, incluindo as redes sociais, no contexto político.

Em outras palavras, pessoas competentes em informação são orientadas não apenas a buscar informações, mas também a interpretá-las, avaliá-las e compartilhá-las com responsabilidade, ética e plena consciência dos riscos envolvidos.

Quanto aos **direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade, à dignidade e ao exercício da cidadania das pessoas naturais**, torna-se evidente que a Competência em Informação, em sua dimensão política, mantém conexões significativas com a Proteção de Dados Pessoais.

Este é um fundamento abrangente, demandando novamente uma análise minuciosa de cada um de seus componentes de forma separada. Isso se justifica pelas importantes relações que cada um mantém com a dimensão política da Competência em Informação.

Como visto, os direitos humanos referem-se a um conjunto de direitos fundamentais inerentes a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, origem étnica, sexo, religião, ou qualquer outra característica.

Esses direitos são considerados universais, inalienáveis e indivisíveis, ou seja, aplicam-se a todos os seres humanos, não podem ser transferidos ou renunciados, e estão interconectados, não podendo ser separados uns dos outros.

A promoção e proteção dos direitos humanos são princípios fundamentais no direito internacional, respaldados por tratados e declarações internacionais. No Brasil, seguimos esses tratados e contamos com mecanismos nacionais de promoção e proteção desses direitos, consagrados em nossa Constituição Federal.

Conforme mencionado anteriormente, a nossa Constituição Federal, no título II que trata dos direitos e garantias fundamentais, e no capítulo I referente aos direitos e deveres individuais e coletivos, no artigo 5º, estabelece um conjunto de direitos e deveres a serem observados. No rol do artigo 5º, especificamente no inciso LXXIX, foi incluído o direito à proteção de dados pessoais como um direito e garantia fundamental do ser humano.

Como já salientado anteriormente, pairam dúvidas acerca da proporção de cidadãos brasileiros cientes da existência desse direito constitucionalmente assegurado, bem como da sua relevância.

Nesse contexto, sugerimos que futuras pesquisas explorem o tema, visando mapear o nível de conhecimento da população sobre esse direito fundamental e a sua compreensão acerca de sua importância.

Independentemente das incertezas, é evidente que a dimensão política da Competência em Informação está intrinsecamente ligada à Proteção de Dados

Pessoais, uma vez que desempenha um papel essencial na sensibilização dos indivíduos sobre seus direitos.

Em resumo, a dimensão política da Competência em Informação pode facilitar a divulgação de informações essenciais para que a população conheça e exerça seus direitos, incluindo o direito à proteção de seus dados. Além disso, capacita os indivíduos a identificarem situações em que seus direitos são infringidos e a agirem contra essas violações. Tudo isso é viabilizado por meio do acesso à informação e do desenvolvimento da Competência em Informação.

O direito ao **livre desenvolvimento da personalidade** está vinculado ao reconhecimento da autonomia e liberdade individual, permitindo que cada pessoa defina e molde sua própria identidade, valores, crenças e estilo de vida, desde que não prejudique os direitos e liberdades de outras pessoas.

Em outras palavras, as pessoas têm o direito de tomar decisões autônomas sobre diversos aspectos de suas vidas, tais como escolhas de carreira, orientação sexual, crenças religiosas, participação política e outros elementos que contribuem para a formação de sua identidade pessoal.

A Competência em Informação capacita os indivíduos a explorar uma ampla gama de informações, ideias e perspectivas, enriquecendo assim sua experiência individual. Esse acesso proporciona a cada pessoa a oportunidade de desenvolver e explorar seus interesses de maneira única.

Na dimensão política, a Competência em Informação permite que os indivíduos avaliem criticamente as informações, tomem decisões informadas e moldem suas próprias opiniões políticas. Além disso, essa competência relaciona-se com a Proteção de Dados Pessoais ao capacitar as pessoas a identificarem situações em que seus dados são utilizados para manipulação e influência, especialmente em questões políticas.

Portanto, a dimensão política da Competência em Informação incentiva as pessoas a buscar e utilizar informações para desenvolverem suas próprias opiniões e fazerem escolhas políticas de maneira livre, respeitando seus valores e identidade. Isso contribui para evitar a manipulação e influência por meio de análises perfiladoras, por exemplo.

Indivíduos competentes em informação compreendem, por exemplo, que têm a liberdade de identificar-se ou não com partidos políticos, vertentes políticas ou até mesmo com políticos de forma individualizada. E reconhecem que essa identificação, ou a ausência dela, é uma escolha pessoal, não sendo resultado de manipulações ou influências externas maliciosas.

Pessoas competentes em informação são capazes de reconhecer e debater assuntos políticos, incluindo a existência ou não de uma falsa dicotomia na apresentação da política brasileira. Eles conseguem identificar essa falsa dicotomia ao analisar argumentos e discussões, buscando considerar a variedade de opções e nuances que podem existir em torno de uma questão complexa.

A **dignidade** humana está ligada à participação plena na sociedade, o que implica desfrutar de direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação, segurança e outros aspectos essenciais da vida.

A Competência em Informação não apenas abrange o entendimento desses direitos, mas também dos direitos relacionados à Proteção de Dados Pessoais. Isso significa que os indivíduos estão conscientes de seus direitos, incluindo o direito à proteção de seus dados pessoais, o que fortalece sua dignidade, especialmente no contexto digital.

Na esfera política, a Competência em Informação proporciona o empoderamento necessário para preservar a dignidade, concedendo às pessoas o controle sobre a narrativa de como suas informações são utilizadas. Isso previne manipulações e discriminações baseadas em dados pessoais, evitando que as informações sejam empregadas de maneira prejudicial ou injusta.

No que se refere ao **exercício da cidadania**, a dimensão política da Competência em Informação estimula o exercício ativo da cidadania, envolvendo os indivíduos em questões sociais, políticas e comunitárias para promover o bem comum.

Focando em uma situação específica de exercício da cidadania, como o sufrágio, a dimensão política da Competência em Informação capacita os cidadãos em sua participação política. Eles podem questionar, analisar propostas políticas, compreender as implicações das decisões governamentais e, assim, desempenhar um papel ativo no direcionamento do curso político de sua comunidade.

Indivíduos competentes em informação entendem o impacto que suas escolhas têm no processo democrático e na direção do país. Além disso, a Competência em Informação inclui a capacidade de avaliar a credibilidade das fontes de informação, o que é particularmente importante durante campanhas eleitorais, onde desinformação e *fake news* podem ser disseminadas.

No ambiente digital atual, a Proteção de Dados Pessoais durante campanhas eleitorais é crucial. Indivíduos competentes em informação estão mais cientes dos riscos relacionados à coleta e uso de dados pessoais em estratégias políticas.

A Competência em Informação também inclui a compreensão das influências das tecnologias na política. Indivíduos bem informados entendem como algoritmos, análise de dados e segmentação podem ser usados no cenário político, o que contribui para uma abordagem mais crítica.

Dessa forma, a Competência em Informação não apenas viabiliza habilidades técnicas, mas também proporciona conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para capacitar as pessoas na defesa de seus direitos, no livre desenvolvimento de suas personalidades, no respeito à dignidade humana e no pleno exercício da cidadania.

6.3.4.2 Relação com os conceitos da LGPD

Destacamos que todos os conceitos definidos pela LGPD estão ligados à Competência em Informação. Afinal, é responsabilidade da Competência em Informação disseminar conhecimentos sobre as melhores práticas de uso da informação, inclusive no que diz respeito à Proteção de Dados Pessoais. No entanto, optamos por abordar brevemente três conceitos específicos: **tratamento**, **consentimento** e **uso compartilhado de dados**.

No contexto do conceito de **tratamento** de dados pessoais, a dimensão política da Competência em Informação capacita os indivíduos a compreenderem como seus dados são ou podem ser utilizados, especialmente em campanhas políticas durante períodos eleitorais.

Retomando o exemplo da campanha presidencial de Trump, tornava-se crucial que os usuários lessem atentamente os termos de uso e as políticas de privacidade do aplicativo "*This Is Your Digital Life*" antes de concordar em participar.

É essencial questionar tanto o propósito quanto a necessidade da coleta de determinados dados pessoais, evitando assim a divulgação excessiva e desnecessária de informações pessoais.

No que diz respeito ao conceito de **consentimento**, a Competência em Informação desempenha um papel crucial ao capacitar os indivíduos a adotarem uma postura mais crítica em relação ao seu consentimento. Ela empodera as pessoas a serem verdadeiras proprietárias de seus dados e a agirem como tal.

No exemplo mencionado, isso envolve a decisão de conceder ou não acesso aos dados ao aplicativo, bem como revisar e ajustar regularmente as configurações de privacidade no Facebook. Isso inclui a limitação do acesso de aplicativos de terceiros a informações pessoais e a restrição do compartilhamento entre o Facebook e aplicativos parceiros.

Quanto ao conceito de **uso compartilhado de dados**, a Competência em Informação capacita os indivíduos a analisar de maneira crítica o propósito e a necessidade de compartilhar dados pessoais.

No exemplo citado, mesmo que os termos de uso do Facebook e do aplicativo parceiro estivessem em conformidade, a transferência maciça de dados para terceiros, sem o conhecimento explícito dos usuários, configura uma grave violação da privacidade dos dados pessoais.

Destacamos que esses três conceitos não apenas se relacionam com a Competência em Informação, mas também se interligam entre si, formando um conjunto de conhecimentos complementares. Por essa razão, utilizamos o exemplo mencionado anteriormente e o aplicamos a cada um dos três conceitos.

A Competência em Informação, quando aplicada à esfera política, não só promove conhecimentos sobre o tratamento de dados pessoais, mas também fortalece a capacidade dos cidadãos de participarem ativamente no cenário político, prevenindo o uso indevido de seus dados em manipulações políticas.

Em síntese, pessoas competentes em informação estão mais conscientes dos riscos de manipulação de dados na esfera política. Elas reconhecem a importância

de resguardar seus dados contra uso indevido, visando evitar influências indevidas nos processos democráticos.

6.3.4.3 Relação com os princípios da LGPD

Quanto aos princípios delineados pela LGPD, é perceptível que todos possuem alguma conexão com a Competência em Informação em sua dimensão política. Contudo, optamos por abordar três deles: o princípio da **finalidade**, o princípio da **transparência** e o princípio da **não discriminação**.

No contexto do princípio da **finalidade**, a dimensão política da Competência em Informação capacita os indivíduos a compreenderem de que maneira e com qual propósito seus dados pessoais estão sendo tratados, especialmente em situações políticas.

A Competência em Informação habilita os indivíduos a compreenderem as razões subjacentes à coleta de seus dados no contexto político. Legalmente, isso pode abranger participação em eleições, pesquisas de opinião pública, filiação a partidos políticos, entre outros. No entanto, é crucial reconhecer que os dados pessoais podem ser utilizados para finalidades além das inicialmente propostas.

Nesse contexto, a Competência em Informação capacita os cidadãos a avaliarem se seus direitos estão sendo respeitados e a atuarem como fiscalizadores do tratamento de dados na esfera política. Isso possibilita que cobrem responsabilidade das entidades políticas quanto ao cumprimento das finalidades declaradas e denunciem práticas inadequadas.

Se retomarmos o exemplo da campanha presidencial de Trump, observamos que o aplicativo tinha uma finalidade específica ao coletar dados pessoais por meio de um teste de personalidade. Contudo, essa finalidade foi desviada, e os dados foram, na verdade, utilizados para fins de marketing político, direcionando material personalizado aos cidadãos e exercendo uma forte influência na opinião do eleitorado.

No que se refere ao princípio da **transparência**, a Competência em Informação desempenha um papel essencial na promoção da transparência,

capacitando os cidadãos a compreenderem, avaliarem e participarem de maneira informada no que se refere ao tratamento de dados pessoais na esfera política.

Indivíduos competentes em informação podem exigir explicações detalhadas por meio de solicitações de acesso à informação e utilizar os canais disponíveis para obter esclarecimentos sobre as práticas de tratamento de dados.

Eles estão aptos a analisar políticas de privacidade, práticas de segurança de dados e outros documentos relevantes para determinar se as organizações estão sendo transparentes sobre suas abordagens em relação aos dados dos cidadãos.

No exemplo citado, fica evidente que a rede social Facebook não agiu com a devida transparência no tratamento dos dados pessoais de seus usuários. Apesar de apontar uma finalidade específica para a coleta de dados pessoais, simultaneamente utilizou essas informações para outros propósitos que não foram comunicados de forma clara aos seus usuários.

No que concerne ao princípio da **não discriminação**, a LGPD estipula que nenhuma organização pode empregar dados pessoais para obter informações que resultem em práticas discriminatórias, inclusive no âmbito político.

No Brasil, ocorreu um caso no qual a Justiça do Trabalho condenou um empresário, proprietário de uma rede de lojas de departamento, por utilizar pesquisas internas para coagir seus funcionários a votarem em um candidato específico à presidência, além de discriminar aqueles com opiniões contrárias.[15]

A Competência em Informação proporciona aos cidadãos uma compreensão sólida de seus direitos e deveres no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais. Isso inclui a consciência de que a discriminação com base em dados pessoais é inaceitável e viola princípios éticos e legais.

Pessoas competentes em informação têm a capacidade de identificar práticas discriminatórias no tratamento de dados relacionados aos processos políticos. Isso pode envolver a análise de políticas, declarações públicas e práticas organizacionais para identificar sinais de discriminação.

---

[15] Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/em-video-dono-da-havan-pressiona-funcionarios-a-votarem-em-bolsonaro

Portanto, a Competência em Informação desempenha um papel fundamental na prevenção da discriminação com base no tratamento de dados pessoais na esfera política, capacitando os cidadãos a entender, identificar e combater práticas que violem princípios éticos e legais de igualdade e não discriminação.

6.3.4.4 Resumo das relações observadas

Nesta última análise, destacam-se as relações significativas entre a dimensão política da Competência em Informação e os elementos da Proteção de Dados Pessoais, abordando fundamentos, conceitos e princípios estabelecidos pela LGPD.

Evidenciamos ligações profundas com os fundamentos da autodeterminação informativa, da liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião, bem como dos direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Além disso, observamos relações com todos os conceitos, mesmo que tenhamos optado por discorrer brevemente sobre três deles: tratamento, consentimento e uso compartilhado de dados. No âmbito dos princípios, notamos conexões abrangentes com todos, destacando, contudo, três deles para análise mais detalhada: o princípio da finalidade, o princípio da transparência e o princípio da não discriminação, como pode ser observado no mapa conceitual a seguir.

Figura 12: Mapa conceitual relacional: Dimensão Política da Competência em Informação e os Fundamentos, Conceitos e Princípios da LGPD



(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Em resumo, a dimensão política da Competência em Informação, quando aplicada na prática, estabelece uma conexão intrínseca com a Proteção de Dados Pessoais, manifestando-se da seguinte maneira:

1) Desenvolvendo nos indivíduos a capacidade de compreender o ambiente político, incluindo estruturas governamentais, sistemas políticos e processos eleitorais;
2) Capacitando-os a participarem ativamente na vida política, exercendo seus direitos e deveres como cidadãos informados;
3) Promovendo a habilidade de analisar criticamente informações políticas, questionando fontes, identificando viés e avaliando a credibilidade de informações políticas;
4) Viabilizando a compreensão do papel das tecnologias digitais na esfera política, incluindo a avaliação de fontes digitais e compreensão do impacto das redes sociais na formação de opinião;

5) Promovendo a participação ativa na defesa da própria privacidade e na contribuição para a criação e implementação de políticas de proteção de dados; e
6) Capacitando os indivíduos a identificar e combater a discriminação, contribuindo para a promoção de sociedades mais justas e inclusivas.

Em síntese, a dimensão política da Competência em Informação abrange diversos setores, incluindo saúde, educação e segurança, entre outras políticas públicas. Optamos por uma análise literal da vertente política e identificamos várias relações com a proteção de dados pessoais.

A Competência em Informação, nesse contexto, contribui para construir conhecimentos que servem como base para análises críticas, afastando-se de interpretações superficiais. Assim, cidadãos competentes em informação, na esfera política, têm o potencial de influenciar positivamente o curso da política em suas sociedades.

6.4 QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A análise dos elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais permitiu estabelecer conexões de grande relevância entre essas áreas. Essas conexões foram compreendidas através das teorias formuladas e das ilustrações elaboradas. Para complementar esse entendimento, foi criado um quadro que esquematiza as interações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 14 – Quadro das relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO		PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
Vieses	Área disciplinar		
	Processo de ensino-aprendizagem	Fundamentos	Respeito à privacidade
			Autodeterminação informativa
			Livre-iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor
		Conceitos	Todos
		Princípios	Finalidade
			Livre acesso
			Segurança
	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes	Fundamentos	Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião
			Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação
			Direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais
		Conceitos	Todos
		Princípios	Qualidade dos dados
			Transparência
			Não discriminação
Concepções	Em informação	Fundamentos	Respeito à privacidade
			Autodeterminação informativa
			Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem
		Conceitos	Consentimento
			Eliminação
			Uso compartilhado de dados
		Princípios	Segurança
			Prevenção
			Responsabilidade e prestação de contas
	Em conhecimento	Fundamentos	Autodeterminação informativa
			Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião
			Direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais
		Conceitos	Todos
		Princípios	Nenhum
	Em inteligência	Fundamentos	Respeito à privacidade
			Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem
			Direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais
		Conceitos	Todos
		Princípios	Segurança
			Não discriminação
			Responsabilidade e prestação de contas
Dimensões	Técnica	Fundamentos	Respeito à privacidade
			Autodeterminação informativa
			Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação
		Conceitos	Dado pessoal
			Dado pessoal sensível
			Dado anonimizado
		Princípios	Adequação
			Necessidade
			Segurança
	Estética	Fundamentos	Respeito à privacidade
			Autodeterminação informativa
			Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião
		Conceitos	Todos
		Princípios	Livre acesso
			Qualidade dos dados
			Transparência
	Ética	Fundamentos	Respeito à privacidade
			Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião
			Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem
		Conceitos	Dado pessoal sensível
			Consentimento
			Uso compartilhado de dados
		Princípios	Segurança
			Não discriminação
			Responsabilidade e prestação de contas
	Política	Fundamentos	Autodeterminação informativa
			Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião
			Direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais
		Conceitos	Tratamento de dados
			Consentimento
			Uso compartilhado de dados
		Princípios	Finalidade
			Transparência
			Não discriminação

Desta forma, é possível visualizar as conexões, ou a falta delas, entre os elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais. Por exemplo, não foram encontradas relações entre o elemento "vieses” da Competência em Informação que a considera uma área disciplinar, e os elementos da Proteção de Dados Pessoais. Da mesma forma, não houve conexão entre o elemento "concepção em conhecimento" da Competência em Informação, e os princípios da Proteção de Dados Pessoais.

Em contrapartida, notou-se conexões relevantes entre praticamente todos os outros elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais, como mostrado no quadro relacional. Isso demonstra que as duas áreas têm muito em comum e possuem interrelações de extrema importância na atualidade. Ressalta-se, assim, a necessidade de discussões mais aprofundadas para proporcionar benefícios à população em geral, estabelecendo as competências informacionais necessárias para que as pessoas possam proteger dados pessoais de maneira ética e eficaz.

6.5 COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS NECESSÁRIAS PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Ao longo de nossa análise sobre a conexão entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, fica evidente que todos os indivíduos em uma sociedade necessitam de competências informacionais para uma participação plena em diversas esferas da vida, abrangendo desde o âmbito privado até as esferas acadêmica, profissional e social.

A Competência em Informação revela-se essencial em todas as fases e aspectos da vida dos cidadãos, incluindo áreas relacionadas à proteção de dados pessoais. Em um cenário onde as informações pessoais adquiriram status de mercadoria valiosa, salvaguardar esse ativo torna-se imperativo, assim como proteger o indivíduo titular dessas informações.

A proposta deste capítulo é oferecer um resumo das relações entre a competência em informação e a proteção de dados pessoais, destacando as

competências em informação essenciais para o exercício do direito fundamental à proteção de dados pessoais. Para atingir esse objetivo, desenvolvemos um quadro que engloba as competências informacionais fundamentais, subdividindo-as em práticas, interpretativas e éticas.

As competências informacionais técnicas referem-se a aspectos técnicos, ou seja, à habilidade objetiva do indivíduo em lidar com a tecnologia e os dispositivos tecnológicos emergentes do ponto de vista técnico. As competências informacionais individuais estão associadas à capacidade subjetiva do indivíduo para interpretar as informações e utilizá-las em sua esfera de vida privada. As competências informacionais sociais relacionam-se à capacidade subjetiva do indivíduo para interpretar as informações e utilizá-las na esfera pública, ou seja, em sua vida social e comunitária.

Quadro 15 – Síntese das competências necessárias à Proteção de Dados Pessoais

Competências Informacionais necessárias à Proteção de Dados Pessoais	
Técnicas	Demonstrar habilidades para identificar ameaças cibernéticas, como tentativas de ataques por meio de engenharia social
	Utilizar eficientemente ferramentas e recursos tecnológicos para garantir a proteção de dados e privacidade online, incluindo *softwares* antivírus e *antimalwares*, *firewalls* e VPN
	Adotar medidas de segurança online, tais como criar senhas robustas e ativar a autenticação em dois fatores
Individuais	Avaliar criticamente fontes de informação, como termos de uso, políticas de privacidade e permissões de acesso a informações pessoais
	Entender as responsabilidades associadas ao manuseio de dados pessoais de terceiros, ciente de ser sujeito de direitos e deveres
	Controlar as informações compartilhadas, evitando, revisando, ajustando e cancelando permissões conforme necessário
Sociais	Reconhecer as implicações sociais e éticas do tratamento de dados pessoais, incluindo a capacidade de identificar e combater a discriminação
	Identificar e lidar com notícias falsas e desinformação, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico
	Compreender o papel das tecnologias digitais, especialmente na

esfera política, e seu impacto na formação da opinião pública

(**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024).

Destacamos que optamos por uma subdivisão simplificada, buscando fornecer uma demonstração resumida do conteúdo discutido no capítulo anterior. As categorias foram desenvolvidas com base nos elementos da competência em informação que foram objeto de análise.

Dessa forma, realçamos o considerável potencial da competência em informação na discussão sobre a proteção de dados pessoais no Brasil, bem como no efetivo exercício desse direito fundamental.

7 CONCLUSÃO

Os dados pessoais assumem uma importância crucial na contemporaneidade, impulsionando tanto avanços positivos quanto desafios e preocupações. Na era da informação em rede, essas informações são utilizadas de diversas formas, seja para personalizar serviços e experiências do usuário de maneira lícita, como recomendações personalizadas e análises de mercado, ou para práticas ilícitas, como roubo de identidade, venda de dados pessoais no mercado negro e vigilância ilegal.

A gestão adequada dos dados pessoais é essencial, e leis como a LGPD são fundamentais para proteger os direitos e a privacidade das pessoas. Contudo, apenas regulamentações não são suficientes. É crucial que os indivíduos estejam cientes de seus direitos e dos riscos associados ao tratamento de seus dados, adotando práticas de segurança, especialmente no ambiente digital.

Nesse contexto, a Competência em Informação desempenha um papel crucial. Educar e conscientizar a população sobre a Proteção de Dados Pessoais é essencial, dada a crescente incidência de práticas criminosas relacionadas ao uso indevido dessas informações. A Competência em Informação, ao capacitar os indivíduos com conhecimentos, habilidades e atitudes, surge como a disciplina mais indicada para esse propósito.

É imperativo que a Competência em Informação integre a Proteção de Dados Pessoais como uma linha de pesquisa, estudo, projeto ou ferramenta, estabelecendo uma conexão explícita entre esses dois campos, visto que demonstrou grande potencial para discutir a problemática da proteção de dados pessoais no Brasil e contribuir na consolidação do direito fundamental à proteção de dados pessoais.

A pesquisa atingiu seu objetivo principal de identificar a relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais. Esse alcance foi viabilizado por meio da busca e análise de produções científicas, tanto nacionais quanto internacionais. A análise da produção científica nacional evidenciou a ausência de estudos que estabeleçam conexões entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais no contexto brasileiro, representando uma lacuna significativa nesta pesquisa.

Os estudos nacionais disponíveis indicam que a Ciência da Informação está abordando de forma superficial a Proteção de Dados Pessoais, com foco predominantemente em casos específicos e aplicados. Até o momento, não há uma base teórica consolidada que fundamente a relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

Identificamos estudos que abordam temas como ética, direitos humanos e o direito à privacidade; governança de dados e estratégias organizacionais para conformidade com a LGPD; e o papel dos profissionais da informação nesse contexto. No entanto, nenhum desses estudos se aprofunda em questões fundamentais que envolvem a relação entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais.

Da mesma forma, essa lacuna é observada em nível internacional. Esperávamos encontrar uma quantidade maior de estudos relacionados, porém, não foram identificados estudos teóricos dedicados a estabelecer ou consolidar bases fundamentais que abordam a relação entre essas áreas do conhecimento. A maioria dos estudos internacionais aborda questões educacionais e pesquisas práticas relacionadas ao nível de competências informacionais de estudantes e profissionais da educação. Além disso, pesquisas sobre o uso de sistemas de informação se destacam entre os artigos encontrados.

Diante desse cenário, o estudo direcionou-se para a análise individual dessas áreas, buscando identificar elementos característicos em ambas. A pesquisa ressaltou a interconexão entre os vieses, concepções e dimensões da Competência em Informação com os fundamentos, conceitos e princípios estabelecidos pela LGPD.

As conexões identificadas foram discutidas e ilustradas por meio de mapas conceituais, buscando simplificar e facilitar a compreensão da relação entre os elementos envolvidos. Além disso, o quadro apresentado ao final dos resultados ilustra de forma completa e sistemática as conexões entre os elementos da Competência em Informação e da Proteção de Dados Pessoais.

Observou-se três categorias de competências informacionais necessárias para a fruição do direito fundamental à proteção de dados pessoais: técnicas, individuais e sociais. Essas competências estão relacionadas a aspectos técnicos do indivíduo em lidar com a tecnologia, à capacidade subjetiva do indivíduo para interpretar as informações e utilizá-las em sua esfera de vida privada, e em sua vida social e comunitária.

Observou-se que a Competência em Informação desempenha um papel fundamental em três aspectos da vida dos indivíduos: na educação, oferecendo cursos, disciplinas e programas institucionais voltados para a competência informacional relacionada à proteção de dados pessoais; na conscientização, promovendo a compreensão da importância da privacidade e segurança das informações; e no empoderamento, incentivando a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício dos direitos fundamentais de proteção de dados.

Esta pesquisa teve como foco restringir o problema à esfera privada, ou seja, ao nível individual, em que os indivíduos assumiram, por vezes, papéis passivos de direitos e, em outras, papéis ativos de deveres. Em razão disso, durante a análise, recorremos a analogias para aprimorar a explicação e a demonstração das relações identificadas. Evitamos redundâncias, mas em alguns momentos consideramos necessário reiterar as relações para destacar sua importância. Buscamos evitar análises repetitivas, embora reconheçamos que essa precaução possa ter nos levado a não perceber algumas conexões.

Vale ressaltar que nossa intenção não foi esgotar completamente as relações entre a Competência em Informação e a Proteção de Dados Pessoais, mas sim iniciar discussões em nível nacional. Para isso, empenhamos em abranger o máximo de conexões possível, ao mesmo tempo em que evitamos distorções perceptivas, julgamentos imprecisos e interpretações ilógicas dessas relações. Além disso, procuramos apresentar não apenas uma abordagem teórica, mas também prática, oferecendo exemplos de situações cotidianas que ilustram essas conexões.

Em síntese, essa pesquisa busca inaugurar debates e auxiliar futuras pesquisas, não pretendendo esgotar as relações, mas sim oferecer uma base sólida para a discussão desses temas essenciais na sociedade atual. Ademais, visa contribuir para a sensibilização da população brasileira sobre a importância da proteção de dados e dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal Brasileira.

A Competência em Informação, ao capacitar os indivíduos com habilidades específicas, emerge como uma ferramenta essencial para a fruição do direito fundamental à proteção de dados pessoais. A integração dessas áreas pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e protegida no tocante ao tratamento de informações pessoais.

REFERÊNCIAS

ALA. *American Library Association*. **Comitê Presidencial de Alfabetização Informacional: Relatório Final**. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential. Acesso em: 27 jan. 2023.

ANGELO, Edna da Silva. Lei geral de proteção à dados pessoais como elemento da agenda 2030: acesso à informação e desenvolvimento de competência crítica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-14, Número Especial, 2021. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1816. Acesso em 20 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradutor: Luíz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **Revista ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 30-50, jan/jun.2005. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/83. Acesso em: 1 jun. 2022.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.4, n. 1, p. 15-24, jan./jun., 2018. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/39619. Acesso em: 1 jun. 2022.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Conhecimento em ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 3 - 30, jan/jun.2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/issue/view/1259/showToc. Acesso em 1 jun. 2022.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista; VALENTE, Vânia Cristina Pires Nogueira [org.]. **Sociedade hiperconectada, redes, mitos e competências: uma nova mediação de cidadania**. *E-book*. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. *E-book*. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 217p.

BENDECHACHE, Malika; TAL, Irina; WALL, P.J.; GREHAN, Anne; BRENNAN, Rob. *AI in My Life: AI, Ethics & Privacy Workshops for 15-16-Year-Olds* (2021) ***ACM International Conference Proceeding Series***, pp. 34-39. DOI: 10.1145/3462741.3466664. ISBN: 9781450385251. Acesso em 20 fev. 2023.

BIONI, Bruno. **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788530992200.Acesso em: 05 ago. 2023.

BIONI, Bruno Ricardo. **Autodeterminação informacional: paradigmas inconclusos entre a tutela dos direitos da personalidade, a regulação dos bancos de dados eletrônicos e a arquitetura da internet**. 2016. 309f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Acesso em 20 fev. 2023.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. *E-book*. ISBN 978-85-309-8876-0. Acesso em 20 fev. 2023.

BOWYER, Alex; HOLT, Jack; JEFFERIES, Josefina Go; WILSON, Rob; KIRK, David; SMEDDINCK, Jan David. *Human-GDPR Interaction: Practical Experiences of Accessing Personal Data.* (2022) ***Conference on Human Factors in Computing Systems*** *- Proceedings*, art. no. 106. DOI: 10.1145/3491102.3501947. ISBN: 9781450391573. Acesso em 20 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022**. Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc115.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais (LGPD) e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Institui o Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Institui a Lei de Acesso à Informação (LAI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Institui o Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. 1a ed. São Paulo: Contexto, 2021.

BURKART, Daniele Vincenzi Villares. **Proteção de dados e o estudo da LGPD** / Daniele Vincenzi Villares Burkart, 2021 141 f. : il. Orientador: Francisco Machado Filho Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação – sociedade, economia e cultura**. 19 ed. Tradutora: Roneide Venancio Majer. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CEPELLOS, Vanessa M; TONELLI, Maria José. *Grounded Theory*: passo a passo e questões metodológicas na prática. RAM: **Revista De Administração Mackenzie**, 2020. https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG200130. Acesso em: Acesso em 10 jan. 2023.

CHI, Yu; JENG, Wei; ACKER, Amelia; BOWLER, Leanne. *Affective, Behavioral, and Cognitive Aspects of Teen Perspectives on Personal Data in Social Media: A Model of Youth Data Literacy. In:* Chowdhury, G., McLeod, J., Gillet, V., Willett, P. (eds) *Transforming Digital Worlds. iConference* 2018. **Lecture Notes in Computer Science**, vol 10766. Springer, Cham. DOI: https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1007/978-3-319-78105-1_49. Acesso em 20 fev. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. **Rumo à justiça**. 2ª Ed. *E-book*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DI GIOIA, Rosanna; CHAUDRON, Stéphane; GEMO, Monica; SANCHEZ, Ignacio. *Cyber chronix, participatory research approach to develop and evaluate a storytelling game on personal data protection rights and privacy risks (2019)* ***Lecture Notes in Computer Science*** *(including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics)*, 11899 LNCS, pp. 221-230. DOI: 10.1007/978-3-030-34350-7_22. ISSN: 03029743. ISBN: 9783030343491. Acesso em 20 fev. 2023.

DONEDA, Danilo. *In*: BIONI, Bruno (org.). **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788530992200. Acesso em: 05 ago. 2023.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados.** 2. ed. *E-book*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. v. 7. *E-book*. Editora Renovar: 2006.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *Information literacy*: princípios, filosofia e prática. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/20578. Acesso em:10 jan. 2023.

ESTAIANO, Fernanda; NASCIMENTO, José Antonio Pereira do. LAI x LGPD: Transparência ou proteção?. *In*: OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; NASCIMENTO, José Antonio Pereira do (orgs.). **Diálogos sobre a privacidade e a proteção de dados pessoais no Brasil: um olhar multidisciplinar sobre o tema.** Salvador: Motres, 2022.

ESTRADA-ESPONDA, Royer David; UNÁS-GÓMEZ, José Luis; FLÓREZ-RINCÓN, Oleskyenio Enrique. *Information security practices at the Executive Level of the National Police of Colombia: Simon Bolivar Police School* (Tulua, Colombia). **Revista Logos Ciência & Tecnologia**, v. 12, jan-abr/2020. DOI: http://dx.doi.org/10.22335/rlct.v12i1.1050. Acesso em: 20 fev. 2023.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; PATZ, Stéfani Reimann. **Inteligência artificial, proteção de dados e cidadania**: Thami Covatti Piaia, Stéfani Reimann Patz e Gabriel Henrique Hartmann (orgs.). v. 3. Santo ngelo : Metrics, 2021. ISBN 978-65-89700-98-2. DOI 10.46550/978-65-89700-98-2.

FEIJÓ, Hilda Carolina; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. O papel dos bibliotecários no desenvolvimento de habilidades e inclusão digitais em bibliotecas universitárias. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 3, p. 636-652, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150591. Acesso em: 27 jun. 2022.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MARQUES, Rodrigo Moreno. Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectiva histórica. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 151-172, 2021. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i2p151-172. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/179778. Acesso em: 12 jan. 2023.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MARQUES, Rodrigo Moreno. Termos de uso e políticas de privacidade das redes sociais online. **Revista Informação & Informação**. Londrina, v. 26, n. 4, p. 550 – 574, out./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51720/2/Termos%20de%20uso%20e%20pol%c3%adticas%20de%20privacidade%20das%20redes%20sociais%20on-line.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

FLORÊNCIO, Juliana Abrusio. **Proteção de dados na cultura do algoritmo**. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22255. Acesso em: 20 fev. 2023.

FRIAS, Lincoln; LOPES, Nairo. Considerações sobre o conceito de Dignidade Humana. **Revista Direito GV**, São Paulo 11(2) | P. 649-670 | Jul-Dez 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1808-2432201528. Acesso em: 27 jan. 2023.

Fundação Universidade Federal de Rondônia. **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política** / organização Elizete Vieira Vitorino, Djuli Machado De Lucca. - Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020.

FUGAZZA, Grace Quaresma. A questão do direito à privacidade no *Facebook*: um estudo à luz da ética da informação. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Bacharel em Biblioteconomia, 2016. Acesso em: 20 fev. 2023.

GEBRE, Engida. *Conceptions and perspectives of data literacy in secondary education.* ***British Journal of Educational Technology***, v. 53, jun./2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1111/bjet.13246.

GIESE, Tim; WENDY, Martin; BULUT, Serdar; ANDERL, Reiner. *Advanced Data Literacy Culture Enabled through App Assistance for Competence Creation.* ***IEEE International Conference on Teaching, Assessment, and Learning for Engineering (TALE)***, Takamatsu, Japão, 2020, p. 341-348, DOI: 10.1109/TALE48869.2020.9368336. ISBN: 9781728169422. Acesso em 20 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUDMUNDSDOTTIR, Gréta Björk; GASSÓ, Héctor Hernández; RUBIO, Juan Carlos Colomer; HATLEVIK, Ove Edvard. *Student teachers' responsible use of ICT: Examining two samples in Spain and Norway (2020)* ***Computers and Education***, 152, art. no. 103877. DOI: 10.1016/j.compedu.2020.103877. ISSN: 03601315. Acesso em 20 fev. 2023.

GUIMARÃES, Gabriel Stagni. **A importância da lei geral de proteção de dados pessoais em face do avanço tecnológico da sociedade: a proteção dos dados pessoais como direito fundamental**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

HANELL, Fredrik. *Managing Personal Data in the Age of Surveillance Capitalism: A Sociomaterial Reading of Mozilla's Data Detox Kit (2022)* ***Communications in Computer and Information Science***, 1533 CCIS, pp. 122-133. DOI: 10.1007/978-3-030-99885-1_11. ISSN: 18650929. ISBN: 9783030998844. Acesso em 20 fev. 2023.

HEINECKE, Stephanie; BERG, Maria; HINKOFER, Ludwig. *Trust me if you can: From media competence to digital competence (2019)* ***Media Trust in a Digital World: Communication at Crossroads***, pp. 219-235. DOI: 10.1007/978-3-030-30774-5_16. ISBN: 9783030307745; 9783030307738. Acesso em 20 fev. 2023.

HIRATA, Alessandro. **Direito à privacidade**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/71/edicao-1/direito-a-privacidade. Acesso em: 12 jan. 2023.

HOMCI, Janaina Vieira. **Os limites do consentimento na proteção de dados pessoais de consumo**. 2021. 183 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15028. Acesso em: 20 out. 2023.

IGWE, Kingsley Nwadiuto; SULYMAN, Abdulakeem. S*mart libraries: Changing the paradigms of library services (2022)* ***Business Information Review***, 39 (4), pp. 147-152. DOI: 10.1177/02663821221110042. ISSN: 02663821. Acesso em 20 fev. 2023.

International Conference on Wireless Communications, Networking and Applications, WCNA 2021 (2022) ***Lecture Notes in Electrical Engineering****,* 942 LNEE, 1218 p. ISSN: 18761100. ISBN: 9789811924552. Acesso em 20 fev. 2023.

ILHAN, Aylin; FENG,Yuanyuan; FIETKIEWICZ, Joana Kaja; EIKEY, Elizabeth Victoria. *Opportunities and challenges of self-tracking technologies: Understanding information, technology, and users through the lens of information science (2020)* ***Proceedings of the Association for Information***

Science and Technology, 57 (1), art. no. e296. DOI: 10.1002/pra2.296. ISSN: 23739231. Acesso em 20 fev. 2023.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt; OLIVEIRA, Bruno Bastos de; MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz; LIMA, Marcelo Souto de; OTREC, Maria Alice Campagnoli. Proteção de dados pessoais e Covid-19: entre a inteligência epidemiológica no controle da pandemia e a vigilância digital. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e5251, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5251. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5251. Acesso em: 20 fev. 2023.

KANNENGIESSER, Sigrid. *"Party like it's December 31, 1983": Supporting Data Literacy at CryptoParties (2022)* ***Transforming Communication***, pp. 371-389. DOI: 10.1007/978-3-030-96180-0_16. ISSN: 27309320. Acesso em: 20 fev. 2023.

KRALOVA, Eva. *The readiness of medical students to the electronic data protection.* ***11th Annual International Conference of Education, Research and Innovation (ICERI)***, 12-14 Nov./2018, Sevilha, Espanha. Documento de Anais. Procedimentos do ICERI, p. 8768-8771. ISBN 978-84-09-05948-5. Acesso em 20 fev. 2023.

KRÖPLIN, Juliane; HUBER, Tobias; GEIS, Christian; BRAUN, Benedikt; FRITZ, Tobias. *eSurgery-digital transformation in surgery, surgical education and training: survey analysis of the status quo in Germany.* ***European Surgery-Acta Chirurgica Austriaca***, v. 54, 5ª ed., p. 249-258, out./2022. DOI: 10.1007/s10353-022-00747-x. Acesso em: 20 fev. 2023.

LEITE, Cecília *et al*. Cenário e Perspectiva da Produção Científica sobre Competência em Informação (Coinfo) no Brasil: estudo da produção no âmbito da ANCIB. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.26, n.3, p. 151-168, set./dez. 2016. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/296787539.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

LEMOS, Amanda Nunes Lopes Espiñeira; PASSOS, Edilenice. A adequação das bibliotecas à Lei Geral de Proteção de Dados. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 85-103, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/43226/ve_Amanda_Lemos_etal.pdf?sequence=2. Acesso em: 20 fev. 2023.

LIMA, Paulo Ricardo Silva; FERREIRA, Leonardo Matheus Marques; PEIXOTO, Ana Lydia Vasco de Albuquerque. Gestão da segurança da informação: análise de políticas de defesa cibernética e estratégias para a proteção de dados e informações da administração pública brasileira . **P2P e inovação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 1, p. 206–221, 2022. DOI: 10.21721/p2p.2022v9n1.p206-221. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5993. Acesso em: 20 fev. 2023.

LIMA, P. R. S.; SOUZA, E. D. de. Relações dinâmicas entre memória e esquecimento: das ambivalências às antinomias no mundo digital. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 186–201, 2021. DOI: 10.21728/logeion.2021v7n2.p186-201. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5644. Acesso em: 20 fev. 2023.

LIMA, Paulo Ricardo Silva; PRESSER, Nadi Helena. A Lei Geral de Proteção de Dados e os desafios para a gestão nas organizações brasileiras na era do Big Data. **P2P e inovação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 109–120, 2022. DOI: 10.21721/p2p.2022v8n2.p109-120. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5918. Acesso em: 20 fev. 2023.

LINS, Ricardo Galvão de Sousa. Proteção de dados pessoais: direito fundamental autônomo ou mera face da privacidade?. *In*: OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; NASCIMENTO, José Antonio Pereira do (orgs.). **Diálogos sobre a privacidade e a proteção de dados pessoais no Brasil: um olhar multidisciplinar sobre o tema**. Salvador: Motres, 2022.

LIVINGSTONE, Sonia; BULGER, Monica; BURTON, Patrick; STOILOVA, Mariya; DE WOLF, Ralf. *Children's Privacy and Digital Literacy Across Cultures: Implications for education and regulation*

(2022) ***Learning to Live with Datafication: Educational Case Studies and Initiatives from Across the World***, pp. 186-200. DOI: 10.4324/9781003136842-11. ISBN: 9781000541625. Acesso em 20 fev. 2023.

LOUREIRO, Mariana Araujo Verri. **Os reflexos da lei geral de proteção de dados nas relações de trabalho**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

MARCHWACKA, Maria A.; KUGLER, Joachim; SCHAAL, Tom; TOLKS, Daniel. *Digital higher education in the first COVID-19 semester. A survey of teachers in public health, medicine and nursing.* ***Präv Gesundheitsf***, Mar./2022. DOI: https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11553-022-00937-1. Acesso em 20 fev. 2023.

MARIN, Victoria; CARPENTER, Jeffrey; TUR, Gemma. *Pre-service teachers' perceptions of social media data privacy policies.* ***British Educational Research Association Technol.***, v. 52, p. 519-535. DOI: https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1111/bjet.13035. Acesso em: 20 fev. 2023.

MARINONI, Luiz Guilherme. Sobre os fatos constitucionais. **Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense**. v. 18. ed. 37. Páginas 4-22. 2023. Disponível em:https://seer.mpsc.mp.br/index.php/atuacao/index. Acesso em: 12 jan. 2023.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Proteção de dados, competências dos entes federativos e a Emenda Constitucional n. 115/22. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 9, n. 3, p. 645-658, set./dez. 2022. DOI: 10.5380/rinc.v9i3.87107. Acesso em: 12 jan. 2023.

MARTINS, Helena; FERREIRA, Katiele Gomes; CASTRO, Luciana Gouvêa Hage de; MACEDO JÚNIOR, Daniel Paiva de; LIMA, Elizandro dos Anjos Araújo. Tratamento de dados pessoais em aplicativos públicos relacionados ao coronavírus no Ceará. **Liinc em Revista,** [S. l.], v. 16, n. 2, p. e5387, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5387. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5387. Acesso em:20 fev. 2023.

MARTINSEN, Lars; OSTERAS, Nina; MOSENG, Tuva; TVETER, Anne Therese. *Effect of a mHealth exercise intervention compared with supervised exercise therapy in osteoarthritis management: protocol of the DigiOA trial.* ***BMJ Open***, 2022. DOI: 10.1136/bmjopen-2022-066248. Acesso em: 20 fev. 2023.

MATA, Marta Leandro da; Grigoleto, Maira Cristina; Lousada, Mariana. Dimensões da competência em informação: reflexões frente aos movimentos de infodemia e desinformação na pandemia da Covid-19. **Liinc Em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5340. Acesso em: 24 jun. 2022.

MATA, Marta Leandro da. Contribuições dos estudos acerca da competência em informação para a ciência da informação: uma análise a partir da produção científica do enancib entre 2015 a 2019. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 232 – 263, jan./mar. 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/158642. Acesso em: 10 jan. 2023.

MATTER, Philipp; GEES, Thomas; PESKOVA, Marie Brechbühler; RIEDL, Reinhard; KOUMPIS, *Adamantios. Enhancing the digital learning experience: The case of the digital lab of the berner fachhochschule (2020) CSEDU 2020 -* ***Proceedings of the 12th International Conference on Computer Supported Education***, 1, pp. 171-177. ISBN: 9789897584176. Acesso em 20 fev. 2023.

MECABÔ, Alex. **Para além da privacidade: proteção de dados pessoais e desafios à regulação** [meio eletrônico] / Alex Mecabô. Curitiba, 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2021.

MENDES, Laura Schertel. **Transparência e privacidade: violação e proteção da informação pessoal na sociedade de consumo**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito)–Faculdade de

Direito, Universidade de Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/4782. Acesso em: 12 jan. 2023.

MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; RODRIGUES JR. Otavio Luiz (Coord.). **Tratado de proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Michele da Mota; MORAES, Margarete Farias de; SILVA, Luiz Carlos da. O direito ao esquecimento na ótica da Ciência da Informação: uma análise a partir das produções científicas na BRAPCI entre 2018 e 2022. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 146–156, 2023. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v14i2p146-156. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/208177. Acesso em: 23 jan. 2024.

MENDES, Michele da Mota. **A nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: principais aplicações da Lei sob a ótica da Ciência da Informação nas Organizações no Brasil.** Recife, 2020. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Gestão da Informação, 2020.

MIHICH, Alexandre Multini. **Consentimento e o direito à privacidade sob a ótica da lei geral de proteção de dados pessoais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021. 113 f.

MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio. Para onde vamos? **Revista Ágora**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.1-09, jul./dez., 2019. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/884. Acesso em: 24 jun. 2022.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; ARAÚJO, Douglas da Silva. O compartilhamento de dados pessoais dos beneficiários do auxílio emergencial à luz da Lei Geral de Proteção de Dados. **Liinc em Revista,** Rio de Janeiro, v.16, n.2, e5318, dezembro 2020. Disponível em: https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5318. Acesso em: 15 fev. 2024.

Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 27 jan. 2023.

PANGRAZIO, Luci; SELWYN, Neil. *"It's Not Like It's Life or Death or Whatever": Young People's Understandings of Social Media Data (2018)* ***Social Media and Society***, 4 (3),. DOI: 10.1177/2056305118787808. ISSN: 20563051. Acesso em 20 fev. 2023.

PANGRAZIO, Luci; SELWYN, Neil. *'Personal data literacies': A critical literacies approach to enhancing understandings of personal digital data (2019)* ***New Media and Society***, 21 (2), pp. 419-437. DOI: 10.1177/1461444818799523. ISSN: 14614448. Acesso em 20 fev. 2023.

PAULO, Rodrigo Barbosa de; CASARIN, Helen de Castro Silva; CASTANHA, Rafael Gutierres; BASTOS, Glória Maria Lourenço. Racismo e preconceito nas redes sociais digitais: pesquisa com estudantes do ensino médio. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 27, p. 01-21, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/84256/49559. Acesso em: 24 jun. 2022.

PALETTA, Francisco Carlos; MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio. A informação e o entorno digital: competências e habilidades do profissional da informação. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, p. 327-338, jan./abril 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29558 Acesso em: 24 jun. 2022.

PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinto de Abreu; FURTADO, Cassia Cordeiro; MARINHO, Raimunda Ramos. Competências digitais: o professor como gateway de novos pesquisadores. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentaçã**o, São Paulo, v. 13, p. 1953-1967, dez. 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/1350. Acesso em: 24 jun. 2022.

PERIN, Eloni dos Santos; FREITAS, Maria do Carmo. Desenvolvimento de competências digitais docentes. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, v.8, n.2, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/78865580/Compet%C3%AAncias_digitais_de_docentes_da_educa%C3%A7%C3%A3o_b%C3%A1sica. Acesso em: 24 jun. 2022.

PINGO, Zablon; NARAYAN, Bhuva. *Privacy Literacy and the Everyday Use of Social Technologies (2019)* ***Communications in Computer and Information Science****,* 989, pp. 33-49. DOI: 10.1007/978-3-030-13472-3_4. ISSN: 18650929. ISBN: 9783030134716. Acesso em 20 fev. 2023.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018 -LGPD**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 152 p.

PINHO, Frederico António Sá Oliveira. **Anonimização de bases de dados empresariais de acordo com a nova Regulamentação Europeia de Proteção de Dados**. 2017. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência de Computadores, Departamento de Ciência de Computadores, Universidade do Porto, Porto, 2017. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/105479/2/201202. Acesso em: 20 out. 2022.

PINS, Dominik; JAKOBIB, Timo; STEVENSC, Gunnar; ALIZADEH, Fatemeh; KRÜGER, Jana. *Finding, getting and understanding: the user journey for the GDPR'S right to access (2022)* ***Behaviour and Information Technology***, 41 (10), p. 2160-2186. DOI: 10.1080/0144929X.2022.2074894. ISSN: 0144929X. Acesso em 20 fev. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

PROSSER, William. *Privacy*. ***California Law Review***, v. 48, p. 383, 1960. DOI: https://doi.org/10.15779/Z383J3C. Disponível em: https://lawcat.berkeley.edu/record/1109651?ln=en. Acesso em: Acesso em: 12 jan. 2023.

QUEIROZ, Renata Capriolli Zocatelli. **A proteção de dados pessoais: a LGPD e a disciplina jurídica do encarregado de proteção de dados pessoai**s. 2021. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI:10.11606/T.2.2021.tde-23082022-085834. Acesso em 20 fev. 2023.

RAMOS, Lara Castro Padilha. **Lei geral de proteção de dados pessoais e seus impactos na garantia do direito fundamental à proteção de dados do trabalhador**. 2020. Dissertação (Mestrado). Fortaleza. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9575/acervo/detalhe/124231. Acesso em 20 fev. 2023.

RAY, Emily; FEINBERG, Daniel. *Deepening Understanding: Adding Privacy into a Library and Information Studies Course (2021)* ***Serials Librarian****,* 81 (1), p. 59-68. DOI: 10.1080/0361526X.2021.1900022. ISSN: 0361526X. Acesso em 20 fev. 2023.

Referencial de Literacia da Informação para o Ensino Superior. Tradução para a língua portuguesa da *Framework for Information Literacy for Higher Education, da Association of College & Research Libraries* (ACRL , 2015). Tradução: Tatiana Sanches, Maria Luz Antunes e Carlos Lopes. 2022. Disponível em: https://bad.pt/download/referencial-da-literacia-da-informacao-para-o-ensino-superior/ Acesso em: 27 jan. 2023.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Ética em pesquisa em Ciência da Informação: princípios e procedimentos. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.l.], v. 11, p. 1 - 13, mar. 2022. ISSN 2237-826X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81774/46189>. Acesso em: 05 fev. 2023.. doi:http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v11i0.81774.

ROCKEMBACH, Moisés. Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados. **Acervo:Revista do Arquivo Nacional**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 102–115, 2020. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1554. Acesso em: 7 mar. 2024.

ROSETTO, Márcia. Competência em informação e suas relações com a competência midiática e digital: uma nova lógica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-18, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162495. Acesso em: 21 fev. 2023.

SANDER, Ina. *Critical big data literacy tools-Engaging citizens and promoting empowered internet usage. **Data & Policy***, v. 2, 2020. DOI:10.1017/dap.2020.5. Acesso em 20 fev. 2023.

SANTOS, Gislene Munhoz dos. **Competência digital de educadores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: estudo no Sistema Municipal de Ensino de Marília-SP**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/237477. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, Julia Schettino Jacob dos; MATA, Marta Leandro. Competência em informação e digital em bibliotecas universitárias espanholas: análise de suas práticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-20, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/163063. Acesso em: 21 fev. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. *In*: BIONI, Bruno (org.). **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992200. Acesso em: 05 ago. 2023.

SAVEGNAGO, Cristiano Lanza; ALMEIDA, Alex Serrano de; MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini. Competências digitais e informacionais: estudo com acadêmicos dos mestrados profissionais de uma instituição federal de ensino superior. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 22-39, 2019. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/125595. Acesso em: 27 jun. 2022.

SCHWAITZER, Lenora; NASCIMENTO, Natália; COSTA, Alexandre de Souza. Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 1–17, 2021. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1732. Acesso em: 21 fev. 2023.

SELWYN, Neil; PANGRAZIO, Luci. *Doing data differently? Developing personal data tactics and strategies amongst young mobile media users (2018) **Big Data and Society***, 5 (1). DOI: 10.1177/2053951718765021. ISSN: 20539517. Acesso em 20 fev. 2023.

SHADE, Leslie Regan; CHAN, Sharly. *Digital Privacy Policy Literacy: A Framework for Canadian Youth (2020) **The Handbook of Media Education Research***, pp. 327-338. DOI: 10.1002/9781119166900.ch30. ISBN: 9781119166900; 9781119166870. Acesso em: 20 fev. 2023.

SHINTAKU, Milton; SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; COSTA, Lucas Rodrigues; MOURA, Rebeca dos Santos de; MACEDO, Diego José. Discussões sobre política de privacidade de dados em um sistema de informação governamental. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 39–60, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245274.39-60. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/107671. Acesso em: 21 fev. 2023.

SILVA, E. P. da; CARDOSO, C. As relações entre arquivologia e a Lei Geral de Proteção de Dados: uma análise dos cursos da Enap sobre LGPD. **P2P e inovação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 141–159, 2022. DOI: 10.21721/p2p.2022v8n2.p141-159. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5883. Acesso em: 20 fev. 2023.

SOUZA, Samara Tomé Correa de. **Linguagem natural para apoio ao reconhecimento de usuários em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, Araranguá, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229052. Acesso em: 20 fev. 2023.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SILVA, Paulo Henrique Tavares da. Proteção de dados pessoais e os contornos da Autodeterminação Informativa. **Informação & Sociedade**, 30(2) (2020). Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.52483. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; BARRANCOS, Jacqueline Echeverría; MAIA, Manuela Eugênio. Acesso à informação e ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. **Informação & Sociedade**, 29(1). 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44485. Acesso em: 20 fev. 2023

SPENCE, Jayne; SCHACHTER, Ellie; SALEEM, Ayesha; JIA, Bochen. *Increasing Data-Knowledge Through Artistic Representation (2021)* ***Communications in Computer and Information Science***, 1419, pp. 609-624. DOI: 10.1007/978-3-030-78635-9_78. ISSN: 18650929. ISBN: 9783030786342. Acesso em 20 fev. 2023.

STORNAIUOLO, Amy. *Authoring Data Stories in a Media Makerspace: Adolescents Developing Critical Data Literacies (2020)* ***Journal of the Learning Sciences***, 29 (1), pp. 81-103. DOI: 10.1080/10508406.2019.1689365. ISSN: 10508406. Acesso em 20 fev. 2023.

TANIMOTO, Shigeaki; TOTSUKA, Shun; IWASHITA, Motoi; SATO, Hiroyuki; KANAI, Atsushi. *Risk assessment for privacy protection of information literacy beginners in big data era (2018)* ***Lecture Notes on Data Engineering and Communications Technologie*****s**, 7, pp. 737-749. DOI: 10.1007/978-3-319-65521-5_66. ISSN: 23674512. Acesso em 20 fev. 2023.

THOMAZ, Alan Campos Elias. **Privacidade e proteção de dados: interpretação e alcance das hipóteses legais de tratamento dos dados pessoais na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018** / Alan Campos Elias Thomaz. São Paulo, 2021. 81 f. Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

TORRES-HERNANDEZ, Norma; GALLEGO-ARRUFAT, Maria-Jesus. *Indicators to assess preservice teachers' digital competence in security: A systematic review.* ***Educ Inf Technol***, Mar./2022. DOI: https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10639-022-10978-w. Acesso em: 20 fev. 2023.

TZAFILKOU, Katerina; PERIFANOU, Maria; ECONOMIDES, A. A. *Development and validation of students' digital competence scale (SDiCoS).* ***Int J Educ Technol High Educ***, Maio/2022. DOI https://doi.org/10.1186/s41239-022-00330-0. Acesso em 20 fev. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposições e competências do país**. Cetic.br, Brasília: 2016. 138 p., ilus. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398. Acesso em: 1 jun. 2022.

VEVERE, Velga; LEJNIECE, Ilona; LININA, Iveta. *Digital Competence, General Data Protection Regulation and University Responsibility.* ***Vision 2025: Education Excellence and Management Of Innovations Through Sustainable Economic Competitive Advantage****. 34th International Business Information Management Association (IBIMA) Conference*, p.7006-7012, Nov./2019, Madrid, Espanha. ISBN 978-0-9998551-3-3. Acesso em 20 fev. 2023.

VIGNOLIA, Richele Grenge; VERONEZ JÚNIOR, Wilson; SILVA, Anahi Rocha; MONTEIRO, Silvana Drumond. Mediação da informação e a proteção da privacidade e de dados sensíveis por bibliotecários. **PBCIB: Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. v. 16 n. 2 (2021). ISSN: 1981-0695. Disponível em: https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/59241. Acesso em: 20 fev. 2023.

VITORINO; Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2). **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p.99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/18188. Acesso em: 20 jan. 2023.

VUORIKARI, Riina, KLUZER, Stefano; PUNIE, Yves. ***DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens: with new examples of knowledge, skills and attitudes***. *EUR 31006 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg*, 2022, ISBN 978-92-76-48882-8, doi:10.2760/115376. Acesso em 20 fev. 2023.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. *"The Right to Privacy."* ***Harvard Law Review***, vol. 4, no. 5, 1890, pp. 193–220. JSTOR. Disponível em: https://doi.org/10.2307/1321160. Acesso em: 12 jan. 2023.

WATARI, Angela Vicente Alonso; SANTOS, Gislene Munhoz dos; MARTINS, Régis; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A informação no contexto das redes sociais digitais: a competência em informação e digital como estratégia de combate à desinformação. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, p. 1-27, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194997. Acesso em: 24 jun. 2022.

XAVIER, Fernando César Costa; CAMARGO, Maria Carolina de Oliveira. O reconhecimento do direito à proteção de dados pessoais como direito subjetivo autônomo na ordem jurídica brasileira. **International Journal of Digital Law**. Belo Horizonte, ano 2, n. 3, p. 27-55, set./dez. 2021. DOI: 10.47975/IJDL.xavier.v.2.n.3. Acesso em: 12 jan. 2023.

ZANON, Sandra Buth. Arquivos públicos: a proteção de dados diante do acesso à informação. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**. ISSN 1983-5213, Brasília, v15, n2 maio-ago. 2022. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5883. Acesso em: 20 fev. 2023.